

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Walmira Costa

COMPROMISSOS DE IRMANDADES MINEIRAS:
TÉCNICAS, MATERIAIS E ARTÍFICES (c-1708-1815)

Belo Horizonte

2016

Walmira Costa

COMPROMISSOS DE IRMANDADES MINEIRAS:
TÉCNICAS, MATERIAIS E ARTÍFICES (c-1708-1815)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em História.

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura

Orientador: Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Coorientadora: Profa. Dra. Isolda Maria de Castro
Mendes

Belo Horizonte
2016

981.51
C837c
2016

Costa, Walmira

Compromissos de irmandades mineiras [manuscrito] :
técnicas, materiais e artífices (c-1708-1815/ Walmira Costa.
- 2016.

338 f. : il.

Orientador: Magno Moraes Mello.

Coorientadora: Isolda Maria de Castro Mendes.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1.História – Teses. 2. Irmandades – Teses.3. Pigmentos –
Teses. 3. Livro – História – Séc. XVIII. 4. Minas Gerais -
História. I. Mello, Magno Moraes. II. Mendes, Isolda Maria
de Castro. III. Universidade Federal de Minas Gerais.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV.Título.

**COMPROMISSOS DE IRMANDADES MINEIRAS:
TÉCNICAS, MATERIAIS E ARTÍFICES (1708-1820)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em História, e submetida à seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Magno Moraes Mello
Orientador

Profa. Dra. Isolda Maria de Castro Mendes
Coorientadora

Profa. Dra. Betânia Gonçalves Figueiredo
UFMG

Prof. Dr. Cláudio Monteiro Duarte
UniBH

Prof. Dr. Loque Arcanjo Júnior
UEMG

Prof. Dr. Pablo Antônio Iglesias Magalhães
UFOB

Prof. Dr. Sérgio Antônio Silva
UEMG

Belo Horizonte, 27 de outubro de 2016.

*Para Flora, Amanda e Henrique:
o amor sabe esperar*

*Para meus pais e irmãos:
sustentáculos desta trajetória*

AGRADECIMENTOS

A minha formação em Letras sempre me leva a querer saber a etimologia das palavras. Agradecimento vem de “grato”, do Latim, *GRATUS*, que tanto quer dizer “agradecido” como “agradável”. Sou grata a muitas pessoas e posso considerar toda a minha trajetória como um grande desafio. Os poucos contratempos que surgiram nesta minha caminhada foram importantes para o meu crescimento pessoal, profissional e espiritual. As pequenas e preciosas pedras surgidas durante a minha caminhada foram suficientes para construir um modesto abrigo de onde tentei reconstruir, mesmo que minimamente, um pouco da história da produção do livro manuscrito brasílico no século XVIII.

Assim sendo, venho aqui agradecer primeiramente à CAPES pela bolsa de estudos que me foi concedida em 2013 para realizar um Doutorado Pleno no Exterior e da qual precisei abrir mão por vários motivos. Depois, a todos os professores, colegas do curso de mestrado e doutoramento do Programa de Pós-Graduação em Conservação e Restauro da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, e também à Ana Maria Martins. Agradeço com especial apreço à profa. Graça Martinho pelo apoio incondicional assim como à psicóloga Maria João pelas longas horas de escuta a nós, estrangeiros sempre, ambas também da FCT/UNL. Em seguida, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Magno Moraes Mello, por ter acreditado neste trabalho e por sua orientação, e ao Programa de Pós-Graduação em História agradeço pelo acolhimento na UFMG em 2015, assim como aos funcionários da Pós-Graduação do curso de História da UFMG. À minha coorientadora profa. Dra. Isolda Mendes pela leitura cuidadosa do meu texto e pela valorosa contribuição na área de química, sem a qual uma parte deste trabalho não teria sido possível executar.

No AHU, agradeço à Catarina Mateus, ao José Martinheira, à Profa. Dra. Conceição Casanova e à Profa. Dra. Ana Canas. No APM, à ex-diretora Vilma Moreira dos Santos e demais funcionários. Na CBG, à Carla Berenice Almeida Starling, pelo caloroso acolhimento e as valiosas dicas e ajudas. Ao Wilton, agradeço pelo desenho dos símbolos químicos. A todos os funcionários da Biblioteca da FAFICH, pelo apoio constante durante os anos de 2015 e 2016. Agradeço aos meus amigos, todos, sem exceção, pelo apoio durante este meu caminhar. Aos meus irmãos e a todos que participaram comigo de alguma forma nesta caminhada, gratidão eterna.

RESUMO

Este trabalho resulta do estudo da materialidade dos compromissos manuscritos das irmandades religiosas de leigos produzidos na capitania de Minas Gerais, entre os anos de 1708 e 1815. Nas fontes consultadas por Caio César Boschi, foram localizados 61 compromissos, identificados em seu estudo *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*, de 1986. A presente pesquisa vem acrescentar a esse acervo mais 104 compromissos, os quais se encontram distribuídos entre arquivos do Brasil e de Portugal, estando a maioria deles no estado de Minas Gerais. Os resultados obtidos descortinaram um relevante cenário de marcas d'água, nomes de fabricantes de papel, de comerciantes, de materiais da escrita, bem como de pigmentos utilizados para decorar esse rico patrimônio documental produzido por mãos ainda desconhecidas da historiografia. Ficou também constatado que a iconografia representada nesses compromissos foi ressignificada a partir dos impressos e manuais de caligrafia publicados na Europa, no século XVIII. Além disso, as fontes primárias revelaram que os boticários foram os “cozinheiros dos pintores”, dado que vem, de certa forma, ampliar a definição dada a esses profissionais pelo dicionarista francês radicado em Portugal, Rafael Bluteau, que os definiu como “cozinheiros dos médicos”. As abreviaturas e os símbolos químicos utilizados por médicos e cirurgiões para prescrever receitas médicas também foram do conhecimento desses boticários, que não atuaram de forma arbitrária, como referencia a literatura, mas sim com autoridade de conhecimento. Além de venderem pigmentos, eles também forneceram tintas para pessoas diversas, nas comarcas de Sabará e Ouro Preto. Pintores como Manoel da Costa Ataíde e Manoel Ribeiro Rosa foram seus clientes e um rol de materiais da pintura deste último foi encontrado em vales e pedidos consultados em campo. Os artífices responsáveis pela produção dos compromissos analisados nesta pesquisa utilizaram seda, couro, veludo, e linho para encaderná-los, e, para decorá-los, pigmentos como o vermelhão, azurita, malaquita (verde de cobre), folha de ouro e prata, latão, branco de chumbo, tinta da escrita à base de ferro, e várias outras de origem orgânica, como os amarelos e vermelhos.

Palavras-chave: compromissos de irmandades, iluminura, iconografia, boticários, pigmentos, século XVIII, marca d'água, capitania de Minas Gerais.

ABSTRACT

This text derives from a study on the materiality of handwritten engagements of religious brotherhoods produced in the captaincy of Minas Gerais between 1708 and 1815. In the sources consulted by Caio César Boschi, 61 engagements were found out and identified in his book *Laymen and Power: Laic Brotherhoods and Colonization Policy in Minas Gerais*, 1986. This research adds to this file 104 more engagements, kept in archives in Portugal and Brazil, most of them in the state of Minas Gerais. The results obtained unveiled a relevant set of watermarks, names of paper manufacturers, traders and writing materials, as well as pigments used to decorate a rich documental heritage produced by hands still unknown to historiography. It was also discovered that the iconography represented in those engagements was resignified since the printed matters and calligraphy handbooks published in Europe in the 18th century. Furthermore, the primary sources showed up that the apothecaries were “painters’s cooks”, which happens to broaden in a certain way the definition given to those professionals by French lexicographer living in Portugal Rafael Bluteau who defined them as “physicians’s cooks”. The abbreviations and chemical symbols used by physicians and surgeons to write medical prescriptions were also known to those apothecaries, who didn’t work in an arbitrary way as literature states, but with suitable knowledge. Apart from selling pigments, they also supplied paints to different people in the districts of Sabará and Ouro Preto. Painters such as Manoel da Costa Ataíde and Manoel Ribeiro Rosa were their clients and a list of painting materials of the latter was found on vouchers and orders consulted in the field. The craftsmen responsible for the production of the engagements analysed in this research used silk, leather, velvet and linen to bind them and, to decorate them, pigments like vermilion, azurite, malachite, verdigris, gold and silver leaves, brass, white lead, iron-based writing ink and lacquer in yellow and red colors.

Key words: brotherhood engagements, illumination, iconography, apothecaries, pigments, 18th century, watermark.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACP – Arquivo Casa do Pilar
ADH – Arquivo Distrital Histórico
AEAM – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana
AEPOP – Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Ouro Preto
AESJDR – Arquivo Eclesiástico da Paróquia do Pilar de São João del Rey
AHU – Arquivo Histórico Ultramarino
Alm^{da.} – Almeida
Alv^s – Alvares ou Alves
Ant^o – Antônio
APM – Arquivo Público Mineiro
AVC – Avulso Colonial
BGJM – Biblioteca Guita e José Mindlin
BH – Belo Horizonte
BNP – Biblioteca Nacional de Portugal
Cap. – Capítulo
CC – Casa dos Contos
COC – Chancelaria da Ordem de Cristo
CAOC – Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo
CBG – Casa Borba Gato
CDJ – Chancelaria de D. José
CDM – Chancelaria de D. Maria I
Cust^o – Custódio
D. – Dom
DMCOC – D. Maria I, e Chancelaria da Ordem de Cristo
DCR – Departamento de Conservação e Restauro
Dt^a – Direita
f – Fólio
f – Frente
FCT – Faculdade de Ciências e Tecnologia
IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus
il. – Iluminado
Imp. – Impresso
Joaq^m – Joaquim

L^{do.} – Licenciado
MG – Minas Gerais
mm – milímetros
MO – Museu do Ouro
MRA – Maria Ribeira de Almeida
MRAL – Manoel Rodrigues de Almeida
Ms. – Manuscrito
M^{to.} – Muito
N.S. – Nossa Senhora
Nov. – Novembro
P^{a.} – Para
P&B – Preto e branco
res. – Reservado
s/d – sem data
Sn^{r.} – senhor
s/r – sem referência
TT – Torre do Tombo
TC – Termo de compromisso
TC's – Termos de compromisso
TCI – Termo de compromisso da irmandade
TCI's – Termos de compromisso das irmandades
UNL – Universidade Nova de Lisboa
v – Verso
V – Quinto
9b^{ro} – Novembro

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – TC com inicial inacabada	45
FIGURA 2 – Lápis do século XVII.....	47
FIGURA 3 – Modelos de materiais da escrita – século XVIII.....	48
FIGURA 4 – Inscrições na cor vermelha	52
FIGURA 5 – Inscrições na cor vermelha	53
FIGURA 6 – Inscrições nas cores vermelha e dourada.....	53
FIGURA 7 – Inscrições na cor vermelha	53
FIGURA 8 – TC com iniciais decoradas com folha de ouro.....	54
FIGURA 9 – Iniciais na cor vermelha de alguns compromissos do Brasil.....	57
FIGURA 10 – Inicial <i>N</i> nas cores azul, dourada e vermelha	58
FIGURA 11 – Iniciais na cor azul.....	59
FIGURA 12 – Marca d’água D&C Blauw	75
FIGURA 13 – Contramarca D&C Blauw.....	75
FIGURA 14 – Pormenor da marca d’água do fabricante Prado.....	76
FIGURA 15 – Ferramentas usadas na gravação e confecção das teias metálicas.....	76
FIGURA 16 – Marca d’água Britânica tradicional	78
FIGURA 17 – Marca d’água Britânica <i>Maid of Dor</i>	78
FIGURA 18 – Marca d’água PR	79
FIGURA 19 – Marca d’água Thomar (formato Almoço).....	81
FIGURA 20 – Termo de abertura com Provisão dada à irmandade em 1726.....	104
FIGURA 20a – Pormenor da Provisão	104
FIGURA 21 – Compromissos talvez de um mesmo artífice.....	108
FIGURA 22 – Folha de rosto do TCI de São Vicente Ferreira	110
FIGURA 23 – TC com programas distintos de representação das iniciais na cor vermelha.....	111
FIGURA 24 – Iniciais com o mesmo programa de representação com cores distintas	111
FIGURA 25 – Iniciais com cores e programas de representação distintos	112
FIGURA 26 – Iniciais em cores distintas, com programa de representação provavelmente inspirado no manual de Andrade (1722).....	112
FIGURA 27 – Inicial de Ratdolt (27a) e representações a partir dela (27b e 27c)	114
FIGURA 28 – Iniciais com programas de representação pouco referenciados nos manuais de caligrafia consultados.....	115

FIGURA 29 – Iniciais e inspiradas provavelmente num mesmo programa de representação.....	115
FIGURA 30 – Modelo de inicial de Andrade (1722), e ressignificação do artífice (1725)	117
FIGURA 31 – Representação com imagens à guisa de ameríndios	119
FIGURA 32 – Representação do sol nos séculos XV (Figura 32a) e XVI (Figura 32b)	120
FIGURA 33 – TC com Representação do sol	121
FIGURA 34 – Representação mais estilizada do Sol	121
FIGURA 35 – Sol representado na marca d’água do fabricante de papel Nicolo Poleri	122
FIGURA 36 – Sol simbolizando o elemento químico ouro	122
FIGURA 37 – Inicial <i>C</i> (pormenor)	123
FIGURA 38 – Inicial <i>N</i> (pormenor)	123
FIGURA 39 – Decoração com aves (pormenor prancha 30)	125
FIGURA 40 – Modelo de Andrade ressignificado na colônia em 1806	125
FIGURA 41 – Modelo de Andrade (1722) ressignificado em Lisboa em 1741.....	125
FIGURA 42 – Folha de rosto feita por Jeronymo Mattos	126
FIGURA 43 – Folha de rosto feita por Francisco de Sales	126
FIGURA 44 – Folha de rosto, pormenor da assinatura do artífice: “Jeronymo de Mattos o fez, Rio de Janeiro”	127
FIGURA 45 – Folha de rosto, pormenor da assinatura do artífice: “Francisco de Sales Frz’ o fez, Sabará”	127
FIGURA 46 – Decorações feitas por Mattos (1748) e Sales (1782).....	128
FIGURA 47 – Iniciais e vinhetas feitas por Mattos (1748) e Sales (1782).....	129
FIGURA 48 – Iniciais feitas por Mattos em 1748, a partir do manual de Andrade (1722), e iniciais feitas por Sales, em 1782 e 1790, a partir de Mattos, ou de Andrade.....	130
FIGURA 49 – Ostensório ladeado por dois anjos	131
FIGURA 50 – Ostensório ladeado por dois anjos	132
FIGURA 51 – Ostensório ladeado por dois anjos	132 e 147
FIGURA 51a – Pormenor da Figura 51	147
FIGURA 52 – Ostensório ladeado por aves e elementos vegetalistas	133
FIGURA 53 – Ostensório ladeado por 23 <i>putti</i>	133
FIGURA 54 – Ostensório ladeado por elementos decorativos variados.....	133
FIGURA 55 – Aves distintas representadas num mesmo compromisso.....	134
FIGURA 56 – Variedades de representações da serpente no TCI do Santíssimo Sacramento – 1722	135

FIGURA 57 – Ave e serpente: a representação da luta do bem contra o mal.....	136
FIGURA 58 – Exemplos de representações do ouroboro	137
FIGURA 59 – Repertório visual não-cristão.....	138
FIGURA 60 – Iniciais com volteios caligráficos	139
FIGURA 61 – TC’s com representação arquitetônica em perspectiva	140
FIGURA 62 – Gravura da Virgem de Atocha colada e pintada.....	143
FIGURA 62a – Representação de N.S. do Bonsucesso – 1738	145
FIGURA 63 – Virgem de Atocha, século XVII.....	145
FIGURA 64 – Virgem de Atocha, século XVIII.....	145
FIGURA 65 – Compromisso com inicial <i>L</i> inacabada.....	147
FIGURA 66 – TCI de N.S. Mãe dos Homens, e de São Francisco das Chagas – século XVIII.....	153
FIGURA 67 – TCI de N.S. Mãe dos Homens, e de São Francisco das Chagas – século XVIII.....	153
FIGURA 68 – Lista de materiais na qual constam tinta verdete, pedra lipes, tafetá carmesin, e baeta verde.....	172
FIGURA 69 – “O interior da oficina de pintura de Jan van Eyck, segundo Stradanus”	184
FIGURA 70 – Vale referente ao preparo de um frasco de tinta.....	193
FIGURA 71 – Vale referente ao preparo de um frasco de tinta.....	194
FIGURA 71a – Pormenor do pedido (frasco de tinta).....	194
FIGURA 72 – Pedido de preparo de uma tinta à base de ouro	195
FIGURA 73 – Pedido de vermelhão e [lápiz lázuli].....	196
FIGURA 73a – “laazul” (pormenor de trecho da Figura 73)	196
FIGURA 74 – Pedido de pão de ouro.....	197
FIGURA 75 – Pedido de pão de prata e verdete	198
FIGURA 76 – Pedido de verdete e pedra ume	199
FIGURA 76a – Pormenores das assinaturas de Maria Ribeira de Almeida.....	200
FIGURA 77 – Modelo de Andrade (1722).....	223
FIGURA 78 – Resignificação do modelo de Andrade (1806).....	223
FIGURA 79 – TC encadernado em couro com decoração e inscrições douradas.....	230
FIGURA 80 – TC encadernado em couro com decoração na cor dourada	230
FIGURA 81 – TC encadernado em couro com decoração e inscrições douradas.....	230
FIGURA 82 – TC encadernado com veludo decorado com moldura retangular dourada	231
FIGURA 83 – TC encadernado com veludo azul estampado	233

FIGURA 84 – TC encadernado com linho grosseiro (1788).....	235
FIGURA 85 – Gramática encadernada com linho grosseiro (1796).....	235
FIGURA 86 – TC encadernado com seda listrada	236
FIGURA 87 – TC encadernado com papel	238
FIGURA 88 – TC com guarda aquarelada	240
FIGURA 89 – TC com guarda aquarelada (1788)	240
FIGURA 90 – Códice com guarda aquarelada (1790/BA).....	240
FIGURA 91 – Guarda com motivos vegetalistas	241
FIGURA 92 – F.6f do TCI do Santíssimo Sacramento (1722) com os locais dos pontos analisados por fluorescência de raios X (EDXRF).....	244
FIGURA 93 – Folha de rosto com a marcação de alguns dos pontos analisados	247
FIGURA 94 – Folha de rosto, f. 4 e f.5 do TCI de N.S. da Apresentação (1738), com os locais de marcação da análise por fluorescência da raios-X (EDXRF)	251
FIGURA 95 – Folha de rosto do TCI de N.S. do Bonsucesso (1738) com os locais de marcação da análise por fluorescência da raios-X (EDXRF)	254
FIGURA 96 – Folha de rosto do TCI do Santíssimo Sacramento (1745) com os locais dos pontos analisados por fluorescência de raios-X (EDXRF)	258
FIGURA 97 – Folha de rosto do TCI de N.S. do Rosário dos Pretos (1782) com os locais dos pontos analisados por fluorescência de raios-X (EDXRF)	262
FIGURA 98 – Folha de rosto do TCI de N.S. da Boa Morte dos Homens Pardos Morenos (1808) com os locais dos pontos analisados por fluorescência de raios-X (EDXRF).....	266

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Compromissos portugueses do século XVI (manuscritos).....	23
QUADRO 2 – Compromissos portugueses do século XVII (manuscritos e impressos)	23
QUADRO 3 – Compromissos portugueses do século XVIII (manuscritos).....	24
QUADRO 4 – Compromissos portugueses do século XVIII (impressos)	24
QUADRO 5 – Compromissos da capitania de MG em que foram feitas análises das matérias colorantes	29
QUADRO 6 – Quantitativo de marcas d’água encontradas no AHU, por capitania, de acordo com os compromissos analisados	69
QUADRO 7 – Marcas d’água encontradas nos três compromissos da Comarca de Sabará/ Capitania de MG	70
QUADRO 8 – Marcas d’água encontradas nos cinco compromissos do APM – BH/MG	70
QUADRO 9 – Dados detalhados sobre as marcas d’água encontradas nos compromissos que estão no AHU.....	70
QUADRO 10 – Registro de entrada de papel e penas em Vila Rica nos anos de 1767/68.....	73
QUADRO 11 – Arquivos do Brasil / Compromissos da capitania de Minas Gerais: dimensões dos compromissos consultados por arquivo	74
QUADRO 12 – Dimensões detalhadas dos compromissos encontrados/analísados no AHU por capitania.....	74
QUADRO 13 – Fábricas de papel de Portugal no século XVIII.....	82
QUADRO 14 – Compromissos feitos na mesma data encontrados fisicamente ou referenciados em fontes diversas.....	148
QUADRO 15 – Conjunto de compromissos em duplicata.....	153
QUADRO 16 – Estimativa de produção de compromisso, por década, na capitania de Minas Gerais (1710 a 1815).....	154
QUADRO 17 – Farmacopeias portuguesas publicadas entre os séculos XVIII e XIX.....	160
QUADRO 18 – Materiais da pintura listados no Livro de Gastos do mosteiro de São Bento de Olinda (1790-1795)	182
QUADRO 19 – Materiais comprados e serviços pagos em 1765 que poderiam servir para a pintura, douramento ou cura	186
QUADRO 20 – Materiais para a pintura, escrita, encadernação ou cura.....	187
QUADRO 21 – Material para boticários, droguitas ou comerciantes	187
QUADRO 22 – Materiais para adoração, decoração e escrita	188
QUADRO 23 – Materiais para a pintura ou cura	188
QUADRO 24 – Materiais para escrita, ornamentação, adoração ou encadernação	188
QUADRO 25 – Materiais da pintura utilizados por Manuel da Costa Ataíde	189

QUADRO 26 – Materiais da pintura utilizados por Manoel Ribeiro Rosa.....	190
QUADRO 27 – Materiais da pintura solicitados aos boticários da comarca de Sabará.....	191
QUADRO 28 – Materiais da pintura solicitados ao boticário licenciado João Rodrigues Bijos	193
QUADRO 29 – Pedidos de Joaquim Luis Ferreira a Custódio Pereira da Rocha.....	194
QUADRO 30 – Pedidos de Maria Ribeira de Almeida para António José Alves, boticário licenciado atuante na comarca de Sabará.....	199
QUADRO 31 – Pedidos feitos a outros boticários	200
QUADRO 32 – Medidas e seus respectivos equivalentes utilizadas em Portugal e no Brasil	204
QUADRO 33 – Abreviaturas de medidas	205
QUADRO 34 – Medidas de pesos poucos usuais	205
QUADRO 35 – Abreviaturas e caracteres químicos usuais no século XVIII.....	207
QUADRO 36 – Quantitativo de artífice por compromisso feito.....	220
QUADRO 37 – Locais analisados por fluorescência de raios-X no TCI do Santíssimo Sacramento (1722) - AVC04.....	245
QUADRO 38 – Locais analisados por fluorescência de raios-X no TCI do Santíssimo Sacramento (1725) – AVC05	248
QUADRO 39 – Locais analisados por fluorescência de raios-X no TCI de N.S. da Apresentação - AVC02	252
QUADRO 40 – Locais analisados por fluorescência de raios-X no TCI de N.S. do Bonsucesso (1738) - AVC03.....	255
QUADRO 41 – Locais analisados por fluorescência de raios-X no TCI do Santíssimo Sacramento (1745) – (AVC 08)	259
QUADRO 42 – Locais analisados por fluorescência de raios-X no TCI de N.S. do Rosario dos Pretos (1782)	263
QUADRO 43 – Locais analisados por fluorescência de raios-X no TCI de N.S. da Boa Morte dos Homens Pardos Morenos Livres.....	267

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1 LIVROS DECORADOS E ILUMINADOS DA ANTIGUIDADE AO BARROCO: MATERIALIDADE E HISTÓRIA	34
1.1 Livros decorados e iluminados: um breve histórico.....	34
1.2 Materiais e suportes da escrita.....	39
1.3 A trajetória da cor da tinta da escrita.....	50
1.4 O papel: origem, produção e circulação nas capitanias do Brasil.....	63
1.5 A dinâmica do mercado interno do século XVIII na capitania de Minas Gerais.....	72
1.6 A Academia de Ciências de Lisboa, os naturalistas, e as matérias colorantes.....	87
2 COMPROMISSOS DE IRMANDADES: HISTÓRIA, PRODUÇÃO, COMPOSIÇÃO GRÁFICA E ICONOGRAFIA	100
2.1 Irmandades religiosas portuguesas e brasileiras, e a produção de compromissos: originalidade ou empréstimo cultural?.....	100
2.2 Compromissos e composição gráfica: autoria, cópia ou ressignificação do modelo?	110
2.3 Iconografia religiosa: a representação nos compromissos	131
2.4 Gravuras e impressos: circulação e influência nos compromissos mineiros.....	139
2.5 Compromissos: cópia ou duplicata?.....	147
3 CONHECIMENTO CIENTÍFICO, BOTICÁRIOS E O UNIVERSO DOS PIGMENTOS NA COMARCA DE SABARÁ E VILA RICA	155
3.1 O conhecimento científico em Portugal no século XVIII.....	155
3.2 Atuação dos profissionais leigos da saúde no Brasil colônia.....	164
3.3 Práticas e saberes do fazer artístico	173
3.4 Boticários e boticas	179
3.5 Os materiais da pintura.....	183
3.6 Boticários: cozinheiro dos pintores	191
4 O LIVRO E SUA PRODUÇÃO NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS.....	216
4.1 Artífices do livro na capitania de Minas Gerais	216
4.2 O livro e sua feitura: estrutura física e materiais.....	224
4.3 Os compromissos e os materiais da encadernação: revestimento em seda, veludo, linho e papel.....	229

4.4 A estrutura interna dos compromissos: capítulos, folha de guarda, e cadernos.....	238
4.4.1 A paleta de cores dos artífices	241
4.5 Estudo de caso de sete compromissos da capitania de Minas Gerais	242
4.5.1 Arquivo Público Mineiro	243
4.5.2 Casa Borba Gato (3 compromissos)	261
CONCLUSÃO.....	269
REFERÊNCIAS	272
ANEXO A – Distribuição cronológica das irmandades mineiras nas fontes consultadas no BR e PT.....	291
ANEXO B – Tratados e manuais de caligrafia editados entre 1550 e 1802	316
ANEXO C – TCI'S em que os artífices fizeram falso rosto	317
ANEXO D – <i>Pauta e alvará</i> [...].....	319
ANEXO E – Alguns dos pedidos e vales de Manoel Ribeiro Rosa – pintor de Vila Rica	326
ANEXO F – Artífices do livro e seus respectivos compromissos.....	328

INTRODUÇÃO

Definir um objeto de pesquisa para uma tese nem sempre é tarefa simples, mas quando existe uma afinidade muito grande com o assunto, tudo tende a se tornar mais prazeroso, o que não implica dizer que o processo tenha sido fácil. Os livros sempre fizeram parte da minha vida, mas o contato diferenciado com o fazer deles se deu a partir do momento em que me tornei estagiária na Editora UFMG no 1º período da minha graduação em Letras na UFMG. Conhecer o processo de produção do livro desde o seu início foi encantador, motivo pelo qual nunca mais me separei deste objeto fascinante que mudou a história da humanidade. Tive contato logo após minha formatura, por ocasião de uma especialização em Cultura e Arte Barroca em Ouro Preto, com o universo do livro manuscrito produzido em Minas Gerais no século XVIII. A paixão pelo assunto foi imediata e agora ela já virou amor. Minha pesquisa de mestrado em Lisboa enfocou um estudo sobre os compromissos mineiros que estão sob a guarda do Arquivo Histórico Ultramarino, e agora, a que desenvolvi no doutorado, objetivou compreender como se deu o processo de produção destes manuscritos valorosos da cultura barroca que teve lugar tanto no litoral quanto no interior do Brasil.

Os livros não são apenas suporte das ideias, culturas e conhecimentos, eles existem também em sua materialidade, sua concretude, por isso dizemos que a obra possui duas dimensões: uma que se refere às suas ideias, seu tema, seu conteúdo, chamada de *corpus mysticum*, e a outra que é relativa ao seu suporte material, chamada de *corpus mechanicum*. A codicologia ajuda-nos neste aspecto, pois ela é a ciência que se concentra no estudo do *corpus mechanicum* dos livros manuscritos, também chamados de códice (COSTA, 2007, p. 254).

A gênese da arte da iluminação e da decoração de códices advém dos antigos egípcios e não dos europeus como a maioria das pessoas normalmente pensa, e a literatura enfatiza. Um estudo arqueológico da estrutura física do livro e das suas transformações ao longo dos tempos fez-se necessário para entender o objeto que nos propusemos estudar nesta tese: os termos de compromisso¹ das irmandades religiosas de leigos, muitas das quais tiveram atuação e representatividade considerável dentro do contexto da América Portuguesa.

¹ Além dos Termos de compromisso, as irmandades tiveram livros de Receitas e Despesas, de Assento de entrada de irmãos, de Termos e Inventários, de Inventário de bens da irmandade.

Até a presente data, muitas publicações já foram feitas sobre a História do Livro, cada qual dando sua valorosa contribuição sobre pontos específicos da produção deste objeto revolucionário. Entretanto, existe uma lacuna que recai sobre a forma de produzir os livros manuscritos do século XVIII no Brasil. Donde pretendemos dar nossa colaboração.

Os compromissos das irmandades religiosas de leigos produzidos no século XVIII (assim como os do século XIX) são passíveis de análise sob vários ângulos, devido a isso, um dos nossos objetivos foi estudar como se deu esta produção ao nível dos materiais na capitania de Minas Gerais, região em que o associativismo das irmandades religiosas de leigos foi uma forma encontrada pelos irmãos associados de se ajudarem nos socorros espirituais, assim como dar assistência aos mais necessitados em vida e depois da morte.

Estas irmandades foram responsáveis pela produção de um rico acervo de livros manuscritos. Nossa pesquisa revelou que tanto no Brasil quanto em Portugal ainda são escassos estudos monográficos sobre muitos pontos indispensáveis a este fazer, tanto ao nível da sua materialidade, quanto da sua produção ou significação. Devido a isso analisamos cada compromisso como um objeto cultural único, sujeito de expressão artística e veículo de cultura.

Desde os tempos mais remotos, a cor sempre foi algo que chamou a atenção das pessoas, sendo ela algo apaixonante tanto para a Arte quanto para a Ciência. Na atualidade, a união de duas áreas distintas, mas que outrora caminharam juntas, vem apenas restaurar a ponte rompida desde a Antiguidade. A cor é capturada pela tinta e aplicada pelo artista sobre um suporte e, no nosso caso em específico, o papel. Identificamos papéis de vários moinhos europeus, e materiais da encadernação considerados como de luxo. A carga simbólica dos materiais utilizados na produção dos compromissos das irmandades de leigos do Brasil, elevam a importância deste rico patrimônio cultural ainda pouco valorizado pela historiografia. Devido à riqueza dos materiais encontrados, ficou claro para nós a importância da realização de uma pesquisa interdisciplinar em que estivessem envolvidos saberes distintos como a História da Arte, a Química, a Conservação e o Restauro, além da História Cultural e Material do período por nós delimitado.

Desta forma, para alcançarmos um dos nossos objetivos foi necessário realizar estudos que também estivessem voltados para as metodologias e aplicações referentes à caracterização de tintas dentro da espectrometria.² Sendo que, neste caso em específico, o

² “A espectrometria é um conjunto de recursos que nos permite identificar a estrutura das partículas que constituem as substâncias. Atualmente existem tecnologias tão avançadas que se torna possível descrever

enfoque foi dado aos materiais (tintas, papéis, e materiais da encadernação) utilizados na produção dos compromissos que analisamos tanto no Brasil quanto em Portugal.

A caracterização das matérias colorantes utilizadas no Brasil do século XVIII, de um modo geral, ainda está por ser feita. A identificação delas em mobiliários foram tratadas por Coelho (2011), em tetos de igreja e esculturas por Moresi (1988) e Souza, (1996), em papel de parede por Pessanha (2009) e Edwards (2014). Nossa pesquisa vem dar sua contribuição no momento em que contempla o estudo dos materiais ainda não referenciados pela literatura que versa sobre livros manuscritos. Vimos que os trabalhos de Freitas (2004), Costa (2007) e Gonçalves (2015) discorrem sobre a materialidade de manuscritos produzidos no Brasil do século XVIII, mas não tivemos acesso a outras produções. Alguns dos materiais presentes nas iluminuras analisadas, já foram revelados através de fontes literárias da Antiguidade, motivo pelo qual foi necessário recorrer aos clássicos como Vitruvius, e Plínio, o Velho,³ assim como considerar os vestígios deixados pelos que estiveram envolvidos com o mundo dos pigmentos, dos ligantes, das tintas e das cores.

Infelizmente, a falta de estudos sobre este assunto em específico impossibilitaram-nos de obter informações relevantes sobre a manipulação, produção e circulação das matérias colorantes utilizadas pelos diversos artífices que atuaram na capitania de Minas Gerais. Devido a isso, algumas de nossas perguntas iniciais ainda estão sem respostas. Entretanto, esperamos que os resultados obtidos por nós no tocante à feitura destes compromissos colaborem de alguma forma para novos estudos relativos à História do livro manuscrito no período colonial e de arte técnica utilizada para produzi-lo.

Até a presente data, conseguimos constatar a existência de 517 irmandades religiosas na capitania de Minas Gerais (Anexo A)⁴, sendo que deste total localizamos fisicamente 165 compromissos produzidos entre 1708-1815⁵ (Anexo A). Optamos por delimitar o ano de 1815

com precisão a estrutura exata de uma molécula. Os equipamentos modernos permitem detectar os tipos de elementos presentes no composto, a quantidade de cada um deles, a posição tridimensional de cada átomo e muito mais. Esses aparelhos funcionam basicamente a partir de feixes de onda eletromagnética incidentes sobre uma amostra do composto, que então, absorve energia em determinados comprimentos de onda. Os valores da energia e dos comprimentos de onda absorvidos são detectados no aparelho e transformados em um gráfico no computador. É então pela análise desse gráfico que se determina a estrutura da molécula.” Disponível em: <http://www.oocities.org/vienna/choir/9201/espectrometria.htm>. Acesso em 20.08.2016.

³ Caius Plinius Secundus (23-79 d.C.) foi um militar romano naturalista que entre os anos de 77-79 publicou, em latim, a obra monumental História Natural (*Naturallis Historia*). Trata-se de uma grande enciclopédia que, na forma atual, apresenta-se em 37 volumes.

⁴ De 1816 a 1820, encontramos mais 25 (não listados no Anexo A). Excepcionalmente, há um de 1851 feito pela irmandade de São Gonçalo Garcia, da Vila de São João del-Rei, da comarca do Rio das Mortes.

⁵ Algumas poucas fontes nos revelaram a existência de irmandades criadas no século XVII em Minas Gerais, na Bahia e Rio de Janeiro. Entretanto não conseguimos descobrir se seus compromissos foram feitos.

como marco cronológico em nossa pesquisa. Entretanto, sabemos que a partir de 1822 deixa de ser necessário o envio de documentos para serem confirmados pela Mesa da Consciência e Ordens. Nossa delimitação temporal abrangeu um século e duas décadas porque foi nosso objetivo tentar descobrir se a produção destes compromissos havia sido significativa ou não. Felizmente, o *corpus* que estudamos nos deram a dimensão e preciosidade da arte praticada pelos artífices, alguns dos quais produziram manuscritos de qualidade plástica e aspecto imponente que certamente também poderão ter seus correspondentes nas outras capitânias.

Como objetivamos realizar um estudo da materialidade destes compromissos e a forma como eles foram feitos, nossa primeira intenção foi verificar se havia alguma semelhança entre os compromissos manuscritos feitos em Lisboa e no Brasil. E em caso positivo, se esta semelhança se deu entre os compromissos das capitânias analisadas. Desta forma, num total de 107 compromissos, analisamos apenas 87 dos produzidos nas capitânias da Bahia (15), Espírito Santo (02), Goiás (08), Maranhão (02), Minas Gerais (21), Paraíba do Sul e do Norte (10), Pernambuco (26), Rio de Janeiro (14), Rio Grande do Norte (02), e São Paulo (08). Este estudo comparativo foi necessário porque os resultados obtidos propiciaram-nos o desvendamento preliminar do modo como esta arte se deu na metrópole e na colônia, principalmente no que se refere às influências exercidas da primeira sobre a segunda.

Com o decorrer do tempo, percebemos que os compromissos das irmandades portuguesas produzidos a partir do advento da imprensa, e que estivessem dentro do nosso recorte temporal, também deveriam também ser analisados. A inclusão destes impressos ao nosso *corpus* inicial deveu-se ao fato de querermos perceber se a mudança na forma de registro da informação e do fazer artístico destes compromissos, de um modo geral, influenciou o fazer artístico nas capitânias do Brasil. Incluir este novo *corpus* foi de fundamental importância para a análise comparativa a que nos propusemos inicialmente.

Na Biblioteca Nacional de Portugal, encontramos um conjunto documental composto por 50 compromissos⁶ de irmandades portuguesas de leigos (e de religiosos)⁷ produzidos entre os séculos XVI ao XVIII. A análise deste material nos permitiu concluir que a arte da produção portuguesa de compromissos exerceu influência direta na produção dos compromissos feitos nas capitânias consultadas para essa tese. Nos quadros abaixo, dividimos

⁶ Composto por manuscritos e impressos.

⁷ Encontramos apenas dois compromissos de irmandades religiosas: a dos Clérigos da Vila de Setúbal e a dos Clérigos da Caridade.

cronologicamente os compromissos portugueses para que esta produção possa ser vista em sua totalidade.

QUADRO 1 – Compromissos portugueses do século XVI (manuscritos)

	Nome da irmandade	Tipo	Ano
01	Mareantes de Oeiras	ms	1501
02	Compromisso Passado por D. Manuel I	ms	1511
03	O compromisso da Confraria da Misericórdia	ms	1516
04	Treslado do Compromisso da Confraria de Nossa Senhora do Rosário para o Mosteiro dos Tibães	ms	1554
05	Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	ms	1565
06	Santa Casa de Misericórdia de Vila Flor	ms	[1571]
07	Compromisso da Confraria do Bem-aventurado São Pedro	ms	1579
08	Compromisso da Confraria do Bem-aventurado São Pedro	ms	1581
09	Dos Clérigos da Vila de Setúbal	ms	1584
10	Dos Clérigos da Caridade	ms	1592

QUADRO 2 – Compromissos portugueses do século XVII (manuscritos e impressos)⁸

	Nome da irmandade	Tipo	Ano
01	Irmadade da Casa da Santa Misericórdia da cidade de Lisboa	imp.	1600
02	Santíssimo Sacramento de Jesus de Odivelas	ms	[1601]
03	Santíssimo Sacramento da Vila do Torrão	ms	1603
04	Dos Clérigos	ms	1611
05	Compromisso da Misericórdia de Lisboa	imp.	1619
05	Santo António da Vila de Setúbal	ms	1624
06	Compromisso da Misericórdia de Lisboa	ms	1640
07	Santíssimo Sacramento do Convento de S. João da Penitência da vila de Estremoz	ms	1646
08	Glorioso São Silvestre	ms	1660
09	Compromisso da Misericórdia de Lisboa	imp.	1662
10	Escravos do Santíssimo Sacramento	ms	1663
11	Glorioso Santo António de Lisboa	ms	1665
12	Confraria das Almas do fogo do purgatório	ms	1669-1781
13	Compromisso da Misericórdia da Lisboa	imp.	1674

⁸ A ortografia do nome das irmandades foi atualizada.



14	S. Sacramento da Vila das Alcáçovas (irmandade dos irmãos escravos)	ms	1690
15	Compromisso da Misericórdia de Arrifana de Sousa [...]	imp.	1697

QUADRO 3 – Compromissos portugueses do século XVIII (manuscritos)

	Nome da irmandade	Tipo	Ano
01	Nossa Senhora Mãe de Deus e Mãe dos Homens	ms	1701
02	Santíssimo Sacramento de Coimbra	ms	1728
03	Confraria de Nossa Senhora da Nazareth	ms	1732
04	Santíssimo Sacramento de São Jozé	ms	1735
05	Gloriosa Virgem e Mártir Santa Cecília	ms	1749
06	Senhor dos Passos	ms	1753
07	Misericórdia de Lisboa	ms	1755
08	Caridade Geral de Lisboa	ms	1763
09	Nossa Senhora do Rosário	ms	1768
10	Nossa Senhora do Rosário	ms	1786
11	Santíssimo Sacramento de Estremoz	ms	1793

QUADRO 4 – Compromissos portugueses do século XVIII (impressos)

	Nome da irmandade	Tipo	Ano
01	Dos Clérigos do Apóstolo de São Paulo	imp.	1702
02	Misericórdia de Lisboa	imp.	1704
03	São Miguel e Almas	imp.	1714
04	Glorioso Apóstolo São Pedro e São Paulo	imp.	1722
05	Congregação do Senhor da Agonia e Via Sacra	imp.	1725
06	Dos Clérigos dos Pobres	imp.	1732
07	Nossa Senhora da Boa Morte	imp.	1733
08	Misericórdia de Lisboa	imp.	1739
09	Santíssimo Sacramento	imp.	1744
10	Santa Cruz e Passos de Nosso Senhor Jesus Cristo	imp.	1749
11	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	imp.	1755
12	Irmandade da Sta Cruz, e Passos de N.S. Jesus Christo	imp.	1764
13	Clérigos Pobres de Lisboa ⁹	imp.	1765
14	Benditas Almas	imp.	1780

Neste conjunto documental analisado, o compromisso mais antigo data de 1501 e pertenceu à Irmandade dos Mareantes de Oeiras (Quadro 1). O seu modelo de representação

⁹ Não foi possível consultar este códice, uma vez que o mesmo não foi localizado no Setor de Reservados pelas funcionárias da Biblioteca Nacional de Lisboa.

figurativa assemelha-se, de certa forma, ao utilizado nos *Livros de Horas*¹⁰ muito recorrente na Idade Média, assim como também ao de outros códices iluminados com vocabulário similar aos que circularam pela Europa entre os séculos XII e XV. Nenhum exemplar com um programa iconográfico parecido com o desta irmandade foi realizado pelos artífices mineiros ou das outras capitanias do Brasil.

Não foi nossa intenção realizar um inventário da escrita utilizada nos compromissos portugueses analisados. Detivemos nossa atenção apenas na escrita dos produzidos no século XVIII que, comprovadamente, têm suas raízes em manuais de escrita publicados entre os séculos XV e XVIII¹¹. Almada (2011) comprova isso em seu trabalho ao mencionar 76 manuais de caligrafia publicados neste período e discorre com riqueza de detalhes sobre a influência que os mesmos exerceram sobre a produção de manuscritos em vários países europeus, inclusive nos compromissos que analisamos. Ao localizarmos mais 21 manuais (Anexo B) com este mesmo perfil, foi possível perceber como a arte caligráfica se repetiu ao longo de quase quatro séculos nestes manuais, visto que poucas variantes estilísticas foram acrescentadas na gramática visual criada pelos autores que orientaram o fazer caligráfico na Europa, além disso também foi possível perceber como esta arte se refletiu nos livros manuscritos da América Portuguesa.

Pela quantidade de manuais publicados sobre esse assunto, sem que tenhamos feito uma pesquisa mais detalhada sobre o universo desta produção, percebemos a importância que os grandes mestres deram à arte da caligrafia. Como houve uma grande circulação destes manuais de escrita entre os vários países da Europa Ocidental, não teria como ser diferente a enorme influência deles no contexto da cultura escrita das capitanias do Brasil, com especial ênfase para a refletida nos compromissos das irmandades mineiras. Devemos, inclusive, descartar a ideia de ter sido o livro *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar* de autoria de Manuel Andrade de Figueiredo (1722), o único manual a ter circulado no Brasil, uma vez que estudos significativos de Abreu, Bragança, Silva, Villalta dentre outros sobre leitura e circulação de livros no século XVIII mostram-nos a quantidade e variedade deles nas bibliotecas do período colonial. Villalta & Morais (2010) fazem um estudo exaustivo dos livros de bibliotecas privadas na capitania de Minas Gerais no século XVIII, sendo que nos inventários arrolados por estes autores nem sempre os nomes dos livros foram listados, daí

¹⁰ Livros criados por devotos no final da Idade Média.

¹¹ Para mais detalhes sobre a caligrafia utilizada na escrita de códices de irmandades religiosas de leigos em Minas Gerais, no século XVIII, consultar Almada (2006; 2011).

não podermos ignorar a presença de outros manuais de caligrafia nas colônias. Sabemos que apenas na Biblioteca do atual Santuário do Caraça existe um exemplar do livro de Andrade. Entretanto, a caligrafia registrada nos compromissos analisados aparece tanto no livro de Andrade quanto nos outros manuais de caligrafia que inventariamos e analisamos cuidadosamente um a um, na forma física ou virtual.

No que se refere aos 87 compromissos das capitânias do Brasil analisados nos arquivos portugueses¹², as decorações encontradas foram feitas na folha de rosto (ou no falso rosto), nas iniciais, nas cercaduras, e nos fechamentos¹³ dos capítulos. Em alguns compromissos da capitânia de Minas Gerais, a folha de rosto permaneceu em branco, donde se presume a previsão de uma decoração posterior, provavelmente quando o compromisso retornasse de Portugal.¹⁴ Supõe-se, desta forma que, devido à necessidade de aproveitar a viagem de um portador a Lisboa,¹⁵ a atividade de ilustrar ou ornar o compromisso não tenha sido realizada já que ela ocorre, normalmente, antes da encadernação,¹⁶ prática ocorrida ao inverso nos códices egípcios. A beleza de muitos livros supõe o intuito das irmandades mais abastadas de impressionar os censores e, assim, conseguir sua aprovação com mais facilidade. Além disso, ter um livro mais ricamente ilustrado e decorado certamente denotava *status* e poder. Basta olharmos hoje para os templos erguidos por essas agremiações para termos noção do fausto da época.

As irmandades religiosas de leigos ou de religiosos, em Portugal e nas colônias, depois de constituídas, e para poderem atuar enquanto entidades agremiativas, precisavam mandar confeccionar o seu Termo de Compromisso, feito exclusivamente com o objetivo de regulamentar as leis que iriam reger a entidade e os irmãos associados. Feito isso, era preciso que elas os enviassem a Lisboa para serem confirmados pelo Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens em Lisboa.¹⁷ Só depois disso é que elas poderiam atuar em seus

¹² Os referidos compromissos foram consultados no AHU (102), BNP (2). TT (3).

¹³ Este tipo de decoração é conhecida como vinheta e foi muito utilizada pelos impressores assim como pelos profissionais do livro nas capitânias do Brasil.

¹⁴ Os impressores também tinham esta prática, só que o ato de deixar a folha em branco também foi uma forma de proteger o miolo do livro.

¹⁵ Curioso foi notar que um grupo de compromissos encontrados em Portugal (normalmente os de uma mesma comarca ou de comarcas próximas) foram datados na mesma época. Disso, concluímos que realmente deveria haver um portador que os levaria para Lisboa.

¹⁶ Este foi o único compromisso que encontramos inacabado. Não podemos afirmar que este procedimento foi regra entre os ilustradores dos compromissos no Brasil. Entretanto, não devemos descartar esta hipótese.

¹⁷ A impossibilidade de retorno de muitos dos compromissos feitos no Brasil, fez com que os arquivos portugueses se tornassem guardiões de parte do *corpus* que analisamos.

respectivos locais de criação. A Capitania de Minas Gerais produziu compromissos de estimada beleza, sendo que Boschi, em seu relevante trabalho de 1986 que versa sobre essas entidades religiosas, discorre sobre elas enquanto organismos religiosos que exerceram forte influência local e como estes livros poderiam ser fontes estimadas de informação sobre a sociedade colonial mineira nos aspectos cultural, econômico e artístico. Boschi identificou nas fontes que consultou 322 irmandades e menciona em seu livro 61 compromissos, os quais encontram-se sob a guarda de arquivos brasileiros e portugueses. Iremos acrescentar ao montante encontrado por este autor, mais 195 irmandades e 104 compromissos. Esperamos que nossa contribuição possa trazer à luz dados que possam revelar novos saberes à respeito da materialidade e da produção destes compromissos.¹⁸

Do total dos compromissos das irmandades mineiras identificados nas fontes, alguns são iluminados ou ornados, outros sequer tiveram algum tipo de decoração. Muitas vezes, o que se viu foi uma inicial feita apenas num tamanho um pouco maior das demais. No geral, o modelo das iniciais que receberam algum tipo de adorno seguiram um padrão ditado pelos manuais de caligrafia artística bastantes recorrentes na Europa desde o século XVI após o advento da imprensa. Algumas destas iniciais, inclusive, foram modificadas de acordo com a produção local. Poucos compromissos fugiram ao padrão ditado por estes manuais e nas iniciais com alguma diferenciação vê-se que a fonte de inspiração do artífice foi baseada na iconografia cristã, romana e medieval. As decorações feitas no falso rosto e na folha de rosto (Anexo C) apresentam, na maioria dos casos, o *orago* de devoção da irmandade. Entretanto, nem sempre o santo de devoção foi representado nestes espaços, e em alguns casos ele foi substituído por um símbolo que estivesse associado à irmandade. A capitania de Minas Gerais, dentre todas as analisadas, apresentou um *corpus* documental mais diferenciado quanto aos modelos iconográficos representados, seja ao nível das iniciais ou das imagens. Não conseguimos identificar o porquê de algumas representações, entretanto não nos devemos esquecer que as cidades com maior contingente populacional abrigava, certamente, pessoas de diversas origens que certamente deviam partilhar e integrar conhecimentos únicos. A capitania da Bahia também nos presenteou com representações muito distintas das produzidas nas demais.

De uma forma geral, os compromissos das irmandades religiosas produzidos no Brasil do século XVIII servem de modo privilegiado à melhoria de conhecimentos sobre a cultura

¹⁸ O recorte de nossa pesquisa foi de 1708-1815. De 1816 a 1850, encontramos mais 26 irmandades e cinco compromissos.

artística deste período, a partir do momento em que nos revelam uma forma, em alguns casos, singular de produzir manuscritos iluminados. Sendo que um pouco desta produção, como mencionamos anteriormente, se assemelha à portuguesa do mesmo período. Os exemplares produzidos no Brasil são únicos e vêm enriquecer, especialmente, a compreensão sobre a cultura artística e a mentalidade dos artífices que aplicaram na maioria das iniciais, os mesmos programas iconográficos presentes nos manuais de caligrafias recorrentes na Europa. As poucas e diferenciadas técnicas de representação plástica de algumas iluminuras vieram nos provar que o imaginário coletivo europeu ainda foi replicado na arte colonial da América Portuguesa. O uso de motivos como aves, serpentes, mascarões são a prova disso.

Originalidade vernácula, empréstimo, cópia ou ressignificação de modelos? No geral, o que vimos foi um pouco de cada uma destas performances, cada uma trabalhada de acordo com o gosto do artífice e a linguagem plástica da época que, muitas vezes, foi conjugada com elementos de outros períodos da História da Arte. No geral, as ilustrações presentes nos compromissos das variadas capitânicas seguiram uma linguagem figurativa recorrente no século XVIII e facilmente visualizada nas esculturas, tetos de igrejas, frescos e pinturas a óleo desta centúria. Assunto inclusive já bastante referenciado em algumas fontes que consultamos. Os motivos representados em alguns dos compromissos analisados repetem-se idênticos ou são muito similares em compromissos de irmandades do mesmo orago situadas em localidades próximas, embora distintas. Entretanto, não se pode afirmar que os compromissos que apresentaram uma mesma forma representativa tenham sido feitos pelo mesmo artífice, isso porque a cópia era algo recorrente, e a autoria só passa a ser questionada no princípio do século XIX.

Quanto às matérias colorantes presentes nos compromissos analisados, foi nossa intenção tentar descobrir quais delas foram utilizadas pelos artífices atuantes na Capitania de Minas Gerais; de onde elas procediam e quem as manipulava; em que tipo de suporte os desenhos e a escrita foram registrados; os pigmentos utilizados para fazer as tintas encontradas nestes compromissos eram de natureza orgânica, inorgânica ou sintética?; e a quem cabia o comércio deste tipo de material? Estas são algumas perguntas que tentamos responder em nossa tese e para algumas delas, felizmente, obtivemos algumas respostas. Privilegiamos a análise dos materiais da pintura de sete compromissos produzidos na capitania de Minas Gerais (Quadro 5). Deste total, cinco estão sob a guarda do APM, em Belo Horizonte/MG, e dois da CBG, em Sabará/MG. O trabalho de caracterização dos materiais foi



realizado na Escola de Química da UFMG sob a orientação da professora doutora Isolda Maria de Castro Mendes.

QUADRO 5 – Compromissos da capitania de MG em que foram feitas análises das matérias colorantes

Irmandade	Ano	Arquivo
Santíssimo Sacramento	1722	APM
Santíssimo Sacramento	1725	APM
N.S. da Apresentação	1738	APM
N.S. do Bonsucesso	1738	APM
Santíssimo Sacramento	1745	APM
N.S. do Rosário	1782	CBG
N.S. da Boa Morte dos Homens Pardos Morenos livres	1808	CBG

No que se refere às encadernações e fabricantes de papéis, além destes sete compromissos, analisamos todos os demais que nos foram possível consultar no AHU (102)¹⁹ com o objetivo de buscar apenas este tipo de informação. A paleta de cores obtida nas análises científicas dos materiais da pintura mostrou-nos a riqueza da matéria pictórica que compõe o nosso *corpus* documental, isso porque nas ilustrações decoradas com tinta, as cores revestem-se de um código próprio, que muitas vezes é o mesmo utilizado em pinturas murais, telas e esculturas policromadas.

Não foi encontrada nenhuma documentação que comprovasse a encomenda destes códices pelas respectivas Irmandades. A única informação obtida refere-se ao pagamento pelo «feito» do compromisso, taxado em 750 réis e que se encontra registrada no final de alguns dos compromissos consultados da capitania de Minas Gerais. Entretanto, descobrimos que algumas irmandades mandaram fazer dois compromissos, o que acreditamos ter sido uma prática de muitas outras.

De acordo com nossa análise, podemos supor que todos os compromissos que estão sob a guarda dos arquivos portugueses tenham sido feitos no Brasil, entretanto não podemos excluir a ideia de alguns terem sido encadernados em Lisboa. Só poderemos saber se as encadernações foram feitas nas capitanias se encontrarmos exemplares que não tenham sido confirmados em Lisboa e, infelizmente, não conseguimos comprovar isso em nossa pesquisa. Pelas fontes consultadas não foi possível verificar se houve uma circulação intensa dos artífices do livro entre as capitanias. A feitura do compromisso da irmandade de Nossa

¹⁹ Esta numeração em alguns momentos irá se diferenciar no decorrer da tese, porque alguns compromissos entram dentro de um conjunto específico de análise que, em alguns casos, não engloba outros compromissos ou características.

Senhora do Amparo da comarca de Sabará em 1748 por um artífice do Rio de Janeiro, Jeronymo Mattos, não é significativa para comprovar se realmente houve um intercâmbio de artífices e saberes. Quanto às encadernações feitas neste período, percebemos que algumas seguem os padrões medievais quanto ao uso da madeira utilizada para fazer as pastas,²⁰ assim como os fechos de ferro que serviram para fechá-las. A pasta de madeira foi largamente utilizada no período medieval porque seu peso ajudava a planificar o miolo²¹, a maioria feito com pergaminho que sofria com as variações de temperatura e umidade. Já os fechos serviram para manter os códices hermeticamente fechados, uma vez que tal ação fazia com que eles ficassem protegidos da poeira e os fólhos mantinham-se retos. Como a maioria do miolo dos compromissos das irmandades religiosas é fino, e foi feito em papel (supostamente de algodão, linho ou trapo), tanto a pasta de madeira quanto os fechos perderam a sua função primeira que era, respectivamente, planificar e dar proteção aos códices. Nos compromissos analisados, o fecho, por exemplo, passa a ter um sentido decorativo. Em contrapartida, o uso da pasta de madeira, por dedução, pode ter ocorrido por dois motivos: falta do cartão em algumas capitánias ou o uso de um modelo descontextualizado.²² Acreditamos ser esta a causa mais provável desse uso. Isso porque no século XVIII, o papel cartão para fazer capas já era recorrente e uma forma barata de fazer livros, ganho advindo da popularização da imprensa. Uma hipótese a ser considerada refere-se ao desconhecimento dos produtores destes livros no Brasil em relação ao material mais adequado para a sua confecção, o que não significa dizer que ele não circulasse pelos entrepostos de vendas das capitánias. Utilizar a madeira para fazer uma pasta e colocar um fecho na encadernação poderia ser considerado, pelo artífice (ou até quem sabe até pela própria irmandade) como algo que agregasse valor ao compromisso e denotasse certa suntuosidade ao mesmo.

Quanto à análise dos pigmentos, não se privilegiou uma cor em específico. Mas sim, todas as que foram utilizadas para decorar os compromissos com o objetivo de criar uma paleta do artífice do livro manuscrito na Capitania de Minas Gerais no século XVIII. Esta análise, inclusive, nos permitiram comparar os resultados obtidos por Freitas (2004) e Gonçalves (2015) com os nossos.

²⁰ Trata-se de um material semi-rígido que se aplica contra o primeiro e último fólhos do bloco do livro, com o objetivo de protegê-lo.

²¹ O mesmo que o corpo do livro, a parte interna onde está registrada a informação.

²² Confirmamos o uso da pasta de cartão pelos monges do convento de São Bento de Olinda.

No Capítulo 1, não foi nossa intenção discorrer sobre a história da produção do livro desde a Antiguidade até o século XVIII, tarefa hercúlea e que fugia ao nosso propósito, inclusive porque muito já foi escrito sobre este assunto. Entretanto, foi preciso percebermos como a produção de manuscritos se deu em alguns períodos históricos para que pudéssemos relacioná-la aos livros delimitados em nosso recorte temporal. Desta forma, faremos breves considerações sobre a história da produção de manuscritos e como a prática de produzi-los perpetuou-se ao longo dos tempos com suas respectivas nuances. Privilegiamos um estudo sobre os suportes e sobre alguns materiais da escrita e da pintura, e como se deu o comércio deles na capitania de Minas Gerais. Consideramos-também importante descobrir em qual suporte foram feitos os compromissos que analisamos e como este material circulou no Brasil como um todo. Além disso, pretendemos trazer à luz a importância dada pelos membros das Academias de Ciências do Brasil e de Portugal às matérias colorantes como a cochonilha e o anil, assim como revelar as tantas possibilidades encontradas pelos naturalistas em relação a este rico acervo existente na América Portuguesa e ainda desconhecido à época pela Coroa Portuguesa.

No Capítulo 2, abordaremos a gênese das irmandades e porque elas precisaram produzir seus compromissos. A produção iconográfica existente neste material nos levou a considerar os conceitos discutidos por Gruzinski (2001) e Burke (2003) sobre hibridismo e *continuum* cultural, com o objetivo de refletirmos se a produção iconográfica dos artífices do livro que atuaram na capitania de Minas Gerais nos séculos XVIII se trata de uma questão de originalidade ou de empréstimo cultural. Os sentidos ocultos presentes em algumas representações nos revelaram o conhecimento e talento com o uso da pena e das cores. A aparente simplicidade plástica de alguns compromissos, conotam um traço distintivo de uma outra forma de composição das iluminuras no século XVIII nas colônias, período em que a arte da imprensa imperava na Europa.

No Capítulo 3, intentamos fazer um levantamento do estado da arte a respeito do universo da cura no contexto colonial, com o objetivo de saber um pouco mais do espaço de atuação dos boticários, peças-chave desta pesquisa. Leite (1953), Carneiro (1994), Marques (1999), Figueiredo (2002), Edler (2006; 2010), Calainho (2004; 2009), Furtado (2005), Starling (2005), Almeida (2010), Maia (2012), Viotti (2012) mencionam estes profissionais como figuras representativas junto à população local, entretanto nenhum destes autores menciona-os praticando outra atividade além da prescrita em seu regimento, que era a de auxiliar os médicos e cirurgiões na preparação dos remédios. Apenas Juste (1998) e

Siracusano (2001; 2005) mencionam a atuação dos boticários junto aos pintores desde a Idade Média. Cruz (2013) alude que o comércio de materiais da pintura era feito pelos droguistas que vendiam de tudo um pouco, e Bluteau (1712) se refere aos boticários como cozinheiros dos médicos.

Gradativamente, as fontes consultadas nos foram revelando um rico e curioso universo das matérias colorantes e as respostas que obtivemos vêm contribuir, mesmo que minimante, para algum avanço na História da Arte Técnica, principalmente no tocante à atuação dos boticários na produção das tintas e pigmentos na capitania de Minas Gerais. Esta descoberta certamente irá acrescentar mais uma peça ao quebra-cabeça que ainda está em construção à respeito desse assunto no Brasil. A participação dos boticários no processo deste fazer artístico vem inclusive revelar sua valorosa contribuição e parceria como os artífices e pintores do século XVIII, não só na capitania de Minas Gerais como certamente em todas as outras do Brasil, já que a produção de compromissos não foi uma exclusividade mineira. Depois disso, descobrimos que muitas informações sobre estas matérias colorantes que estavam espalhadas em fontes diversas como alvarás, regimentos, farmacopeias, dicionários e tratados de pintura publicados em Lisboa principalmente no século XVIII.

Nossa pesquisa revelou uma nova prática entre estes profissionais que fizeram tinta de ouro, tinta para casa, pão de prata, pão de ouro, vermelhão, tinta azul, dentre outros. Os arquivos coloniais do Brasil ainda nos reservam boas surpresas a respeito do processo de feitura das matérias colorantes do século XVIII e dos profissionais envolvidos nesta arte. Avancemos nesta aventura.

Como mencionamos anteriormente, um estudo mais aprofundado sobre a materialidade dos livros produzidos no Brasil colonial ainda está por ser feita, principalmente no que se refere à análise dos pigmentos utilizados na feitura da escrita e ilustração dos compromissos das irmandades religiosas de leigos. Desta forma, no Capítulo 4, foi nossa intenção discorrer brevemente sobre a materialidade deste tipo de livro, revelar o nome dos poucos artífices que atuaram na capitania de Minas Gerais, assim como demonstrar como a arte praticada por eles seguiu o mesmo padrão português (ou Europeu), isso porque as técnicas e os materiais utilizados para produzir esta arte se diferenciaram numa escala muito pequena dentro do contexto das capitanias.

A historiografia nos revelou até hoje que a produção artística ocorrida no período colonial refletiu-se com maior riqueza na produção da imaginária cristã, assim como na edificação de igrejas e capelas nos principais pontos das *urbes* e de seus arredores. Nesta tese,

entretanto, viemos acrescentar que esta produção também está fartamente representada nos compromissos das irmandades religiosas do século XVIII. Muitos destes compromissos tiveram uma paleta rica e variada de cores e matizes, cujas tintas e pigmentos utilizados por seus artífices ainda são pouco conhecidos pelos historiadores da arte, conservadores, museólogos e químicos, tanto no Brasil quanto em Portugal.

Ao descortinarmos uma fração mínima do universo destas matérias colorantes, e conseguimos desvendar, ainda que de forma tímida, como se dava o processo de preparação dos pigmentos dentro do universo colonial e de onde alguns deles provinham. Foi também nossa intenção estabelecer algumas das rotas comerciais dos materiais utilizados pelos artífices do livro e pintores coloniais, entretanto, obtivemos pouco êxito neste ponto em específico, mas descobrimos que os pigmentos utilizados por Manoel da Costa Ataíde foram adquiridos com droguistas do Rio de Janeiro, e a manipulação dos mesmos se deram provavelmente com boticários de Vila Rica e arredores. Fica claro na documentação consultada que Ataíde e Manoel Ribeiro Rosa pediram a alguém para fazer seus pigmentos ou tintas ou até quem sabe eles mesmos ou seus auxiliares foram os responsáveis por isso.

Em relação à metodologia de análise dos materiais, privilegiamos a técnica não invasiva por EDXRF de oito compromissos de irmandades religiosas mineiras (Quadro 5). Os pigmentos encontrados em nossas análises foram: vermelhão, azurita, malaquita, verdete, folha de ouro e prata, latão, branco de chumbo, ouropigmento (ou realgar), amarelos e vermelhos de origem orgânicas. Como a cada período histórico, as cores revestem-se de significados diferentes, não foi possível, nesta tese, realizar um estudo que visasse perceber qual a força de abrangência das cores nos compromissos que analisamos e qual teria sido sua importância dentro do contexto da sociedade em que os mesmos foram produzidos.



1 LIVROS DECORADOS E ILUMINADOS DA ANTIGUIDADE AO BARROCO: MATERIALIDADE E HISTÓRIA

1.1 Livros decorados e iluminados: um breve histórico

Sempre que for preciso realizar um estudo histórico sobre a História do Livro e de sua materialidade, será necessário recorrer aos mais antigos testemunhos escritos da humanidade, uma vez que a literatura ao se referir a este assunto nos remete para os antigos egípcios. O formato do códice foi a primeira revolução dentro da História do livro, sendo que uma das suas vantagens sobre o rolo foi a possibilidade de se escrever no reto e no verso. A sua nova forma, mais sólida e maleável que o volume, permitiu que a informação fosse difundida com mais rapidez, assim como a forma da leitura fosse modificada (BLASSELE, 1997).

Antes de o livro chegar ao que hoje concebemos como tal, ele teve vários formatos e tamanhos. Um estudo arqueológico de sua estrutura física e das várias técnicas utilizadas para fazê-lo são de suma importância para entender as modificações sofridas por ele ao longo dos séculos. A mancha²³ simples, sem nenhuma decoração, com o decorrer dos tempos foi timidamente ganhando outra forma para atingir o seu auge decorativo quando ricas iluminuras passaram a compor o espaço interno das páginas, muitas delas feitas com um alto grau de requinte artístico.

A arte da iluminura é um fenômeno que tem sua origem na África e Ásia Menor e não Europa como muitos presumem equivocadamente. A literatura consultada nos revelou que o início da arte da ilustração do livro ocorreu a partir dos manuscritos da Antiguidade, principalmente os produzidos no Egito, sendo que o ápice do seu desenvolvimento ocorreu na Idade Média. A pouca divulgação acerca da história dos códices iluminados ou decorados

²³ Mancha gráfica é uma terminologia amplamente utilizado na área editorial (em jornais, revistas, livros, periódicos etc). Ela define uma área delimitada para impressão na página manuscrita ou impressa. Segundo Costa (2007, p. 127), “a finalidade de formatação da mancha da folha é proporcionar ao leitor uma melhor visualização do texto e uma fluência da leitura. Até os primeiros anos da imprensa, segundo Dias (2005), a mancha era feita de modo que “a margem superior fosse menor do que a margem inferior, pois na última linha havia o reclame, que ocupava um pequeno espaço do canto direito desta linha, acarretando um maior espaço em branco na margem inferior”.

produzidos fora dos grandes centros europeus, mostrou-nos como este assunto ainda é pouco valorizado em muitas das publicações existentes que lhes dedicam, quando muito, duas ou três páginas.

Durante o século V e início do VI, com o declínio do Império Romano uma parte essencial do tesouro das bibliotecas romanas foi destruído. Tal acontecimento vem também favorecer o florescimento de ricas bibliotecas na civilização bizantina, fato que desencadeia o desenvolvimento da arte da ornamentação em livros seja ao nível da iluminura ou da miniatura ocidental. Nesta época, o crescimento do Cristianismo já vinha acontecendo de forma progressiva, e a Literatura Cristã começava a ganhar importância passando a figurar junto à Grega e Latina. As igrejas começam, assim, a constituir bibliotecas sacras ou cristãs com textos bíblicos e, mais tarde, chegam a ter um volume considerável de textos escritos pelos Papas ou de livros litúrgicos que eram utilizados nos serviços religiosos. O imperador Diocleciano, em 303, dá início à perseguição dos cristãos, momento que põe fim parcial ou total a muitas destas bibliotecas (DAHL, 1972, p. 44).

No entanto, enquanto na Antiguidade já havia sido produzido em Alexandria, Pérgamo, Roma e Grécia uma quantidade numerosa de códices (iluminados ou não), a produção destes em outros países da Europa ocorreu nos principais centros da cultura cristã na metade do primeiro milênio. Neste período começaram a florescer as ordens religiosas na Europa e foram elas as principais responsáveis pela difusão e aperfeiçoamento da arte do livro e da sua iluminação (WEISE, 1935, p. 21). São Bento fundou no ano de 529 a Ordem dos Beneditinos que foi instalada no mosteiro de Monte Cassino, Itália (DAHL, 1972, p. 52). Esta Ordem foi, sem precedentes, a que mais dedicou atenção ao livro. Entretanto, em contraposição à assertiva de Dahl (1972), Weise (1935) afirma que os monges da Ordem de São Jerônimo chegaram a transformar em uma indústria a reprodução de livros.

Os monges irlandeses também tiveram atuação notável na produção de códices iluminados e, com eles, desenvolveu-se um cultivo do livro jamais visto com outros monges do continente. A Irlanda, por mais afastada que estivesse dos centros da civilização antiga foi, na Idade Média, o mais importante refúgio da cultura clássica. Sua população foi convertida ao cristianismo no século V e, cem anos depois, a ela e à Escócia já somavam trezentos mosteiros em seus territórios (DAHL, 1972, p. 52). A arte de fazer livros estendeu-se e aperfeiçoou-se por toda a Europa, sendo que cada país desenvolveu sua arte genuína assim como recebeu artistas estrangeiros que deram colaboração valorosa na confecção de códices com ricas decoração e encadernação. Entretanto, não se pode negar que foram os monges os

responsáveis por dar um impulso maior ao desenvolvimento da escrita (WEISE, 1935, p. 19) dentro dos mosteiros, isso porque foi no interior deles que esta prática ocorreu com maior intensidade (DAHL, 1972, p. 52). O que muitos desconhecem, entretanto, é que a arte de decorar os códices só nasce quando a arte da caligrafia vê-se plenamente desenvolvida. Inclusive, foi a arte da miniatura²⁴ que permitiu a eclosão de escolas regionais extremamente brilhantes, sendo que, com a criação dos ateliês laicos, ela tornou-se uma profissão urbana e muitas das vezes teve a participação ativa das mãos femininas (BRUNO, 1997, p. 37).

A partir do século XII, Agostinianos, Cistercienses, e Ordens Religiosas foram instituições participantes no processo da formação do reino de Portugal. As iluminuras feitas neste período reforçavam uma estética que apelava à ascese e à simplicidade. De uma forma mais particular, entre os Cistercienses foi relevante o uso de uma estética baseada nos preceitos de São Bernardo que apregoou que as iniciais deveriam ser de apenas uma cor e não figuradas.

Os séculos XIII a XV vão ser marcados pela ação artística de franciscanos e dominicanos. O gótico mendicante passa a vigorar, nascendo com ele o gosto pela simplicidade que irá dominar a arquitetura e a escultura monumental (MIRANDA, 2015). A simplicidade dos códices produzidos por estas ordens poderá ser vista na produção portuguesa do século XVI, principalmente na do mosteiro do Lorvão. As monjas, mesmo não tendo o aparato necessário para produzir seus códices, continuaram a receber encomendas necessárias à livraria e à liturgia dos grandes mosteiros (PEIXEIRO, 1986, p. 290).

A suposta simplicidade das iniciais existentes nos códices deste período nos levam a acreditar que as monjas parecem ter seguido o artigo 80 do *Instituta Generalis* (NASCIMENTO; DIOGO, 1984, p. 79) que regulamentava que as iniciais deveriam ser apenas de uma cor²⁵ e feitas à pena. Fazê-las de forma simplificada também pode significar que nesta ocasião o Mosteiro do Lorvão não mais tivesse um *scriptorium*²⁶ bem equipado para produzir os códices que lhes eram encomendados. Isso porque é suposto deduzir que os

²⁴ Miniatura palavra que deriva da latina *minium*, que significa vermelho ou iluminações (de *lumen*, luz).

²⁵ Muitos dos códices produzidos neste mosteiro apresentam iniciais com estas características.

²⁶ “Scriptorium: *scriptoria* eram os locais de trabalho dos copistas (ou escribas), que tinham, inicialmente, duas funções principais: a religiosa e a administrativa – finalidades judiciais, reais, fiscais, etc. Apresentava divisões definidas de tarefas, e cada trabalhador tinha sua função específica na composição do códice: um preparava o suporte da escrita, outro cortava este suporte, outro definia os limites dos fólhos e sua justificação (margens), outro trabalhava as capitulares, outro tratava da iluminura e assim por diante. A cópia era uma ação repetitiva e devia-se agir com fidelidade máxima ao texto original.” Disponível em: <http://raalg.wdfiles.com/local--files/exposicoes/scriptorium_medieval.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2016.

monges após serem expulsos levaram consigo os utensílios necessários e essenciais para a produção de seus códices, não se podendo afirmar, entretanto, a falta de habilidade destas monjas nas artes decorativas de códices medievais. Talvez para o bom exercício desta arte lhes faltasse o que a um bom iluminador sobrava, a saber:

1. Compassos (utilizados para fazer círculos, medir ou fazer as pautas dos pergaminhos ou dos papéis);
2. Dedais (protegiam os dedos no momento de costura dos cadernos);
3. Espátulas: (objetos de madeira utilizados para juntar as tintas);
4. Sovelas: (espécie de agulha reta ou curva utilizada para fazer os orifícios nas folhas de pergaminho ou papel que, depois de unidas, formavam os cadernos);
5. Pele de peixe: (material utilizado como lixa para polir os pergaminhos na sua preparação);
6. Pedra-pomes: (rocha vulcânica seca e porosa. Foi largamente utilizada para polir o pergaminho, talhar e alisar as penas, e corrigir os erros dos copistas) (WEISE, 1935, p. 34);
7. Almofarizes com seus pilões: (objetos utilizados para macerar os bugalhos e gomas arábicas destinadas à preparação dos pigmentos e tintas);
8. Goma arábica: (resina proveniente de diferentes árvores do gênero da Acácia. Foi muito utilizada como ligante em receitas de tintas para pintar e escrever);
9. Sulfato de ferro: (sal metálico utilizado na preparação de tintas de escrever que, ao ser associado a um agente tanino (noz de gália), produz um precipitado castanho ou negro [tinta]);
10. Régua: (instrumento de madeira utilizado para fazer as pautas e regramentos feitos para nortear a escrita).
11. Tábuas: (placas de madeira utilizadas para fazer as pastas dos livros. Estas poderiam ser revestidas com tecido ou pele [couro cru ou tingido, ou pergaminho]).
12. Penas de aves talhadas: [eram compostas por hastes e barbas].²⁷

Este gosto pela simplicidade ver-se-á também refletido nas iluminuras de outros mosteiros portugueses como os de Santa Clara, Alcobaça, Santa Cruz e São Mamede que também tiveram representatividade significativa no cenário desta produção. No Mosteiro de

²⁷ Disponível em: <http://raalg.wdfiles.com/local--files/exposicoes/scriptorium_medieval.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2016.

Jesus de Aveiro,²⁸ por exemplo, a produção da iluminura por mulheres também teve lugar de destaque dentro do contexto da época assim como as monjas do mosteiro do Lorvão. O *scriptorium* do Mosteiro de Alcobaça, por exemplo, manteve uma produção de manuscritos iluminados ao longo de todo o século XV, contando apenas com uma pequena diminuição em relação aos séculos anteriores.

No geral, a estética cisterciense tendia para a simplicidade, bastante visível também nas soluções arquitetônicas.²⁹ Nos compromissos analisados para esta pesquisa, constatamos que a elaboração de um espaço visual modesto com a presença de iniciais simples, sem grandes adornos, foi muito recorrente, não tendo sido, entretanto, uma regra. E apesar de a estética cisterciense ter permanecido por um bom tempo nos códices medievais, gradativamente, se vai sedimentando um gosto pelo ornamento, pelos motivos vegetalistas e por padrões geométricos bastante encontrados na arte da Alta Idade Média e que depois se traduzem na quase ausência de programas iconográficos.

A iluminação atingiu o seu auge na Europa medieval, momento em que os iluminadores, trabalhando nas oficinas chamadas *scriptoria*, produziram bíblias, saltérios, livros de canto, textos litúrgicos, vida ilustrada dos santos, dentre outras formas de publicações. Neste período, ocorreu uma explosão na produção de livros decorados com pequenas ilustrações (miniaturas), iniciais, bordas decoradas, ou outros elementos decorativos, os quais tinham finalidades distintas: indicar divisões do texto, contar histórias, adicionar beleza e elementos que fossem memoráveis aos textos. O século XV, inclusive, não se vê fechado para as inovações da época, principalmente com as relações estabelecidas com o restante da Europa, em especial com Flandres, região pólo de irradiação de programas artísticos diversificados. Nesta efervescência, surgem os Livros de Horas que foram *best sellers* dentro do contexto europeu (MIRANDA, 2015).

O século XVIII vai ser marcado pela propagação do impresso, principalmente na França, momento em que vai ocorrer um declínio na produção de códices iluminados que passam a ser decorados com programas iconográficos mais simplificados. Constatamos que algumas irmandades religiosas atuantes em Portugal tiveram boa aceitação com as novas tecnologias do impresso e passaram a produzir seus compromissos neste novo formato

²⁸ As publicações de Paula F.F. Cardoso sobre as monjas iluminadoras deste mosteiro entre c.1465-1500 são uma rica contribuição acerca da produção da iluminura feminina em Portugal neste período.

²⁹ Apontamentos feitos na disciplina *Iluminura Medieval*, ministrada pela profa. Adelaide Miranda no curso de mestrado em História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa nos anos de 2007-2008.

(Quadro 4). Outras, entretanto mantiveram a antiga e costumeira forma manuscrita. A manutenção desta técnica foi de vital importância para que pudéssemos estudar e comparar a produção portuguesa e perceber como ela refletiu na arte do livro feito no Brasil do século XVIII.

1.2 Materiais e suportes da escrita

No terreno da História da Cultura, os testemunhos mais antigos do registro da escrita são atribuídos aos egípcios. Historiadores e arqueólogos encontraram múltiplas manifestações culturais altamente desenvolvidas desta civilização e, a julgar pelo que foi encontrado em expedições arqueológicas, uma florescente vida literária prosperou durante o império dos faraós, não só no que se refere aos textos religiosos, como também aos de cunho científico e literário (DAHL, 1972, p. 12).

Na Antiguidade, das águas paradas e pantanosas do delta do Nilo, crescia em abundância uma planta à qual os gregos deram o nome de *papyro*,³⁰ cuja origem da palavra deriva do latim *papyrus*, nome dado a um vegetal da família *cepareas*. Inclusive em ambientes similares da Síria, Palestina, Sicília e outros países também se encontrou desta planta. Do seu talo, a partir dos que tinham em média de 15 a 17 cm, fabricou-se o papiro que foi utilizado para o registro da escrita.³¹ Os melhores talos tinham um tom amarelado ou quase branco e os de qualidade inferior tinham uma cor mais ou menos parda (DAHL, 1972, p. 13). No terceiro milênio a.C. a sua produção alcançou uma perfeição técnica que nunca mais foi superada (DAHL, 1972, p. 12).

As palavras que designam “livro” em grego e em latim, respectivamente *byblos* e *liber*, significaram originalmente casca. Os primeiros livros que se têm notícias foram produzidos pelos egípcios e sua forma sempre foi a de um *rolo*, do que para lê-lo era preciso desenrolá-lo para que a leitura fosse sendo feita gradualmente. Suas folhas eram coladas umas às outras, muitas em número de vinte. Um rolo podia medir de seis a dez metros, mas a literatura bizantina menciona papiros com uma centena de metros (LIMA; AZEREDO, 2006). A escrita era dividida em colunas³² que em determinado ponto eram cortadas, assim o livro

³⁰ Nome de significado desconhecido.

³¹ Este material foi um dos mais comercializado pelos egípcios.

³² A prática de registrar textos em colunas foi muito utilizada nos livros medievais, sendo que Gutemberg se apropriou deste padrão estético para publicar seus livros.

ficava dividido em “páginas”. A escrita³³ não era a hieroglífica de múltiplos símbolos ou feita letra por letra como se supõe, mas sim uma letra cursiva simples, de traços rápidos e letras ligadas que desde o terceiro milênio a.C. vinha sendo utilizada nos papiros (DAHL, 1972, p. 14). Neste mesmo terceiro milênio, a China, país em posição geográfica totalmente oposta ao Egito, contava com uma produção literária³⁴ e de arte da escrita já bastante evoluída em relação à Europa e África. Em fins do quarto milênio a.C., os sumérios migraram para a Mesopotâmia e desenvolveram uma importante civilização que possuiu um sistema de escrita e literatura importantes. A eles atribuiu-se a invenção da escrita cuneiforme que, primeiramente, teve um caráter simbólico para depois evoluir para uma escrita fonética composta por símbolos de traços triangulares.

Muitos materiais foram utilizados em lugares e tempos diversificados do primeiro milênio da História para o registro da escrita. Os assírios, por exemplo, utilizaram tabletes de argila ou barro (DAHL, 1972, p. 23). Em tempos mais remotos, na Grécia, vários tabletes sobrepostos foram utilizados como “blocos” de notas ou de exercícios pelos estudantes. Regularmente, estes tabletes eram unidos do que se formavam pequenos cadernos, os quais foram usados com frequência pelos comerciantes ou escribas para fazerem suas anotações provisórias (DAHL, 1972, p. 33).

Os romanos utilizaram tecido libérico³⁵ para registrar sua escrita tanto que Tito Lívio, entre outros, menciona livros compostos por rolos deste material. Em uma ruína, próxima à cidade de Nínive, foram encontrados tabletes de madeira e de marfim, recobertos de cera, com escrita cuneiforme (DAHL, 1972, p. 23).

As madeiras, em especial as de buxo,³⁶ foram utilizadas, preferencialmente, em forma de tábuas protegidas por uma camada de gesso ou de cera. As formas de proteção da escrita variavam de acordo com o interesse do remetente ou da importância do texto escrito. Assim, estratégias eram montadas para que a tinta não fosse borrada ou que um curioso lesse o que não lhe era devido. Felizmente, estudos mais minuciosos sobre este material só foram possíveis porque grande parte destas tábuas chegou até nossos dias, tanto as feitas na Antiguidade quanto as que estiveram em uso na Idade Média (WEISE, 1935, p. 24).

³³ Para a escrita de manuscritos, os escribas aprendiam uma caligrafia especial, ainda que, inevitavelmente, cada um deles imprimia nesta escrita, sua individualidade, sua impressão digital (*fingerprint*).

³⁴ A produção literária chinesa deste período não foi propriamente de livros, isso porque os primeiros registros da sua escrita foram feitos em pequenas tábuas de madeira e depois em seda.

³⁵ Capa vegetal que fica entre a casca e a madeira, *liber*, de onde provém o nome livro.

³⁶ Também conhecidas como de *boj*.

São Jerônimo menciona que a correspondência dos “rudes homens da Itália” foi registrada sobre tabuletas polidas ou cascas de árvores, e “nos faz o quadro da criança aprendendo os rudimentos das letras, deixando guiar “sua mão trêmula” para formar “as letras curvas na madeira” (ARNS, 2007, p. 28). Plínio, o Velho, recomendava que às crianças fosse repassada a aprendizagem da arte do desenho na madeira (ARNS, 2007, p. 28). A casca de algumas árvores também foi largamente utilizada para fazer folhas donde se pudesse registrar a escrita. A Índia também se serviu por séculos de folhas da palmeira para fazer seus manuscritos.

Provavelmente, segundo Dahl, os rolos de papiro foram introduzidos entre os gregos no século VII a.C. Neste período, presume-se que tenha começado um intenso comércio deste material do Egito até a Grécia, supondo-se que no século V seu uso tenha-se generalizado neste último país. No século I d.C., sua ocupação já era a primeira dentro do processo da produção do livro. A certeza disso é confirmada pela importância que lhe deu Plínio, o Velho (DAHL, 1972, p. 24), inclusive “[...] as recentes descobertas de papiros, sobretudo no Egito, vêm confirmar a importância do mundo culto por este material tradicional nos dois séculos que se seguiram” (ARNS, 2007, p. 21). No *Edito de Máximo* (301) as penas e as tintas são mencionadas, mas o preço do papiro não. Esta omissão, inclusive deve ter ocorrido devido à destruição parcial do documento (ARNS, 2007, p. 21).

À folha separada, os gregos deram o nome de *chartes* que passou ao latim como *charta*, e a folha escrita, em grego, teve o nome de *biblion*. No entanto, Arns menciona que por muito tempo pensou-se que a palavra *χαρτης* (ARNS, 2007, p. 22) designou o que conhecemos por folha de papiro. Uma conclusão natural, segundo este autor, se considerarmos o sentido lato que os romanos deram à palavra *charta* (ARNS, 2007, p. 22). No entanto, não há dúvidas que no Egito, a palavra *chartes*, desde o século III a.C., designava o que a unidade da indústria conhecia como rolo (ARNS, 2007, p. 22). Existe uma diferença entre a significação da palavra para o egípcio e o romano. O primeiro pensa no sentido lato do vocabulário, papel, folha, em oposição ao conteúdo da carta pensado pelo segundo (ARNS, 2007, p. 22).³⁷ Os gregos chamavam o rolo de *kylindros*, e os romanos de volume, palavra derivada de *volvere* que significa enrolar (WALDVOGEL, 1984, p. 20). Já o rolo, composto por uma série de documentos pregados uns aos outros, foi chamado pelos gregos de *tomos* e pelos romanos de *tomus*.

³⁷ Este autor discorre nas páginas 22 a 26 sobre os significados atribuídos à palavra *Charta* e *Scheda* que são interessantes de serem vistos.

Mesmo tendo sido o rolo muito usual no dia-a-dia dos homens da Antiguidade, não se pode negar os seus defeitos evidentes que se fizeram visíveis no seu uso cotidiano. Um deles seria a dificuldade de leitura que um de grande formato proporcionava. Outro seria pelo fato de sua parte externa sofrer forçosamente maior deterioração, motivo pelo qual ela era composta com frequência por um material de qualidade mais resistente ou protegida com uma capa. As suas bordas muitas vezes foram reforçadas pregando-se a elas tiras (DAHL, 1972, p. 15).

A conservação destes rolos era feita com a utilização de jarros de barro ou estuques de madeira e eles só sobreviveram até os nossos dias por causa das qualidades intrínsecas do seu material. Autores clássicos mencionam que um rolo quando alcançava a idade de 200 anos era considerado uma venerável relíquia. Não obstante, são inúmeras as queixas referentes à fragilidade e efemeridade deste material (DAHL, 1972, p. 15) de origem orgânica que se deteriorou em muitos casos devido à umidade que o acometia sem piedade. Assim, com a introdução do pergaminho no mercado, esta situação alterou-se por completo. Mesmo assim, o rolo de papiro e o códice³⁸ prosperaram contíguos nas bibliotecas do Império Romano por um bom período (DAHL, 1972, p. 32).

O uso do couro procede dos povos orientais primitivos, inclusive no mar Morto foram encontrados registros da escrita sobre este suporte. Na Grécia, ele foi utilizado para escrever as leis e as respostas dos oráculos. A palavra pergaminho vem do grego *pérgamênê*, que significa Pérgamo e seu aperfeiçoamento ocorreu no século II a.C pelo rei Eumenes (197-158), na Ásia Menor, momento em que se começa a circular o nome *carta pergamena* ou *pergaminho* que deriva da cidade natal de sua proveniência. Em geral, o pergaminho é derivado de pele de carneiro, mas a gazela, o antílope, e o avestruz já forneceram também esta matéria. Entretanto, as peles de carneiro e bezerro levam mais vantagem por suportar a escrita dos dois lados.

Quando o pergaminho começou a ser utilizado em larga escala, os antigos cadernos feitos de tabletas pelos gregos ganharam novo formato com o recém-criado material de Pérgamo. Esta “nova invenção” tem seu lugar em Roma, no século I a.C e se torna conhecida como *codex*³⁹ (ou códice)⁴⁰ significando um conjunto coerente de fólios reunidos em cadernos

³⁸ As formas prosperavam contíguas porque, no princípio, houve uma desconfiança quanto à durabilidade da nova invenção. No caso aqui, o livro que primeiramente ganha o nome de códice pelo seu novo formato em oposição ao rolo.

³⁹ Esta terminologia mantém-se até hoje. A palavra tem origem na palavra latina *caudex* que significa tronco de árvore. São Jerônimo denomina-a como *codex* ou *codicillus*. Os códices eram escritos à mão, de onde advém

que, posteriormente, passam a ser cobertos por uma capa. A encadernação além de proteger os fólhos proporcionava uma apresentação exterior melhorada. Os monges, desde sempre, acreditaram na sobrevivência eterna de seus institutos, motivo pelo qual tudo que fabricavam ou adquiriam para seus mosteiros deveria ter qualidade e durabilidade. Eles consideravam o manuscrito em papiro elegante, no entanto o pergaminho era rijo e não se rasgava com facilidade, por isso passaram a utilizar este material ao invés do outro.

Este fenômeno do livro (organizado em cadernos costurados e encadernados) começa a ser preferido em detrimento do rolo e pouco a pouco seu uso vai ganhando dimensões consideráveis, principalmente por causa da expansão do Cristianismo pela Europa. Curiosamente, um dos registros da palavra *pergamena* pode ser visto, no começo do século IV, no *Edito de Máximo*, de Diocleciano, no capítulo VII, consagrado a *De mercedibus operarioum*.

Nos séculos V e VI, o crescimento da produção do pergaminho deu-se de forma considerável, isso porque as suas qualidades físicas ultrapassavam as anteriormente utilizadas como suporte da escrita (tábua recoberta com cera, tabletes de argila ou barro, papiro, dentre outros). O pergaminho além de ser mais resistente do que o papiro podia ser dobrado para formar cadernos e se houvesse necessidade de emenda, ele poderia ser raspado.⁴¹ Acrescenta-se a isso a sua durabilidade e o fato de a escrita poder ser feita dos dois lados. Sua produção não se encontrava limitada a um só país e é provável que, no início de seu uso, seu preço não tenha sido tão caro quanto foi o do papiro (DAHL, 1972, p. 31).

a designação latina *libri* (ou códices), *manu scripti*, vulgo «manuscritos» ou livros escritos à mão. (ARNS, 2007, p.103)

⁴⁰ Num primeiro momento, pensamos em denominar o objeto de estudo desta tese por **códice**, mais propriamente para denominar os livros manuscritos pertencentes às irmandades religiosas de leigos no Brasil. Entretanto, no decorrer de nossa investigação, percebemos a amplitude do termo e que sua ideia não poderia ser associada apenas aos livros manuscritos. Desta forma, optamos por utilizar a terminologia *Compromisso*, que foi o nome mais usual utilizado no século XVIII, assim como é na atualidade. ARNS (2007, p. 103) menciona que “Ulpiano perguntava a si mesmo se os códices estavam compreendidos nos *libri* porque a acepção geral da palavra *liber* ainda não estava sancionada. Mas, de fato, o *codex* designava o livro, e não somente o manuscrito, no sentido material. Pouco a pouco as posições se invertem, e a palavra *codex* se tornará o termo próprio para designar o livro.”

⁴¹ A prática de raspar o pergaminho ocorreu principalmente na Idade Média e foi dela que surgiu a terminologia *Palimpsesto* que significa “raspado de novo”. A necessidade de realizar esta raspagem se deu devido à decadência econômica sentida na época, momento que teve graves consequências para o livro e a cultura. Devido a esta crise, os monges viram-se obrigados a apagar os antigos textos para reescrever por cima. Felizmente, restaram numerosos exemplares, tal como o *Codex Ovetense* e o *De Republica* de Cícero que se encontram na Biblioteca do Vaticano.

Concomitante ao crescimento da produção dos pergaminhos ocorre o nascimento dos mosteiros na Europa⁴² (principalmente na parte Ocidental) e é no seio das comunidades monásticas que florescem os códices que tinham apenas duas tipologias: a primeira, só com escrita e, a segunda com escrita e decoração – fosse esta feita com ouro ou apenas com pigmentos/corantes diversificados. Os que foram adornados com ouro ou prata passaram a ser denominados por *códices iluminados* (FEBVRE; MARTIN, 1992) expressão que, posteriormente, estendeu-se de forma indiscriminada a todo códice que fosse manuscrito e/ou decorado.

Os códices iluminados, no entanto, não são um fenômeno da Idade Média Ocidental como se presume,⁴³ já que Os *Livros dos Mortos*⁴⁴ são a prova que a arte da iluminura floresceu no Egito, com grande êxito, no século I a.C. A produção desta tipologia de livro (que tinha a forma de um rolo) foi tão grande que, com o passar do tempo, ela foi adquirindo um conteúdo puramente convencional e parece ter sido produzida em série⁴⁵ pelos sacerdotes. O que se fazia era deixar uma parte do livro em branco para que, posteriormente, o nome do defunto fosse preenchido (DAHL, 1972, p. 16).

Dahl afirma que o tráfico dos *Livros dos Mortos* foi, sem dúvida, a única forma de comércio deste material no Egito (DAHL, 1972, p. 16). Segundo ainda este autor, alguns destes livros encontravam-se ilustrados com maior ou menor suntuosidade e é verossímil que as ilustrações eram feitas antes do texto. Entretanto, nos mosteiros medievais, esta prática ocorreu de forma inversa, ou seja, primeiro, escrevia-se o texto, depois eram feitas as imagens. Encontramos um compromisso inacabado da capitania de Minas Gerais que nos comprova que esta prática estendeu-se até o século XVIII no Brasil (Figura 1).

⁴² Como mencionado no Capítulo 1 esta prática foi recorrente na Antiguidade muito antes do aparecimento das ordens monásticas.

⁴³ Vale lembrar que o seu uso generalizou-se com a difusão do Cristianismo entre os séculos II e IV.

⁴⁴ A finalidade geral da obra, assegurar ao morto a inteira liberdade de movimento e de ação fora da tumba, aparece resumida no título da primeira fórmula ou capítulo: “*Início das fórmulas para sair ao dia, e as glorificações (para) sair depois de ter entrado na necrópole (e do) glorioso e Belo Ocidente. Fórmulas que devem ser recitadas no dia do sepultamento (e pelas quais o morto) entrará depois de haver saído.*” Mais sobre este assunto poderá ser visto no blog do prof. Dr. da UFRJ, Antônio Brancaglioni Júnior, egiptólogo e responsável pela Coleção Egípcia do Museu Nacional. Disponível em: <<http://estudos-egiptologia.blogspot.com.br/2011/02/o-livro-dos-mortos-do-egito-antigo.html>>. Acesso em: 8 fev. 2016.

⁴⁵ A produção destes códices foi comparada à semelhança das indulgências da Igreja Católica na Idade Média.

FIGURA 1 – TC com inicial inacabada



Fonte: TCI das Almas, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1763.
Lisboa, TT, cota 528C, f. 8f., ms.

Na maior parte dos *Livros dos Mortos*, segundo Dahl, as ilustrações formavam um friso ao longo de todo o rolo por cima do texto. Sendo que a qualidade artística neles era muito variável, porém todos mostravam uma estilização típica dos relevos egípcios. As imagens possuíam cores, mas quase nunca matizes, sendo que as das figuras assemelhavam-se a monumentos, moedas ou pinturas murais (DAHL, 1972, p. 17). Nas iluminuras medievais estas matizes tornam-se presentes, fato que ocorreu também em alguns dos compromissos por nós analisados. Nesta tese, daremos especial destaque aos produzidos na capitania de Minas Gerais no século XVIII, tendo alguns deles, inclusive, uma paleta de cores bastante rica e diversificada.

Assim como a passagem do rolo ao códice foi um grande feito, a substituição do pergaminho pelo papel foi algo transformador dentro das culturas. A sua invenção foi tão importante quanto a descoberta da imprensa. A invenção do papel pelo chinês T'sai Lun⁴⁶ no ano 105 a.C. põe fim, pelo menos temporariamente, a uma crise que já vinha ocorrendo devido à escassez na produção do pergaminho, a mesma pela qual passou o papiro na Antiguidade. Situação esta que o papel não vai deixar também de ser acometido nos séculos XII e XIII. As vantagens que o papel representou em relação ao pergaminho foi o seu preço e a facilidade de sua fabricação. Sua substituição pela matéria animal não se deu de imediato, mas sim de forma revezada. Os pergaminhos por um bom tempo foram utilizados para os manuscritos de luxo, e o papel para os manuscritos ordinários, muitos deles destinados aos

⁴⁶ Variantes encontradas deste nome: Tshai Lun [Cai Lun] in: CARREIRA, 2012, p.13.

estudantes da época. Febvre & Martin mencionam que suas qualidades exteriores não eram as mesmas do pergaminho, acrescentando que ele

desempenhou a princípio um modesto papel de *ersatz*⁴⁷, finalmente aceitável, e mesmo vantajoso em certos casos: principalmente quando o documento escrito não era destinado a durar (cartas mensageiras, por exemplo, ou rascunhos) – ou ainda quando se tratava de executar a minuta de um texto destinado a ser em seguida copiado em pública-forma. Foi assim que os notários genoveses não hesitaram em utilizar para seus registros cadernos de papel branco e mesmo, por vezes, velhos manuscritos árabes em cujas margens escreviam (FEBVRE; MARTIN, 1992, p. 45).

Quanto aos instrumentos gráficos utilizados para a escrita, na Antiguidade os povos assírios, babilônicos e sumérios utilizavam um instrumento de metal, marfim ou madeira de terminação obtusa e seção triangular para fazer seus registros sobre a argila ou barro quando ambos ainda se encontravam úmidos. Na pedra, por exemplo, escreveu-se com o buril. O estilete (ou estilete) – *stilus* ou *graphium* – também foi usado e trata-se de uma haste de ferro ou mármore com ponta que servia para traçar os caracteres nas tabuletas ainda úmidas, além disso ele também foi largamente utilizado para gravação da escrita em tábuas enceradas (DAHL, 1972, p. 20).

São Jerônimo utilizou-se tanto da pena (*calamus*) quanto do estilete (*stillus*) em suas composições fazendo distinção do uso destes dois instrumentos da escrita: o primeiro era utilizado no pergaminho, no papiro ou em qualquer outro suporte apto para receber a escrita. O estilete foi utilizado para escrever na cera e os taquígrafos na Antiguidade também tinham preferência por ele (ARNS, 2007, p. 31).

Os egípcios usavam um junco cortado transversalmente cuja ponta suavizada podia ser empregada como um pincel brando. Seu uso podia se dar de diferentes formas, sendo que daí poderiam surgir linhas mais ou menos grossas. A partir do século III a.C. até o século XIII este tipo de junco começou a ser substituído pelo cálamo (*calamus*), uma cana⁴⁸ rígida e afiada que permitia uma escrita mais fina e delicada. Seu corte era em forma de pena cujo extremo podia ser afiado ou biselado para escrever, isso porque o mesmo era poroso e retinha a tinta por capilaridade. Desde então, ele converteu-se em um instrumento gráfico comum e, junto com as régua que eram usadas para traçar linhas, tornou-se um utensílio indispensável de todo escriba. Este tipo de material também serviu aos japoneses e chineses como apoio

⁴⁷ Um substituto temporário.

⁴⁸ Arns (2007) trata o cálamo como uma pena e não como uma cana, como menciona Dahl.

para a escrita, fosse ela feita na seda ou no papel. Os chineses também faziam seus registros com osso, concha de tartaruga, canas de bambu descascado ou com um pincel feito da árvore do verniz (DAHL, 1972, p. 18). Para escrever no pergaminho a preferência foi também pelas aves grandes como ganso, corvo ou águia. As penas de ganso foram bastante utilizadas em Roma em princípios do século II d.C, prova disso é a imagem de Trajano feita numa coluna romana, na qual o Imperador é retratado segurando uma. Entretanto, seu uso só se deu em maior proporção depois do séc. VII. Antes disso, elas foram pouco utilizadas (WEISE, 1935, p. 35).

A pena foi bastante utilizada até o XVIII⁴⁹ e sua forma afilada e talhada passava por um processo de endurecimento para que pudesse atender, de forma mais adequada, à finalidade de servir como instrumento de escrita.⁵⁰ A punção foi também um tipo de instrumento da escrita feito em madeira dura com o fim de imprimir ou gravar um traço (sem cor) sobre um suporte. Recentemente, foi encontrado um lápis com sinais de uso, em meio ao entulho de uma casa do século XVII que estava sendo reformada. Este lápis tem sido considerado na atualidade como o mais velho do mundo, segundo informado na página da empresa Faber Castell. Ele é formado por dois pedaços de madeira de tília que envolvem um pedaço de grafite puro (Figura 2).

FIGURA 2 – Lápis do século XVII



Fonte: [www. http://www.faber-castell.com.br/54347/Curiosidades/Curiosidades/O-lpis-mais-antigo-do-mundo/fcv2_index.aspx](http://www.faber-castell.com.br/54347/Curiosidades/Curiosidades/O-lpis-mais-antigo-do-mundo/fcv2_index.aspx).
Acesso em 05 jul. 2015.

Em 1722, o português Manuel Andrade de Figueiredo publicou, em Lisboa, o livro *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar* e nele ensina como preparar a pena para a

⁴⁹ O cálamo foi bastante utilizado até o século XIII.

⁵⁰ A pena foi o instrumento da escrita mais utilizado no Ocidente peninsular.

escrita e qual seria a melhor para ser utilizada. Ele comenta que as penas para serem boas precisavam ter os canos compridos (mas não muito grossos), lisos, brancos, rijos e delgados na qualidade. Os rijos seriam reconhecidos apertando-se a pena com os dedos e os delgados por serem transparentes. As penas da asa direita seriam as melhores por se acomodarem melhor aos dedos. Elas seriam mais facilmente identificadas quando, as tomando na mão para escrever, a maior pluma caísse para o peito, e a menor para fora (FIGUEIREDO, 1722:31). Depois de escolhidas, Andrade instrui a forma de cozê-las e apará-las para que se tornassem um instrumento apropriado para a escrita (Figura 3).

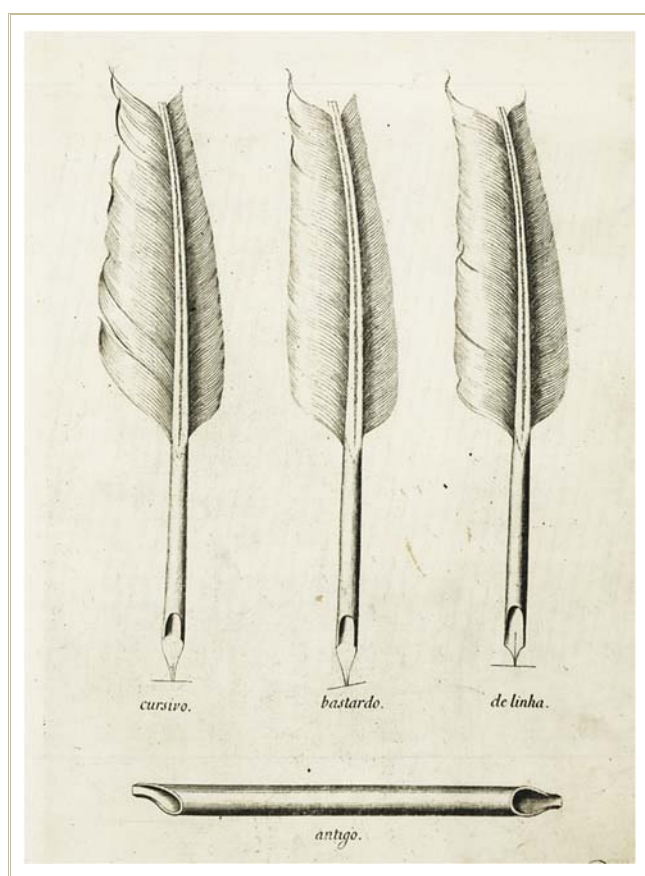


FIGURA 3 – Modelos de materiais da escrita – século XVIII

Descrição das inscrições ao lado, da esquerda para a direita.

Pena 1 – *Cursivo* (utilizada para a escrita da letra cursiva).

Pena 2 – *Bastardo* (utilizada para a escrita da letra bastarda).

Pena 3 – *De linha* (utilizada para se fazer as linhas).

Pena 4 – Antigo (modelo antigo, muito parecido com o cálamo).

Fonte: *Nova Escola para aprender a ler, contar, e escrever* [...]. Lisboa, 1722. Biblioteca Nacional de Portugal, Cota: <http://purl.pt/107>, prancha Nº 1, p. 57, imp.

Comprovadamente, a literatura menciona que o naturalista Joaquim Veloso de Miranda⁵¹ e seus auxiliares circularam pela comarca de Minas Gerais, assim como também

⁵¹ “Joaquim Veloso de Miranda (1736-1817). Natural de Vila Rica (Minas Gerais/Brasil). Foi professor da Faculdade de Filosofia. *Matrículas* - Cânones, 1.10.1768; Matemática, 10.12.1772; Filosofia, 27.5.1774. *Graus* - Bacharel, 18.6.1776; Licenciado, 21.7.1778; Doutor, 26.7.1778. *Cadeiras* - História Natural (1779-1780), subst. interino/demonstrador; Física Experimental (1779-1780), subst. interino/demonstrador. *Publicações* - *Theses ex universa Philosophia, etc.* (Coimbra, 1778). *Observações* - Era sacerdote. Sócio

vários engenheiros militares. Estes homens certamente tiveram em seu arsenal os materiais essenciais para o desempenho dos seus ofícios. Acreditamos que muitos dos materiais utilizados para pintar e escrever por estes homens tenham sido os mesmos utilizados pelos artífices que produziram os compromissos estudados nesta pesquisa.

Joaquim Veloso de Miranda em requerimento datado de 29/07/1791, em Vila Rica, solicita o pagamento da despesa que teve dos materiais utilizados durante suas atividades de exame e coleta dos produtos naturais feitos na capitania de Minas Gerais. Pataca (2006, p. 328) comenta que Veloso foi acompanhado por cinco anos (1787-1793) (*sic*) pelo desenhista Apolinário de Souza Caldas e que talvez outros, como o Capitão da Companhia de Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos, José Gervásio de Souza Lobo⁵² (1758-1806), possam também o ter assessorado. Muitos dos materiais que listamos a seguir também foram encontrados no rol dos materiais da pintura adquiridos em Vila Rica pelos pintores Manoel Ribeiro Rosa e Manoel da Costa Ataíde (Quadro 20 e 21 respectivamente).

“Flor de anil	1
Vermelhão	½ 2
Carmim	2 ½
Alvayade Fino	1/2
Nacas de pingos	½
Rhom ⁵³	½ 4
Pennas de lápis	½ 2
Pinceis	1 ¾
Gomma arábica	½ 2
Papel.....	3/4
Pam ⁵⁴ de prata	1/4
D ⁵⁵ de ouro	1

A hum pintor q me acompanhou do dia 18 de Setembro do anno passado de 1790 athe 6 de Junho do presente a meya outava por dia 8...]” (PATACA, 2006, p. 328).

correspondente da Academia Real das Ciências. Deixou manuscritas umas Memórias de suas viagens.” Disponível em: <http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/MIRANDA_joaquimvelosode>. Acesso em: 17 out. 2015.

⁵² “Este artista, que também fez pinturas em algumas igrejas em Vila Rica, foi citado por Adalgisa Arantes Campos como auxiliar de Joaquim Veloso de Miranda na confecção de desenhos de plantas (*apud* COTTA: www.seol.com.br/mneme/ed6/030-p.htm).” In: Pataca (2006, p. 328).

⁵³ Roão.

⁵⁴ Pão.

⁵⁵ Dita.

Manoel de Azevedo Fortes⁵⁶ menciona em seu tratado, *O engenheiro portuguez* (1729), as penas mais apropriadas para fazer os principais símbolos gráficos convencionados nos mapas do século XVIII. Fortes orienta como pegar nelas e ensina que os montes, serranias, terras lavradas, bosques e arvoredos deveriam ser desenhados com uma bem delgada, e os prados com uma bem fina (FORTES, 1729, p. 420). Curiosamente, Fortes faz um alerta acerca da especificidade de algumas delas e menciona ainda os pincéis:

[...] as de corvo são próprias para o desenho de linhas extremamente delgadas, e das ordinarias as da aza esquerda são melhores, que as da aza direita.

Os pinceis devem ser de mediana grossura, e de sorte, que molhados na saliva da boca fação huma ponta racionavelmente aguda, e tesa; e he necessario ter bastante pinceis para servirem diferentes cores.” (FORTES, 1729, p. 420).

Segundo Villalta & Morais (2010), os livros de Artes Militares e História Militar para militares aparecem listados nos inventários das bibliotecas mineiras. Esse fato veio corroborar nossa hipótese de que os artífices do livro possam ter tido acesso a tais publicações no século XVIII na capitania de Minas Gerais (VILLALTA; MORAIS, 2010, p. 411), isso porque os livros de artes militares contém informações que também poderiam ser utilizadas pelos artífices que fizeram os compromissos consultados nessa tese.

Quanto à compra deste material, principalmente o da escrita (papel e penas) Manoel Roiz Ferreira⁵⁷ conduz para a comarca do Serro Frio, juntamente com uma grande quantidade de papel de Luca, uma carga de 28 quarteirões⁵⁸ de penas (Quadro 5), um montante equivalente a 700 unidades, cujo preço total foi de 12.920 mil réis.

1.3 A trajetória da cor da tinta da escrita

Em tempos remotos, as pessoas serviam-se, primitivamente, da tinta preta feita à base de negro de fumo com algum tipo de goma (WEISE, 1935, p. 37). Cabral (2001) menciona que em pesquisas realizadas em sítios arqueológicos romanos foram encontrados pigmentos negros como a fuligem, o carvão de madeira e o negro de osso, tendo sido a fuligem a mais comumente utilizada (CABRAL, 2001, p. 64). Os egípcios também usaram

⁵⁶ Manoel de Azevedo Fortes.

⁵⁷ APM – Códice CC-1172 (Almoxarifado da Câmara de Vila Rica – 1767-68).

⁵⁸ A quarta parte de um cento; vinte & cinco. (BLUTEAU, 1712, p. 21).

uma tinta composta por fuligem, ou carbono vegetal, mesclada com água e goma (DAHL, 1972, p. 15).

A prática de diferenciar as iniciais em um texto remonta ao tempo do Império Romano (século II a.C.), época em que era comum que os títulos dos capítulos das leis fossem destacados mais vigorosamente.⁵⁹ Além disso, os romanos empregavam as iniciais para representar palavras de uso frequente como, por exemplo, M para Marcus, L para Lucius (WEISE, 1935, p. 41), ou outras expressões, de tal modo que uma mesma letra, como por exemplo, a letra *a* poderia indicar substantivos distintos como *ager* (campo); *amicus* (amigo); *annus* (ano); ou verbos ou advérbios. O sentido da frase era que dava a significação que se deveria dar à inicial. Em certas ocasiões, como uma forma de dar maior clareza ao texto, eram colocadas as primeiras letras: Sp = Spurius; Ti = Tiberius ou as três primeiras: Ser = Servius; Mam. = Mamertus. Esta classe de abreviaturas misturava-se entre as demais palavras escritas, mas, no entanto, não era possível transcrever um discurso na íntegra através deste procedimento (WEISE, 1935, p. 41). Neste período, as iniciais eram feitas em dimensões maiores ao corpo do texto e, com frequência, ganhavam uma ornamentação especial realizada com a cor vermelha produzida com o minério⁶⁰ (*minium*),⁶¹ ou obtida do mineral cinábrio,⁶² materiais que foram encontrados especialmente em títulos e epígrafes (DAHL, 1972, p. 27). As ilustrações autônomas encontradas em livros feitos na Alta Idade Média são denominadas como miniaturas e a etimologia desta palavra deriva da latina *minium* que significa vermelho ou iluminações (de *lumen*, luz). Talvez seja este o motivo pelo qual o minério foi utilizado em decorações de alta qualidade e/ou em edifícios suntuosos. As informações sobre os pigmentos vermelhos foram largamente registradas nos tratados de Vitrúvio⁶³ e Plínio, o Velho. O tratado do primeiro faz menção a quatro pigmentos: *minium*, *rubrica*, *sandaraca* e *sandaraca*

⁵⁹ A palavra latina *rubrica* (o mesmo que almagre) que se empregava nestes casos, procede de rubrica a mesma que se usa na atualidade e cujo significado, insensivelmente, chegou até nós como “o lugar em que se coloca”.

⁶⁰ Óxido de chumbo (Pb₂O₃), também conhecido como zarcão ou azarcão.

⁶¹ *Minium* foi a designação dada por Vitrúvio. O pigmento obtido do cinábrio é conhecido como vermelhão. Historicamente, ele foi utilizado pelos chineses a cerca de 2.000 anos antes de sua utilização pelos romanos, através do aquecimento do mineral cinábrio. Um preparo alternativo desenvolvido durante o século I d.C envolvia misturar mercúrio com enxofre fundido e aquecer a mistura.

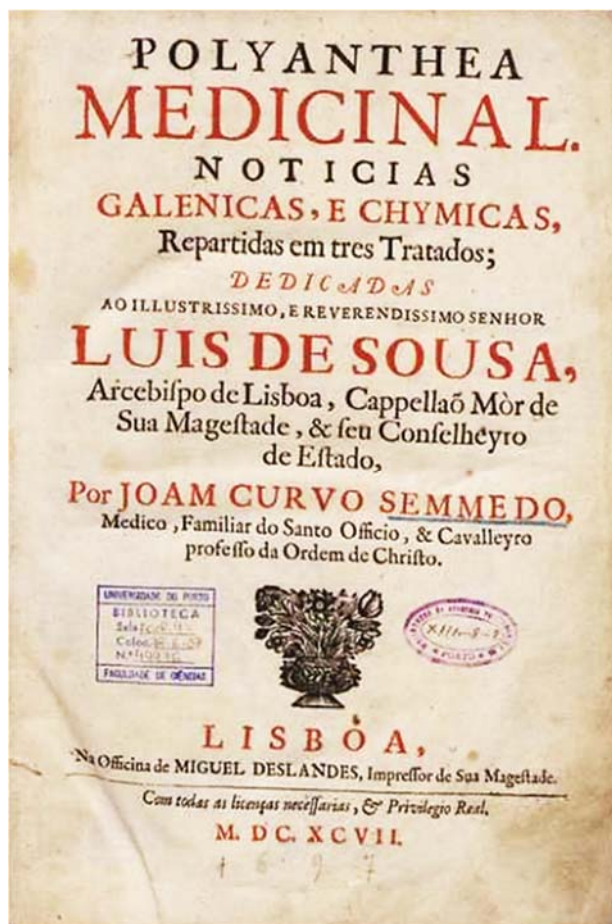
⁶² Sulfato de mercúrio.

⁶³ [Marco] Vitrúvio [Polião], que viveu no século I a.C. e deixou como legado a obra *De Architectura* (10 volumes, aprox. 27 a 16 a.C.), único tratado europeu do período greco-romano que chegou aos nossos dias e serviu de fonte de inspiração a diversos textos sobre Arquitetura e Urbanismo, Hidráulica, Engenharia, desde o Renascimento.

artificial.⁶⁴ No do segundo, além destes quatro, mais cinco são acrescentados: *ochra artificial*, *sandaraca falsa*, *sandyx*, *sinopsis* e *syricum*.

Mas não foi apenas na Antiguidade e Idade Média que o uso em grande escala da cor vermelha em livros e documentos ocorreu. Percebemos que esta prática se estendeu até o século XVIII e a mesma foi verificada tanto nas iniciais, títulos e epígrafes de publicações impressas portuguesas, quanto nos compromissos manuscritos das irmandades do Brasil e Portugal. Alguns destes exemplos poderão ser vistos a seguir na folha de rosto da Farmacopeia de Curvo Semedo (Figura 4),⁶⁵ e também em três compromissos: um da capitania da Bahia (Figura 5) em dois da de Minas Gerais (Figuras 6 e 7).

FIGURA 4 – Inscrições na cor vermelha



Fonte: Curvo Semedo. Polianteia Medicinal [...], 1727, Lisboa. BDUCP, folha de rosto, imp.

⁶⁴ Também foi chamada de *secundariu minium*, *usta*, *cerussa usta* e *purpurea*. Atualmente, é conhecida como vermelho-de-chumbo que é um óxido de chumbo Pb_3O_4 .

⁶⁵ Disponível em: <https://www.fc.up.pt/fa/index.php?p=nav&f=books.0259.W_0259_000003#faimg>. Acesso em: 30 jun. 2016.



FIGURA 5 – Inscrições na cor vermelha

Fonte: TCI de São José, Brasil/Capitania da Bahia, Brasil, 1780. Lisboa, AHU, códice 1283, folha de rosto, ms. (Foto: AHU)



FIGURA 6 – Inscrições nas cores vermelha e dourada

Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento/Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1722. Belo Horizonte/MG, APM, AVC 04, f. 5f., pormenor, ms. (Foto: APM)



FIGURA 7 – Inscrições na cor vermelha

Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento, Capitania da Bahia/Brasil, 1780. Lisboa, AHU, códice 1669, f. 23f., ms. (Foto: AHU)

Além da cor vermelha, era também usual decorar as iniciais com ouro que, nesta ocasião, poderia ser em pó, em folha ou em tinta, isso porque existe mais de uma técnica de douramento de papel para a aplicação da folha ou da tinta de ouro. Outra opção seria a possibilidade de o mesmo ser aplicado em pães⁶⁶ sumamente finos e brunidos (DAHL, 1972, p. 59). No TCI de N.S. do Rosário dos Homens Pardos Morenos Livres (1808) da comarca de Sabará, os 24 capítulos tiveram a folha de ouro como base para a decoração de suas iniciais (Figuras 8a e 8b).

FIGURA 8 – TC com iniciais decoradas com folha de ouro.



8a) cap. XXIII, inicial H (pormenor)

8b) cap. VIII, inicial S (pormenor)

Fonte: TCI de N.S. da Boa Morte, Capitania de Minas Gerais/Brasil, Sabará/MG, 1808. ADH/CBG-MO/IBRAM, ms. (Fotos da autora).

Em tempos mais remotos, a cor dourada tinha o brilho de latão⁶⁷ alcançando mais tarde um tom mais avermelhado (DAHL, 1972, p. 59). Gonçalves (2015, p. 146)⁶⁸ analisou

⁶⁶ Pão de ouro e pão de prata são “[...] termos usados por batefolhas e douradores. É uma folha de ouro ou prata estendida ao martelo. Põe o artífice entre duas folhas de certo pergaminho uns granitos de ouro, e dando-lhes golpes os adelgaça de maneira, que uma onça de ouro chega a fazer mil, e seiscentas folhas, das quais tem cada uma trinta e sete linhas em quadrado, e com elas se podem dourar quatrocentos pés em quadrado. Com este ouro se fazem livros, e cada livro tem tantos pães. Bractea.” (BLUTEAU, 1712, p. 233-234).

⁶⁷ Na literatura, o latão também é conhecido como ouropel.

⁶⁸ Marina Furtado Gonçalves em sua dissertação de mestrado (2015) realiza um estudo comparativo de dois compromissos produzidos na capitania de Minas Gerais em 1725: um da irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar das Congonhas do Sabará que está sob a guarda do APM, e o outro da Irmandade de São Gonçalo da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Rica que está sob a guarda da TT.

dois compromissos de 1725 da capitania de Minas Gerais nos quais comprovou o uso deste material. Segundo esta autora, o latão, em especial o aplicado a pincel no TCI do Santíssimo Sacramento,⁶⁹ não tem uma aparência contínua como as folhas metálicas de ouro e prata (GONÇALVES, 2015, p. 146).

Assim como alguns autores citados anteriormente, Weise (1935, p. 37) menciona que a obtenção da cor vermelha também foi feita do almagre ou do mínio. O dicionarista português Rafael Bluteau, entretanto, não faz referência ao emprego do almagre⁷⁰ em pintura, define-o apenas como uma: “terra mineral, vermelha, de que usaõ os Cerradores, Carpinteiros, & outros officiaes, para assinalar a parte, por onde haõ-de-cerrar, ou cortar a madeira.” (BLUTEAU, 1712, p. 268). Cruz (2009) acrescenta, no entanto, que, atualmente, o almagre pode ser descrito como uma variedade de ocre vermelho. Plínio faz menção à sua extração de certos jazigos da Espanha, Cáucaso, Etiópia, Ásia Menor e Irã (CABRAL, 2001, p. 57) estando este entre os pigmentos romanos mais caros. Augusti (1967) e Béarat e outros (1997, p. 11) confirmaram o uso da cor vermelha em pinturas murais romanas. Com ela também foram pintados os nomes dos Escipiones⁷¹ nas antigas sepulturas romanas. Os imperadores bizantinos também fizeram uso da cor vermelha para firmar sua assinatura. Inclusive, é bastante aceitável que o *know-how* de sua produção tenha sido levada para Europa pelos árabes (MELO; MIGUEL, 2011). No ano de 1756, a arroba do almagre⁷² foi cotada a US\$ 300 reis no documento Pauta e Alvará [...] na Casa da Índia (1756, p. 13).

Weise (1935) menciona que a arte de decorar as iniciais com a cor vermelha procede do Egito e que se desconhece porque sua rota seguiu primeiro para a Irlanda e Inglaterra, estendendo-se depois com os divulgadores do Cristianismo até chegar à Alemanha. Estas iniciais foram se aperfeiçoando pouco a pouco até o extremo do que foi pensado: primeiro para decorar uma inicial como peixes, cobras, depois formas retorcidas e alongadas passaram a decorar uma página inteira (WEISE, 1935, p. 38).

⁶⁹ Este compromisso também foi objeto de nossa pesquisa e encontra-se sob a guarda do APM.

⁷⁰ Almâgra ou almagra (variantes encontradas em Bluteau, 1712, p. 268).

⁷¹ Escipião (plural: escipiones) é um sobrenome romano utilizado por uma linhagem da família dos Cornélios. Os escipiones eram aliados políticos tradicionais da linhagem dos Paulos, na família dos Emílios. A tumba familiar, fechada no século III a.C e redescoberta em 1780, contém uma das maiores coleções de inscrições latinas, importante fonte de informação sobre a antiga república romana. Disponível em: <http://www.diclib.com/Escipi%C3%B3n/show/es/es_wiki_10/14475#ixzz49DcHsRPJ>. Acesso em: 20 maio 2016.

⁷² Neste documento, o nome do almagre foi registrado como bolo armênio ou almagra do reino. Bluteau (1712:268) menciona ainda as seguintes variantes para o almagre: bolo armênio, *Rubrica sabrilis*, *Locus rubrico sus*, *Rubrica notatus ou tinctus*.

A tinta vermelha também foi utilizada para traçar um risco vertical ao longo das iniciais, prática conhecida como rubrica⁷³ (*rubrum*, vermelho) (DAHL, 1972, p. 57). Nos mosteiros medievais, este costume rapidamente foi adotado pelos monges que, inicialmente, também utilizaram a cor vermelha para fazê-las em vários códices medievais. Os monges, inclusive, quando queriam dar realce aos textos que estavam produzindo, faziam esta decoração em páginas inteiras. Com o passar do tempo, as iniciais foram tomando formato crescente e vinham acompanhadas de entrelaçados e enquadramentos de perfeição artística progressiva. Muitas delas foram ornamentadas e iluminadas com diferentes cores.

Desde a Antiguidade, o ouro e a prata foram empregados nos manuscritos de grande valor,⁷⁴ principalmente sobre os pergaminhos de cor púrpura (WEISE, 1935, p. 38). Cenas inteiras passaram a ser pintadas nas letras propriamente ditas. Nos mosteiros, raras vezes, o mesmo monge ou monja escrevia o texto e realizava as iniciais ou ilustrações. Como dito anteriormente, o escriba ou calígrafo escrevia o texto e deixava uma parte em branco para as decorações. Era costume na época escrever nas margens com uma letra fina (que podia ser facilmente apagada) advertências relativas à decoração, através da qual o miniaturista ou iluminador começavam seu trabalho com todo o aparato necessário: caixa de cores, pincéis e ouro, e demais aparatos necessários. Com uma pluma, eles traçavam o esboço da ilustração com finos traços antes de pintá-la ou dourá-la (DAHL, 1972, p. 59).

No final da Idade Média, a fabricação da tinta preta deu-se à base de vitríolo⁷⁵ e noz de gália.⁷⁶ O vermelho continuou sendo obtido do mínio,⁷⁷ depois à paleta foi acrescentado o ocre vermelho⁷⁸. No século XVIII, segundo os resultados obtidos nessa pesquisa, o vermelho foi obtido do carmim, do pau-brasil ou do vermelhão (HgS sintetizado). Nos compromissos analisados foram encontradas iniciais na cor vermelha em quase todas as capitâneas do Brasil⁷⁹ (Figura 9).

⁷³ As rubricas foram também uma forma mais funcional de se referenciar aos capítulos.

⁷⁴ Nos compromissos mineiros analisados, o ouro aparece em poucas capitulares e ilustrações.

⁷⁵ Em Química esta é a denominação antiga dos sulfatos.

⁷⁶ A terminologia “galha” foi encontrada em alguns receituários de pintura.

⁷⁷ Ou do vermelhão (fórmula química).

⁷⁸ Também conhecido como almagre.

⁷⁹ Destas iniciais só fizemos a análise dos materiais das letras A e B, cujo resultado encontra-se no Capítulo 4 desta tese.

FIGURA 9 – Iniciais na cor vermelha de alguns compromissos do Brasil

a)



b)



c)



d)



e)



f)



Fonte:

- a) TCI de N.S. do Bonsucesso, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1738. Belo Horizonte/MG, APM, AVC 03, f. 7f., ms.
- b) TCI do Santíssimo Sacramento, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1745. Belo Horizonte/MG, APM, AVC 08, ms.
- c) TCI do Santíssimo Sacramento, Capitania do Rio de Janeiro/Brasil, 1753. Lisboa, AHU, códice 1771, f. 6f., ms.
- d) TCI do Glorioso São José, 1780, capitania da Bahia/Brasil. Lisboa, AHU, Códice 1283, ms.
- e) TCI de N.S. do Rosário do També, Capitania da Paraíba do Norte/Brasil, 1790. Lisboa, AHU, códice 1288, ms.
- f) TCI do Divino Espírito Santo, Capitania da Bahia/Brasil, 1801. Lisboa, AHU, códice 1924, ms.

Além destas tintas líquidas vermelhas ou à base de ouro, o lápis de chumbo⁸⁰ (ou o lápis de *pizarra*)⁸¹ também foi utilizado para fazer traços no papel, prática muito utilizada para marcar o suporte antes do início da decoração. Nas três edições do *Pauta e Alvará [...] na Casa da Índia* (1756 [Anexo D]), 1785, e 1800, um arrátel do lápis de chumbo custava 100 réis, e do “lápis, ou giz preto, e vermelho”, a arroba custava 960,00 réis. Cícero, numa carta a um amigo, diz-lhe ter medo do seu lápis vermelho (*cerula miniata*) (WEISE, 1935, p. 39) pelo fato de a aplicação que este dava aos seus escritos ser tal qual o uso dados aos professores na correção das provas na modernidade. Com o decorrer do tempo, a cor vermelha das iniciais foi sendo substituída por outras cores, principalmente a azul clara na decoração dos livros. Desde o século XII, as miniaturas passaram a ser pintadas, na maioria das vezes, nas cores vermelha e azul (WEISE, 1935, p. 39). As análises feitas no compromisso da irmandade de N.S. do Bonsucesso de 1738 (Figura 10) indicam o uso dos seguintes pigmentos: vermelhão, azurita, e folha de ouro.

FIGURA 10 – Inicial N nas cores azul, dourada e vermelha



Fonte: TCI de N.S. do Bonsucesso, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1738. Belo Horizonte/MG, APM, AVC 03, fl. 15f., ms.

Nos compromissos feitos no Brasil percebemos que a prática de fazer as letras iniciais na cor vermelha estendeu-se até o final do século XVIII e primeira década do XIX⁸². Uma reminiscência desta prática, inclusive, ainda persiste em nossos calendários, cujas datas festivas ou feriados são marcados na cor vermelha.

⁸⁰ Segundo Nascimento, o lápis de chumbo ou ponta de plumbagina foi utilizado do século XII até o XV. Constatamos que seu uso também se deu no século XVIII. Nascimento, p. 25. *A técnica do livro manuscrito*.

⁸¹ Lápis de pedra, fácil de desmanchar. Na atualidade, equivaleria ao giz utilizado no quadro negro ou lousa.

⁸² A partir deste período não foi feita nenhum tipo de investigação que comprovasse o contrário.

A inicial feita na cor azul foi encontrada em dois compromissos, um da capitania do Rio de Janeiro (Figura 11a) e outro da capitania de Minas Gerais (Figura 11b). Para CHEVALIER (1998) ela é a cor mais profunda e a mais imaterial dentre todas as outras, além de ser também a mais fria. A natureza apresenta o azul feito apenas de transparência (CHEVALIER, 1998, p. 108). Para o significado do azul com ouro, menciona que o azul-celeste representa

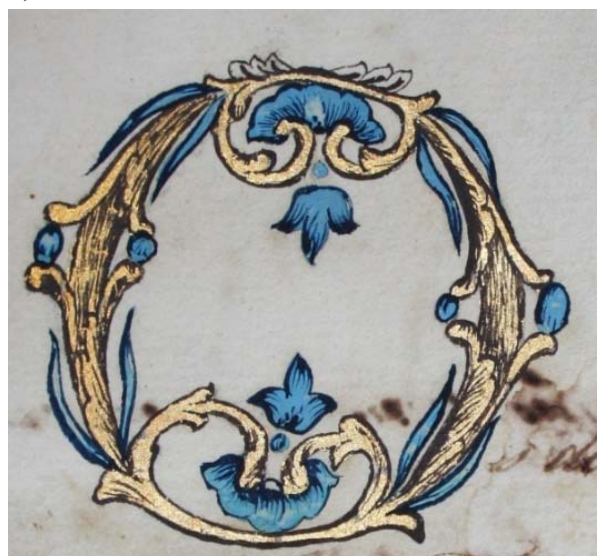
“[...] a Verdade, a Morte e os Deuses andam sempre juntos, e é por isso que o azul celeste (em francês: *l'azur*) é o campo elísio, o útero através do qual abre seu caminho a luz de ouro que exprime a vontade dos deuses: Azul-Celeste e Ouro, valores respectivamente feminino e masculino [...]”. (CHEVALIER, 1998, p. 108).

FIGURA 11 – Iniciais na cor azul

a)



b)



Fonte:

- a) TCI do Santíssimo Sacramento do Jacarepaguá, Capitania do Rio de Janeiro/Brasil, 1753. Lisboa, AHU, códice 1771, f. 10f. (pormenor), ms.
- b) TCI de N.S. da Boa Morte, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1808. Sabará/MG, ADH/CBG-MO/IBRAM, f. 8f. (pormenor), ms.

Em Bicchieri (2008) vimos que por um longo tempo uma variedade considerável de tintas pretas foi utilizada como material da escrita, sendo que o tipo e a precisão de seus componentes irão variar de acordo com o período histórico e a área geográfica onde as mesmas foram feitas. Na China, a tinta ferrogálica e a tinta feita à base de campeche⁸³ foram

⁸³ O nome desta planta tem sua origem na cidade portuária da península de Yucatán, México, seu valor esta relacionado às suas propriedades químicas para tingir. Disponível em: <<http://tingimentonatural.blogspot.com.br/2010/06/pau-campeche-haematoxylon-campechianum.html>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

bastante difundidas, mesmo assim outros materiais para o registro da escrita foram utilizados em lugares e tempos diferentes (BICCHIERI, 2008, p. 1074). No século XVIII, as tintas ferrogálicas foram largamente utilizadas, mas as feitas à base de ferro não foram as únicas a circularem nas colônias. Nos tratados e livros consultados sempre havia uma ou duas receitas que ensinavam como fazer a tinta preta. Manuel Andrade de Figueiredo (1722)⁸⁴ nos fornece em seu livro cinco receitas de tinta preta que poderiam ser feitas:

- 1) à base de água;
- 2) à base de vinho;
- 3) à base de pó de sapatos muito pretos;
- 4) de tinta da China moída;
- 5) de galha.

Para as duas primeiras, os componentes para fazê-las seria o mesmo (água de chuva ou de cisterna, galhas finas, caparrosa⁸⁵ da mais verde⁸⁶, goma arábica, casca de romã, açúcar candi ou do branco (FIGUEIREDO, 1722, p. 29), diferenciando-se para fazê-las apenas o uso da água ou do vinho. Segundo Andrade as duas primeiras seriam as melhores que a experiência lhe havia mostrado, fosse pelas receitas impressas ou de particulares. Por ser tudo cozido, a feita à base de vinho dava o melhor preto e ficava pronta em dois dias. Já a feita à base de água, como era preparada em infusão, levava doze dias. Mesmo que ela fosse aprovada por alguns por ser delgada, ela tinha o defeito de criar bolor nos tinteiros. O autor faz menção que as quatro primeiras não perdiam a cor preta com facilidade. Sua ressalva é feita apenas com a tinta feita à base de galha, uma vez que a mesma fazia muito pó e menciona: “estes mesmos pós esfregados no papel, escrevendo-se nelle com agoa, ou vinho, também logo se vay fazendo preta a escrita, [...] que por tempos se faz parte, e pela maior parte amarela, por causa da caparrosa⁸⁷” (FIGUEIREDO, 1722, p. 30). Felipe Nunes em sua *Arte da pintura, simetria e perspectiva* (1615, p. 137) ensina que para obter uma canada de

⁸⁴ A biblioteca do atual Santuário do Caraça possui um exemplar deste livro.

⁸⁵ Segundo Bluteau (1720, p.119) é uma casta de sal mineral, congelado de uma água verde destilada das minas e que tem em si alguma virtude metálica.

⁸⁶ Segundo Bluteau (1720, p. 119) a caparrosa verde é o vitríolo romano, e a caparrosa azul é o vitríolo chipre. Também existe a caparrosa branca que serve para fazer água, tinta de escrever, etc.

⁸⁷ Antiga designação comum a vários sulfatos: caparrosa branca (sulfato de zinco); caparrosa azul (sulfato de cobre); caparrosa verde (sulfato de ferro). “caparrosa”, in: *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/caparrosa> [Acesso em 21 maio 2015].

tinta preta para pergaminho deveria-se usar cinco onças de galhas⁸⁸ partidas, quatro de caparrosa e três de goma, além de quatro quartilhos de vinho branco. Neste livro Nunes pretende proporcionar aos aprendizes os segredos das Artes que os mestres escondiam. Ele ensina como fazer vários pigmentos e tintas e fornece ao leitor muitas receitas, algumas das quais se tentou reproduzir em laboratório no ano de 2013,⁸⁹ sem que pudéssemos alcançar algum êxito. Um bom exemplo é a descrição da receita para fazer o pigmento vermelhão na edição do seu livro de 1767 (NUNES, 1615). Nela Nunes orienta o leitor que coloque numa vasilha de barro nova (ôlha), o enxofre e o mercúrio em partes iguais. Depois, seria necessário lacrar a ôlha com argila para que o vapor não saísse. Feito isso, a mesma deveria ser levada ao fogo para que uma coisa fosse incorporada à outra num espaço de cinco a seis horas. Entretanto, Nunes não menciona se o fogo deveria ser alto ou brando, sendo que esta última informação seria de suma importância para o sucesso da obtenção do pigmento. Nunes também ensina o leitor como “consertar o vermelhão” com a seguinte receita:

“Ingredientes e quantidades:

- Vermelhão
- Água
- Uma fibra⁹⁰ de açafão
- Água de goma⁹¹
- Leite de figueira

Modo de fazer:

- Tomar o vermelhão muito bem moído e adicionar água de gomar;
- Lançar uma fibra de açafão;
- Para usar, desfazê-lo com água de goma e leite de figueira.

⁸⁸ Noz de gália.

⁸⁹ Experiência feita por alguns alunos do curso de mestrado em Conservação e Restauro da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, durante a disciplina *História das Técnicas e Práticas Artísticas*.

⁹⁰ O autor usa o termo “fêvera”, que significa fibra.

⁹¹ Provavelmente, esta água de goma deve ser a goma arábica, deduzimos isso pelo fato de o autor indicá-la em uma outra receita.

Dicas para solucionar problemas e outros usos:

- Para rabiscar,⁹² *lavem-no com o azul* e temperem-no com goma e leite de figueira;
- *Quando não quiser correr* (se estiver espesso), deitem-lhe vinho branco ou vinagre ou um pouco de mel;
- Quando fizer espuma,⁹³ botem-lhe uma pequena (quantidade) de cera de orelha. (NUNES, 1615)

Estas e tantas outras receitas, tanto no tratado de Nunes como nos outros consultados, ensinam-nos como fazer o vermelhão.

No século XVIII, as tintas que tiveram maior uso entre os engenheiros militares de desenho cartográfico foram: “[...] a tinta da China, o carmim,⁹⁴ a aguada de rios, o rohaõ,⁹⁵ o bistre,⁹⁶ o verde-bechiga; o verde-lírio, o anil fino, o vermelhaõ, e aguada de tabaco.” (FORTES, 1729, p. 413). Fortes nos fornece as receitas para fazer a Aguada de Rios, o Bistre, a Aguada de Tabaco, isso porque estas tintas não eram vendidas prontas. Caso não se achasse o material para fazer algumas delas, ele nos fornece a seguinte orientação:

“Modo de suprir as tintas:

A tinta da China se póde suprir fazendo-se de pós de escodar finos, dos que vem do Norte, desfeitos em vinagre branco, primeiro forte, e depois destemperado o vinagre com agoa bem gomada, e depois se faz em bolinhos ou pauzinhos, e se usa delles, como da tinta da China.

O rohaõ⁹⁷ se póde suprir com açafraõ da França, que he em fevras secas, que não tem levado azeite.

O ocre, e a sombra de Italia bem moidos no porfido, ou pedra dos pintores, supre as cores das aguadas dos terrenos.

[...]

⁹² Não foi possível identificar o que esta expressão significaria dentro do contexto.

⁹³ O autor escreve escuma.

⁹⁴ Não é vermelhão nem grãa (cochonilha). É uma tinta artificial, moída em almofariz com pães de ouro. Bluteau (1712, p. 151). A etimologia da palavra vem do árabe: *chermes*.

⁹⁵ Também conhecido como goma-guta. Segundo Fortes (1729, p. 414), Tomo I, “he uma especie de goma amarella, que se desfaz facilmente”.

⁹⁶ Sobre a ferrugem da chaminé, diz Bluteau que é “a parte da lenha volátil, e terrestre, que se levanta com o fumo, pelo movimento que lhe dá a actividade do fogo” (F-91). Segundo Cruz (2007) esta terminologia corresponde à atual designação dada para bistre (Cruz, 2007c). “A ferrugem de forno de pão, tendo em consideração a designação, deverá ser exactamente o mesmo material, ainda que recolhido em diferente local - na “boca do forno”. In: CRUZ, António João. *Os materiais usados em pintura em Portugal no início do século XVIII, segundo Rafael Bluteau. Artis – Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, 7-8, 2009, p. 385-405.

⁹⁷ Não conseguimos descobrir o correspondente desta cor na atualidade, mas supomos que seja uma cor amarela.

Com as mesmas tintas, de que temos falado, se pódem fazer, e suprir outras:
O rohaõ, e aguada de rios fazem hum verde admiravel.
A Aguada de rios com verde-bechiga faz um bom verde-gaio.
O rohaõ com hum pouco de carmim⁹⁸ faz cor de madeira para suprir o Bistre: tambem faz cor de terra, e de area levando menos carmim, e tambem huma cor propria para dar aguadas nos foços secos.
O vermelhaõ com tinta da China fazem diferentes cores de terra, e finalmente cada hum com as cores, que tiver póde fazer diferentes experiencias, e segundo as diferentes misturas, e quantidade de humas, e outras tintas lhe rezultaraõ diferentes cores, o que naõ he inutil para a configuração dos terrenos arroda das praças, nas vinhas, montanhas, rochedos, matos &c. (FORTES, 1729)

1.4 O papel: origem, produção e circulação nas capitanias do Brasil

Na época em que concomitantemente o papiro e o pergaminho prosperavam nas bibliotecas do Império Romano, os chineses buscavam resolver o problema que lhes havia ocorrido em 213 a.C.: o desastre de terem grande parte de seu patrimônio escrito sobre madeira destruído por ordens do imperador Ts'in Shihuangti como castigo aos que ousaram criticar sua política (DAHL, 1972, p. 18). Este trágico evento colocou-os a pensar num novo suporte onde sua cultura pudesse ser preservada. Primeiramente, usaram a seda, mas concluíram que se tratava de um material difícil de ser trabalhado para o registro da escrita. Partindo para outra tentativa, utilizaram restos de seda que, depois de desfeitas, maceradas e secas, davam origem a um papel fino. Entretanto, foi só em 105 d.C. que T'sai Lun substituiu os retalhos de seda por materiais muitos mais baratos: cascas de vegetais (em especial da amoreira), redes de pescar velhas e restos de tecidos de algodão (DAHL, 1972, p. 33). Seu invento foi aprovado de imediato e, nos séculos seguintes, inúmeros manuscritos foram escritos sobre papel.⁹⁹ Por setecentos anos os chineses guardaram o segredo da fabricação do papel, depois este conhecimento se estendeu pelos territórios vizinhos. Ainda no século VI de nossa era, o papel chegou à Coreia, Japão e Vietnã. Depois o conhecimento da técnica papelreira foi avançando até chegar ao Ocidente, passando pela Ásia Central, Tibete e Índia

⁹⁸ Bluteau (1712, p. 151) diz que há duas variedades da tinta carmim. A primeira, “[...] he huma Tinta artificial, composta de pao Brasil, moida em Almofariz cõ paens de ouro. [...]” A outra “[...] se faz por outro modo cõ cochonilha & pedra-hume de Roma, tirante a vermelho.”

⁹⁹ Até a atualidade não foram registradas descobertas referentes aos manuscritos deste período. Entretanto, Sven Hedin descobriu em uma pequena cidade do oásis de Lop-nor, no deserto do Tibet, papéis, mas que de forma alguma possam ser considerados os mais antigos que existem. Estima-se que os mesmos datem dos séculos II ou III do século XX.

(LEAL, s.d., p. 41). Entretanto, os chineses depois de terem sido feitos reféns pelos árabes¹⁰⁰ em meados do século VIII, foram conduzidos à Samarcanda, no Tuquistão, e lá tiveram que transmitir seus conhecimentos aos árabes que antes produziam seu papel à base de tecido ou cânhamo. No tempo do califa Harun Al-Raschid, no final do século VIII, existiam fábricas em Bagdá e na Arábia e, no século X, o papel chegou ao Egito. No Islã, o papel, por ser feito de restos de corda e panos, foi denominado por trapo. Possivelmente, daí tenha surgido a terminologia *Papel de Trapo*¹⁰¹ que depois migrou por toda a Europa e que, equivocadamente, até hoje é utilizada para denominar papéis mais antigos, principalmente os produzidos antes do século XV.¹⁰² Entretanto, vale ressaltar que este nome também pode ter advindo do uso exaustivo de trapos pelos europeus para a fabricação deste novo suporte da escrita. Na Europa, o papel árabe recebeu os nomes de *carta bombycina*, *gossypina*, *cuttunea*, *xylina*, *damascena* e *sérica* (LEAL, s.d., p. 42).

Por volta do ano 1.100 d.C., o papel chega à Espanha¹⁰³ pelas mãos dos árabes que instalam seu primeiro centro de produção papelreira em Toledo, à época, um importante centro literário.¹⁰⁴ Leal (s/d) menciona que o primeiro ateliê papelreiro espanhol foi criado em Córdoba em 1036, seguido por outro em 1144, no povoado de Xàtiva, na costa oriental da Península Ibérica (LEAL, s.d., p. 41). Tal acontecimento fez com que o pergaminho fosse, paulatinamente, caindo em desuso, inclusive porque a forma de fazê-lo era morosa, requeria mais técnica e conhecimento, além do que seu custo era mais elevado. Em suma, todos os pontos convergiam favoravelmente para a produção do papel que, depois de ser inventado na China, passou a ser o principal suporte da escrita.¹⁰⁵

Entretanto, esta nova invenção não teve boa receptividade nos primeiros tempos. Guedes (2001) nos relata que o reconhecimento oficial deste novo suporte da escrita na Península Ibérica ocorre pela primeira vez no número três das *Partidas de Afonso X, o Sábio*, no qual ficou determinado quais documentos deveriam continuar a ser escritos em

¹⁰⁰ Isso se deu no ano de 751 d.C. na Batalha de Talas, um conflito entre o Califato abasi e a Dinastia Teng da China para o controle da área do rio Syr Darya (LEAL, s.d., p. 40).

¹⁰¹ Grifo nosso.

¹⁰² O uso do microscópio eletrônico é de suma importância para a identificação correta do material utilizado para fazer o papel, sem o qual podemos incorrer em falsas afirmativas sobre a sua materialidade.

¹⁰³ Segundo Esteban (2000, p. 20) vários historiadores estrangeiros têm repetido que é quase certo que os primeiros moinhos papelreiros tenham sido espanhóis e que estes eram da região de Valência.¹⁰³

¹⁰⁴ O mais antigo, entretanto, estava localizado próximo à Valência.

¹⁰⁵ Por cautela, no início de sua invenção, os reis ordenaram que documentos oficiais e de maior importância continuassem a ser reproduzidos sobre o pergaminho.

pergaminho e os que podiam ser escritos em papel. Entretanto, o advento da imprensa, e a facilidade da reprodução de textos, vem marcar, dessa forma, que só o papel poderia satisfazer as necessidades crescentes de uma matéria-prima única e específica para este fim. Gutenberg para imprimir em pergaminho 35 exemplares da Bíblia que leva seu nome, precisou de aproximadamente cinco mil peles de animais (GUEDES, 2001, p. 24). Entretanto, há controvérsias quanto a esta quantidade, visto que outras fontes mencionam outros valores.

Da Península Ibérica a produção do papel escoou para o resto da Europa. Na Itália sua produção ocorreu em maior escala, tendo sido o seu primeiro moinho de água instalado em 1276. Depois disso, à margem de cada ribeirão havia uma fábrica em pleno “vapor” (FEBVRE; MARTIN, 1992, p. 52). Assim como a crise do papiro e do pergaminho, o papel não ficou isento à que se instaurou em toda a Europa. Na França, esta crise foi sentida em fins do século XVI e princípios do XVII, tendo seu maior pico ocorrido no século XVIII, período em que a imprensa atinge seu ápice logo depois da Revolução Francesa. Isso porque foi nesse período que mais se publicou nesse país.¹⁰⁶

Devido à escassez de materiais (principalmente o trapo) foi preciso proibir, em Auvergne, nos anos de 1732 e 1733, a exportação de velhos panos. Em 1754, ficou proibida a exportação de trapos, e os trapeiros foram impedidos de estabelecer entreposto próximo aos portos e fronteiras (FEBVRE; MARTIN, 1992, p. 226). Mesmo em meio a toda esta crise para a obtenção dos trapos, o papel não deixou de ser produzido. Um tempo depois, na tentativa de tentar sanar este problema, a madeira passa a ser utilizada como alternativa para a sua fabricação.

No final do Império Romano foram instaladas fábricas em Roma que importavam do Egito o material bruto e o ajeitavam em forma de bala (DAHL, 1972, p. 50). Foi nesta cidade que surgiu a venda de papiros com marcas denominadas segundo os imperadores romanos (Carta Augusta, Claudia, etc) (DAHL, 1972, p. 28), prática esta que depois se estendeu para os fabricantes de papel na Europa.

O uso de elementos que registrassem uma digital na intimidade do papel teve seu início a partir dos últimos anos do século XII e início do XIII. Os fabricantes de papel começaram a colocar em seus produtos silhuetas, desenhos ou sinais¹⁰⁷ que serviriam para

¹⁰⁶ Neste período, as pessoas passaram a ler e escrever como nunca se tinha visto antes.

¹⁰⁷ Estes sinais, posteriormente, viriam a ser chamados de marcas d'água que significa um conjunto de sinais internacionais, os mais diversos (nomes, monogramas, símbolos, animais, datas, etc.), cujos desenhos só são perceptíveis pela sua translucidez em contraste com a densidade ou espessura da pasta do papel. A abreviatura mais utilizada é *Wm* (do inglês: *watermark*). ESTEBAN (2000, p. 20), menciona em seu artigo

indicar sua procedência ou que o identificasse. Esta prática estendeu-se por toda Península Ibérica através da região de Valência. Existe uma insistência constante em afirmar que as filigranas presentes em documentos espanhóis possam ser de origem italiana (ESTEBAN, 2000, p. 22). Entretanto, segundo os professores Córdoba e Cerezo

[...] es muy posible que el papel empleado en Aragón y Castilla durante los siglos XV y XVI fuera importado, ao menos en una buena parte, de Italia [...]. Pero los mismos autores señalan tambien a continuación de una evidente existencia de industrias papeleras em Játiva y otros lugares peninsulares, todavia por estudiar, sin descartar la hipótesis de que “artesanos locales, especialmente los levantinos, pudieron haber imitado esas marcas a partir de modelos italianos que ellos mismos habrían implantado y, en su caso, modificado para la realización de su propio papel. (ESTEBAN, 2000, p. 22)

Em meados do século XIV, a criação das marcas d'água pela empresa Fabriano colocou o seu nome na frente da produção papeleira na Europa, sendo sua invenção posteriormente copiada pelos demais países vizinhos da Itália. Depois de um certo tempo produzindo seu papel manualmente, esta empresa passa a ser o primeiro centro de produção a aproveitar a energia da água para conduzir o processo atrial (polpa), que vem substituir a intensa atividade de trabalho manual que envolvia, nos tempos mais remotos, a fabricação do papel¹⁰⁸. Carreira (2012, p. 19) nos relata que

o uso da contramarca surgiu no decurso do século XVI e era aposta (sic) na metade da folha oposta à filigrana. Inicialmente, esta marca secundária, era apenas composta pelas iniciais do fabricante do papel. Evoluiu, ao longo do tempo, passando a incluir o nome do fabricante, ou da fábrica, ou ainda da localidade e ano de fabrico.

Santos (2014) reitera que a contramarca é uma informação complementar, que figura geralmente, e daí o seu nome, no outro lado da folha, em simetria com a marca de água. “Como, em princípio, a marca de água se encontra no centro da metade direita da folha, a contramarca é colocada do lado esquerdo da mesma folha, ambas perpendicularmente aos pontusais” (SANTOS, 2014).

que marca d'água não é o mesmo que filigrana, ainda que em certas ocasiões, os dois termos se confundem basicamente por causa das traduções inglesa (*watermark*) e francesa (filigranes). Concretamente, segundo este autor, a marca d'água seria a digital (a impressão que fica no papel através da qual podemos ver passar a luz e ver as silhuetas dos desenhos ou o desenho das letras), enquanto que as filigranas seriam o pedaço de ferro trabalhado que é colocado durante o processo de fabricação do papel, com o intuito de deixar impressa a silhueta translúcida desejada. Optamos nesta tese pelo uso da expressão marca d'água.

¹⁰⁸ Fonte: http://www.museodellacarta.com/docs/lacarta/carta_e_cartiere.asp- Acesso em 20 jul. 2015.

A forma tradicional da produção artesanal das folhas de papel e o modo como as mesmas foram formadas separadamente umas das outras, fez com que existisse uma variante muito grande tanto no aspecto físico externo como na composição química interna que tem pouquíssima relação com o elevado nível de isotropia¹⁰⁹ conseguido nos processos industriais papeleiros de hoje (RODÉS, 1995, p. 56).

A falta de uniformidade que cada folha de papel apresenta, faz com que cada uma seja uma amostra única, uma testemunha que nos relata ou permite deduzir que cada folha teve um processamento diferenciado, momento este que nos revela como as fibras vegetais foram transformadas nesta ou naquela folha de papel, pronta para receber a tinta e a palavra escrita. As marcas da água deixadas no papel pelos pontusais¹¹⁰ e corondéis do avergoado¹¹¹ e/ou pelas filigranas da forma papeleira usada na manufatura da folha, são as pistas deixadas nos papéis que nos permitem deduzir os detalhes da transformação artesanal feita em cada folha individualmente. São aspectos como estes que nos permitem fazer uso da sistemática no estudo das filigranas e que também nos permitem comparar duas folhas de papel estabelecendo semelhanças ou acentuando diferenças entre duas folhas de papel feitas à mão (RODÉS, 1995, p. 56), e a composição química do papel.

Carreira (2012) nos diz que “o papel, especialmente, o feito à mão e mesmo o actual e do qual constam signos que constituem significado – as marcas de água ou filigranas, e as contramarcas – subjazem sob o texto e, geralmente, para um outro investigador constituem apenas silêncio, a menos que o objectivo do estudo seja dar voz ao que permanece fora do alcance do foco de luz à espera de ser descoberto.” (CARREIRA, 2012).

O que vem a ser então a sistemática? Ela é uma área do conhecimento que objetiva “estabelecer mediante classificações sucessivas uma imagem abrangente e completa de um grande número de elementos diversos entre si, mostrando simultaneamente os laços que os

¹⁰⁹ Isotropia: é a propriedade que caracteriza as substâncias que possuem as mesmas propriedades físicas independentemente da direção considerada. In: *Dicionário Informal*. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br>>. Acesso em: 1 jun. 2016.

¹¹⁰ Pontusal: na indústria de papel, cada um dos fios metálicos que integram o tear da fôrma usada na fabricação manual.

¹¹¹ Papel avergoado ou papel estriado é aquele que quando posto contra a luz, apresenta uma pauta de linhas paralelas. Castro Brandão apelidava-o de papel listrado. Pereira Leite seguia a definição que o catálogo Simões Ferreira lhe atribuía: Papel Avergoado (ou Estriado) é o papel que quando visto contra a luz, apresenta uma espécie de pauta a água, e ao qual os franceses chamam papel *vergé*. O catálogo Eládio de Santos descrevia o papel avergoado como um papel que apresenta à transparência uma série de soluções de continuidade na pasta, em forma de linhas, que podem ser horizontais ou verticais, ou ainda formar losangos ou quadrados. Disponível em: <<http://filatelicamentedivagando.blogspot.com.br/2014/11/papel-avergoado.html>>. Acesso em: 7 maio 2016.

interrelacionam” (RODÉS, 1995, p. 56). Para um estudo mais cuidadoso sobre as filigranas, a sistemática inclui as relações formais e espaciais que possam vir a existir entre os seus elementos característicos. Em Churchill (1990) fica claro que os fabricantes de papéis tiveram marcas d’águas com poucas diferenciações em seus desenhos. Entretanto, são estas diferenças que acabaram por tornar um certo conjunto documental como único.

No Brasil do século XVIII circularam papéis provenientes de vários lugares da Europa sendo que uma boa parte deste material até hoje ainda se encontra em bom estado de conservação, entretanto a história desta circulação ainda está por ser revelada.¹¹² Para este trabalho fizemos apenas um inventário do nome dos fabricantes de papéis encontrados nos compromissos analisados e que se encontram sob a guarda do APM, AHU e CBG. Os papéis que analisamos nos revelaram o nome de 45 fabricantes de papéis dentre as dez capitâncias que têm compromissos no AHU¹¹³ (Quadro 6). Nos arquivos de Minas Gerais (APM e CBG) encontramos as marcas dos fabricantes holandeses D&C Blauw e ProPatria (Quadros 7 e 8).

Como não possível fazer um estudo mais aprofundado da materialidade dos papéis que analisamos, apresentaremos no Quadro 4 apenas o nome de seus fabricantes, em cuja maioria as marcas d’água e contramarcas encontram-se subjacentes ao texto. As cores destes papéis têm tons claros¹¹⁴ e azul¹¹⁵ e não foi possível analisar a constituição das fibras dos mesmos.

¹¹² Certamente que uma boa parte destes papéis se deteriorou devido a fatores extrínsecos a eles como ataque de insetos xilófagos, temperatura, manuseio e acondicionamentos inadequados.

¹¹³ Encontramos outras marcas e contramarcas nos documentos diversos consultados nos arquivos do Brasil e Portugal. Em nossa pesquisa, entretanto, mencionamos os papéis utilizados para fazer os compromissos e os que estavam anexos a eles.

¹¹⁴ Esta tonalidade clara não se trata de um branco alvo, mas sim um branco mais encardido ou puxado para o amarelo. Para definirmos a cor exata de um papel seria necessário termos feito testes laboratoriais e isso não foi possível.

¹¹⁵ Weise menciona que as cartas de papel cor de rosa foram utilizadas pelos namorados, as azuis pelos oficiais, e as com orla dourada pelos príncipes e outras personalidades de relevada importância do século XVII.

QUADRO 6 – Quantitativo de marcas d'água encontradas no AHU, por capitania, de acordo com os compromissos analisados¹¹⁶

Capitania	AHU: total de TC	Total de TC do AHU analisados	Marcas d'água encontradas nos 74 compromissos analisados	Quantitativo/marcas d'água por capitania (com repetições)
BA	15	14	A, Al Ponte, B, D&C Blauw, ¹¹⁷ Fabrini, HCW & Zoonen, MKS	07
ES	02	02	D&C Blauw	01
GO ¹¹⁸	08	07	D&C Blauw, HCW ¹¹⁹ & Zoonen, PR	03
MA	02	02	HCWend & Zoonen, Nicolo Poleri	02
MG	21	21	BF & NA, BMA, D&C Blauw, Gior Magnani, HCW & Zoonen, J. Honig&Zoonen, LVW, Van Kettel & Wassenberg	08
PB Norte/Sul	11	10	AP, DBC, D&C Blauw, Libertas, Sebasti Pollera, Thomar, VCG, SKW ¹²⁰ , Gior Magnani, Seville & Van Ketel.	10
PE	26	17	ALW&Z&C, AMP, AP ¹²¹ , D&C Blauw, F/GR, George Smidt, Gior Magnani, HC&Wend ¹²² , MGF, SKW, TC, T French, Thomar, SB & Roos ¹²³ , XX	16
RJ	16	12	Bartolomeo, D&C Blauw, JC & I Honig, IK, SKW,	05
RN	02	01	D&C Blauw	01
SP	08	07	Al Ponte (AP), BDG, BVK & ALW, CC, D&C Blauw, PR, VK&W	07
	112	99		Total: 60 ¹²⁴

¹¹⁶ Apesar de termos consultados os compromissos que estão na BNP (1) e na TT (3), os mesmos não foram contabilizados no QUADRO 1.

¹¹⁷ Fabricantes de papéis holandeses ativos desde a segunda metade do século XVIII. Dirk Blauw (17[?]-1782) e seu filho Cornelis (17..-1762) que se associaram em 1750. Sua filigrana foi igualmente imitada na França no início do século XIX. Disponível em: <http://data.bnf.fr/14782625/dir_ et_cornelis_blauw/>. Acesso em: 27 maio 2015.

¹¹⁸ Num papel anexo ao compromisso 1812 desta capitania há um monograma do fabricante BMA.

¹¹⁹ Em alguns papéis encontramos a marca d'água HCW e em outros HCWend. Supomos que sejam do mesmo fabricante.

¹²⁰ Monograma do fabricante: Seville Van Ketel & Wassenbergh.

¹²¹ Refere-se ao papel do fabricante Al Ponte. No caso desta folha em específico, o que conseguimos ver foi apenas a marca d'água.

¹²² No códice 1281 do AHU encontramos papéis avulsos com a marca d'água XX, MGF, George Smidt, e TC.

¹²³ Contramarca VRYHEIM.

¹²⁴ Esta tonalidade clara não se trata de um branco alvo, mas sim um branco mais encardido ou puxado para o amarelo. Sendo que para definirmos a cor exata de um papel seria necessário termos feito testes laboratoriais e isso não foi possível.

QUADRO 7 – Marcas d’água encontradas nos três compromissos da Comarca de Sabará/ Capitania de MG

Item	Fabricante/Contramarca
01	ProPatria
02	D&C Blauw ¹²⁵
03	D&C Blauw

QUADRO 8 – Marcas d’água encontradas nos cinco compromissos do APM – BH/MG

Item	Fabricante/Contramarca
01	D&C Blauw
02	D&C Blauw
03	D&C Blauw
04	D&C Blauw
05	D&C Blauw
06	D&C Blauw

QUADRO 9 – Dados detalhados sobre as marcas d’água encontradas nos compromissos que estão no AHU

Item	Fabricante/Contramarca	Ano de criação	Origem	Marca d’água/contramarca/motivo
01	A	s/r	s/r	Sim
02	Al Ponte	s/r	s/r	Sim
03	ALW & Z & C	s/r	s/r	Sim
04	AMP	s/r	s/r	Sim
05	AP	s/r	s/r	Sim
06	B	s/r	s/r	Sim
07	Bartolomeo	s/r	s/r	Sim
08	BDG	s/r	s/r	Sim
09	BF e NA	s/r	s/r	Sim
10	BMA	s/r	s/r	Sim
11	BVK & ALW	s/r	s/r	Sim
12	CC	s/r	s/r	Sim
13	DBC ¹²⁶	s/r	s/r	Sim
14	D&C Blauw	1648-1902	Holanda	Sim
15	Fabrini	s/r	s/r	Sim
16	FGR	s/r	s/r	Sim
17	George Smidt	s/r	s/r	Sim

¹²⁵ Trata-se de um tipo de papel almaço holandês conhecido como Vryheyt. CHURCHILL 1990:[CCLVII] mostra uma marca d’água com este nome na estampa 329.

¹²⁶ CHURCHILL 1990:[CCLXXXI] mostra uma marca d’água com este nome na estampa 370.

Item	Fabricante/Contramarca	Ano de criação	Origem	Marca d'água/contramarca/motivo
18	Gior Magnani	s/r	Péscia (Itália)	Sim
19	HC&Wend	s/r	[Holanda]	Jardim da Holanda
20	HCWend & Zoonen	s/r	Holanda	Sim
21	IK	s/r	s/r	Sim
22	JC ¹²⁷ & I Honig	s/r	[VRYHEYT] ¹²⁸	Sim
23	J. Honig&Zoonen ¹²⁹	1737 ¹³⁰	s/r	Sim, leão com alfange
24	Libertas	s/r	s/r	Sim
25	LVW	s/r	s/r	Sim
26	MGF	s/r	s/r	Sim
27	MKS	s/r	s/r	Sim
28	Nicoló	s/r	Itália	Sim
29	Pollera ¹³¹	s/r	[Itália]	Sim
30	Poleri	s/r	Itália (Nicollo Polleri)	Sim, Sol
31	Propatria - Wail	s/r	Holanda, Suécia ou Gênova ¹³²	Sim, leão com alfange
32	PR ¹³³	s/r	s/r	Sim
33	SB & Roos	s/r	s/r	Sim- VRYHEIM
34	Sebasti Pollera	s/r	s/r	Sim
35	Sebille & Van Kettel	s/r	Holanda	Sim
36	SKW	s/r	s/r	Sim
37	T. French ¹³⁴	s/r	s/r	Sim
38	TC	s/r	s/r	Sim
39	Thomar	s/r	s/r	Sim, pés de oliveira
40	Van Kettel &	s/r	Holanda	Sim

¹²⁷ A marca de Jan e Cornelis Honig foi usada por seus fabricantes e descendentes entre 1741 e 1822.

¹²⁸ CHURCHILL 1990:7 há duas variantes deste nome nas estampas 87, 94, 100, 102 a 105. Na estampa 106 este nome foi assim grafado: VRYHEI P.

¹²⁹ CHURCHILL 1990:[CCLIII]-1 mostra uma marca d'água com este nome na estampa 322. A sua marca d'água era representada por um escudo (com flor-de-lis ao centro e encimado por coroa). Utilizada pelo fabricante holandês Jan Honig & Zoonen.

¹³⁰ Carreira (2012, p. 78), entretanto data o início da produção deste papel em c. 1738-c. 1846.

¹³¹ CHURCHILL 1990:[CCXXIV] mostra uma marca d'água com este nome na estampa 259.

¹³² CHURCHILL (1990:[XCII]-1[CXVIII]) mostra 31 variações da marca d'água ProPatria sobre as duas originais feita na Suécia e Gênova. Os homens representados nas marcas holandesa e genovesa (Fabricante: Giacomo Gambino) seguram um cetro na mão esquerda, sendo o desenho destes diferenciados em ambas. Já o homem da marca sueca (Fabricante: Van der Ley) segura uma flor também na mão esquerda.

¹³³ CHURCHILL 1990:[CCLXXXIII] mostra uma marca d'água com este nome na estampa 258.

¹³⁴ CHURCHILL 1990:[CIX] mostra uma marca d'água com este nome na estampa 144 e em cujo medalhão representado se lê: *Carta per la real corte di Portugal*.

Item	Fabricante/Contramarca	Ano de criação	Origem	Marca d'água/contramarca/motivo
	Wassenbergh ¹³⁵			
41	VCG	s/r	s/r	Sim
42	VW&K	s/r	s/r	Sim
43	WCH & Zoonen	s/r	s/r	Sim
44	XX	s/r	s/r	Sim

1.5 A dinâmica do mercado interno do século XVIII na capitania de Minas Gerais

Como se deu o comércio de materiais da escrita e da pintura na capitania de Minas Gerais? No códice da Câmara de Vila Rica de 1767/1768 existem registros de compra de materiais como papéis, penas, imaginária, drogas, altar, materiais da pintura, couro, dentro outros trazidos da capitania do Rio de Janeiro para a comarca de Vila Rica e registrados nos “Actos e contas sobre o almoxarifado” (Quadros 5, e 13 a 20).¹³⁶ De acordo com os registros feitos pelo escrivão, alguns destes materiais permaneceram em Vila Rica e outros seguiram depois para o Serro Frio, única comarca formalmente registrada neste livro e que nos assinala como se deu a mobilidade destes materiais entre as comarcas.

Homens como António de Castro Lobo, António José Bastos, António Roiz de Oliveira,¹³⁷ Jacinto Teixeira de Abreu,¹³⁸ João Frz.¹³⁹ de Oliveira, João Francisco,¹⁴⁰ João Francisco de Andrade,¹⁴¹ Jozé Gomes da Silva, Lourenço Roiz de Sousa, Manoel Barbosa dos Santos, Manoel Batista Graces, Manoel de Sousa Nunes, Manoel Furtado da Silveira,¹⁴² Manoel Leyte Ribeiro, Manoel Monteiro, Manoel Roiz Ferreira, Pe. António [ilegível] da Costa, e Tomás João de Araújo tiveram participação ativa neste processo fosse para a guarda, acondicionamento, vigia, transporte ou compra destes e outros materiais registrados neste livro. Manoel Leite Ribeiro, por exemplo, foi responsável pelo transporte dos itens 10 e 11 do Quadro 5 para a comarca do Serro Frio. Manoel Roiz Ferreira foi quem conduziu a carga dos

¹³⁵ CHURCHILL 1990:[CCLVIII] mostra uma marca d'água com este nome na estampa 331.

¹³⁶ Respectivamente nas páginas 53, 191, 196, 197, 198 e 203.

¹³⁷ Fazia a guarda no armazém da Fazenda Real que ficava na cidade de Cachoeira, cidade próxima a Ouro Preto.

¹³⁸ Responsável por cobrir com couro as caixas que seguiram com os papéis para o Serro Frio.

¹³⁹ [Fernandes]

¹⁴⁰ Comprou frascos para uma botica do Serro Frio.

¹⁴¹ Guardou por 273 dias o armazém da Fazenda Real.

¹⁴² Ou Silva. Provedor da irmandade do Rosário de Cachoeira.

itens 06 a 09, e 12, não tendo no documento o registro do destino da carga. Por este quadro podemos perceber a quantidade considerável de papel e pena que entrou em Vila Rica para abastecer suas casas comerciais.

QUADRO 10 – Registro de entrada de papel e penas em Vila Rica nos anos de 1767/68

Item	Material/quantidade	Valor Unitário/réis	Valor total/réis
01	01 caixote com uma resma de papel Imperial	25.600,00	25.600,00
02	01 resma de papel Imperial	3.000,00	3.000,00
03	200 resmas de papel em 17 cargas	560.000,00	560.000,00
04	01 resma de papel maior	25.000,00	25.000,00
05	02 dúzias papel de marca menor	18.500,00	37.000,00
06	42 dúzias de papel de Luca	1.800,00	75.600,00
07	20 dúzias de papel de Luca	1.760,00	35.200,00
08	10 dúzias de papel de Luca marca maior	2.400,00	24.000,00
09	04 dúzias de papel de Luca bastardo	11.000,00	44.000,00
10	02 caixões com Papel Imperial	8.000,00	8.000,00
11	08 fardos com papel ordinário	32.000,00	32.000,00
12	28 quarteirões de penas	12.920,00	12.920,00

Fonte: Almoarifado da Câmara de Vila Rica, 1767-68. Belo Horizonte/MG, APM, código CC-1172, ms.

Este documento nos revelou que num espaço de dois anos foram compradas 203 resmas e 36 dúzias de papel para a capitania de Minas Gerais, perfazendo este montante um total de 102.436 folhas.¹⁴³ Os papéis ordinário e Imperial certamente são originários da fábrica portuguesa Lousã como já mencionado anteriormente.

Não foi possível precisar o tamanho exato dos papéis que compõem todos os compromissos que analisamos, visto que os mesmos foram retirados do seu tamanho original no momento em que foram cortados para serem encadernados. Sabemos que as dimensões do contorno interno destes papéis filigranados são determinantes para sua datação, entretanto devemos ter em mente que o papel durante sua secagem e encolamento sofria o processo de retração e adquiria tamanhos diferenciados. C.M. Briquet (1966) cita inclusive as várias evoluções destes formatos no final do século XVIII (ENSHAIAN, 1991, p. 30). Vale também ressaltar que o papel durante seu trajeto do Oriente para o Ocidente sofre algumas transformações, isso porque a natureza dos materiais da escrita serão fatores determinantes na

¹⁴³ Deste total não inserimos os itens 10 e 11 por desconhecermos qual a quantidade teria sido colocada em um fardo e caixões.

evolução do aspecto da superfície do suporte que irá abrigar a escritura e seus complementos adornados (ENSHAIAN, 1991, p. 30).

Nos compromissos analisados, por arquivo e capitania, os fólios apresentam as seguintes dimensões do menor ao maior tamanho. (Quadros 11 e 12).

QUADRO 11 – Arquivos do Brasil / Compromissos da capitania de Minas Gerais: dimensões dos compromissos consultados por arquivo

Arquivo	Quantidade de compromissos	Menor tamanho	Maior tamanho
APM-BH	05	273x198 mm	330x213 mm
CBG-Sabará	03	312x185 mm	350x288 mm
Total: 12 compromissos			

QUADRO 12 – Dimensões detalhadas dos compromissos encontrados/analísados no AHU por capitania

Capitania	TC existentes	TC analisados	Menor tamanho	Maior tamanho
BA	15	14	292x218 mm	345x222 mm
ES ¹⁴⁴	02	00	s/r	s/r
GO	08	07	305x210 mm	350x225 mm
MA	02	02	304x205 mm	350x220 mm
MG	21	21	311x214 mm	365x230 mm
PB/Norte e Sul	11	10	300x205 mm	355x230 mm
PE	26	17	295x205 mm	375x240 mm
RJ	16	12	212x154 mm	345x220 mm
RN	02	01	300x205 mm	348x222 mm
RS	01	00	s/r	s/r
SP	08	08	295x208 mm	343x220 mm
	Total: 112	Total: 92		

A partir destes dados foi possível constatar que o maior compromisso (375x240 mm) foi feito pelo artífice da irmandade de N.S. do Rosário da capitania de Pernambuco, e o papel usado por ele foi o da dupla holandesa Dirk e Cornelis Blawn, cuja contramarca é conhecida pelas iniciais D&C Blawn. O menor compromisso (212x154 mm) encontrado foi feito na capitania do Rio de Janeiro e pertenceu à irmandade do Santíssimo Sacramento, sendo que em suas folhas não havia nenhuma marca que identificasse o nome do fabricante do papel utilizado.

¹⁴⁴ Apesar de termos analisados estes dois compromissos, não fizemos a medição dos seus fólios.

Em todos os compromissos analisados a marca do fabricante D&C Blauw¹⁴⁵ só não foi encontrada na capitania do Maranhão¹⁴⁶. Como não foi nosso objetivo fazer um estudo intrínseco do papel e de sua fabricação, nos detivemos apenas em reproduzir a imagem da marca d'água deste fabricante e de sua respectiva contramarca encontrada no TCI de N.S. do Amparo de 1748¹⁴⁷ da comarca de Sabará, capitania de Minas Gerais (Figuras 12 e 13)

FIGURA 12 – Marca d'água D&C Blauw



FIGURA 13 – Contramarca D&C Blauw



Fonte: TCI de N.S. do Amparo, Capitania de Minas Gerais/Brasil. Sabará/MG, ADH/CBG-MO/IBRAM, ms. (Foto: da autora)

Todos os papéis analisados tinham visível à contra luz a linha dos fios de latão, da mesma forma como o demonstrado nas Figuras 12 e 13. Para a fabricação destes papéis, os restos desfeitos de trapos de linho e algodão, corda e outros materiais semelhantes davam uma pasta fina que depois era vertida numa tina. Nesta se submergia um molde¹⁴⁸ feito de madeira no qual estendia-se uma tela com fios de metal mais grossos que deixavam linhas mais destacadas nas folhas e nestas foram colocadas figuras chamadas de marcas d'água.¹⁴⁹ Na Figura 14 mostramos um pormenor da filigrana do fabricante Prado, “bordada” com linha de

¹⁴⁵ Importante ressaltar que a largura entre os pontosais pode nos dar informações acerca da data de certa produção do papel ou a forma como ela se deu.

¹⁴⁶ Freitas (2004) também encontra esta marca de papel no códice que analisou em sua pesquisa.

¹⁴⁷ TCI de N.S. do Amparo, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1745. Sabará/MG, ADH/CBG-MO/IBRAM, ms. Apenas neste compromisso conseguimos fazer este tipo de reprodução. Para os demais não nos foi possível fazê-la seja pelo alto custo do serviço ou pela própria dificuldade em fazer a imagem.

¹⁴⁸ Ou fôrma. Este molde é que dava forma às folhas.

¹⁴⁹ Que também podem ser nomeadas como a marca do fabricante.

cobre, que encontramos em documentos avulsos junto aos compromissos que analisamos. E na Figura 15, alguns dos materiais utilizados na impressão da marca d'água e de sua contramarca.

FIGURA 14 – Pormenor da marca d'água do fabricante Prado¹⁵⁰



Fonte: CARREIRA, 2012.

FIGURA 15 – Ferramentas usadas na gravação e confecção das teias metálicas.¹⁵¹



Fonte: CARREIRA, 2012.

¹⁵⁰ Fotografia tirada no núcleo museológico da Fábrica de Papel Prado, em Thomar. In: CARREIRA, Maria de São Luiz da Silva. *Marca de Água: Arquivo Histórico Parlamentar (Monarquia Constitucional 1821-1910)*. Mestrado em Ciências da Documentação e Informação – Arquivística. Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, 2012, p. 17.

¹⁵¹ Fotografia tirada no núcleo museológico da Fábrica de Papel Prado, em Thomar. In: CARREIRA, Maria de São Luiz da Silva. *Marca de Água: Arquivo Histórico Parlamentar (Monarquia Constitucional 1821-1910)*. Mestrado em Ciências da Documentação e Informação – Arquivística. Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, 2012, p. 17.

Esta prática de imprimir uma digital nos papéis tem seu início a partir dos últimos anos do século XII e princípios do XIII e se constituiu como um distintivo da origem do papel. Ela representava uma garantia da qualidade do material produzido, sendo considerado como um elemento cronológico de primeira ordem já que de sua observação poderemos deduzir a data aproximada de um manuscrito que não possui ao ser comparado com a que apresentam outros devidamente datados. Na maioria dos compromissos analisados encontramos variadas marcas d'água que configuraram um cenário visual de extrema riqueza acerca da cultura material, do comércio e da circulação de papéis nas capitâneas do Brasil no século XVIII (Quadro 6).

Historicamente, a marca mais antiga de papel que se conhece data de 1282. Esteban ao citar Córdoba y Cereza nos diz que estes autores sugeriram que

durante el siglo XVI, las filigranas estuvieran sometidas a una rápida evolución; poco a poco se produjo una progresiva sustitución de los dibujos simples, de trazos sencillos e irregulares que aparecen en los documentos más antiguos (carros, montes, círculos, animales) por lo más complicados y artísticos de los papeles modernos (anillos, jarrones, escudos, pájaros) que llegaron en el siglo XVIII a hacer de las filigranas auténticas maravillas. (ESTEBAN, 2000, p. 28)

A cabeça de boi, por exemplo, foi a marca representativa do grêmio de fabricantes de papel. A colmeia é uma das insígnias do papel da Holanda, a cabeça de um bobo da corte da Inglaterra, assim como outras filigranas de outros países (DAHL, 1972, p. 76). A variedade de marcas d'água¹⁵² que existiram na Europa nos dão uma dimensão do universo da produção do papel entre os séculos XIII e XVIII, sendo que a posição delas no papel têm significados diferentes. Nos séculos XIII e XIV esta posição era arbitrária e variável e, normalmente, ocupava o centro do papel. Milhões de marcas d'água foram produzidas, sendo que pelo menos duzentas mil já foram catalogadas (EAKINS, 2001). Para nossa sorte, por ter sido o século XVIII mais representativo nesta produção devido à quantidade de livro que se produziu neste período, foi possível identificar em Churchill (1990) algumas das marcas d'água encontradas nos livros que analisamos.

O motivo britânico foi o mais recorrente no século XVIII, tendo sido o mesmo processado de várias formas. Na realidade, existiram dois tipos de marca d'água: a forma

¹⁵² Outros nomes também são usados para designá-las como: *Filigrane*, *Filigranage*, *Marque de on du papier*, *Marque d'eau*, *L'enseigne du fabricant* (França), *Wasserzeichen*, *Zeichen des papiers* (Alemanha), *Filigrana*, *Marca d'acqua* (Itália).

britânica utilizada por fabricantes de papel continentais para o mercado britânico, e a forma Maid of Dort¹⁵³ produzida para a venda geral. A forma britânica é representada por um medalhão redondo ou oval, encimado pela coroa britânica do qual não encontramos um exemplo para apresentar aqui.

Há ainda outras duas representações desta marca d'água, sendo que em ambas, no centro do motivo, vê-se a imagem tradicional da Britânica, vestida, sentada e de perfil. Em uma delas, ela segura uma lança e, na outra, uma única haste de flor ou folhas. (Figura 16).

FIGURA 16 – Marca d'água Britânica tradicional



FIGURA 17 – Marca d'água Britânica Maid of Dort



Fonte: Figuras 16 e 17: <http://nga.gov.au/conservation/Watermarks/details/Propatria.cfm>. Acesso em 15 abr. 2016.

Já a marca *Maid of Dort* foi utilizada ao longo de um alcance geográfico mais amplo. Churchill em seu livro cita 27 versões da dama presentes nas marcas d'água Dort, tida como um símbolo nacional para a Holanda. Dort origina do diminutivo anglicizado de Dortrecht (ou Dordrecht), cidade mais antiga da Holanda. Nesta marca, vemos a Britânica sentada com uma lança com chapéu na ponta e um leão descontrolado, brandindo um alfange e segurando um feixe de flechas (Figura 17). Ambos estão dentro de uma paliçada que representa a Holanda cercada por suas fronteiras fortificadas, cuja liberdade é mantida pela força das armas.¹⁵⁴ As

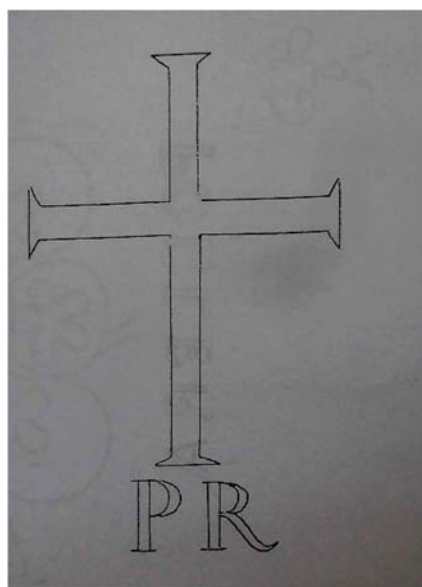
¹⁵³ *Whistler's watermarks: the Propatria watermarks.* Disponível em: <www.nga.gov.au/conservation/watermarks/details/Propatria>. Acesso em: 15 abr. 2016.

¹⁵⁴ *Whistler's watermarks.* Disponível em: <<http://nga.gov.au/conservation/Watermarks/index.cfm>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

marcas d'água de Heawood, principalmente as dos séculos XVII e XVIII, incluem 22 versões. No TCI de N.S. do Amparo de 1748¹⁵⁵ encontramos a marca d'água deste fabricante.

Os motivos representados nos compromissos analisados foram flores, coroas, unicórnios, leões com alfange, peixes, aves, torres, estrelas, cavalos, pés de oliveira, colmeias, dentre outros, do que percebemos com nitidez as técnicas diversificadas para a feitura das mesmas assim como a qualidade do bordado¹⁵⁶ de cada uma delas. Alguns fabricantes, entretanto, registraram nas folhas as suas contramarcas com os monogramas AP, NA, CC, IK, MGF, e PR (Quadro 3). No período mais antigo, tanto a cruz grega como a latina apareceram nos papéis. Filigranas com esta representação foram recorrentes também no século XVIII e a presença de uma foi confirmada no papel do fabricante PR (Figura 18), localizado no TC de 1788 da Confraria do Senhor Bom Jesus de Matozinhos da capitania de Minas Gerais¹⁵⁷.

FIGURA 18 – Marca d'água PR



Fonte: CHURCHILL, 1990, p. 258.

Em Portugal, essa arte foi bastante comum entre os séculos XV a XVII, entretanto sua existência foi mantida em pequenas produções para a utilização local donde se pode citar

¹⁵⁵ TCI de N.S. do Amparo, Brasil/Capitania de Minas Gerais/Capitania de MG/Brasil, 1748. Sabará/MG, ADH/CBG-MO/IBRAM, ms.

¹⁵⁶ Utilizamos a palavra bordado porque as inscrições eram feitas à mão, provavelmente com uma agulha própria para esta arte.

¹⁵⁷ Esta irmandade pertencia ao morro do Maranhão, freguesia de N.S. da Conceição de Congonhas do Campo, Comarca do Rio das Mortes. TCI da Confraria do Senhor Bom Jesus do Matozinhos, capitania de Minas Gerais/Brasil, 1788. Lisboa, AHU, Códice 1532.

as cidades de Leiria, Alcobaça e Alenquer dentre outras poucas que tiveram uma produção representativa neste período. O século XVIII, entretanto, será marcado pelo “renascimento” da arte tipográfica que vinha ocorrendo nas principais cidades europeias no princípio do século XVIII, impulsionada principalmente pelo trabalho de Baskerville, de Bodoni e dos Didot, da criação de novos tipos e do uso do papel de qualidade. O término da guerra com a Espanha e a consolidação da independência de Portugal foram essenciais ao desenvolvimento desta nova arte, incrementada com as riquezas vindas do Brasil. Neste momento histórico, D. João V iniciará um período de luxo e fausto em Portugal que irá retirar o país da estagnação vivida no reinado de D. Manuel. As artes gráficas não ficarão de fora dentro deste processo de renovação, pois em seu território havia ingredientes (bons artistas e tipógrafos) necessários para a concepção de um livro mais elaborado e luxuoso (MARQUES, 2004).

No reinado de D. João V, a arte da tipografia, da encadernação e da gravura terão franca expansão, assim como a arte do livro. No princípio do século XVIII várias produções industriais receberão apoio de D. João V, principalmente as fábricas de papel. A fábrica de papel de Lousã,¹⁵⁸ cidade próxima a Coimbra, foi criada em 1714 por José Maria Ottone conforme provisão dada por D. João V em 13 de julho deste mesmo ano (SANTOS, 2014).¹⁵⁹ Entretanto, Marques (2004) menciona João Neto Arnaut como o fundador desta fábrica, não tendo sido possível confirmar nas fontes primárias qual destes dois homens teria sido o real fundador da fábrica de Lousã. Em 1716, dois anos após sua criação, ela já se encontrava em pleno desenvolvimento e laboração, contando com dez oficiais e mais outros tantos auxiliares. Esta fábrica exportava o trapo que servia como matéria-prima na confecção do papel e também produzia papéis conhecidos no mercado como *florete*, *ordinário* e *imperial* (MARQUES, 2004). A marca portuguesa encontrada nas fontes consultadas foi produzida pela fábrica de Porto de Cavaleiras em Tomar,¹⁶⁰ tendo sido encontrada a contramarca

¹⁵⁸ As cartolinas da lousã não foram identificadas nesta pesquisa visto que as gramaturas dos papéis analisados são inferiores às de uma cartolina.

¹⁵⁹ Carreira (2012, p. 48) menciona José Maria Ottone como proprietário do Engenho São José em 1748 na cidade de Lousã.

¹⁶⁰ “Parece estar na origem do topónimo Tomar uma palavra de origem árabe “Tamaramá” que significa “doce águas”. A presença árabe em Tomar parece remontar a 712 e por aqui terão deixado, também, as suas influências. Ao certo podemos afirmar que desde meados do século XVII e até finais do séc. XIX se verificou, nesta região, grande desenvolvimento industrial, com algumas fábricas de vidro da Matrena, de Chapéus e de Fiação e Tecidos e diversas fábricas de papel, em Porto de Cavaleiros, no Prado e em Marianaia. Os Moinhos e Lagares d’El Rei, que remontam aos séculos XII e XIII, demonstram – além da freguesia de Santa Maria do Olival - a grande extensão de olivais nesta área. Das dezasseis freguesias do concelho, cinco ostentam no seu brasão ou ramos de oliveira (Junceira, Além da Ribeira, Santa Maria do Olival e Alviobeira) ou mesmo uma oliveira como é o caso da freguesia da Madalena. Talvez, por isso, a marca que registámos apresente três ramos de oliveira unidos por uma laçada. Seguindo o historial das

Thomar¹⁶¹ (Figura 19) apenas no TCI de São Sebastião da capitania da Paraíba do Norte/Sul. Além desta fábrica de papel, ainda existiram as seguintes em Portugal.

FIGURA 19 – Marca d’água Thomar (formato Almaço)



Fonte: CARREIRA, 2012, p. 57.

fábricas será que cada ramo de oliveira representa cada uma das unidades que, durante algum tempo se fundiram? A fábrica Prado esteve durante algum tempo associada à de Porto de Cavaleiros e à da Marianaia. Quanto à forma da lua que ora aparece sob a forma de quarto crescente ou decrescente, ora “deitada” ou até omissa da marca, será que aponta para uma reminiscência ainda que longínqua da herança árabe?” In: CARREIRA, Maria de São Luiz da Silva. *Marca de Água: Arquivo Histórico Parlamentar (Monarquia Constitucional 1821-1910)*. Mestrado em Ciências da Documentação e Informação – Arquivística. Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, 2012.

¹⁶¹ Imagem apenas ilustrativa da marca Thomar. Esta mesma marca foi encontrada no TCI de São Sebastião, capitania da Paraíba do Sul/Brasil, 1797. Lisboa, AHU, códice 1934, ms.

QUADRO 13 – Fábricas de papel de Portugal no século XVIII

Data	Fábrica	Localização	Proprietário
1716 ¹⁶²	Fábrica de Lousã	Lousã	José Maria Ottone
1740	Fundação da Fábrica de Paranhos	Paranhos, Braga	s/r
1748	Engenho de Papel São José	Lousã	José Maria Ottone
1750	Moinhos da Lapa	Trancão, Abelheira, Tojal	Frades de São Vicente de Fora
1755	Fábrica de Papel de Queluz	Queluz, Sintra	Henrique Schumacker & C ^a
1787-1882	Fábrica de Papel de São Payo	Moreira de Cónegos Guimarães	António Alvares Ribeiro Lima & C ^a
1789	Fábrica de Papel N.S. da Lapa	N.S. da Lapa, Feira	s/r
1791	Fundação da Fábrica de Papel no Rio Papel, na estrada de Lisboa-Sintra.	Belas, Rio de Mouro	A mesma de 1775
1790-1889	Fábrica de Papel de Alenquer	No mesmo local da fundada por Manuel Teixeira	José António Silveira
1795 ¹⁶³	Fundação da Fábrica do Engenho Novo	Paços de Brandão, Santa Maria da Feira	Padre José Pinto de Almeida

Fonte: CARREIRA, 2012, p. 48.

Não há como negar a intensa e diversificada rota de caminhos percorrida pelas matérias corantes utilizadas pelos pintores no Brasil do século XVIII. O deslocamento marítimo de plantas e sementes foi algo colossal dentro do Império Português. Para os seus domínios foram levadas muitas das plantas introduzidas pelos espanhóis no Caribe, América do Sul e do Norte. Leila Mezan Algranti menciona o:

[...] trigo, cevada, favas, cana de açúcar, grão de bico, melão, cebola, rabanete, couve-flor, couve, alface, espinafre, nabo, alho, pepino, abóbora, lentilha, hortelã, salsa, funcho, coentros, e outros legumes. Entre os frutos destacavam-se: os cítricos (laranja e limão), uvas, peras, figos, pêssegos e marmelos (ALGRANTI, 2012).

Todos eles, segundo esta autora, foram

[...] frequentemente referidos na alimentação dos habitantes da América portuguesa por cronistas e viajantes, além de mencionados na correspondência oficial de diversas autoridades administrativas do Império.

¹⁶² Apenas esta informação não foi retirada de CARREIRA (2012, p. 48). O restante foi copiado *ipsis litteris*.

¹⁶³ CARREIRA (2012, p. 48) menciona fábricas de papel até 1910. Como nosso recorte temporal foi o século XVIII, transcrevemos do trabalho dela apenas as deste período.

Indicativo, portanto, de que rapidamente se aclimataram às novas terras (ALGRANTI, 2012, p. 14).

A grande novidade advinda do corante feito a partir da cochonilha, por exemplo, foi levada para a Europa pelos espanhóis e teve grande receptividade entre os europeus. Na Idade Média, o pau-brasil¹⁶⁴ começou a ser importado para a Europa do Sri Lanka, Índia e Sudoeste asiático. Com a chegada dos portugueses à América do Sul no século XVI, ocorre a introdução de novas espécies similares à *Caesalpinia sappan* ou pau-brasil-da-Índia a partir do qual o mesmo cromóforo¹⁶⁵ principal, a brasileína/brasilina poderia ser extraído (JORDÃO, 2013, p. 106). Seu uso se dá para o tingimento de tecidos e para a feitura de tinta, assim como para o preparo de pigmentos feitos à base de laca. Por outro lado, o corante extraído do urucum¹⁶⁶ também foi bem recebido no mercado, tendo sido também os portugueses responsáveis por este feito.

O que não se pode negar é a importância lusitana no tráfico intercontinental de mudas, raízes e, especialmente, de sementes americanas. Sendo assim, ainda segundo Algranti:

Do Novo Mundo, por exemplo, eles levaram para as demais partes do seu império: a bata-doce¹⁶⁷ (*sic*), o feijão, a mandioca, o tabaco, a papaia, o cacau, o milho, a baunilha, o tomate, o algodão, o abacate, o sisal, e os cápsicos, já que havia uma grande variedade de pimentas e pimentões doces ou ardidos. Em termos de produtos originários do Brasil destacam-se: o ananás, a mandioca e o amendoim, além da castanha do Pará, a castanha do caju e a jabuticaba, todos aclimatados na África e nas ilhas atlânticas pelos portugueses e apreciados nas mesas de além mar. (ALGRANTI, 2012, p. 14)

O comércio e o abastecimento dos materiais da pintura ainda são pouco referenciados por historiadores da arte, até porque pouca atenção foi dada a este assunto até a presente data. Uma documentação que explanasse melhor sobre este comércio em específico ainda está para ser desvendada, inclusive porque muitos dos materiais utilizados para a pintura eram também usados como drogas e foram incluídos no rol dos denominados destinados à cura. Devido a isso, estes materiais encontram-se listados nas muitas

¹⁶⁴ Variantes deste nome como brazil, bresil, brasilium, verzi, verzino também são encontradas na literatura assim como outras.

¹⁶⁵ “Um cromóforo ou grupo cromóforo é a parte ou conjunto de átomos de uma molécula responsável por sua cor.” Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Crom%C3%B3foro>. Acesso em: 12.10.2016.

¹⁶⁶ O nome urucu é também uma variante bastante conhecida e utilizada em vários lugares do Brasil.

¹⁶⁷ No livro houve um erro de impressão da palavra batata doce.

farmacopeias¹⁶⁸ que circularam por toda a Europa desde o século XVI¹⁶⁹ ou em documentos de comerciantes das colônias ou das casas de comércio de Lisboa. Como a carência de informações acerca deste assunto ainda é grande, iremos nos ater de forma breve sobre o mercado interno da Capitania de Minas Gerais e a forma como se deu este abastecimento para o interior da América Portuguesa, região ainda isolada geograficamente durante o século XVIII.

É notório que o caráter mais marcante da colonização brasileira no seu início foi o de fornecer gêneros tropicais e minerais da colônia para o comércio europeu, inclusive porque a economia deste período ficou totalmente destinada a este fim (CHAVES, 1999, p. 27). Seu traço fundamental esteve ligado à organização da produção e do trabalho com o objetivo de atender o mercado externo. Desta forma, o mercado interno ficou fragilizado e a ele, por muito tempo, foi dada pouca atenção. O século XVIII, porém, ficou tradicionalmente conhecido por um período de decadência econômica que corresponde a uma fase de maior diversificação comercial a partir da crise verificada no setor aurífero, assim como de uma maior consolidação das atividades produtivas destinadas ao comércio de abastecimento. A província mineira desde as primeiras décadas do século XIX “tornou-se um dos principais centros abastecedores da região centro-sul, com uma economia altamente diversificada para o mercado interno. Esta característica da economia mineira, ao contrário do que afirma uma boa parte das publicações existentes sobre este assunto, começou a se formar nas primeiras décadas do século XVIII.” (CHAVES, 1999, p. 19).

Foi a mineração quem definiu a forma de povoamento da Capitania de Minas Gerais que, desde o seu início, reuniu um grande contingente populacional nos centros urbanos. Assim, desde os primórdios da corrida do ouro, os produtores rurais estabeleceram-se na periferia desses centros urbanos, como também ao longo dos principais caminhos que levavam às zonas mineradoras. Eles tinham um propósito bem definido de fornecer os suprimentos básicos à sobrevivência dos que ali se estabeleceram, principalmente os que estavam na região onde o ouro era avidamente procurado (CHAVES, 1999, p. 19). Além destes produtores rurais havia ainda um número considerável de comerciantes ligados às casas comerciais do Rio de Janeiro e Bahia que supriam as vendas e lojas das vilas e comarcas da

¹⁶⁸ “É um conjunto de informações técnicas que retratam a nomenclatura das substâncias, dos medicamentos básicos (princípios ativos e coadjuvantes), requisitos de qualidade, insumos, compostos e equipamentos farmacêuticos.” Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Farmacopeia>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

¹⁶⁹ Que circularam por toda a Europa desde o século XVI.

capitania de Minas Gerais. Zemella (1990) acrescenta que este abastecimento deu-se ainda com materiais vindos da região da Platina, da África e da Europa. Comprovamos isso com a leitura do documento *Pauta e Alvará*¹⁷⁰ [...] na Casa da Índia, publicado em Lisboa nos anos de 1756¹⁷¹ (Anexo D), 1785¹⁷² e 1800 no qual há uma seção intitulada: *Drogas simples, compostos de botica, e tintas para pintores*. Neste Alvará constam muitos dos nomes dos materiais da pintura que encontramos em documentos no APM (Belo Horizonte), ACP (Ouro Preto), e CBG (Sabará), sendo que os listados no livro de registro de 1767-68 da Comarca de Vila Rica, vieram da comarca do Rio de Janeiro.¹⁷³

O transporte das mercadorias para a Capitania de Minas Gerais se deu por muito tempo no lombo dos animais ou nos tão conhecidos carros de boi. As viagens eram longas e cansativas, sem falar no perigo que se corria fosse pelo ataque dos índios ou dos saqueadores escondidos pelas matas e encruzilhadas. O desgaste e a má conservação das estradas também foram algumas das dificuldades encontradas pelas pessoas responsáveis pelo comércio, às quais, de certa forma, colaboraram com a expansão da atividade comercial no século XVIII. Segundo Chaves existiam dois tipos de comerciantes:

O primeiro compreendia os comerciantes que transportavam e vendiam suas mercadorias pelos caminhos de Minas, nas vilas e arraiais sem localização fixa ou em feiras. Estes comerciantes eram abastecidos pelos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo, pelos produtores rurais e artesãos de Minas Gerais. E entre eles estavam o tropeiro, o comboieiro, o boiadeiro, o atravessador, o mascate, a negra de tabuleiro. A segunda categoria de comerciantes está representada pelos que compravam e revendiam mercadorias em seus estabelecimentos fixos. Compunham este grupo os vendedores, os lojistas e os comissários, que eram abastecidos por tropeiros, por produtores rurais e pelos artesãos mineiros. (CHAVES, 1999, p. 49)

Estes dois tipos distintos de comerciantes certamente deram algum tipo de contribuição para o transporte e venda dos materiais da pintura e da encadernação que circularam pelas capitanias de Minas Gerais.

¹⁷⁰ Pauta e alvará: de sua confirmação do Consulado Geral, da saída, e entrada na Casa da Índia [...] - Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1785. 73, [9] p. – Disponível em: <<http://purl.pt/6453>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

¹⁷¹ Às edições de 1785 e 1800 foram incluídos poucos materiais aos listados na edição de 1756.

¹⁷² No documento consultado a data saiu com o seguinte erro de impressão: MDDCLXXXV. Disponível em: <<http://purl.pt/6453>>. Acesso em:

¹⁷³ Não foi possível saber qual casa comercial do Rio de Janeiro foi responsável pelo envio deste material para Vila Rica.

Esta autora menciona que na documentação consultada em sua pesquisa, as informações sobre estes estabelecimentos ainda eram bastantes genéricas. Luciano Figueiredo, segundo ela, procurou detalhar o universo das casas comerciais de Minas Gerais no século XVIII. Ele descreveu a venda como um misto de bar e armazém para a qual eram atraídos diversos segmentos da população pobre que compunham a sociedade mineira. “A convergência destes setores para a venda, segundo Figueiredo, fez com que o governo da capitania alterasse a sua composição espacial. Os balcões das vendas, lojas e tavernas passaram a ser colocados na parte exterior destes estabelecimentos, evitando assim a concentração de pessoas em seu interior (CHAVES, 1999, p. 60-61).

Entretanto, em trabalhos publicados sobre os viajantes do século XIX percebe-se que no relato destes e de seus contemporâneos houve um desejo de delinear as especificidades destes pontos de vendas (CHAVES, 1999, p. 58). Saint-Hilaire quando visitou Minas Gerais no século XIX menciona que as vendas diferenciavam-se das tabernas de seu país pelo fato de naquelas serem vendidas várias espécies de comestíveis, além de aguardente, ou cachaça (CHAVES, 1999, p. 59).

As mercadorias estão arrumadas sobre prateleiras alinhadas sobre as paredes, ou dependuradas sobre vigamentos. Como em todas as lojas, o mercador se posta por trás de um balcão voltado para a porta, e é sobre ele que distribui aos bebedores a aguardente chamada cachaça, cujo sabor detestável tem algo do cobre e da fumaça. Não se encontra nas vendas um só assento e, por conseguinte, se é obrigado a ficar em pé. (CHAVES, 1999, p. 59)

Saint-Hilaire comenta que elas localizavam-se nas estradas e ficavam próximas aos ranchos, local de pouso para os viajantes e tropeiros com suas mercadorias (CHAVES, 1999, p. 60). Nos relatos de Richard Burton¹⁷⁴, ele menciona que as vendas estavam num estágio intermediário entre o rancho e a estalagem na escala de hospitalidade mineira. Nelas, segundo ele, podia-se encontrar de tudo um pouco, desde alho e livro de missa até cachaça, doces e velas. Nestas vendas “[...] era comum a divisão de espaço entre os gêneros secos – guarda-chuvas, ferraduras, chapéus, espelhos, cintos, facas, garruchas, munição e linha de costura – e os comestíveis – cachaça, sal, rapaduras, feijão, milho, toucinho e carne salgada.” (CHAVES, 1999, p. 60). Chaves comenta que tanto Saint-Hilaire quanto Luciano Figueiredo não se preocuparam em estabelecer uma diferenciação entre as casas comerciais.

¹⁷⁴ Capitão *Sir* Richard Francis Burton (Torquay, 19/03/1821 — Trieste, 20/10/1890). Foi tradutor, linguista, geógrafo, poeta, antropólogo, orientalista, erudito, espadachim, explorador, agente secreto e diplomata britânico. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Richard_Francis_Burton – Acesso em 15 maio 2016.

Esta autora menciona que dos autores que fizeram relato sobre as vendas apenas Zemella (1990) e Paiva (2002) distinguiram as casas comerciais pelo volume de gêneros comercializados. Sendo que, segundo Chaves (1999), Paiva, ao contrário de Zemella, demonstrou que

[...] as vendas eram responsáveis pelo comércio de aguardente e de molhados”, enquanto que a loja, de maior porte, comercializava aguardente, “secos”, “molhados”, remédios, etc. Estas concentravam-se nas zonas urbanas, enquanto aquelas estavam dispersas pelas zonas urbana e rural. (CHAVES, 1999, p. 61)

1.6 A Academia de Ciências de Lisboa, os naturalistas, e as matérias colorantes

O desejo de impulsionar o desenvolvimento da economia e da agricultura fez com que a Coroa Portuguesa enviasse para os seus domínios, na segunda metade do século XVIII, os recém-graduados em Coimbra em cursos voltados para o estudo da arte de decifrar a natureza. Eram naturalistas que

[...] trataram então de estudar natureza a partir dos novos critérios científicos, em voga na Europa setecentista, classificando as plantas pelo sistema proposto, em 1735, pelo botânico Lineu, cujas diferenciações estabeleciam-se através do sistema de reprodução das plantas. (MARQUES, 1999, p. 97)

Neste movimento de descrição generalizado objetivava-se fazer a revelação das plantas medicinais assim como fossem listadas as fontes de recursos de onde poderiam ser extraídos os materiais da pintura. Segundo Marques (1999, p. 98) assim se manifestava o médico e filósofo, José Henriques Ferreira,¹⁷⁵ um dos fundadores da Academia Científica ou Academia de Medicina e História Natural do Rio de Janeiro, em relação às riquezas naturais do Brasil:

As preocupações da natureza ou são de primeira necessidade e estas são as que nos sustentam, nutrem, curam das doenças e vestem, ou da segunda; que nos servem de lucro, divertimento e deleite. De ambas produzem o Brasil com liberalidade se bem que as de primeira necessidade estão esquecidas; e

¹⁷⁵ José Henriques Ferreira, irmão de Manuel Joaquim Henriques de Paiva, foi comissário do físico-mor e médico do presídio na cidade de Salvador (Bahia), primeiro médico do Hospital Real Militar e Ultramar, no Rio de Janeiro, e físico do Senado da Câmara e da Saúde. Seu outro irmão, Francisco Antônio Ribeiro de Paiva, foi professor de zoologia e mineralogia em Coimbra.

perdidas porque a cobiça arrasa a pós, (sic) das outras os seus habitantes.
[...]¹⁷⁶

Ferreira não era o único cientista no século XVIII que se preocupava com o desenvolvimento da produção agrícola, “[...] e seus registros denotam o pensamento de uma geração de ilustrados que começava a se formar, cujas atenções à natureza estimulavam ações oficiais da Coroa.” (MARQUES, 1999, p. 99). Ele alertava para o risco que corriam outros países que privilegiavam a extração de metais nobre e pedras preciosas em detrimento da agricultura. Seu irmão Manuel Joaquim Henriques de Paiva¹⁷⁷ leu na Academia uma dissertação e nela fez referência a alguns materiais da pintura como a resina Elemi, a goma Anime, a de peixe, e o archiote (uma tinta que qualificou como excelente). (MARQUES, 1999, p. 99)

Segundo Marques (1999, p. 99) “é emblemática a fundação, sob os auspícios do vice-rei, marquês de Lavradio,¹⁷⁸ da Academia Real das Ciências e da História Natural do Rio de Janeiro, ligada à Academia Real das Ciências da Suécia,” cuja primeira reunião realizou-se em 18/02/1772, sete anos antes da criação da Academia de Ciências de Lisboa. Neste evento de relevada importância participaram nove acadêmicos brasileiros, sendo dois médicos, quatro cirurgiões, dois boticários e um “curioso” de agricultura. O boticário António Ribeiro de Paiva,¹⁷⁹ pai de José Henriques Ferreira, na solenidade, discursou sobre “todos os ramos

¹⁷⁶ ACL. Manuscrito Azul, n. 374, “História do descobrimento da cochonilha no Brasil, da sua natureza, geração, criação, colheitas e utilidades” de José Henriques Ferreira, Memória n. 30, fls. 341v-342, século XVIII. In: MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Editora da Unicamp/Centro de Memória Unicamp: São Paulo, 1999, p. 142, nota 1.

¹⁷⁷ Manuel Joaquim Henriques de Paiva é uma figura relevante da medicina e da ciência luso-brasileira, Boticário, bacharel em filosofia e médico, Henriques de Paiva, após uma breve passagem pela Universidade de Coimbra fixou-se em Lisboa para exercer medicina. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/10>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

¹⁷⁸ “O título nobiliárquico de Marquês de Lavradio, de juro e herdade e com Honras de Parente da Casa Real, foi criado por D. José I, por carta de 18 de Outubro de 1753, em favor de D. António de Almeida Soares Portugal, 1.º Conde de Lavradio e 4.º Conde de Avintes, e bisneto do primeiro conde deste último título.” Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Marqu%C3%AAs_de_Lavradio>. Acesso em: 10 maio 2016.

¹⁷⁹ “António Ribeiro Paiva, pai de Manuel Joaquim Henriques de Paiva, foi perseguido e preso em 1746 pela Inquisição portuguesa, por ser cristão-novo, tendo sido libertado em 1747, quando foi residir na Vila de Castelo Branco, localidade onde Manuel Joaquim nasceu. António Nunes Ribeiro Sanches, tio de António Ribeiro Paiva, foi preso em 1746, assim como ocorreu com João Henriques de Paiva, tio de Manuel Joaquim Henriques de Paiva, que foi preso pelo Santo Ofício, no Brasil, em 1747. No Rio de Janeiro, aprendeu botânica com Frei José Mariano da Conceição Veloso, o qual, em 1829, conferiu a denominação de Paiva a uma planta do género sabicea, em sua homenagem.” Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/paimanjohe.htm#dados>>. Acesso em: 10 maio 2016.

desta vastíssima ciência, e em particular sobre o da Botânica, e do proveito que no Brasil se podia tirar de sua cultura.” (MARQUES, 1999, p. 100)

É importante ressaltar que os assuntos tratados na Academia de Medicina e História Natural giravam em torno das ciências e não da literatura como advogava o médico-historiador Augusto da Silva Carvalho que inseriu a Academia Fluminense Médica, Cirúrgica, Botânica e Farmacêutica, “por vezes designada Sociedade de História Natural do Rio de Janeiro” no conjunto das associações literárias, tão em voga no Portugal do Setecentos.” (MARQUES, 1999, p. 100).

Além da fundação da Academia do Rio de Janeiro, também foram criadas: na Bahia, a dos Esquecidos (1724-1725) e a dos Renascidos (1759); e no Rio de Janeiro, a dos Felizes (1736-1740), e a dos Seletos (1752), sendo que os membros destas academias empenhavam-se para estar atualizados com os conhecimentos da época. A troca de correspondências entre José Henriques Ferreira (fundador da Academia) com o Dr. António Nunes Ribeiro Sanches,¹⁸⁰ médico português residente em Paris, a respeito de uma memória sobre a cochonilha, mostra-nos um pouco do processo de formação do pensamento de uma geração de ilustrados do século XVIII, cujas atenções voltadas para a natureza estimulavam ações oficiais da Coroa (MARQUES, 1999, p. 99). O contato entre ambos “[...] deveria proporcionar apoio e subsídios aos avançados empreendimentos de história natural propostos e endossados pelo marquês de Lavradio, outro ilustrado com conhecimentos e interesse na matéria.” (MARQUES, 1999, p. 101). “A Academia e o horto botânico foram projetos pioneiros tratando-se do Brasil, nela os ilustrados estimulavam duras críticas à Metrópole concernentes ao desenvolvimento da história natural no reino” (MARQUES, 1999, p. 103), ao que Sanches escreveu:

haver-se formado essa Academia por insinuação de vmce. e estabelecer-se pela inteligente proteção do Exmo. Sr. Marquês de Lavradio acho de maior consequência para a utilidade do comércio do Reino, se em Lisboa quiserem entrar no gênio das nações que pensam a sua conservação e aumento, do que até agora estamos muito atrasados. Os castelhanos que não têm olhos mais perspicazes que nós souberam fazer dos produtos da História Natural da sua América negócio de muito rendimento para eles e de muita utilidade para a Europa. Tiveram a habilidade de fazer entrar no comércio a cochonilha¹⁸¹, a

¹⁸⁰ “Médico, filósofo e pedagogo (n. Penamacor, 1699 - m. Paris, 1783). Pertence ao número dos intelectuais portugueses que exerceram a sua actividade no estrangeiro, de onde a comum designação de «estrangeirado»”. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/filosofia/ilu10.html>>. Acesso em: 10 maio 2016.

¹⁸¹ Grifo nosso.

quina, a jalapa, a contra-erva, os bálsamos, a cevadilha, [...]. Nós tão desasados desde duzentos anos não tivemos habilidade de fazer entrar no comércio a raiz de mil homens, a casca barbatimão, a almeçaga e outras mil raízes, frutos e cascas que podem servir na medicina e nas artes tintas.¹⁸² E admiro-me como o óleo de copaíba e a ipecacuanha chegaram a ser conhecidas devemos aos *quondam* jesuítas.¹⁸³

Sanches, em sua memória intitulada *Considerações sobre o governo do Brasil desde o seu estabelecimento até o presente tempo* (1777) abordou o descaso dado por Portugal no próprio reino em relação à agricultura e à indústria, visto que a preocupação deste girava em torno da extração do ouro e da prata responsáveis por alimentar as indústrias de outros países (MARQUES, 1999, p. 102). Segundo a ótica deste médico português, “[...] no Brasil não se deveriam estabelecer “monopólios, privilégios, contrato de tabaco, companhias, estanques (estancos), dízimos eclesiásticos, bens de raiz eclesiásticos [...]” pensamento que ia totalmente de forma contrária à gerência colonial existente. Muito importante é ressaltar que o pensamento deste grande inspirador do iluminismo português chegava livre no Brasil sem qualquer interferência, intermediação ou censura da Metrópole. Onde podemos presumir que houve um diálogo direto sobre assuntos diversos dos ilustrados brasileiros com Sanches.

Outro ilustrado a dirigir severas críticas a Portugal foi António Ribeiro de Paiva em seu discurso na inauguração da Academia. Paiva proclamou a ignorância botânica da Metrópole, denunciou a falta e imperícia de mestres e a dificuldade que havia de adquirir livros sobre o assunto, isso porque os poucos existentes estavam em latim, idioma pouco dominado pelos boticários. O diretor de farmácia da Academia, Manuel Joaquim Henriques de Paiva,¹⁸⁴ também criticou o atraso português nas atividades farmacêuticas, mencionando inclusive a ausência de ensino e prática deficientes (MARQUES, 1999, p. 102).

Pelas críticas feitas anteriormente, fica fácil perceber que os acadêmicos mostravam-se “firmes no propósito de incrementar os estudos botânicos e, através deles, a medicina, a farmácia e a agricultura.” (MARQUES, 1999, p. 103). No entanto, sobre a questão da

¹⁸² Grifo nosso.

¹⁸³ ACL. Manuscrito Azul, n. 374, Memória n. 30, op. Cit., fls. 342-343v.

¹⁸⁴ Nasceu na cidade de Castelo Branco, região da Beira Baixa (Portugal), em 23 de dezembro de 1752. Era filho do boticário português António Ribeiro de Paiva, natural da Vila de São Vicente da Beira, e de Isabel Henriques Aires, também de naturalidade portuguesa. Pelo lado materno, era sobrinho do boticário João Henriques de Paiva. António Ribeiro Paiva, seu pai, era sobrinho de médico e escritor português António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1782) e obteve carta de cirurgia em 1744, tendo atuado como boticário no Hospital Real Militar e Ultramar, na cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/paimanjohe.htm#dados>>. Acesso em: 10 maio 2016.

produção de tintas pouco se falou. Um dos acadêmicos ficou encarregado de “adquirir novas notícias dos autores antigos e modernos” (MARQUES, 1999, p. 102) que estivessem ligadas às matérias, devendo ser bom conhecedor de latim, espanhol, inglês e francês, além de ser “professor ou curioso de algumas das belas letras” (MARQUES, 1999, p. 103). O médico Francisco António Sampaio, partidista do Hospital São João de Deus da Vila da Cachoeira,¹⁸⁵ com o propósito de atender às solicitações da academia brasílica, escreveu a memória intitulada *História dos reinos vegetal, animal e mineral do Brasil, pertencente à medicina*, que só veio a ser publicada em 1782. Marques (1999) no início do Capítulo 1 de seu livro menciona que “as plantas demonstraram merecido cuidado. De diversas formas, beleza e cores, elas eram usadas como alimento, veneno ou medicamento,” (MARQUES, 1999, p. 37), mas não menciona a possibilidade do uso deles para as *artes tintas* como referenciado por Dr. António Nunes Ribeiro Sanches em suas críticas à Metrópole.

Boxer, entretanto, em sua rica obra *O Império colonial português: (1415-1825)* fala do atraso das técnicas agrícolas brasileiras e menciona que, neste período, a indiferença pelas técnicas modernas se deu

[...] fundamentalmente pela inércia e conservantismo dos plantadores brasileiros, porque em Portugal se assistiu durante o último quartel do século XVIII e os primeiros anos do século XIX a um notório aumento de interesse pelos problemas econômicos, agrários e sociais que o país enfrentava. A Academia Real das Ciências fundada em Lisboa em 1779 tinha como objetivo, entre outras coisas, «o avanço da educação nacional, a perfeição das ciências e das artes, e o aumento da indústria popular» em Portugal e em seus domínios. (BOXER, 1969, p. 324)

Entretanto, mesmo sabendo do conservadorismo mencionado por Boxer, os ilustrados brasileiros já estavam inquietos com a condição pequena da economia brasileira, motivo pelo qual criaram na Bahia e no Rio de Janeiro suas academias de ciências com seus respectivos jardins botânicos. Nestes jardins, os naturalistas brasileiros deram início a um sistemático e rigoroso trabalho de recolha e catalogação das plantas de origem brasílica. Os líderes destas academias, inclusive, tentaram obter algum apoio em Lisboa para melhor realizar esse trabalho, do que foram totalmente ignorados. Dentre as academias criadas, a que teve maior representatividade científica foi a do Rio de Janeiro que existiu de 1772 a 1779, sendo que a de Lisboa foi criada também em 1779. As várias fontes consultadas mostraram-nos que as novas balizas ditadas na Inglaterra e França (principalmente as de Montpellier)

¹⁸⁵ Capitania da Bahia.

para a medicina foram terminantemente recusadas pelos portugueses, comportamento duramente criticado pela comunidade científica da época. Furtado (2005), entretanto, contesta tal atraso ao dizer que

[...] a Península Ibérica permaneceu impermeável às mudanças no campo do saber que se operavam no restante da Europa, oprimida pelo poder da Inquisição e do Estado. Ao contrário, foram constantes as viagens de sábios portugueses e o trânsito de estudantes lusos em universidades européias, fundamentais para o intercâmbio das idéias entre a Península Ibérica e o restante do continente europeu. (FURTADO, 2005, p. 17).

Entretanto, o filólogo português, Adolfo Coelho (1847-1919), afirmou “[...] que as atividades científicas e intelectuais, ou mesmo a simples curiosidade por elas, se desenvolveram apenas tardia e incompletamente em todas as classes em Portugal em comparação com outros países” (BOXER, 1969, p. 324). Neste país, houve um grande avanço no último quartel do século XVIII, principalmente com a criação da Academia de Ciências de Lisboa em 1779. A indiferença dos agricultores que moravam no Brasil pelas técnicas modernas, segundo Boxer, deveu-se ao conservadorismo dos agricultores brasileiros. Afirmar isso, no entanto, não significa dizer que uma certa elite intelectual que vivia no Brasil não estivesse com seus interesses voltados para as novas descobertas feitas na Europa.

Bem sabemos que a política do ministério pombalino impôs sérios embargos ao Brasil, inclusive a proibição de indústrias manufatureiras foi um grande entrave para o desenvolvimento industrial que se desejava na época. Depois de sua saída do governo, a rainha D. Maria I apenas deu continuidade à política colonial tradicional já existente, ou seja, estimulou a produtividade agrícola e a exportação de açúcar, arroz, cacau e algodão, tendo este último ótimas condições de ser um dos melhores do mercado europeu, devido à sua grande qualidade. A indústria têxtil só foi permitida para a produção do algodão grosseiro que seria utilizado para o vestuário dos escravos e para a fabricação de sacos, isso porque um decreto real de 1785 ordenava que fossem extintas na colônia a indústria têxtil (BOXER, 1969, p. 194).

Além das publicações feitas pela Academia de Ciências de Lisboa que objetivavam colaborar com o avanço na área agrícola, o príncipe regente (mais tarde D. João VI) patrocinou no período de 1798-1806 a publicação da obra *O Fazendeiro do Brasil*, feita em dez volumes e liderada pelo franciscano frei Mariano Veloso (nascido na atual cidade de Tiradentes/MG). Entretanto, quando Veloso publica, em 1799, o livro *Memória sobre a cultura urumbeba e sobre a criação da cochonilha*, o fundador da Academia do Rio de

Janeiro, José Henriques Ferreira, já havia feito uma emenda a uma memória sobre a cochonilha de igual teor com o médico português, residente em Paris, António Nunes Ribeiro Sanches, do que se presume a antecipação do assunto pelos ilustrados brasílicos residentes no Rio de Janeiro acerca do mercado da tinturaria.¹⁸⁶ Tal memória foi intitulada como *História do descobrimento da cochonilha no Brasil, da sua natureza, geração, criação, colheitas e utilidades*.¹⁸⁷ Antes disso, porém, o português, Alexandre António das Neves,¹⁸⁸ formado em Leis e Filosofia, publica em 1786, em Lisboa, pela oficina de Simão Tadeu Ferreira,¹⁸⁹ a obra intitulada *Dissertação Chímica sobre a flor de anil, na qual se mostra um modo novo de a fazer com muito pouca despeza* (NEVES, 1788). Vale ressaltar que as experiências feitas por este ilustrado português só foram comunicadas à Academia de Ciências de Lisboa no ano seguinte. Na Bahia, Joaquim de Amorim Castro, graduado em Coimbra, publica, em 1790, pela Academia de Ciências de Lisboa a *Memória sobre a cochonilha do Brasil*. Entretanto, a edição de Frei Mariano Veloso, intitulada o *O Fazendeiro do Brasil, Tomo II – Tinturaria, Parte II, dedicado à cultura da indigoeira e extração de sua fécula*. Segundo constatamos, frei Mariano Veloso, apesar de se ter dedicado a um inventário minucioso sobre a Flora brasílica no período de 1783 a 1790, só em 1800 conseguiu publicar suas obras relativas à arte da tinturaria: uma dedicada à cultura do cateiro¹⁹⁰ e criação da cochonilha, e a outra à cultura da indigoeira. O

Por iniciativa do vice-rei, Marquês de Lavradio, foi lançado com êxito, na capitania do Rio de Janeiro, o cultivo da anileira. No final do século XVIII, o Brasil contava com 206 fábricas que produziam anil na região de Cabo Frio. A produção total contava com 5.000 arrobas em 1796 (SILVA, 1986, p. 110), só que esta atividade aparentemente promissora viu ruir suas intenções quando

¹⁸⁶ A data deste documento consta apenas como século XVIII.

¹⁸⁷ “Esta Memória foi anotada e publicada no Brasil pelo seu irmão Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Pesquisou-se, entretanto, esse manuscrito no tomo II das memórias que não puderam entrar nas coleções impressas da Academia de Ciências de Lisboa, por não terem sido consideradas aptas. Augusto da Silva Carvalho, médico português que, após sua aposentadoria, dedicou-se à história da medicina, encontrou a Memória na Torre do Tombo, na qual Ferreira esclarece não ser o autor da história da cochonilha, mas apenas ter emendado o manuscrito. Ver “As academias científicas do Brasil no século XVIII”, separata das Memórias da Academia de Ciências de Lisboa (ACL), classe de Ciências 1939, tomo II.” MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Editora da Unicamp/Centro de Memória Unicamp: São Paulo, 1999, p. 142.

¹⁸⁸ Não encontramos nada sobre ele.

¹⁸⁹ A ortografia do nome deste impressor foi atualizada.

¹⁹⁰ O mesmo que *cactus*. O inseto da cochonilha seria colocado nesta planta para se reproduzir.

a Companhia Inglesa das Índias Orientais, depois da perda das colônias americanas, investiu grandes somas na reabilitação da indústria anileira na Índia. O anil brasileiro, mal preparado e mal trabalhado em comparação com o seu concorrente indiano, foi depressa excluído do mercado internacional. (SILVA, 1986, p. 110).

No Brasil, ainda não existe um estudo sistemático que demonstre os pigmentos e corantes utilizados pelos artífices do período colonial para produzir suas obras. Um levantamento do estado da arte nos mostrou uma produção científica ainda tímida necessitando ser ampliada para que se possam desvendar pontos ainda incógnitos no campo da História da Arte Técnica e dos materiais da pintura no século XVIII.¹⁹¹ Estabelecer critérios de comparação de obras de um mesmo período histórico é uma questão que deve ser considerada principalmente pelos historiadores da arte, conservadores, e museólogos. Trabalhos como os de Souza (1996), Moresi (1988), Santos (2009), Paula (2011) nos mostram as possibilidades de estudo dos pigmentos e corantes utilizados em trabalhos artísticos no Brasil do século XVIII. Vale também ressaltar que Freitas (2004) realizou um estudo aprofundado dos materiais da encadernação e da pintura (ligantes,¹⁹² corantes e pigmentos) de um livro produzido na capitania da Bahia em 1790, e Gonçalves (2015) um estudo comparativo do processo de degradação dos materiais da pintura de dois compromissos produzidos na capitania de Minas Gerais em 1725.

Químicos, conservadores, e cientistas da conservação têm voltados seus esforços para estudos relativos à origem e feitura dos materiais da pintura. Segundo constatamos, variadas publicações e investigações mostram-nos que uma boa parte dos objetos, de caráter artístico ou não, produzidos pelo homem em sua trajetória possui algum tipo de pigmento ou corante. No geral, estas substâncias são responsáveis pela cor em vários tipos de suportes como o papel, pergaminho, têxtil, metal, couro, madeira, dentre outros. Por muito tempo, o segredo de como fazê-las ficou restrito aos pintores, alquimistas ou às corporações de ofícios.

Por um longo período, muitas destas corporações sobreviveram devido aos segredos dos processos de seus associados. Dentro deste universo, a informação era restrita a um grupo que trocava informações apenas entre si, prática esta que não ficou exclusiva às Academias de Ciências que também tinham a preocupação de reter o conhecimento entre os seus membros.

¹⁹¹ No entanto, isso não quer dizer que não existam publicações diversas que versem sobre o universo econômico, cultural e científico no século XVIII.

¹⁹² “Os ligantes são os materiais utilizados para fixar a cor a um suporte. Juntamente com o pigmento são os componentes essenciais de uma tinta.” Disponível em: http://www.dcr.fct.unl.pt/sites/www.dcr.fct.unl.pt/files/documentos/projectos/iluminura/introducao_cadernos_de_apoio.pdf. Acesso em: 10.09.2016.

Já ia longe o século XVII, mesmo assim todo membro da *Royal Society* de Londres prometia solenemente, diante da Academia, não revelar nenhum segredo do resultado de seus experimentos ou repassar qualquer outro tipo de informação que pusesse em questão os segredos ali revelados.

Na França, um pouco antes de sua revolução histórica, levantamentos realizados para embasar algumas ações governamentais concluíram que era “indispensável envolver os *experts* em ofícios e manufaturas (em geral de outros países) para deles extrair segredos de corporação que, naturalmente, seriam outra vez preservados a sete chaves.” (FERRAZ, 2012).

O ministro Jean-Baptiste Colbert, inclusive, seduziu com quantias calorosas os que revelassem os segredos outrora prometidos em voto de silêncio e exclusividade nas suas corporações de ofícios. Alguns foram seduzidos e fizeram fortuna, outros pagaram com a vida por esta traição (FERRAZ, 2012).

Colbert ao fundar a *Académie de Sciences*, em 1666, indicou alguns de seus membros para publicar parte dos segredos revelados pelos traidores e espiões. Colbert acreditava que a sistematização das informações adquiridas renderiam belas pranchas¹⁹³ que só vieram a ser publicadas no século XVIII (FERRAZ, 2012). Pouco depois deste período, é a Revolução Francesa que vem romper definitivamente com a ideia de manutenção do conhecimento, até então restrito nas mãos de uma minoria. Os ideais do movimento iluminista espalharam-se pelos principais países da Europa, e Portugal foi também acometido por eles.

Em Portugal, o interesse de desvendar o potencial econômico dos domínios portugueses fez com que o italiano, Domenico Vandelli, membro e fundador da Academia de Ciências de Lisboa, propusesse as tão conhecidas *Viagens Filosóficas* (VANDELLI, 1796/1994), movimento que vêm proporcionar a renovação do conhecimento e a descoberta de materiais abundantes em terras portuguesas, e principalmente nas colônias, que poderiam ser rentáveis para a Coroa Portuguesa. O interesse deste italiano era descobrir bens ainda desconhecidos ou pouco valorizados de onde se poderia tirar maior rentabilidade.

O evento proposto por Vandelli envolveu indivíduos e instituições, sendo que muitos dos feitos realizados com este propósito foram promovidos, financiados e suportados pelo

¹⁹³ O único problema desta publicação não pensado por Colbert foi que quem sabia utilizar estas pranchas não lia e quem sabia ler, raramente sabia interpretá-las. Sendo assim, o editor da 3ª. Edição da *Encyclopédie* comenta que diminuiria o número de ilustrações das novas edições, já que as publicadas anteriormente pela *Académie de Sciences* tiveram pouco sucesso. FERRAZ, *loc. cit* FERRAZ, Márcia. Os estudos sobre a cochonilha entre os séculos XVIII e XIX: uma circulação controversa de informações. SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA, 13, 2012, Departamento de História, USP. *Anais do 13º Seminário de História da Ciência*. 2012, p. 1-2.

Estado Português. Assim, das mais variadas localidades e proveniências, homens deslocaram-se para os mais diversificados pontos do Império com o objetivo de enviar aos órgãos da administração central, sediada em Lisboa, amostras e informações textuais que demonstrassem a potencialidade dos reinos animal, vegetal e mineral dos novos domínios.

Deste empreendimento participaram cientistas, juizes, engenheiros-cartógrafos, médicos, jovens recém-formados em Coimbra, além das academias corporativas e dos altos funcionários dotados de formação cosmopolita que poderiam ser não só administradores eficientes, como também “homens da ciência.” (DOMINGUES, 1991 *apud* FREITAS, 2004 SILVA, 1999 *apud* FREITAS, 2004). Muitos dos naturalistas e mineralogistas designados para esta atividade levaram consigo um ou dois desenhistas, encarregados de inventariar o patrimônio das novas terras.

Desta forma, toda informação recolhida e compilada para o fim desejado pela Academia de Ciências de Lisboa ficaria restrita e destinada exclusivamente ao Estado Português. Neste processo de renovação cultural e científica, a Coroa Portuguesa teve uma onipresença velada, o que não impediu que isso contribuísse para a formação de uma “elite do conhecimento”, momento marcado pelo nascimento do Colégio dos Nobres e da Academia Militar, além das reformas realizadas nos estatutos da Universidade de Coimbra em 1772. A incrível rede de informação criada e sustentada pelos cientistas e funcionários destinados para este empreendimento possibilitou ao Estado Português Setecentista conhecer de forma mais aprofundada e precisa os seus domínios, sobretudo na América. Tal acontecimento possibilitaria reconhecer os limites físicos dessa soberania e suas reais potencialidades econômicas. (DOMINGUES, 1991 *apud* FREITAS, 2004; SILVA, 1999 *apud* FREITAS, 2004).

Vandelli em uma de suas tantas memórias afirmou que “[...] é logo a agricultura, as artes, e comércio o primeiro móvel da fortuna de qualquer país, e único manancial de todo o bem do Estado, e de todo o interesse ou seja público, ou particular de uma nação.” (VANDELLI, 1796/1994, p. 20). Sendo assim, ele assegura que o resultado destas incursões contribuiria para o aumento da agricultura e perfeição das artes.

A realização das viagens propostas por Vandelli objetivavam aguçar o olhar dos responsáveis pela administração do Reino em relação aos bens desconhecidos ou pouco explorados nas novas terras “conquistadas”.¹⁹⁴ A produção da cochonilha, inseto parasita de

¹⁹⁴ Grifo nosso.

certos gêneros de cactos,¹⁹⁵ era um dos objetivos da administração portuguesa. Como a Espanha deteve o domínio do comércio deste material por muitas décadas, descobrir como se dava sua produção era do interesse de todos.

Vandelli (1789/1994, p. 36) afirma que “por uma lista feita no ano de 1736 se observou que entrava para a Europa, ano comum, 800.000 libras de cochonilha, que estima perto de oito milhões florins de Holanda.” Segundo Ferraz (2012) diferentes códices mexicanos demonstravam a forma de preparação do corante extraído da cochonilha e que na década de 1540 começaram a aparecer menções mais claras desta produção já em língua espanhola, o que antes não existia. Entretanto, ainda segundo esta autora, “algumas formas especiais de apresentação do produto permaneceram como segredo dos nativos” (FERRAZ, 2007) e que por muito tempo também não foram repassadas aos espanhóis.

Ferraz ainda nos relata que na tentativa de descobrir o modo de fazer este corante, dois espiões se habilitaram para esta empreitada. Da França, embarcou, em 1787, Nicolas-Joseph Thiéry de Menonville (*1699-+1780), e de Portugal, em 1798, Hipólito José da Costa (*1774-+1823). O médico francês safou-se em sua empreitada, mas jornalista e diplomata não teve a mesma “sorte.” Thiéry conseguiu levar o inseto juntamente com os cactos para a ilha de São Domingos nas Antilhas holandesas e lá começou o plantio do cacto e a cultura do inseto nas colônias francesas (FERRAZ, 2012).

Além do interesse pelo corante extraído da cochonilha, em Portugal existia também um forte interesse em incrementar a produção de outros colorantes similares só que com matérias-primas ainda desconhecidas no mercado europeu e abundantes nas colônias. Vandelli (1789/1994), em sua *Memória* menciona as várias possibilidades de exploração das espécies vegetais brasileiras. Segundo ele, das madeiras para a tinturaria, poderiam ser extraídas: “as lacas de diferentes cores, e entre elas uma de cor encarnada, mais fixa que a do pau-brasil; “[...] das folhas da árvore, chamada curajiru se extrai uma tinta quase como a do carmim; da casca da árvore araribá, do Pará, se tira uma boa cor encarnada; no Piauí, cresce uma árvore (*Caesalpinha brasiliensis*) de cuja madeira se tira uma boa tinta amarela; da resina elástica ou *caoutchouc*, se poderiam tirar maiores utilidades; no sertão para as Minas Gerais se acha verdadeira árvore do verniz (*Rhus vernix*) do qual os índios se servem para as cuias; a resina copal (*Rhus copallium*) [...] é bem conhecida pelo grande uso que dela se faz nos

¹⁹⁵ Este cacto era chamado de Nopal pelos nativos habitantes da Nova Espanha. No Brasil, ele era conhecido como Urumbaba.

vernizes, outra fósfil (*Succinum copal*) se acha em S. Paulo, e em outras partes do mesmo Brasil; uma mina de caparrosa (*Vitriolum martis*) se acha [...] no Piauí; perto das Minas Gerais, Simão Pires Sardinha, descobriu um arbusto muito diferente da *Myrica cerifera*, cujo tronco e ramos estão cobertos de uma espécie de cera; da pedra-ume (*Alumen plumosum*) há uma abundante mina no Piauí, e Ceará; o ocre amarelo (*Ochra ferri*) do Pará, e do rio Capim se tira um ocre encarnado, de cor tão viva, que parece vermelhão; a terra sombra (*Argilla umbra*) semelhante à de Colônia de pintura, se acha em Piauí, e no Maranhão; o almagre (*Ochra ferri pulverea rubra*) se acha no Maranhão, Pará, Piauí [...]; a argila branca ou bolo (*Argilla bolus alba*) chamada tabatinga se encontra em várias partes do Brasil, e principalmente no Pará, como também o bolo encarnado (*Argilla bolus rubra*).” (VANDELLI, 1789/1994).

Neste mesmo período, o pensamento de Azeredo Coutinho,¹⁹⁶ tal como o de Vieira Couto,¹⁹⁷ vai de encontro ao do italiano Vandelli no que diz respeito à importância de se impulsionar a produção de outras culturas no Brasil. Entretanto, Coutinho e Vieira Couto, naturais da *terra brasilis*, conheciam-na um pouco mais do que os que viviam em Lisboa. Ambos sabiam bem melhor do que ninguém das reais necessidades das novas terras e suas proposições vão além das visionadas por Vandelli quando admitem que a distância das terras agrícolas de Minas Gerais até os portos de mar, sobretudo o Rio de Janeiro, e as estradas de ruim acesso, impediam um comércio lucrativo de produtos agrícolas. Para Coutinho era preciso abandonar a busca intensiva de ouro e incentivar o comércio de alguns produtos como o café, chá, cacau, congonha, e as tintas tiradas do anil, da cochonilha, e do urucu. Comercializá-los, de certa forma, poderia compensar as grandes despesas com transportes feitas daqueles sertões para as regiões marítimas. (SILVA, 1986)

Os primeiros designados do rei para fazer um reconhecimento dos novos domínios também se interessaram pelas produções naturais e curiosidades científicas. O vice-rei do Brasil, D. Luís Vasconcelos e Sousa,¹⁹⁸ os Governadores e Capitães-generais de Minas

¹⁹⁶ “José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1742-1821) foi o último inquisidor-mor, bispo de Olinda e deputado eleito pelo Rio de Janeiro nas cortes de Lisboa. Nasceu na vila de São Salvador dos Campos dos Goitacazes, a 8 de setembro de 1742. Filho primogênito de Sebastião da Cunha Coutinho Rangel e de Isabel Sebastiana Rosa de Moraes, seu pai foi um abastado senhor de engenho da Capitania da Paraíba do Sul. Na cidade do Rio de Janeiro, realizou seus estudos básicos de gramática e de retórica. Junto ao Convento dos Carmelitas Calçados submeteu-se aos primeiros estudos de filosofia e de teologia.” Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4692.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

¹⁹⁷ José Vieira Couto (1752-1827), mineralogista, nascido no Tejuco (atual cidade de Diamantina - Minas Gerais).

¹⁹⁸ 12º vice-rei do Brasil (1778-1790).

Gerais, Cuiabá, Bahia, Piauí, Maranhão, Mato Grosso também fizeram suas remessas. Foram elas que, na segunda metade do século XVIII, deram sua rica contribuição nas coleções do Real Gabinete e Jardim Botânico da Ajuda, do museu particular da Rainha ou da Academia das Ciências (FREITAS, 2004). Um ofício emitido em 17/01/1786¹⁹⁹ pelo governador da Bahia, D. Rodrigo José de Menezes, para Martinho de Mello e Castro,²⁰⁰ informa sobre as remessas de pássaros para as coleções das quintas reais. Outro, do mesmo remetente na mesma data, é dirigido aos Capitães-móres das vilas da Capitania em que se lhes recomenda com interesse a remessa de pássaros e outros animais. As plantas medicinais também tiveram representatividade dentro deste contexto científico e de descobertas. Prova é o ofício remetido pelo Ouvidor da Comarca de Ilhéus para o governador da Bahia “em que lhe comunica da remessa de cascas de plantas medicinais, cujas propriedades relata.”²⁰¹



¹⁹⁹ Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar de Lisboa. Disponível em: <http://archive.org/stream/inventariodosdoc03almeuft/inventariodosdoc03almeuft_djvu.txt>. Acesso em: 20 set. 2014.

²⁰⁰ Martinho de Melo foi primeiro-ministro da Rainha D. Maria I, diplomata e político português que desempenhou cargos de grande relevo nos reinados de D. José I e de D. Maria I e que se notabilizou como reformador do sistema colonial português quando exerceu as funções de secretário de Estado da Marinha e do Ultramar entre 1770 e 1795.

²⁰¹ Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa. Disponível em: <http://archive.org/stream/inventariodosdoc03almeuft/inventariodosdoc03almeuft_djvu.txt>. Acesso em: 20 set. 2014.

2 COMPROMISSOS DE IRMANDADES: HISTÓRIA, PRODUÇÃO, COMPOSIÇÃO GRÁFICA E ICONOGRAFIA

2.1 Irmandades religiosas portuguesas e brasileiras, e a produção de compromissos: originalidade ou empréstimo cultural?

Em Portugal, antes do Concílio de Trento, as instituições (ou associações) religiosas de cunho agremiativo têm seus primeiros vestígios nas três primeiras décadas do século XV, período em que começaram a surgir inúmeras organizações de fundo religioso-moral e especialmente as de fins ético-sanitários como no caso da Confraria de Jesus, fundada em Lisboa em 1432 (LEVI, 2006, p. 11). Cavalcanti nos diz que:

essas organizações, na condição de estruturantes significativas de parcelas da população, empregavam muitos artistas e artesãos de várias categorias profissionais, aos quais eram encomendadas pinturas, esculturas, construções de altares e templos, e produziam muitas das festas mais importantes realizadas na cidade. (CAVALCANTI, 2004, p. 206).

No Brasil, a vida social nos logradouros e imediações tornou-se rica onde as irmandades edificaram suas igrejas e capelas principalmente pelas festas e procissões que realizavam, muitas das quais eram numerosas e bem distribuídas pelo ano inteiro (CAVALCANTI, 2004, p. 210). Tanto as irmandades brasileiras quanto as portuguesas eram independentes entre si. No entanto, possuíam um mesmo núcleo comum constitucional moldado pelas Leis de seus Compromissos, fato que as tornavam, assim como as Misericórdias, com uma feição de organização única, estivessem elas em Portugal ou espalhadas pelas cidades do Império. (BOSCHI, 9186).

Para estas agremiações tornarem-se efetivas era bastante simples: bastaria que as pessoas interessadas em constituí-las atingissem um certo nível de organização e mapeassem seus direitos e deveres. Feito isso, elas deveriam formar um Conselho Administrativo (ou corpo dirigente) que seria chamado de *Mesa*. Esta deveria redigir seu Compromisso,²⁰²

²⁰² Modernamente podemos chamar este documento como Regimento Interno ou Estatuto, sendo que em alguns dos compromissos consultados o nome Estatuto é claramente mencionado.

devidamente assinado²⁰³ pelos membros eleitos, e enviá-lo para ser aprovado pela Mesa da Consciência e Ordens em Lisboa (LEVI, 2006, p.10). As irmandades portuguesas e brasileiras só depois de terem seus compromissos confirmados estariam legalizadas perante o aparelho administrativo local.

No entanto, Boschi (1986) menciona que, conforme o texto das Ordenações do Reino,²⁰⁴ não havia dúvidas no tocante à jurisdição e à competência de foro sobre as irmandades e confrarias, pois “[...] as associações fundadas e instituídas por autoridades e consentimento de prelados somente a estes deveriam estar sujeitas, ao passo que aquelas que se mostrassem fundadas por leigos submeter-se-iam às autoridades seculares.” (BOSCHI, 1986, p. 113). Desta forma, “[...] as mesas diretoras deveriam submeter seus estatutos à aprovação das autoridades religiosas (quando a irmandade era de natureza eclesiástica) ou das autoridades civis (quando era de natureza secular) (BOSCHI, 1986, p. 114). No caso específico da Capitania de Minas Gerais,

a adoção desta providência variou de acordo com a própria evolução da política religiosa metropolitana. Assim, até a criação do Bispado de Mariana, não se determinava uma política de efetiva dependência das associações a uma autoridade seja eclesiástica, seja secular. Em sua maior parte, pela documentação hoje conhecida a esse respeito, na primeira metade do século XVIII, a subordinação se fazia junto às autoridades eclesiásticas, especialmente junto aos Visitadores Eclesiásticos enviados à Capitania das Minas pelo Bispado do Rio de Janeiro. (BOSCHI, 1986, p. 114).

Os irmãos de Mesa, denominação registrada na maioria dos compromissos consultados para a escrita desta tese, tinham o direito de voto sempre que fosse preciso resolver assuntos importantes para a organização, como requerer assistência legal aos irmãos que processavam, por exemplo, os próprios donos que lhes negavam a liberdade comprada. Exceção às querelas mais graves nas Irmandades, os associados “de cor” encontravam também o apoio necessário que fora dali certamente não iriam conseguir, como o tratamento de uma moléstia, resguardo na velhice, sepultamento digno ou a encomenda de missas que lhes salvassem das suas enfermidades espirituais. Os irmãos associados, a maioria pobre ou indigente, contribuíram com doações para o sustento das irmandades ou deram tudo o que possuíam para mantê-las. (LEVI, 2006)

²⁰³ Nem todos os compromissos analisados foram assinados pelos irmãos associados.

²⁰⁴ As Ordenações Portuguesas representam, considerando a Europa do século XV, um esforço pioneiro de sistematização do que se pode propriamente chamar um direito nacional, fato que ajuda a caracterizar Portugal como um dos primeiros Estados modernos da época moderna. Fonte: VELASCO, 1994, p. 17.

Os irmãos associados das Ordens Terceiras do Carmo, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e a de São Francisco de Assis²⁰⁵ da capitania de Minas Gerais normalmente faziam parte de um extrato social mais elevado dentro do contexto colonial. Devido a isso, em seus estatutos ficava claro a distinção quanto à cor do associado (SOUZA, 1982, p. 70). Isso não significava dizer, no entanto, que outras irmandades não fizessem também tal restrição. Nos capítulos de muitos dos compromissos analisados, a restrição da entrada de irmãos que tivessem sangue de nação infecta ou cristão novo era bem explícita. Restrição esta que não era exceção das irmandades brasileiras. Em Portugal, na autorização dada pelo reverendo padre Nicolao Ribeiro, secretário da Real Irmandade de Santa Cecília de Lisboa, consta que os homens que solicitavam permissão para fazer parte desta irmandade eram homens de famílias limpas de toda suspeita como também de procedimento.²⁰⁶

Levi acrescenta um outro caráter das irmandades,²⁰⁷ citando-as como organismos que

[...] “reforçavam” o sistema de escravidão porque tornavam, duma maneira ou outra, os escravos mais “cooperantes” para com as autoridades luso-brasileiras, incluídas entre estas últimas também, e mormente, a Igreja Católica. Também não podemos esquecer o facto de que a maioria das vezes a conversão dos “infiéis” africanos ao Catolicismo era forçada e não desejada ou procurada voluntariamente. (LEVI, 2006, p. 11).

No afã de organizar a Câmara Eclesiástica, o Provisor e Vigário Geral, Lourenço José de Queirós Coimbra, criou o “Livro de Licenças para fundação de irmandades e algumas capelas”, um livro próprio para que nele fossem registradas as irmandades antes que o titular do trono episcopal, Dom Frei Manuel da Cruz, assumisse em 1745 o recém-criado Bispado de Mariana. Este livro serviria para o lançamento dos

termos de Sulgeçam, e obrigaçam de todas e quaisquer irmandades que por authority ordinaria se erigirem, e Confirmarem. Como também de alguas Capelas que pela mesma authority se edificarem ou Criarem de novo com alguma obrigaçam a mesma jurisdiçam [...]. (BOSCHI, 1986, p. 115).

²⁰⁵ A irmandade de São Francisco de Assis, excepcionalmente, aceitou, como irmão, o mulato Aleijadinho, filho mestiço nascido do relacionamento de um português com uma escrava. Seu pai o alforriou logo após seu nascimento.

²⁰⁶ Acervo Curt Lange – Cota: 9.2.10.16 – Universidade Federal de Minas Gerais, século XVIII.

²⁰⁷ O livro de Caio César Boschi, *Os leigos e o poder: irmandades religiosas leigas e política colonizadora em Minas Gerais* é uma fonte de informação rica e detalhada sobre estas associações em Minas Gerais no século XVIII.

Desta forma, a Metrópole, desejando acirrar sua fiscalização e controle sobre as irmandades, expede em 08/03/1765 uma provisão da Mesa da Consciência e Ordens que as notifica sobre a obrigatoriedade de confirmação de seus compromissos naquele tribunal. Assim,

[...]. Sob o pretexto de reformar seus compromissos, elas iam se submetendo ao poder régio, passando a dar conta de seus atos ao juízo secular. A partir de meados do século, raras eram as irmandades que se sujeitaram ao poder Ordinário. [...] Dessa forma, a Mesa da Consciência e Ordens passou a exercer efetivo controle sobre as irmandades. Na década de 50, foram incontáveis as provisões emanadas daquele tribunal, exigindo a remessa de compromissos para a Metrópole, para sua apreciação, ainda que, e especialmente se, se tratasse de documento anteriormente aprovado pelo Ordinário. (BOSCHI, 1986, p. 116).

A falta de outros livros que documentassem as irmandades também foi motivo de fiscalização do Estado sobre os atos praticados por elas. O ouvidor geral e corregedor da comarca de Vila Rica, Tomás António Gonzaga, ao observar em 1782 que a Irmandade de N.S. do Rosário dos Pretos²⁰⁸ não tinha livro próprio para o lançamento das receitas e despesas, advertiu-a formalmente para que isso fosse providenciado. Entretanto, essa situação perdura ainda por dois anos, fato que o deixa bastante irritado (BOSCHI, 1986, p. 126). Esta suposta *ilegalidade* dava-se, em boa parte, devido à lentidão do aparelho burocrático português, assim como dos próprios órgãos metropolitanos, em aprovar os compromissos que lhes eram enviados para confirmação (BOSCHI, 1986, p. 115). Conseguimos comprovar isso em vários momentos de nossa pesquisa.

A irmandade de Santo Antônio de Lisboa²⁰⁹ da comarca do Rio das Mortes da capitania de Minas Gerais teve seu TC aprovado pela autoridade local em 1722 e confirmado em Lisboa apenas em 1805.²¹⁰ O mesmo, no entanto, não ocorreu com a irmandade de N.S. do Rosário do arraial de Santa Rita, da freguesia de Santo Antônio do Rio Acima da comarca de Sabará, que teve seu compromisso confirmado pelo poder local em 18/03/1782 e confirmado

²⁰⁸ Supomos ser uma irmandade que pertencesse à Comarca de Vila Rica.

²⁰⁹ Compromisso da irmandade de Santo Antônio de Lisboa, confrades da Arquiconfraria de São Francisco de Assis, estabelecidos na vila de São Bento do Tamanduá, comarca do Rio das Mortes, capitania de Minas Gerais. 1805 – AHU – Códice: 1679.

²¹⁰ Mesmo tendo esperado 83 anos pela aprovação do seu compromisso, esta irmandade não o recebeu de volta, visto que o mesmo encontra-se sob a guarda do AHU.

em Lisboa em 23/03/1784,²¹¹ só não conseguimos descobrir quanto tempo depois de sua confirmação, esta irmandade recebeu seu compromisso de volta. O TCI do Santíssimo Sacramento²¹² sequer foi enviado para Lisboa já que o mesmo foi feito na comarca de Minas Gerais em 1725 e veio a ser confirmado em 14/01/1726 pelo bispo da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, D. Frei António de Guadalupe (Figuras 19a e 19b). Já o TCI de São Gonçalo, feito em 1725, não retornou de Lisboa, tendo em vista que ele se encontra sob a guarda da TT.

FIGURA 20 – Termo de abertura com Provisão dada à irmandade em 1726



FIGURA 20a – Pormenor da Provisão



Transcrição: “Para Provisão de erecção de Confraria na forma costumada”. Rio de Janeiro, 10 de Janeiro de 1726.

Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1725. Belo Horizonte/MG, APM, AVC 05, ms.

No caso desta irmandade, e de muitas outras, esta confirmação só se deu fora da comarca de Minas Gerais porque a chegada do primeiro bispo, Dom Frei Manuel da Cruz, ocorreu apenas em 1745. Cabe aqui ressaltar que ainda não havia a exigência de envio dos compromissos para a Mesa da Consciência e Ordens de Lisboa, cuja provisão que previa este procedimento só foi estabelecida em 08/03/1765. Mesmo assim, algumas irmandades enviaram seus compromissos para serem comprovados na Metrópole antes desta data. A

²¹¹ TCI de N.S. do Rosário, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1782. Sabará/MG, ADH/CBG-MO/IBRAM, ms.

²¹² Este compromisso foi confirmado no Rio de Janeiro e voltou para a irmandade.

irmandade de N.S. da Candelária enviou o seu em 1639,²¹³ a de São Gonçalo em 1725,²¹⁴ e a do Senhor Bom Jesus do Matozinhos,²¹⁵ em 1758. Este último foi confirmado depois de 47 anos e mesmo assim não retornou para sua origem. Nele ficou registrado:

Parece ao Conselho, que os Estatutos que os suplicantes pretendem regular esta sua piedosa apreciação, são muitos dignos da Régia confirmação de V.A. que mandará o que for de desacordo. Lisboa, 11 de Janeiro de 1805.²¹⁶

A irmandade de São Gonçalo Garcia reformou o seu compromisso em 1783 e o enviou novamente para Lisboa para confirmação, isso porque o feito em 22/04/1765 não havia sido aprovado por sua majestade.²¹⁷ O TCI de N.S. do Rosário dos Pretos da comarca do Serro Frio foi feito em 1794, mas sua confirmação só ocorreu onze anos depois. O desembargador procurador da Fazenda rubrica-o em 22/03/1805 e em 02/07/1805 “[...] pede-se que o Ouvidor da Comarca ouvindo a Irmandade e fazendo ajuntar [provisão] a que se referem.” Nela ainda há uma observação que diz:

Será conveniente que a qualificação determinada no Cap. 2º se reduza a incluir os que tiverem infâmia, defeito ou direito, sem especificação particular, também deverá emendar o Cap. 9 enquanto da [...] irmandade da citada para adir heranças.; o procedimento do Cap. 14 não recai nas corporações desta natureza.²¹⁸

A partir da análise dos compromissos pertencentes à capitania de Minas Gerais, constatamos que alguns deles foram confirmados, primeiramente, pelo Bispo ou pároco local.²¹⁹ Outros, entretanto, apenas por este último. Os poucos que encontramos feitos antes de 1745 foram confirmados pelo bispo do Rio de Janeiro.

²¹³ Livro mais antigo encontrado nas fontes consultadas. TCI da irmandade de N.S. da Candelária [...], Capitania do Rio de Janeiro/Brasil, 1639. Lisboa, AHU, códice 1299, ms.

²¹⁴ Este livro não retornou para a irmandade e está sob a guarda da TT em Lisboa.

²¹⁵ Mesmo tendo sido o compromisso confirmado em 1805, a irmandade não o recebeu de volta.

²¹⁶ TCI do Senhor Bom Jesus do Matozinhos, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1758. Lisboa, AHU, códice 1817, ms. Anexo há o requerimento de confirmação e provisão. Curiosamente, neste compromisso assinam trinta irmãos, tendo dois deles (Joze Ribeiro Roza e o Padre João Ribeiro Roza) o mesmo sobrenome do pintor de Vila Rica, Manoel Ribeiro Rosa.

²¹⁷ Compromisso reformado da irmandade de São Gonçalo Garcia, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1783. Lisboa, BNP, Cota: 11073, ms. (a ortografia foi atualizada, e as abreviaturas estendidas).

²¹⁸ TCI de N.S. do Rosário dos Pretos, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1794. Lisboa, AHU, códice 1818, ms. Neste compromisso, assim como em outros, foi possível comprovar o trabalho efetivo do censor-revisor sobre o conteúdo dos capítulos redigidos pelas irmandades. A ortografia foi atualizada e expandida.

²¹⁹ Nos fólios iniciais ou finais de alguns dos compromissos consultados esta informação está claramente explícita.

Qual a origem do nome destes livros?

Os livros das Irmandades Mineiras, também denominados como *Termo de Compromisso*, trazem um nome que encerra em si próprio a sua significação. Neles os irmãos firmavam um voto de compromisso com as leis e regras que deveriam ser cumpridas por todos os associados. Já Levi (2006, p. 134) nos dá uma definição mais esclarecedora:

[...] Por compromisso entende-se a Lei, designadamente a Promessa e a conseqüente Obrigação destas agremiações para encontrar uma solução, talvez a única, ao sistema de opressão ao qual escravos e libertos, africanos e afro-brasileiros e mulatos estavam submetidos.

Os objetos produzidos pelos seres humanos nos falam de sua história e de seu tempo histórico. Muitos deles enchem-nos os olhos e nos fazem querer saber ou imaginar como sua produção se deu, como seria viver numa outra época, além de nos fazerem refletir sobre as mãos que os fizeram.

Numa abordagem geral, os compromissos das irmandades mineiras servem de modo privilegiado à melhoria de conhecimentos que se têm sobre a sociedade colonial, enriquecendo especialmente a compreensão sobre a cultura artística e a mentalidade dos artífices que os construíram. Estudar a história das práticas de produção do livro torna-se fundamental para que se torne possível também estudar os produtores de texto e, por conseguinte, a compreensão das obras (CHARTIER, 1994, p. 8).

Os compromissos iluminados e decorados das irmandades religiosas estão carregados de significados e mostram-nos um pouco do contexto histórico e artístico da Capitania de Minas Gerais no século XVIII assim como das demais. Estes livros nos revelam a importância que lhes foi dada pelas irmandades religiosas de leigos nesta centúria, além disso são passíveis de análise através de vários ângulos, seja no aspecto do design, da materialidade ou da iconografia. Isso, sem falar, é claro, que o conteúdo textual deles, por si só, exprime uma riqueza sobre a história cultural e religiosa da capitania de Minas Gerais.

Muitos dos compromissos mencionados nos trabalhos de Boschi (1996), Levi (2006) e Mello e Souza (2006) não foram encontrados nos arquivos consultados durante nossa investigação. Entretanto, a menção deles nas publicações destes pesquisadores, assim como nas de outros (que de alguma forma estudaram as irmandades religiosas) é a prova da sua farta produção no Brasil do século XVIII, principalmente nas capitanias de maior relevância dentro do contexto colonial: Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, e Rio de Janeiro.

Sabe-se que muito desse patrimônio perdeu-se devido ao descaso das autoridades responsáveis pela sua guarda.

FONTES (1977, p. 70) relata que houve um prefeito da cidade de Tiradentes, na década de 30 do século XX que “[...] desconhecendo o valor do acervo que lhe tinha sido confiado e num evidente abuso de poder, queimou parte da preciosa documentação do século XVIII [...]”, não restando nos arquivos da Paróquia e da Câmara Municipal, nada anterior a 1770. Em outros casos, os compromissos foram vítimas do vandalismo de seus próprios irmãos, como foi registrado no final do Termo de Abertura do Compromisso da Irmandade das Almas de 1713:

[...] e por estatutos aßim aprovados, Se governou a mesma Irmandade muitos annos, the²²⁰ que por desordem do R^{do}. Pároco, efemeride de alguns Irmaons; Se queimou o dito Compromiço occultamente, o que hé certo, e que Se mostra da Sentença extrahida da justificação que se fes.²²¹

No Capítulo 2, completa-se: “Destruhido assim aquele dito Compromisso da Irmandade das Almas, e froxos os Irmaons no zello della se tem conservado quazi extinta, e só com a devoção de alguns.”

Apesar do descaso de muitas autoridades mineiras ao longo dos anos em relação a este rico patrimônio documental, os compromissos que sobreviveram aos vários tipos de degradação são a prova concreta da arte praticada pelos artífices do livro na capitania de Minas Gerais.

Alguns dos compromissos analisados podem ser atribuídos a um mesmo artífice ou a uma mesma escola, já que o ato de assinar obras era um procedimento pouco usual no século XVIII, sendo que a cópia de motivos iconográficos e programas estilísticos muito parecidos foi algo bastante comum na época. Exemplo claro poderá ser visto no compromisso feito em 1782, pelo artífice Francisco de Sales, da comarca de Sabará. Sales copia muito do que Jeronymo de Mattos fez no TCI de N.S. do Amparo de 1748²²² (Quadros 40 e 43).

Quanto à representação iconográfica feita nos compromissos analisados de todas as capitanias do Brasil, boa parte delas não tem, por exemplo, o mesmo cariz religioso presente

²²⁰ Thé = até

²²¹ TCI das Almas, Capitania de Minas Gerais/Brasil. 1713. Belo Horizonte/MG, APM, AVC 01, f. 2, ms. Este compromisso comprovadamente é o mais antigo encontrado até o momento desta capitania e se trata do segundo desta irmandade. Como não conseguimos descobrir a data de sua fundação não foi possível saber se o primeiro compromisso foi feito no século XVII.

²²² Este compromisso é o mais antigo da comarca de Sabará encontrado até o momento.

na maioria dos *Livros de Horas*, produzidos em abundância na Europa no período medieval. O repertório visual existente pauta-se em elementos como rocalhas, medalhões, anjos, decorações vegetalistas e aves. Exceção feita a uns poucos compromissos, comprovadamente vimos que os artífices responsáveis pela arte do livro no século XVIII foram influenciados por fontes visuais impressas europeias que circularam pelos principais centros artísticos da capitania de Minas Gerais assim como das demais.

Outros compromissos pela semelhança estilística do traço ou dos motivos iconográficos representados nos permitiram enquadrá-los dentro de certos grupos estilísticos²²³ Isso, no entanto, não nos autoriza fazer afirmações acertadas acerca de autorias só porque encontramos programas iconográficos e visuais bem parecidos. Um pesquisador mais entusiasta poderia dizer que os compromissos feitos em 1725 para as irmandades do Santíssimo Sacramento (Figura 21a) e de São Gonçalo (Figura 21b) foram feitos por um mesmo artífice.

FIGURA 21 – Compromissos talvez de um mesmo artífice



Fonte:

- a) TCI do Santíssimo Sacramento, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1725. Belo Horizonte/MG, APM, AVC 05, f. 4f., ms.
- b) TCI de São Gonçalo, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1725. Lisboa, TT, f. 6v., ms.

²²³ COSTA (2011) também demonstrou vários exemplos desta natureza.

Tal conclusão seria feita de imediato ao se comparar a forma de composição plástica dos dois fólhos apresentados acima. Ambos são muito parecidos, entretanto a inicial *O*, copiada do livro de Andrade (1722) e feita nos dois fólhos desses compromissos, foi reproduzida em vários outros que analisamos. A primazia de cópia era uma realidade nesse período. Dessa forma, encontrar compromissos com programas iconográficos quase idênticos, entretanto, não significa dizer que eles tenham sido feitos por um mesmo artífice. O compromisso feito por Sales de 1782 é um bom exemplo a ser citado aqui para o caso exemplificado nas figuras 21a e 21b. As iniciais feitas por Sales, a inicial *O* desses dois compromissos de 1725, e de tantos outros, são alguns exemplos, dentre muitos, que poderíamos aqui referenciar.

Burke (2003, p. 41) corrobora nossa assertiva ao discorrer que na história do Ocidente “uma das maneiras como a interação cultural tem sido discutida desde a Antiguidade Clássica é por intermédio da imitação.” Este autor afirma que os humanistas diziam estar engajados em uma imitação criativa e, mesmo agindo desta forma, criticavam “seus colegas como estando imitando de modo servil, ‘macaqueando’ (BURKE, 2003, p. 41). Afirmação igual foi dirigida a quem seguia os modelos estrangeiros no seu dia a dia, modelos italianos na Renascença, modelos franceses nos séculos XVII e XVIII, modelos ingleses nos séculos XVIII e XIX. No Brasil, a crítica feita a essa suposta “macaqueação” pelo padre Lopes Gama e outros, seguia, de forma irônica, os mesmos modelos estrangeiros condenados pelos críticos (BURKE, 2003, p. 41), exemplo que pode ser extensivo aos compromissos analisados, principalmente os que seguiram os preceitos ditados em um dos muitos manuais de caligrafia que circularam pelas capitanias do Brasil. Almada (2011) mapeou 76 livros desta natureza e completamos ao inventário dela mais 21 livros (Anexo B), contabilizando, assim, até o momento, um total de 97 livros. Pela quantidade de reproduções feitas nos compromissos a partir dos livros de Ruelas y Paz²²⁴ (1718) e Andrade (1722) não temos nenhuma dúvida da existência da interação cultural que Burke menciona em seu livro. Esse autor, em seu ensaio cultural sobre *Hibridismo Cultural*, discorre longamente sobre os vários sentidos aos quais essa palavra pode nos remeter, assim como sua inserção ocorre dentro do contexto das várias culturas globais.

Os resultados obtidos por Costa (2009) e Almada (2011) em suas pesquisas nos mostraram as fontes que provavelmente serviram de inspiração para os artífices do livro do

²²⁴ RUELAS Y PAZ, Marcos de la. *A practica de el noble, y primoroso Arte de Escribir varios caracteres, y distintas formas de letras*. Lisboa, 1718.

século XVIII nas diversas capitanias do Brasil, não tendo sido o livro de Andrade a primeira publicação em língua portuguesa, como afirmou Almada (2006, p. 15), isso porque a publicação de Ruelas Y Paz até o momento tem sido a primeira. Nos compromissos das irmandades mineiras analisados percebemos como esse empréstimo cultural advindo dos dois livros ocorreu e como, muito provavelmente, eles influenciaram os compromissos que analisamos. Além disso, percebemos como esta influência se deu e como a arte europeia relativa à ilustração de manuais de caligrafia foi ressignificada dentro do contexto colonial. Muitas vezes, alguns elementos visuais presentes nos compromissos foram literalmente copiados de gravuras ou manuais que circularam pelas colônias, como demonstraremos a seguir.

2.2 Compromissos e composição gráfica: autoria, cópia ou ressignificação do modelo?

Os compromissos, normalmente, eram compostos pelo termo de abertura,²²⁵ um falso rosto²²⁶ (Anexo C), e de uma folha de rosto²²⁷ (que normalmente trazia uma ilustração do orago de devoção da irmandade ou nome da irmandade – Figura 22) ou de algum símbolo que a representasse, e os capítulos.²²⁸

²²⁵ Nele, normalmente, vinha a o termo de provisão do Bispo ou do Pároco local.

²²⁶ Encontramos alguns com esta tipologia.

²²⁷ A terminologia frontispício também pode ser utilizada.

²²⁸ Não havia uma determinação para isso. Há compromissos com muitos capítulos e outros com poucos, variando os mesmos entre pequenos, medianos e longos.

FIGURA 22 – Folha de rosto do TCI de São Vicente Ferreira

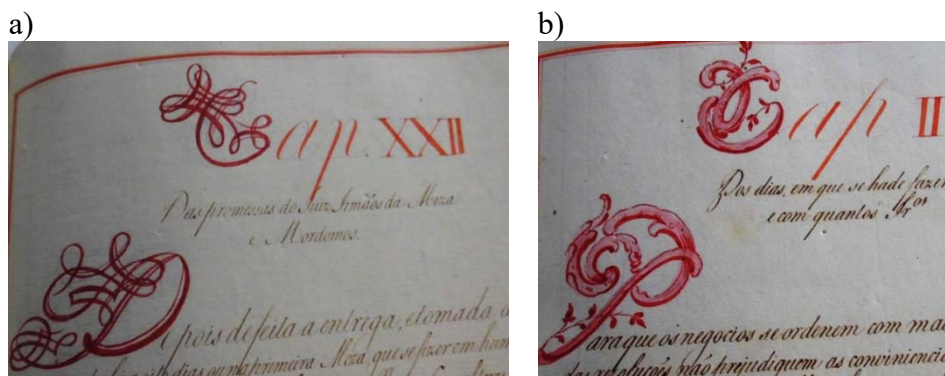


Fonte: TCI de São Vicente Ferreira, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1794.
Lisboa, AHU, código 1305, ms.

Como já mencionamos, de uma forma geral a composição das iniciais dos compromissos baseou-se em manuais de caligrafias recorrentes no século XVIII, alguns dos quais com comprovada utilização pelos artífices responsáveis por esta produção nas diversas capitanias do Brasil.²²⁹ Em alguns casos percebemos que o artífice optou por padronizar o uso de iniciais do princípio ao fim do compromisso, e em outros a sua opção foi pela diversidade neste tipo de representação.

²²⁹ Em sua tese de doutorado, Almada (2011) demonstra como alguns manuais de caligrafia tiveram influência direta na produção destas iniciais.

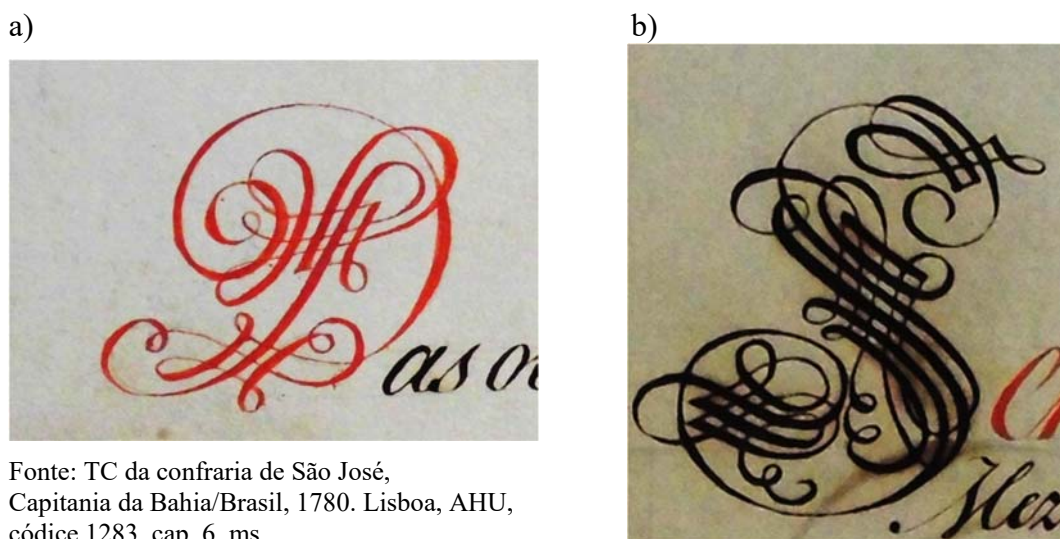
FIGURA 23 – TC com programas distintos de representação das iniciais na cor vermelha²³⁰



Fonte: TCI do Divino Espírito Santo, Capitania da Bahia/Brasil, 1801.
Lisboa, AHU, códice 1662, ms.

- a) Cap. II, f. 8f. (pormenor iniciais C e D)
- b) Cap. XXII, (pormenor iniciais C e P)

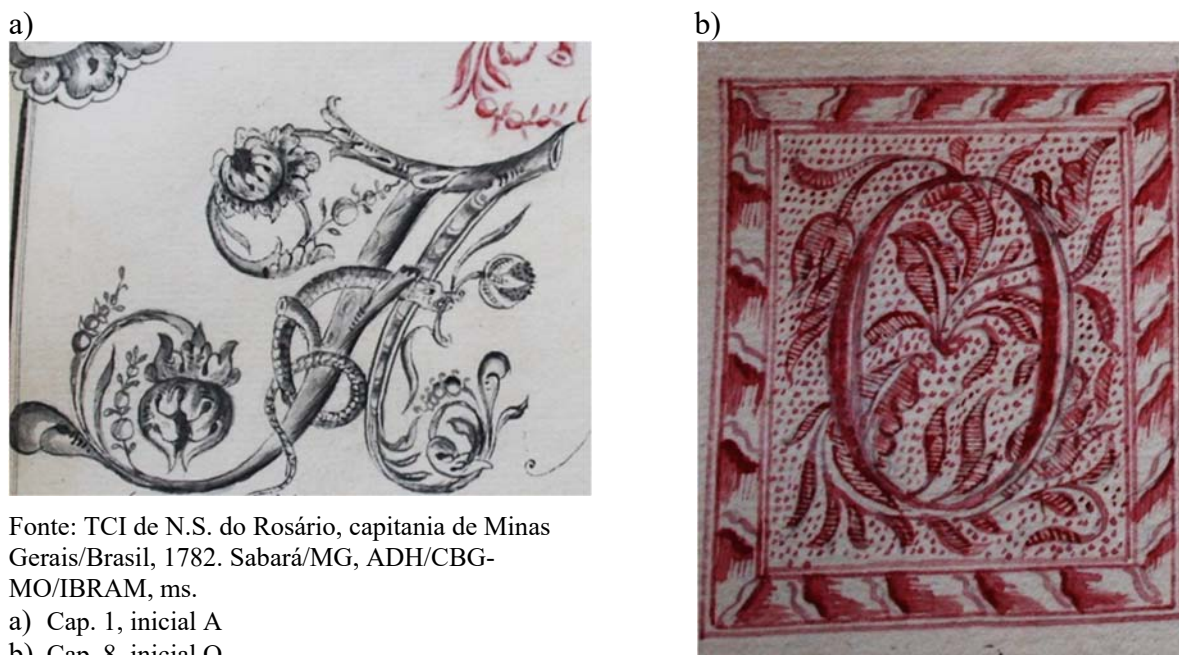
FIGURA 24 – Iniciais com o mesmo programa de representação com cores distintas



Fonte: TC da confraria de São José,
Capitania da Bahia/Brasil, 1780. Lisboa, AHU,
códice 1283, cap. 6, ms.

²³⁰ Consta que esta irmandade teve um compromisso feito em 1770, talvez da época de sua fundação.

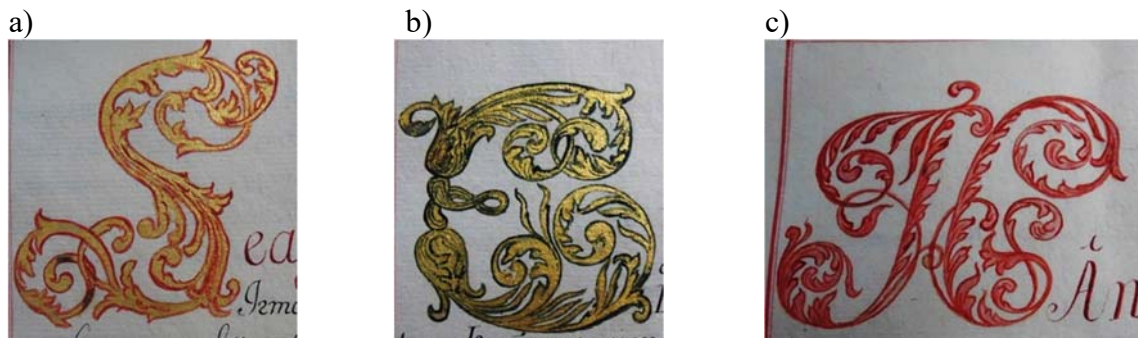
FIGURA 25 – Iniciais com cores e programas de representação distintos



Fonte: TCI de N.S. do Rosário, capitania de Minas Gerais/Brasil, 1782. Sabará/MG, ADH/CBG-MO/IBRAM, ms.

- a) Cap. 1, inicial A
- b) Cap. 8, inicial O

FIGURA 26 – Iniciais em cores distintas, com programa de representação provavelmente inspirado no manual de Andrade (1722)



Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento do Jacarepaguá, Capitania do Rio de Janeiro/Brasil, 1783. Lisboa, AHU, códice 1771, ms.

- a) Cap. 3, inicial S, f. 4v.
- b) Cap. 4, inicial E, f. 5f.
- c) Cap. 5, inicial H, f. 6f.

Um estudo iconográfico minucioso realizado nos compromissos nos permitiu concluir a inexistência de uma fronteira cultural da capitania de Minas Gerais com outras capitanias. Além da forte influência exercida pelos manuais de caligrafia, outras ocorrências foram percebidas em muitas das representações que analisamos. Detectamos no rico visual encontrado as palmetas e flores de lótus da arte Grega, as folhagens espiraladas da arte romana e do renascimento, as rocalhas e consolo do estilo Luís XV, além de símbolos da cultura cristã e pagã (DUCHER, 2001) (Figura 20). A presença de elementos da cultura e arte

greco-romana nos compromissos analisados nos mostraram que o cristianismo não apresentou uma ruptura com outras culturas. Contrariamente, percebemos que a apropriação de imagens e símbolos vão ser integrados em novos esquemas compositivos e serão dotados de um significado distinto em correspondência com os novos princípios doutrinários da Igreja Católica Apostólica Romana (EUSÉBIO, 2004, p. 1).

Nas primeiras décadas da criação da imprensa houve uma preocupação por parte dos impressores de que os novos livros tivessem, o mais perto possível, o mesmo aspecto dos manuscritos. Enquanto a nova técnica não atendia ainda plenamente seu público, a técnica mista foi uma alternativa utilizada para satisfazer à exigência do mesmo. O recurso do qual os impressores lançaram mão foi o da técnica mista, que mesclou iniciais decoradas/iluminadas com o texto impresso (GUEDES, 2001, p. 25).

Já os impressores dos Quinhentos, entretanto, não tiveram interesse de reproduzir obras que se assemelhassem aos manuscritos, principalmente os feitos com letras góticas. As iniciais romanas criadas por eles e que variavam pouco de oficina para oficina, vêm destronar o gótico que ainda resistiu por muito tempo na Alemanha (GUEDES, 2001, p. 27).

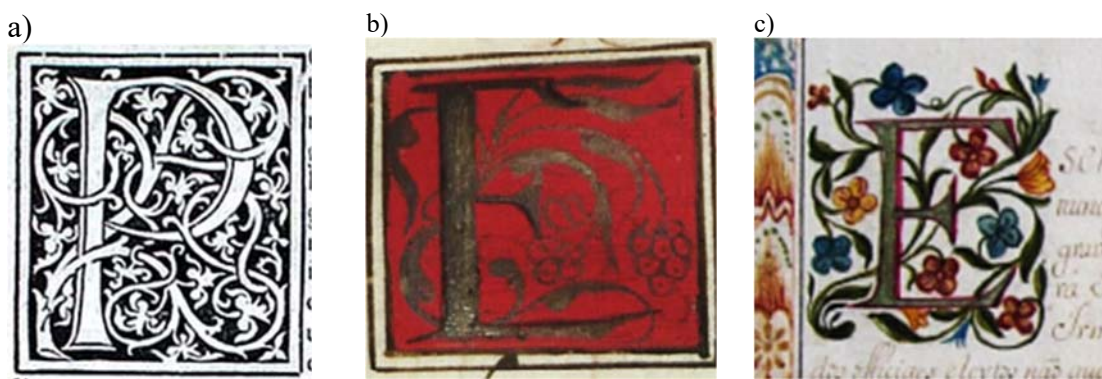
A influência dos tipos móveis sobre a arte do manuscrito foi percebida em alguns compromissos de irmandades portuguesas, cujos artífices tentaram, de certa forma, alinhar-se às novas tecnologias advindas do mundo impresso.

No último quartel do século XV, o mestre da prototipografia, o alemão Erhard Ratdolt, criou um novo tipo, o romano, “que ao contrário do gótico, estava inspirado na letra humanística, baseada, como se tem dito, na minúscula carolina²³¹ que, por sua vez, derivava da minúscula romana.” (DAHL, 1972, p. 106). Ratdolt criou as iniciais romanas com formas mais arredondadas e menos arestas. Tratava-se de uma letra mais fácil de ser gravada que foi amplamente difundida nos impressos daquele período e amplamente reproduzida nos códices manuscritos. A influência do uso destas iniciais romanas foi percebida tanto no TC português da irmandade de N.S. do Rosário dos Homens Pretos de 1565 (Figura 27b) quanto no TC brasileiro de 1734 da irmandade de N.S. do Pilar (Figura 27c). No compromisso português, o fundo foi decorado de forma mais contida com elementos vegetalistas, e no compromisso mineiro o artífice renova a expressão plástica do alemão Ratdolt e cria uma linda inicial (Figura 27c). Entretanto, não encontramos nos compromissos feitos no Brasil, iniciais que

²³¹ Também conhecida como carolíngia.

tivessem a decoração vegetalista em abundância, como a criada por Ratdolt em 1485 (Figura 27a).

FIGURA 27 – Inicial de Ratdolt (27a) e representações a partir dela (27b e 27c).²³²



Fonte:

27a) Sacrusbusco. *Sphaera Mundi*, impresso, 1485.²³³

27b) TCI de N.S. do Rosário dos Homens Pretos, Portugal, 1565. Lisboa, BNP, il. 151, ms.

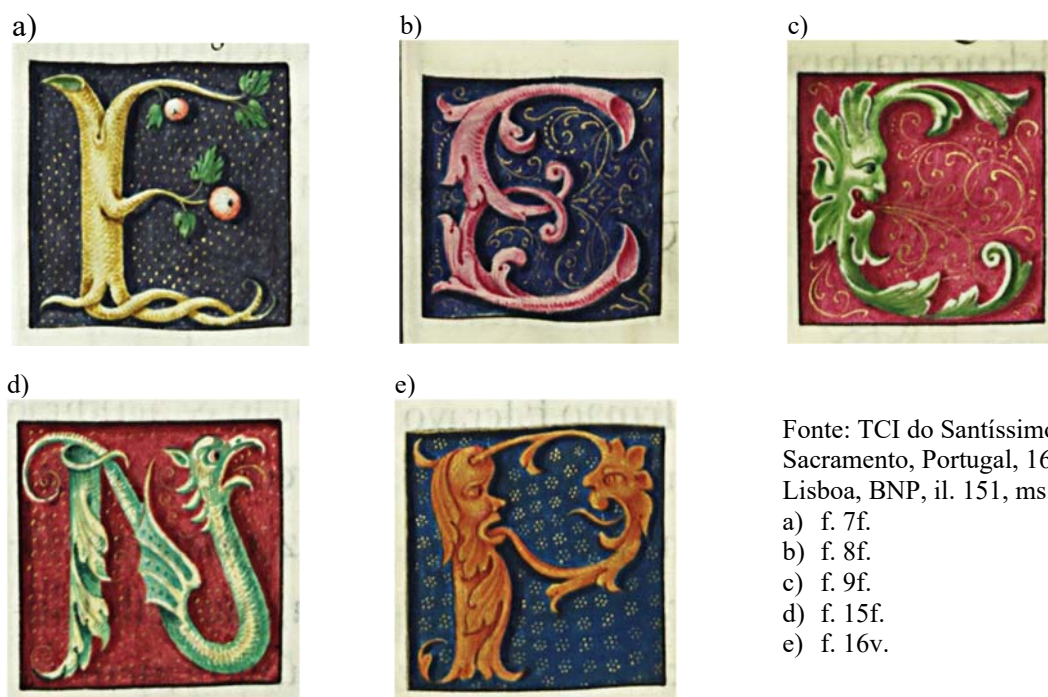
27c) TCI de N.S. do Pilar, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1734. Ouro Preto/MG, AEPOP, cap. 14, ms.

No século XVII, vemos que no TCI do Santíssimo Sacramento de Alcaçávas (1690) (Figura 28), o artífice estava pouco preocupado em fazer as capitulares sugeridas nos manuais de caligrafia, tampouco se viu influenciado pelas novas tendências de copiar a arte dos variados tipos impressos. Para compor a inicial *E*, em específico, ele apropriou-se da base modelar de Ratdolt transformando-a, como a maioria fez, sendo que nas demais de sua autoria, ele age com liberdade para criá-las, sem seguir um modelo específico. Entretanto, vemos que essas iniciais se conectam a modelos distantes de seu tempo histórico. Algumas das representações do citado compromisso português têm suas origens nos mascarões recorrentes no período greco-romano e medieval ou nas imagens de seres híbridos largamente reproduzidos nos códices medievais como no caso da Figuras 28c e 28e.

²³² Almada (2011, p. 380-381) apresenta-nos outras iniciais reproduzidas em compromissos que não consultamos, nelas também foi possível perceber a influência dos modelos de Ratdolt.

²³³ Disponível em: <http://tipografos.net/historia/ratdolt.html>. Acesso em 25 jun. 2016.

FIGURA 28 – Iniciais com programas de representação pouco referenciados nos manuais de caligrafia consultados

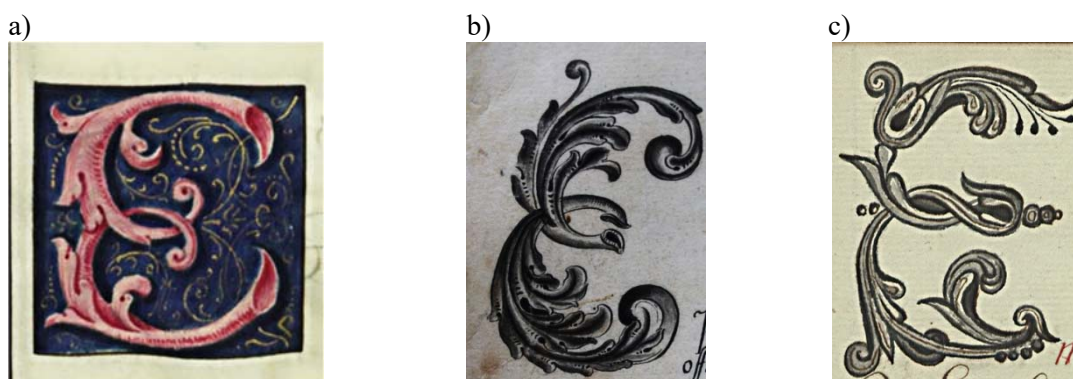


Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento, Portugal, 1690. Lisboa, BNP, il. 151, ms.

- a) f. 7f.
- b) f. 8f.
- c) f. 9f.
- d) f. 15f.
- e) f. 16v.

Nas iniciais *E* de três compromissos distintos, 1690, 1745 e 1786 (Figuras 29a, 29b, e 29c, respectivamente) é possível perceber que o programa de representação das iniciais de 1745 e 1786 tem uma mesma base compositiva, sendo que o artífice deixa em cada inicial seu traço singular, inspirado, provavelmente, numa composição que se enquadra dentro de modelos iconográficos circulantes na época em que foram feitos.

FIGURA 29 – Iniciais e inspiradas provavelmente num mesmo programa de representação



Fonte:

- a) TCI do Santíssimo Sacramento de Alcaçávas, 1690. BNPT, il. 229, f. 8f., ms.
- b) TCI de N.S. do Amparo, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1748. Sabará/MG, ADH/CBG-MO/IBRAM, cap.4, f. 4f., ms.
- c) TCI de N.S. do Rio Tinto, Lisboa, 1786. BNP, il. 233, f. 10f., ms.

O antropólogo francês Jean-Loup Amselle defende a tese de “que não existe uma fronteira cultural nítida ou firme entre grupos, o que há, segundo ele, é um *continuum* cultural.” (AMSELLE *apud* BURKE, 2003, p. 161). Este autor ainda complementa que nas fronteiras, em especial, é impossível saber onde começa e termina esta influência. Burke vem contribuir com nossa pesquisa ao dizer que todo processo de globalização cultural envolve a *hibridização*. O que se deve desconstruir, segundo este autor, é a ideia de que “nações, classes sociais, tribos e castas têm todos sido ‘desconstruídos’ no sentido de serem descritos como entidades falsas.” (BURKE, 2003, p. 14).

Nossa intenção no tocante a este assunto foi dedicar um pouco de nossos estudos aos processos de encontro, contato, interação, troca e hibridização cultural realizado pelos artífices do livro no século XVIII, sendo notório que esta hibridização cultural também ocorreu em outras esferas da sociedade. Assim como Burke em seu ensaio, não é a intenção desta pesquisa apresentar a troca cultural como um simples enriquecimento, e concordamos quando ele diz que esse processo de interação ocorre em detrimento de alguém. Pretendemos, entretanto, apresentar como essa troca cultural se deu efetivamente, mostrando seu raio de ação no âmbito das irmandades religiosas de leigos, promotoras da arte do livro dentro do contexto das vilas, arraiais e freguesias do século XVIII no Brasil. Pretendemos com os resultados obtidos em nossa pesquisa mostrar que é possível realizar um estudo mais sistemático da iconografia registrada nos compromissos com o intuito de verificar se realmente houve algum tipo de hibridização nas imagens retratadas assim como mostrar algumas questões sobre um assunto ainda pouco discutido dentro da historiografia do livro no século XVIII.

Nos anos 1950, o historiador britânico Arnold Tonybee refletiu sobre o que ele chamava de “encontros” entre culturas, mencionando ainda a importância das diásporas e a natureza da *recepção* cultural. Numa publicação intitulada *Um estudo de história*, ele faz menção a expressões como *contatos entre civilizações*, no espaço no tempo, *conflitos entre culturas* ou de *difração de raios culturais*.” (BURKE, 2003, p. 18). Segundo Burke, os argumentos contidos nas obras de Freyre, Castro e Tonybee acerca desses assuntos, na época em que foram publicados, chegaram a chocar algumas pessoas tidas como puristas. Hoje, entretanto, a hibridização pode ser vista em toda parte da história (BURKE, 2003, p. 19). Comprovamos muito pouco sua presença no repertório visual registrado pelos artífices do livro nos compromissos das irmandades religiosas de leigos que estudamos. No entanto,

exemplos de hibridismo cultural poderão ser encontrados em toda parte, não apenas em todo o globo como na maioria dos domínios da cultura – religiões sincréticas, filosofias ecléticas, línguas e culinárias mistas e estilos híbridos na arquitetura, na literatura ou na música. (BURKE, 2003, p. 23)

Para o citado autor, seria insensato assumir que o termo “hibridismo” tenha exatamente o mesmo significado em todos os casos relatados. Inclusive, ele acha importante distinguir e discutir “três tipos de hibridismo, ou processos de hibridização, que envolvem respectivamente artefatos, práticas e finalmente provas.” (BURKE, 2003, p. 23).

Quanto à iconografia existente nos compromissos, percebemos que boa parte das imagens produzidas pelos artífices do Brasil, muitas das quais apresentadas nesta tese não podem ser classificadas propriamente como híbridas. O que percebemos, na realidade, foi o *continuum* mencionado por Burke que também poderá ser percebido na arte praticada na construção das igrejas, retábulos, pinturas murais, e imaginária. Esta influência, inclusive, foi mais sentida na arte jesuítica que utilizou bastante a mão de obra indígena. Poucos foram os artífices do livro que inovaram na arte de fazer iniciais nos compromissos que analisamos. Isso porque, na maioria das vezes, o que ocorreu foi apenas uma transformação dos modelos prescritos nos manuais de caligrafia.

FIGURA 30 – Modelo de inicial de Andrade (1722), e ressignificação do artífice (1725)

Modelo de Andrade 1722

a) Inicial E



b) Inicial S



Fonte: *Nova Escola para aprender, a ler, contar, e escrever [...]*. BNP, Lisboa, 1722, RES-3075-A, imp.

- a) Inicial E (pormenor prancha 40)
- b) Inicial S (pormenor prancha 42)

Ressignificação do modelo de Andrade

c) Inicial E



d) Inicial S



Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento, Capitanía de Minas Gerais/Brasil, 1725. Belo Horizonte/MG, APM, AVC 05, ms.

- c) Inicial E (pormenor f. 5v)
- d) Inicial S (pormenor f. 8f)

O artífice, ao fazer as iniciais *E* e *S* (Figuras 30c e 30d) do TCI do Santíssimo Sacramento (1725), utiliza aves distintas das usadas por Andrade (1722) (Figuras 30a e 30b). Na inicial *S*, ele substitui a ave de Andrade por uma maritaca, ave típica de muitas regiões do Brasil. Substituir alguns elementos da iconografia europeia por outros locais foi algo recorrente nas Américas portuguesa e espanhola.

No caso específico dos compromissos em questão, a colônia americana imita a Europa que também a imita perfazendo, assim, um trajeto circular que, no entanto, “[...] não termina no mesmo local onde começou, já que a imitação é também uma adaptação.” (BURKE, 2003, p. 32). Não sabemos se os artífices dos compromissos que analisamos foram, como menciona Peter Burke, “indivíduos híbridos”, “quer os que tenham nascido nesta situação por suas mães e pais serem originários de culturas diferentes, quer os que se viram mais tarde, de bom grado ou não, ou por terem sido, por exemplo, convertidos ou capturados.” (BURKE, 2003, p. 36).

A busca de elementos da cultura indígena nos compromissos analisados nos levou a concluir que os artífices da região norte brasileira deram contribuição artística significativa aos retábulos das igrejas jesuíticas edificadas nas capitanias do Maranhão e Grão-Pará, ou nas igrejas das demais capitanias onde a presença dos aborígenes foi representativa.²³⁴ Influência esta que, inclusive, foi constatada na América Espanhola. Entretanto, não encontramos em Portugal compromissos feitos naquela região do Brasil, inclusive porque não foi possível realizar um mapeamento desses compromissos noutros estados brasileiros.

²³⁴ A tese de doutorado de Renata Maria de Almeida Martins (2009) nos mostra com clareza esta contribuição.

Na Europa, ameríndios, elementos da fauna e da flora, assim como outros de carga simbólica significativa, foram representados nos materiais impressos e manuscritos. No TCI impresso de 1600 da Santa Casa de Misericórdia (Figura 31) foram representadas duas figuras femininas de fisionomias distintas, com seios desnudos, de pé sobre estrutura cônica, à guisa de um balcão de ferro.²³⁵ Essa foi a única representação que encontramos de figuras que nos lembram os ameríndios.

FIGURA 31 – Representação com imagens à guisa de ameríndios



Fonte: TCI da Santa Casa de Misericórdia da cidade de Lisboa, Portugal, 1600. Lisboa, BNP, res. 1999, folha de rosto, imp.

No século XVIII, constatamos que a iconografia representada em alguns compromissos das irmandades mineiras não se restringiu apenas ao período barroco, outrossim nos remeteu para um universo cultural mais rico e diversificado do que se imaginava antes do início de nossa investigação. Devemos ver, portanto, ver as

“[...] as formas híbridas como o resultado de encontros múltiplos e não como o resultado de um único encontro, quer encontros sucessivos adicionem novos elementos à mistura quer reforcem os antigos elementos [...].”
(BURKE, 2003, p. 31).

Neste caso, em específico, a expressão circularidade cultural tem sua posição bem colocada dentro do contexto histórico do qual estamos tratando.

Alguns dos compromissos produzidos na Capitania de Minas Gerais têm aspectos singulares, principalmente ao nível das imagens e das cores. Fato, entretanto, não percebido

²³⁵ Descrição feita pelo colega professor da UFBA, Luiz Freire.

nos compromissos de outras capitanias do Brasil que analisamos.²³⁶ A qualidade da representação artística presente nos compromissos feitos na capitania de Minas Gerais é grande e muito diversificada, o que não significa dizer que em outras capitanias isso não tenha ocorrido também. Fazemos esta afirmação com base no *corpus* ao qual tivemos acesso em nossa pesquisa. As ilustrações de alguns artífices nem sempre seguem a base modelar de alguns manuais de caligrafia. Sendo que em alguns casos o que ocorreu foi uma tendência ao uso de motivos decorativos do barroco, inclusive os da arquitetura.

Burke nos alerta que “há locais específicos que são particularmente favoráveis à troca cultural, especialmente as metrópoles e as fronteiras.” (BURKE, 2003, p. 69). E ainda acrescenta que algumas “[...] zonas de fronteira, como cidades cosmopolitas, podem ser descritas como «interculturais», não apenas locais de encontro, mas também sobreposições ou interseções entre culturas, nas quais o que começa como uma mistura acaba se transformando na criação de algo novo e diferente” (BURKE, 2003, p. 73).

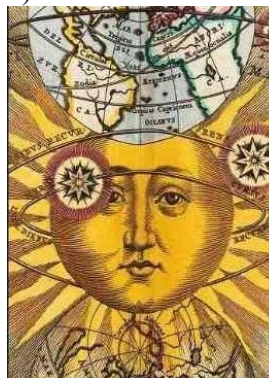
Algumas formas representadas nos compromissos analisados, entretanto, remontam à Idade Média ou mais longinquamente ao período clássico, como já mencionamos no Capítulo 1, sendo que alguns motivos decorativos, às vezes, repetem-se idênticos em compromissos distintos. A representação do sol (Figura 32b), utilizado por Andreas Cellarius em sua publicação intitulada *Harmonia Macrocósmica* (1660), pode ter sido a fonte de inspiração para um ou mais artífice do livro da capitania de Minas Gerais. Se bem que este ícone foi uma representação muito utilizada por vários séculos, sendo também o símbolo da Companhia de Jesus, criada em 1534 por Santo Inácio de Loyola (Figura 32a).

FIGURA 32 – Representação do sol nos séculos XV (Figura 32a) e XVI (Figura 32b)

a)



b)



²³⁶ Esperamos futuramente alterar esta concepção. Entretanto, dentro do *corpus* analisado, a capitania de Minas Gerais sobressaiu-se neste aspecto.

Fonte:

- a) <http://guerreirodacruz.blogspot.com.br/2014/02/simbolo-da-companhia-de-jesus-jesuitas.html>
- b) https://www.taschen.com/pages/en/catalogue/classics/all/42814/facts.cellarius_harmonia_macrocosmica.htm

Nas Figuras 33 e 34, o sol foi representado nos TCI's do Santíssimo Sacramento (1722), e de N.S. do Bonsucesso (1738). O sol na simbologia jesuítica vem mostrar “[...] a propagação de Cristo em todos os continentes, a dimensão missionária de Jesus além-fronteiras.”²³⁷ Imagem que tem coerência dentro do contexto de sua representação nos compromissos a seguir.

FIGURA 33 – TC com Representação do sol

a)



b)



Fonte:

- a) TCI de N.S. do Bonsucesso da Vila Nova da Rainha, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1738. Belo Horizonte, APM, AVC 03, ms.
- b) TCI de N.S. do Bonsucesso da Vila Nova da Rainha, Capitania de MG/Brasil, 1738. Belo Horizonte, APM, AVC 03, ms.

Já o sol representado no TCI de N.S. da Apresentação 1738 (Figura 34) foi feito de forma um pouco diferenciada, entretanto sua base modelar é a mesma das demonstradas anteriormente.

²³⁷ Disponível em: <<http://guerreirodacruz.blogspot.com.br/2014/02/simbolo-da-companhia-de-jesus-jesuitas.html>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

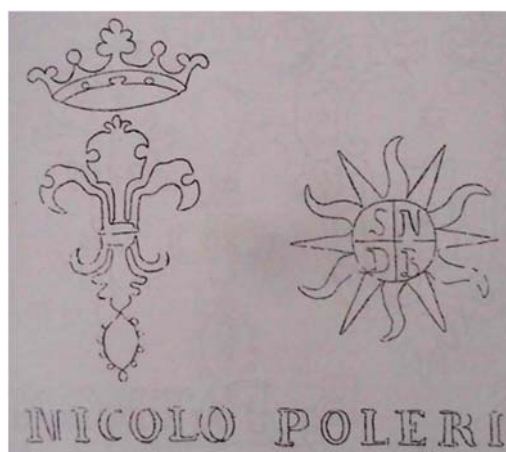
FIGURA 34 – Representação mais estilizada do Sol



Fonte: TCI de N.S. da Apresentação, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1738.
Belo Horizonte, APM, AVC 02, ms.

Na marca d'água de Nicolo Poleri (Figura 35), encontrada num compromisso da capitania do Maranhão, este mesmo sol é representado sem rosto, cujos raios ora apresentam-se na forma fixa de um triângulo, ora na de um raio em movimento,²³⁸ tal como demonstramos nos exemplos anteriores. O sol também foi usado para representar o elemento químico ouro (Figura 36) no livro de Fortes (1729).


FIGURA 35 – Sol representado na marca d'água do fabricante de papel Nicolo Poleri



Fonte: CHURCHILL, 1990, p. 383.

²³⁸ TCI da venerável irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de N.S. de Nazaré da Ribeira do Miarina. Capitania do Maranhão/Brasil. Lisboa, AHU, 1774, códice 1529, ms.

FIGURA 36 – Sol simbolizando o elemento químico ouro



T A B O A D A			
<i>Da linba dos Metaes.</i>			
Ouro-----		---	730
Chumbo---		---	863
Prata-----		---	895
Cóbre-----		---	937
Ferro-----		---	974
Estanho---		---	1000

Fonte: FORTES, 1729, p. 362.

Dos artífices do livro responsáveis pela confecção de compromissos, apenas Manuel Víctor de Jesus era mulato, ou artífice híbrido,²³⁹ dentro da concepção de Burke. Esse autor nos diz que a quantidade de termos utilizados por intelectuais da atualidade para descrever o processo de interação cultural supera a variedade de objetos híbridos existentes. E que muitos dos termos utilizados por intelectuais ligados a essa área são metafóricos,²⁴⁰ fato que os “tornam mais vívidos e mais enganosos do que a linguagem simples.” (BURKE, 2003, p. 39).

Um detalhe importante a ser enfatizado é que a representação visual encontrada no suporte em papel é mais detalhada e significativa do que em outros suportes como retábulos, pinturas murais e telas. Isso porque, no suporte em papel, o artífice tinha liberdade para ousar e traduzir sua arte com mais detalhes. Em alguns dos compromissos encontramos representações feitas por artífices com muita habilidade, seja na técnica de sombreado ou no traço artístico. A aparente simplicidade das ilustrações de alguns compromissos mineiros é um traço distintivo de uma outra concepção da forma de adornar livros, fato que evita propositalmente os efeitos de sombreados claramente visíveis em alguns códices medievais. Não vemos, entretanto, esta simplicidade nas iniciais dos TC's das irmandades do Santíssimo Sacramento de 1722 (Figura 37) e no de N.S da Apresentação de 1738 (Figura 38), ambos da capitania de Minas Gerais.

²³⁹ O nosso grande artista Aleijadinho também pode ser um bom exemplo deste indivíduo híbrido, uma vez que é fruto do relacionamento de um português com uma africana.

²⁴⁰ Burke (2003, p. 39) menciona em seu ensaio que discutirá as idéias de empréstimo, hibridismo, caldeirão cultural, ensopadinho cultural e criouliização.

FIGURA 37 – Inicial C (pormenor)



Fonte: TCI de N.S. da Apresentação/Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1738. Belo Horizonte/MG, APM, AVC 02, f. 11f., ms.

FIGURA 38 – Inicial N (pormenor)



Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento/Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1722. Belo Horizonte/MG, APM, AVC 04, termo de abertura, f. 3f., pormenor, ms.

O uso de iniciais romanas por Mattos e Sales na folha de rosto dos compromissos de 1748 (Figura 42) e 1782 (Figura 43), respectivamente, vem corroborar a ideia de que fazer uso das letras de imprensa manuscritas que imitassem os tipos gráficos inventados por Gutenberg, Aldo Manuzio, Ratdolt, dentre outros, foi uma forma que os artífices portugueses e das colônias encontraram para mostrar que estavam atualizados com as novas tecnologias da época. A *littera antiqua*,²⁴¹ outrora usada por Petrarca, se tornará na futura romana e passará a ser preferida dos humanistas. Ela vem substituir os caracteres góticos próprios dos textos escolásticos, o gótico maior dos livros de igreja (missais, antifonários, livros de canto), e o gótico «bastardo», largamente utilizado nos manuscritos de luxo de língua vulgar (GUEDES, 2001, p. 25). Inclusive, mesmo a imprensa tendo sido proibida nas colônias portuguesas, estes artífices desenharam as letras romanas criadas por Ratdolt presentes nos impressos que circularam pelas capitânias.

²⁴¹ “No século XV, quando a Letra Negra Gótica ou Textura estava em pleno uso, apareceu uma variante conhecida como escrita Rotunda, também conhecida como estilo Humanístico, ou *Littera Antiqua*, que apresentava uma forma mais aberta e redonda, preferida na Itália e na França. A *Littera Antiqua* foi inspirada pelas formas da escrita carolina, então com mais de seiscentos anos, combinando as capitais quadradas romanas com letras curvas, arredondadas e de caixa-baixa. A *Littera Antiqua* foi o estilo formal de letras usado para manuscritos seculares, isto é, não-religiosos, servindo assim, para diferenciar textos leigos de textos religiosos.” In: FONSECA, Joaquim da. *Tipografia & Design gráfico. Design e produção de impressos e livros*. Porto Alegre: Bookman, 2008, p. 40.

A historiografia nos revela a existência considerável de uma produção intelectual que versa sobre a circulação de estampas e imagens de livros, assim como da reprodução das mesmas em pinturas de igrejas e compromissos de irmandades dentro de variados contextos culturais. Trabalhos como os de Levy, (1944), Coelho (1992), Santiago (2008; 2013), Abreu (2011), Almada (2011), dentre outros, nos mostram o quanto a arte do impresso teve influência dentro do contexto artístico e cultural do Brasil colônia.

Na representação feita nos dois compromissos a seguir (Figuras 40 e 41), é facilmente perceptível que o uso do livro de Ruelas y Paz (1718) e Andrade (1722) (Figura 39) se deu tanto em Lisboa quanto nas capitanias do Brasil. Empréstimo europeu ou originalidade vernácula? No caso das Figuras 40 e 41 devemos também pensar que estas imagens representem um empréstimo? Certamente que sim. Ambos os artífices têm o modelo, mas o modificam como um procedimento natural, inserindo em sua representação a experiência artística e cultural acumulada durante sua trajetória profissional.

FIGURA 39 – Decoração com aves (pormenor prancha 30)



Fonte: ANDRADE, BNP, Lisboa, 1722, RES-3075-A, prancha 30, imp.

FIGURA 40 – Modelo de Andrade ressignificado na colônia em 1806



Fonte: TCI de N.S. dos Homens, e de São Francisco das Chagas, Santa Bárbara/MG, 1806, Biblioteca do Santuário do Caraça, f. 2f., ms.

FIGURA 41 – Modelo de Andrade (1722) ressignificado em Lisboa em 1741



Fonte: TCI de N.S. da Conceição do convento dos Religiosos da Terceira Ordem da Penitência do convento dos religiosos de Nosso Padre São Francisco, Lisboa, 1741, ms.

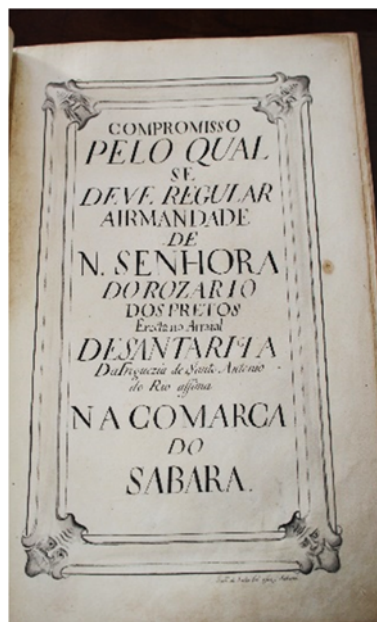
Encontramos na CBG dois compromissos da comarca de Sabará, cuja decoração das molduras é muito parecida. O de 1748 pertenceu à irmandade de N.S. do Amparo da Vila Real, de autoria do artífice Jeronymo de Mattos (do Rio de Janeiro); e o de 1782 pertenceu à irmandade de N.S. do Rosário da freguesia de Rio Acima, de autoria do artífice Francisco de Sales (de Sabará). A análise formal dos dois compromissos nos fez concluir que Sales se amparou no compromisso feito por Mattos para compor os de sua autoria,²⁴² principalmente o de 1782.

FIGURA 42 – Folha de rosto feita por Jeronymo Mattos



Fonte: TCI de N.S. do Amparo/Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1748. Sabará, ADH/CBG-MO/IBRAM, folha de rosto, ms.

FIGURA 43 – Folha de rosto feita por Francisco de Sales



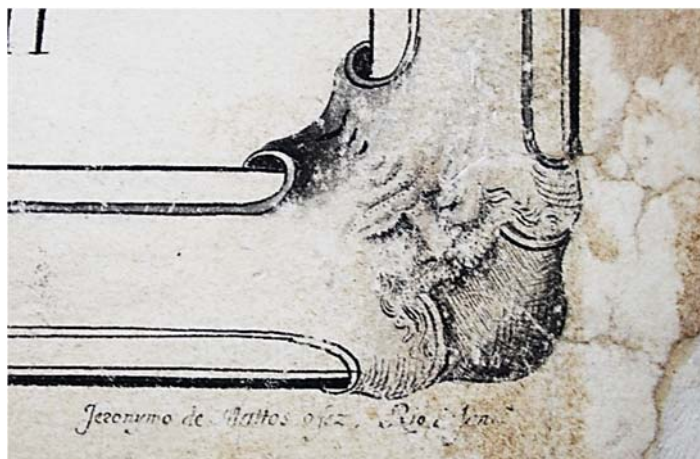
Fonte: TCI de N.S. do Rosário, capitania de Minas Gerais/Brasil, 1782. São Paulo/SP, BGJM, folha de rosto, ms.

Sales, inclusive, copiou de Mattos a forma de assinar e registrar sua origem. Guedes (2001) comenta que é no início do século XVI que a assinatura do autor começa a aparecer com proeminência nos frontispícios. No entanto, duzentos anos depois, Mattos a fez de forma discreta na parte inferior da folha de rosto do compromisso de sua autoria, e Sales segue a mesma base modelar do artífice do Rio de Janeiro. A única diferença que se vê entre as figuras representadas por esses dois artífices, revela-se na forma de expressão do rosto da que

²⁴² Sales fez nos anos de 1782 e 1790 dois compromissos para irmandades distintas de N.S. do Rosário atuantes na comarca de Sabará.

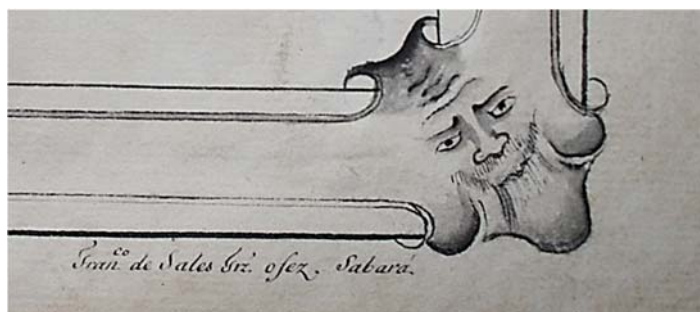
se encontra no canto inferior direito da moldura de ambos os compromissos. A figura feita por Mattos tem a boca e os olhos cerrados (Figura 44), e a de Sales traz a boca cerrada e os olhos abertos (Figura 45).

FIGURA 44 – Folha de rosto, pormenor da assinatura do artífice: “Jeronymo de Mattos o fez, Rio de Janeiro”.



Fonte: TCI de N.S. do Amparo, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1748. Sabará/MG, ADH/CBG-MO/IBRAM - folha de rosto (pormenor), ms. (Foto: da autora)

FIGURA 45 – Folha de rosto, pormenor da assinatura do artífice: “Francisco de Sales Frz’ o fez, Sabará”.



Fonte: TCI de N.S. do Rosário, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1782. Sabará/MG, ADH/CBG-MO/IBRAM, folha de rosto (pormenor), ms. (Foto: da autora)

Sales representa os mesmos elementos da cultura chinesa feitas por Mattos (Figura 46) nos demais cantos da moldura da folha de rosto de seu compromisso, exceção ocorre apenas no canto inferior direito onde Sales assina seu nome (Figuras 44 e 45). Sales também teve o mesmo rigor estético para compor as cercaduras e chinesices²⁴³ das quatro laterais. Podemos ver, por exemplo, artistas asiáticos imitando estilos europeus “[...] ou no mínimo escolhendo a partir do repertório local os elementos que comprovadamente [...]” (BURKE, 2003, p. 93) agradariam aos consumidores ocidentais. Por outro lado, também vamos encontrar “[...] artistas europeus, imitando estilos asiáticos e o surgimento da mania de coisas

²⁴³ Termo aportuguesado da expressão francesa *chinoiserie*. Na verdade, trata-se de uma mania europeia do século XVIII por artigos que copiassem motivos chineses.

exóticas, notadamente a mania da Europa do século XVIII por *chinoiserie*, artigos que copiam motivos chineses.” (BURKE, 2003, p. 93).

FIGURA 46 – Decorações feitas por Mattos (1748) e Sales (1782)

Jeronymo de Mattos (1748)

Francisco de Sales (1782)

a) pormenor canto superior esquerdo



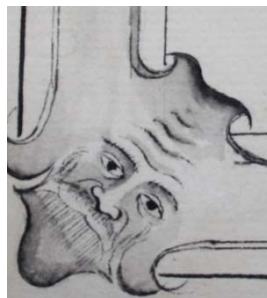
e) pormenor canto superior esquerdo



b) pormenor canto inferior esquerdo



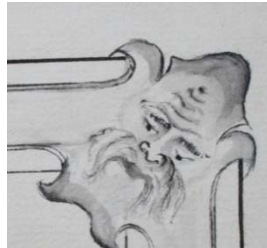
f) pormenor canto inferior esquerdo



c) pormenor canto superior direito



g) pormenor canto superior direito



d) pormenor canto inferior direito



h) pormenor canto inferior esquerdo

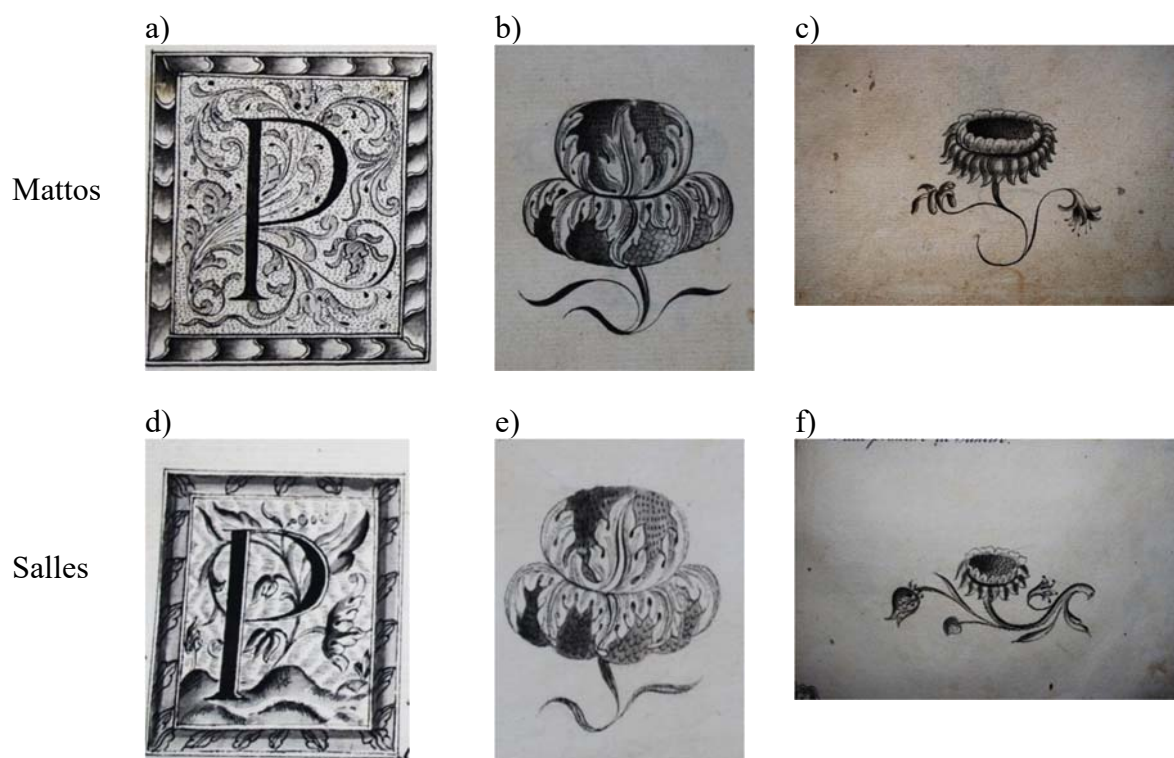


Fonte: (Imagens do lado esquerdo da Figura 46 – 46a, 46b, 46c, 46d – TCI de N.S. do Amparo, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1748. Sabará/MG, ADH/CBG – MO/IBRAM, folha de rosto (pormenor), ms.

Fonte: (Imagens do lado direito da Figura 46 – 46e, 46f, 46g, 46h – TCI de N.S. do Rosário, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1782. Sabará, ADH/CBG-MO/IBRAM, folha de rosto, ms.

Quanto à feitura das iniciais, Sales, além de reproduzir o mesmo programa iconográfico da folha de rosto feita por Mattos, também se apropria de outros elementos decorativos usados por ele nas iniciais e fechamentos²⁴⁴ dos capítulos (Figura 47). Os motivos copiados por Sales do compromisso de Mattos comprovam como a reprodução de imagens e modelos foi algo natural dentro do contexto artístico do período barroco. Isto porque é só no último quartel do século XVIII que se acentua a luta pelo reconhecimento internacional do direito do autor que, na realidade, só ficou protegida no auge do aparecimento da imprensa, outrora “[...] apenas protegido aleatoriamente pelo privilégio real, por alguns acordos bilaterais entre nações mais prejudicadas ou mais atentas ao problema.” (GUEDES, 2001, p. 38).²⁴⁵

FIGURA 47 – Iniciais e vinhetas feitas por Mattos (1748) e Sales (1782)



Fonte:

42a) TCI de N.S. do Amparo, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1748. Sabará/MG, ADH/CBG-MO/IBRAM, f. 8f; f.14f, f.15f, ms.

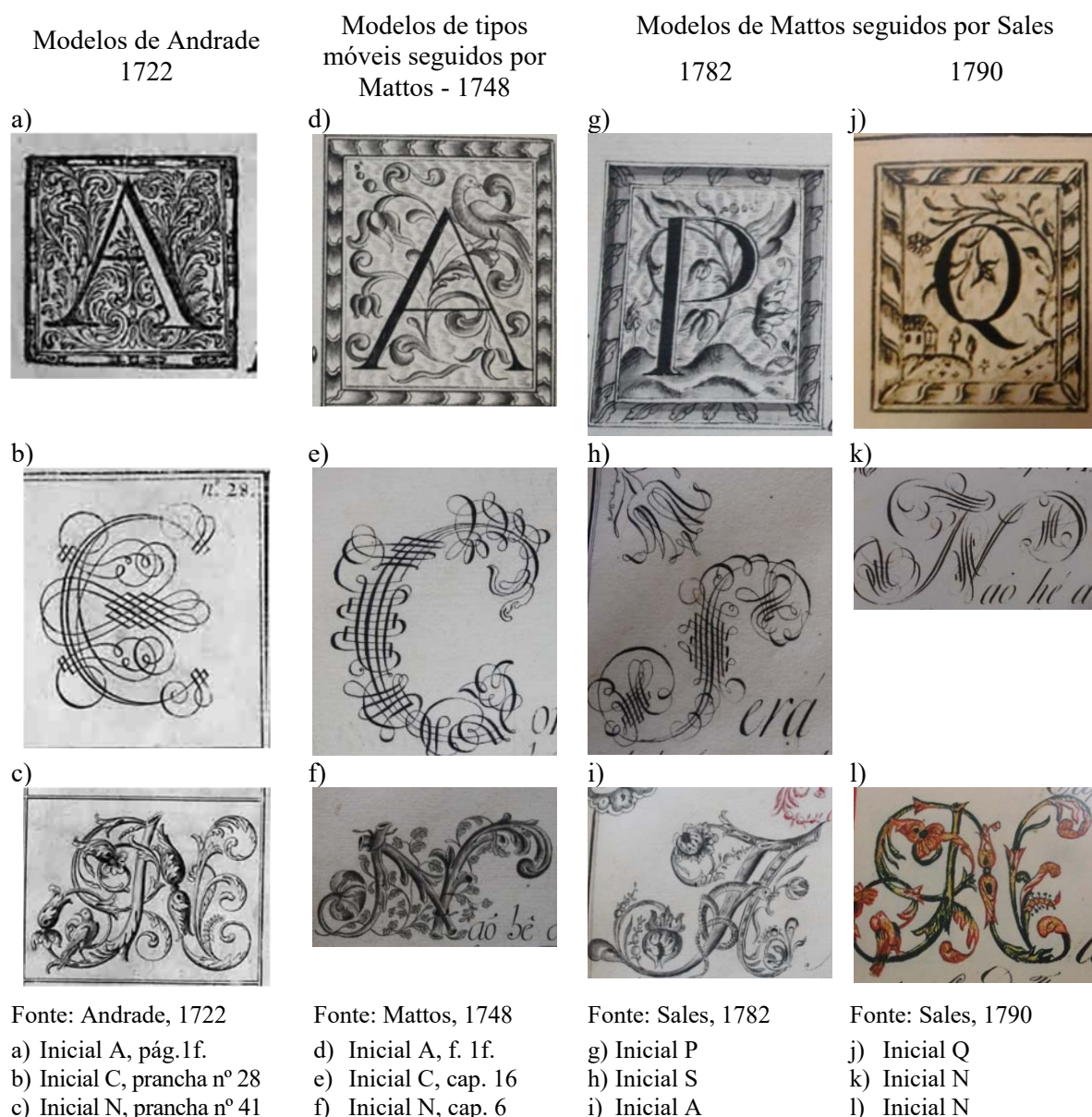
42b) TCI de N.S. do Rosário, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1782. Sabará/MG, ADH/CBG-MO/IBRAM, ms.

²⁴⁴ Ou vinhetas.

²⁴⁵ Este autor complementa que apenas em 1886 foi subscrita, em Berna por oito países, a primeira convenção para proteção do direito de autor. E após dez anos, reunia-se em Paris o primeiro Congresso Internacional de Editores, movimento do qual nasceu a centenária União Internacional de Editores.

Mattos, por exemplo, ao fazer as iniciais do TCI N.S. de N.S. do Amparo (1748) deixa claro que tem domínio do universo da caligrafia artística dos manuais assim como das novas tecnologias da imprensa de Gutenberg. Ele, ao mesclar categorias distintas de representação de iniciais (Figura 48), nega, de certa forma, a linearidade da representação encontrada na maioria dos compromissos que analisamos. Sales, inclusive, utiliza o mesmo padrão de Mattos ao compor as iniciais de dois compromissos de sua autoria, sendo a folha de rosto de um deles praticamente idêntica à de Mattos, como já demonstramos.

FIGURA 48 – Iniciais feitas por Mattos em 1748, a partir do manual de Andrade (1722), e iniciais feitas por Sales, em 1782 e 1790, a partir de Mattos, ou de Andrade

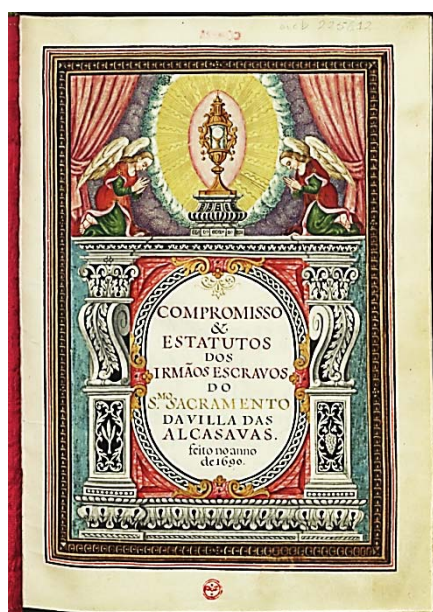


2.3 Iconografia religiosa: a representação nos compromissos

Dentro do contexto da história da construção do livro impresso, a folha de rosto é tida como o local em que aparece o nome do livro, do autor, ano da edição e dados do impressor. Boa parte desta história poderá ser desvendada pela folha de rosto que ganhou uma aparência diferenciada a partir do século XVI, cerca de um século após a invenção da imprensa. Na Antiguidade, pouca importância foi dada ao título e ao nome do autor, e nas páginas iniciais de muitos códices, algumas delas ricamente decoradas, constava apenas a fórmula consagrada *incipit liber* (aqui inicia o livro) imediatamente seguida do texto.²⁴⁶

Dentro do *corpus* analisado, encontramos poucos compromissos que tinham a folha de rosto decorada. A representação feita, normalmente, referia-se ao orago de adoração da irmandade, o que não significa dizer que isso não seja considerado um tipo de decoração. Em dois compromissos do Santíssimo Sacramento dos séculos XVII e XVIII, respectivamente, a iconografia do Santíssimo foi representada por dois anjos ladeando o ostensório do Santíssimo (Figuras 49 e 50). No compromisso de 1725 de uma irmandade de Vila Rica de mesmo nome (Figura 51), o artífice utiliza-se da mesma ideia dos compromissos portugueses, fato que nos comprova que o *continuum* mencionado por Burke ocorre quando percebemos que uma representação com linguagem similar foi reproduzida pelos artífices do livro na capitania de Minas Gerais.

FIGURA 49 – Ostensório ladeado por dois anjos



Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento da Vila de Alcasavas, 1690. BNP, il. 229, folha de rosto, ms.

²⁴⁶ Disponível em: <<http://escritoriolodivro.com.br/historias/rosto.html>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

FIGURA 50 – Ostensório ladeado por dois anjos



Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento de Estremoz, Lisboa, 1793. BNP, cód. 11162, folha de rosto, ms.

FIGURA 51 – Ostensório ladeado por dois anjos



Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1725. Belo Horizonte/MG, APM, AVC 08, folha de rosto, ms.

Entretanto, nem sempre os dois anjos ladeando o ostensório foi uma obrigatoriedade para representar esta irmandade. Percebemos que se alguma representação tivesse que ser feita, a preferência seria dada ao ostensório. No caso da representação iconográfica do TCI do Santíssimo Sacramento (Figura 52), o ostensório não está ladeado por dois anjos e sim por

decorações vegetalistas. Já na folha de rosto do TCI do Santíssimo Sacramento (Figura 53), ele está ladeado por 23 *putti*.²⁴⁷

FIGURA 52 – Ostensório ladeado por aves e elementos vegetalistas



Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento/ Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1725. Belo Horizonte/MG, APM, AVC 08, folha de rosto, f. 3f., ms.

FIGURA 53 – Ostensório ladeado por 23 *putti*



Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento/ Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1725. Coleção particular, folha de rosto, ms.

FIGURA 54 – Ostensório ladeado por elementos decorativos variados

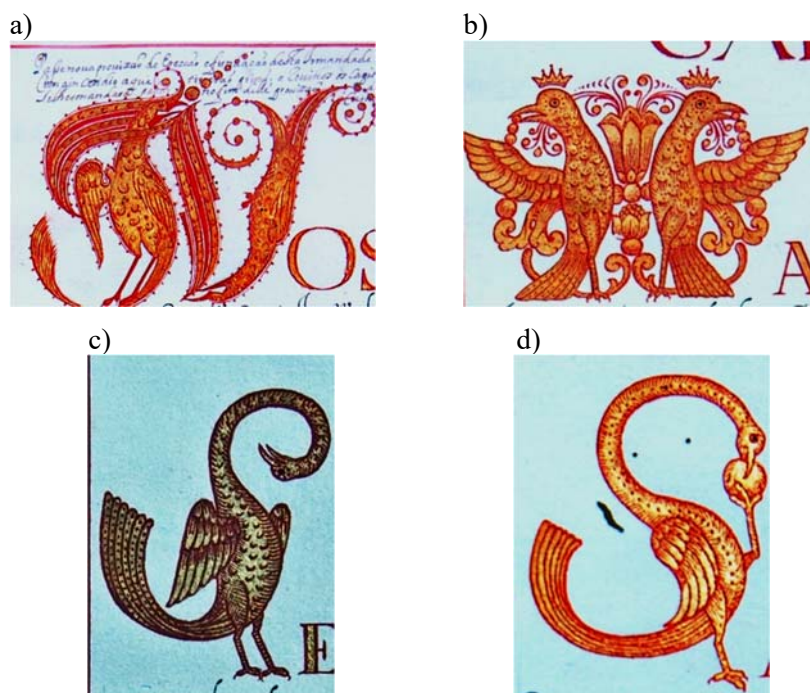


Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento/Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1738. Ouro Preto/MG, AEPOP, folha de rosto, ms.

²⁴⁷ Denominação dada aos anjinhos barrocos.

Dentro do universo da iconografia, a ave e a serpente, há muito tempo, têm sido representados nos mais variados suportes para simbolizar coisas distintas. Em livros de caráter religioso, a presença desses dois elementos é muito usual. No TCI do Santíssimo Sacramento (1722) da capitania de Minas Gerais, ambos foram ricamente representados e reunidos num conjunto muito singular de símbolos. O termo de abertura do TC somado aos 25 capítulos que o compõem, a inicial representada por uma ave aparece em quatro (Figura 55); a serpente em nove (Figura 56); a serpente e a ave juntas em oito (Figura 57), e os símbolos não-cristãos em três (Figura 59). Apenas duas iniciais fogem ao padrão representativo escolhido pelo artífice (Figura 60).

FIGURA 55 – Aves distintas representadas num mesmo compromisso



Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1722. Belo Horizonte/MG, APM, AVC 04, ms.

- a) Termo de abertura, f. 2f (pormenor)
- b) Cap. 1, f. 4f. (pormenor)
- c) Cap. 18, f. 21f. (pormenor)
- d) Cap. 25, f.28f. (pormenor)

Cirlot (1984, p. 521) nos diz que a representação da serpente tem suas ambivalências e multivalências como o mal, a morte, e a escuridão. Sua imagem também pode ser associada ao mistério, à traição, ao veneno. Contudo, sua simbologia é muito rica em diversas culturas por também estar associada ao rejuvenescimento, à renovação, à vida, à eternidade e à sabedoria.

FIGURA 56 – Variedades de representações da serpente no TCI do Santíssimo Sacramento – 1722

a) Cap. 2, f. 5f (pormenor)



b) Cap. 5, f. 8f (pormenor)



c) Cap. 9, f. 12f (pormenor)



d) Cap. 11, f. 14f (pormenor)



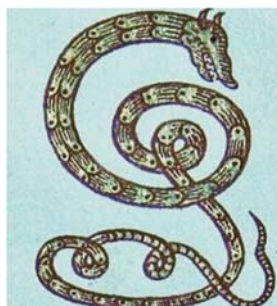
e) Cap. 16, f. 19f (pormenor)



f) Cap. 17, f. 20f (pormenor)



g) Cap. 19, f. 22f (pormenor)



h) Cap. 22, f. 25f (pormenor)



i) Cap. 23, f. 26f (pormenor)



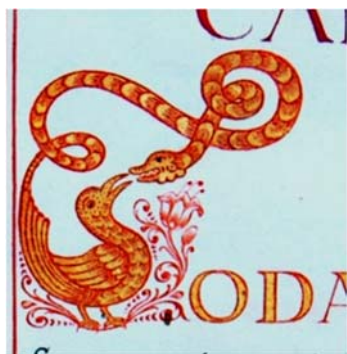
Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento, Brasil/Capitania de Minas Gerais, 1722.
Belo Horizonte, APM, AVC 04, ms.

Nas imagens apresentadas na Figura 57, não temos propriamente uma águia, mas sim uma ave. A simbologia da águia e a serpente, juntas em luta, é recorrente na iconografia universal (CIRLOT, 1984, p. 68). A sua significação vem simbolizar a luta do bem (representado pela águia) contra o mal (representado pela serpente). Alguns destes significados simbólicos são partilhados pelas aves e elas também são tidas como mensageiras dos poderes supremos tanto do bem quanto do mal. No Cristianismo, ela representa o Cristo. O dragão, assim como a serpente, representa a figura tentadora do Satanás, e o caos, “[...] o poder destrutivo brutal e o mal inerente ao mundo material.” (FONTANA, 2004, p. 133). Na

Figura 57, esta luta do bem contra o mal é representada em oito iniciais do TCI do Santíssimo Sacramento de 1722.

FIGURA 57 – Ave e serpente: a representação da luta do bem contra o mal

a) Cap. 4, f. 7f (pormenor)



b) Cap. 7, f. 10f (pormenor)



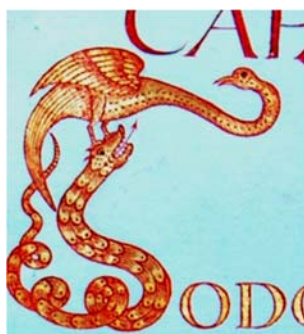
c) Cap. 13, f. 16f (pormenor)



d) Cap. 14, f. 17f (pormenor)



e) Cap. 15, f. 18f (pormenor)



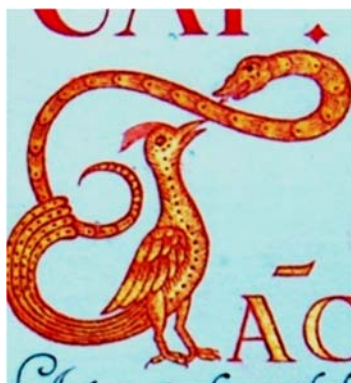
f) Cap. 20, f. 23f (pormenor)



g) Cap. 21, f. 24f (pormenor)



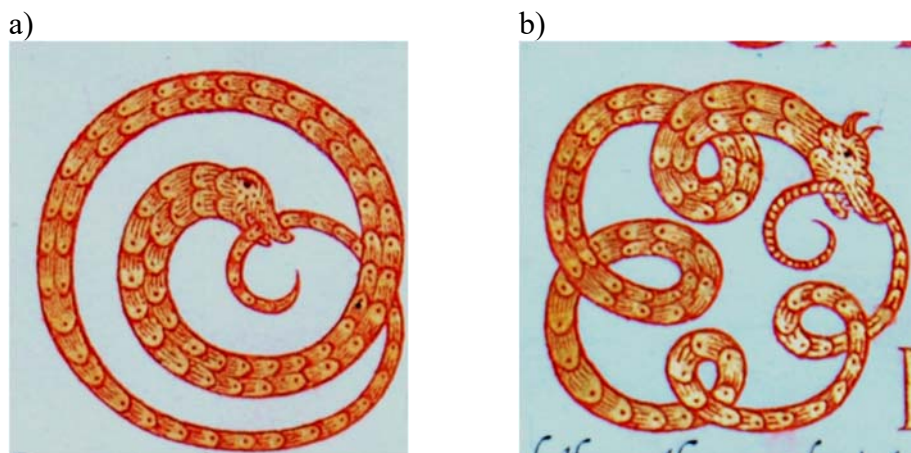
h) Cap. 24, f. 27f (pormenor)



Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento, Brasil/Capitania de Minas Gerais, 1722. Belo Horizonte, APM, AVC 04, ms.

A simbologia do ouroboro (Figura 58) é marcada pela serpente que come a própria cauda. Esta representação é encontrada tanto na Grécia antiga como no Egito e diz respeito à totalidade, ao renascimento, à imortalidade e à roda da existência (FONTANA, 2004, p. 136).

FIGURA 58 – Exemplos de representações do ouroboro²⁴⁸



Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento, Brasil, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1722.
Belo Horizonte/MG, APM, AVC 04, ms.

a) Cap. 5, f. 8f. (pormenor)

b) Cap. 16, f. 19f. (pormenor)

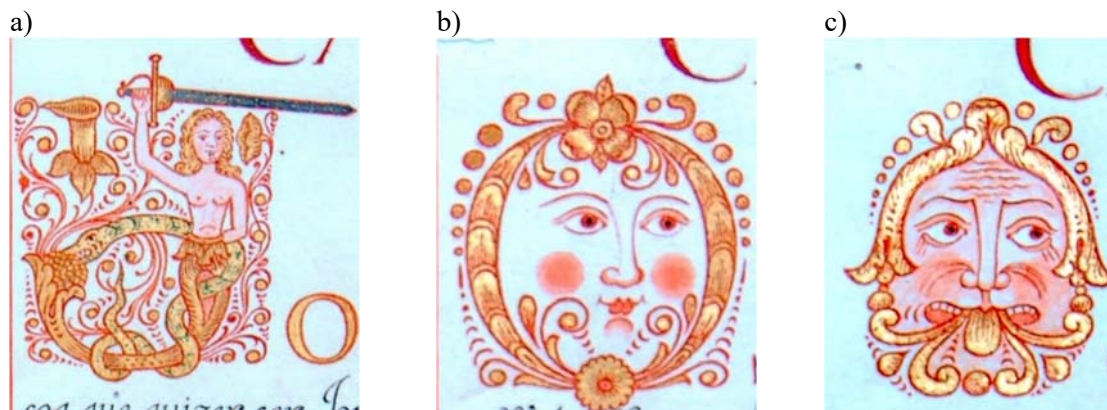
É um símbolo que aparece principalmente entre os gnósticos. Em sentido geral, ele também simboliza o tempo e a continuidade da vida (CIRLOT, 1984, p. 434). Sua representação “[...] tem por complemento uma inscrição que diz: *Hen to pan* (o Um, o Todo), a qual pode ser vista no *Codex Marcianus* (séc. II d.C.) (CIRLOT, 1984, p. 434). O ouroboro também pode ser interpretado como “[...] a união do princípio ctônico da serpente e o princípio celeste do pássaro (que se pode aplicar ao dragão). Sua significação remete-nos para o simbolismo do círculo e da serpente. No hinduísmo e no budismo sua representação é associada à eternidade e ao Samsara, o ciclo infinito de nascimento, morte e renascimento.²⁴⁹

Nesse compromisso, encontramos apenas três signos de caráter não-cristão ou com nenhuma relação aparente ao cristianismo (Figura 58). Na época carolínia, por exemplo, “o cristianismo latino optou pelas imagens, recusando a arte não figurativa dos judeus e dos muçulmanos e a iconoclastia do cristianismo grego e bizantino. Opção essencial que inaugurou o antropomorfismo cristão medieval.” (LE GOFF, 1989, p. 12).

²⁴⁸ Em Portugal se diz oróboro.

²⁴⁹ A serpente e o dragão na simbologia sacra. Disponível em: <https://www.academia.edu/13190380/EXPRESS%C3%95ES_NA_ARTE_SACRA_-_A_serpente_e_o_drag%C3%A3o_na_simbologia_sacra>. Acesso em: 30 jun. 2016.

FIGURA 59 – Repertório visual não-cristão



Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento, Brasil, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1722.
Belo Horizonte/MG, APM, AVC 04, ms.

- a) Cap. 3, f. 6f. (pormenor)
- b) Cap. 10, f. 13f. (pormenor)
- c) Cap. 12, f. 15f. (pormenor)

Não podemos dizer que neste compromisso de 1722, o artífice tenha tido mais liberdade ou sido mais ousado ao usar símbolos, à primeira vista, tidos como não-cristãos. Imagens da cobra, do dragão e da ave foram recorrentes nos bestiários medievais e nos códices de cunho religioso. As figuras híbridas, principalmente as colocadas nas marginais do texto, são marcas residuais de uma cultura pagã que o Cristianismo tolerou e empregou para conquistar as populações. O dragão, por exemplo, além de ter desempenhado “[...] uma função ornamentativa, evocaria ainda a violência e o poder na natureza, para sublimação de medos e proteção (CARVALHO, 2010).” A imagem da sereia, por exemplo, tanto pode estar associada ao conceito da salvação e redenção, como às forças do mal e do pecado. Na literatura consultada encontramos duas categorias de representação da sereia. Uma é a sereia-peixe, em que uma das partes do seu corpo pode ter feições femininas ou masculinas e a outra metade um peixe. Sua representação está ligada às divindades marítimas, resgatada do folclore escandinavo. A outra é da sereia-pássaro com cabeça humana (com feições masculinas e femininas) e corpo de pássaro que representa “[...] a alma condenada dos mortos; que, com seu canto sedutor, levava os navegantes ao naufrágio.”²⁵⁰

Este TCI do Santíssimo Sacramento foi um dos poucos que apresentou uma rica e diferenciada representação iconográfica nas iniciais. Nossa escolha por ele deveu-se pela riqueza plástica das suas formas, pela significação das imagens representadas e pela preferência do artífice pelas cores dourada e vermelha, cujo uso e significação são expressivos

²⁵⁰ Disponível em: <http://www.spectrumgothic.com.br/gothic/gotico_historico/imaginario.htm>. Acesso em: 30 jun. 2016.

e significativos dentro do contexto cristão. O ouro simboliza o Sol, divindade e majestade. Os gregos viam a cor dourada como símbolo da imortalidade, representado pelo mítico Velo de Ouro (FONTANA, 2004, p. 110). Dentro do contexto cristão, a cor vermelha significa o sangue de Cristo na cruz, o sacrifício Dele perante os homens. A escolha de uma paleta reduzida de cores pelo artífice autor deste compromisso é proposital e significativa dentro do contexto dos elementos por ele representados, uma vez que ele utiliza o vermelhão, a folha de ouro e prata e o branco de chumbo, pigmentos que desde a Antiguidade são considerados artigos de luxo.

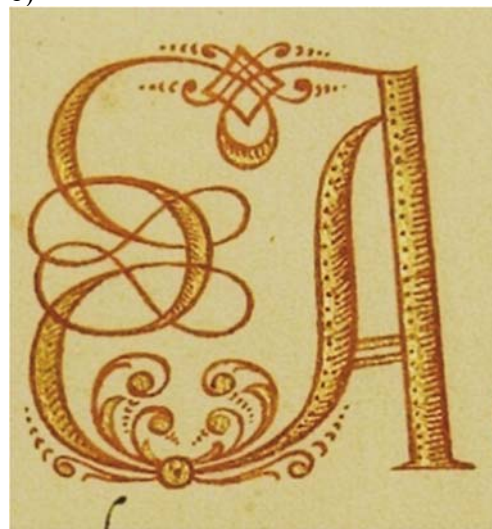
Ainda nesse compromisso, o artífice parece expressar seu conhecimento no campo da arte caligráfica e faz as iniciais *N* e *A* dos Capítulos 6 e 9, respectivamente, com volteios caligráficos estilizados bastantes recorrentes nos manuais, já referenciados nesta tese.

FIGURA 60 – Iniciais com volteios caligráficos

a)



b)



Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento, Brasil/
Capitania de Minas Gerais, 1722.
APM, Belo Horizonte, AVC 04, ms.

a) Capítulo 6, f. 9f

b) Capítulo 8, f. 11f

2.4 Gravuras e impressos: circulação e influência nos compromissos mineiros

Guedes (2001) menciona que os impressores no início do século XVI começaram a substituir os elementos tipográficos dos frontispícios por gravuras, principalmente de desenhos arquitetônicos “[...] que vão emprestar à página um ar de nobreza até então desconhecido.” (GUEDES, 2001, p. 27). Apesar de esta prática ter ocorrido nos impressos, encontramos a sua extensão na folha de rosto de dois compromissos manuscritos portugueses dos séculos XVI e XVII (Figuras 61 e 62), momento em que fica claro o desejo dos artífices de inserir este tipo de representação arquitetônica, objetivando lhes dar a devida áurea nobre.

Para tal representação, o artífice precisaria ter algum conhecimento de perspectiva. Ambos conseguem fazê-la, mesmo não tendo a técnica esmerada apresentada em alguns códices medievais consultados.

FIGURA 61 – TC's com representação arquitetônica em perspectiva

a)



b)



Fonte:

- a) TCI do Santíssimo Sacramento de Odivelas, Portugal, 1601. Lisboa, BNP, cota: il. 231, ms.
- b) TCI de N.S. do Rosário dos Homens Pretos, Portugal, 1565. Lisboa, BNP, cota: il. 151, ms.

Alguns tratados de perspectiva tiveram aceitação e circulação consideráveis durante um bom tempo na Europa, sendo que nos domínios portugueses a presença deles também já foi confirmada. A pesquisa de Pericão (1990-1992) sobre a tratadística de arte e Arquitetura na Biblioteca da Academia de Belas Artes de Lisboa conseguiu mapear a existência de três exemplares dos tratados de Pozzo em Portugal e cuja influência é facilmente percebida na talha do retábulo-mor da Igreja dos Paulistas (1727-1730), de autoria do entalhador Santos Pacheco de Lima que, segundo Pedrosa (2014, p. 206), encontrou em Pozzo “precioso repertório de fundo arquitetônico para emprego ornamental.”

Andrea Pozzo, por exemplo, também é citado pelo escultor tirolês João Xavier Traer que trabalhou no Grão-Pará. Já Vitrúvio é referenciado pelo padre jesuíta João Felipe Bettendorff, autor do desenho do retábulo do altar-mor da igreja de São Luís do Maranhão. Mencionar nomes como Pozzo e Vitruvius, entretanto, não implica dizer que as diretrizes ditadas por eles em seus tratados foram empregadas nas Missões já que seu uso dependia “[...]”

além de outros fatores práticos, do grau de recepção dos artistas e da mão-de-obra local.” (MARTINS, 2009, p. 83).

Pedrosa (2014) menciona que apesar de não haver comprovação nas fontes primárias do uso desses tratados por arquitetos e construtores na capitania de Minas Gerais, no inventário do entalhador lisboeta José Coelho de Noronha constavam livros referentes à arquitetura e ornamentação, o que vem a comprovar que a erudição não foi algo restrito apenas aos países que se encontravam em situação de maior desenvolvimento econômico no campo das artes e dos ofícios (PEDROSA, 2014, p. 204). Morais (2015), entretanto, assevera que:

[...] o tratado da *Arte da Pintura* de Filipe Nunes esteve presente em inventários de pintores mineiros, como, por exemplo, os livros do pintor Francisco Xavier Carneiro (1765-1840), descobertos no misterioso baú de sua mulher, D. Theodora. Dentre os livros citados no inventário, encontra-se o *Arte da Pintura* (sem autoria), no entanto, aventa-se a hipótese deste tratado ser o *Arte da Pintura, Syymmetria e Perspectiva*. (MORAIS, 2015, p. 46).

Os artífices do livro que atuaram nas capitanias do Brasil tiveram contato com algum desses tratados de arte e arquitetura? O TCI do Santíssimo Sacramento (1725) (Figura 51), feito na capitania de Minas Gerais, é o único que nos dá alguma pista do possível uso pelo artífice de algum deles. Na imagem retratada, apesar de existirem dois anjos tocheiros na frente das duas colunas, podemos deduzir que ambas são retorcidas no estilo coríntio, estando cada uma delas encimada por dois anjos, tal qual algumas das gravuras representadas por Pozzo em seu tratado de 1700. Nos restantes dos compromissos analisados, os artífices empregaram sua arte na feitura de iniciais, muitas delas em voga nos manuais de caligrafia e escrita desde o século XVI como já mencionado anteriormente.

Araújo (2010) nos relata que no início do povoamento da América portuguesa as obras religiosas eram provenientes da Europa. No livro de registro almoxarifado da Câmara de Vila Rica encontramos listados duas imagens de Cristo e um altar portátil ornamentado (Quadros 17 e 19). Teriam sido estes itens adquiridos fora da colônia ou seriam provenientes das oficinas conventuais dos jesuítas já instalados no Brasil? Fazemos essa pergunta porque Araújo menciona que esses “[...] modelos europeus passaram a ser literalmente copiados nas oficinas conventuais situadas no litoral” (ARAÚJO, 2010, p. 84), principalmente nas de origem beneditina e jesuítica. Os jesuítas deram colaboração significativa na divulgação de imagens religiosas, já que eles:

consideravam as artes visuais fundamentais para a afirmação da fé católica. Desde o início, promoveram a arte devocional e o uso de imagens, fossem elas reais (como nas pinturas e livros ilustrados) ou imaginárias (como na prática da devoção missionária) [caso dos Exercícios Espirituais]. (MARTINS, 2009, p. 81).

Enchiridium Christianorum (1586), de autoria de Domenicus Megen, foi o primeiro livro de emblemas publicado pelos jesuítas. Eles publicaram 107 livros sobre esta mesma temática de 1621 a 1640, e 341 entre 1601 e 1700. Martins (2009) nos relata que G. Richard Dimler considera bastante complicado

“[...] estabelecer que influências exerceram os principais escritores seculares na seleção e gênero de emblemas jesuítas, e se os jesuítas teriam se aproveitado do mercado comum de livros de emblemas ou criado sua própria reserva.” (MARTINS, 2009, p. 86).

Além das representações com motivos arquitetônicos, um outro bom exemplo de empréstimo europeu mesclado com destacada originalidade do artífice foi encontrado no TCI de N.S. do Bonsucesso (1738) (Figura 62). Nele o artífice, em vez de fazer uma ilustração que representasse esta irmandade, colou uma gravura em P&B da virgem de Atocha, padroeira de Madri, na folha de rosto e depois a pintou. Esse artífice utilizou-se da técnica mista ainda pouco referenciada na literatura sobre manuscritos coloniais no Brasil do século XVIII. Entretanto, não conseguimos descobrir se esta gravura foi comprada ou retirada de algum livro religioso. Chartier (2003) completa a informação de Guedes (2001) ao nos dizer que as imagens soltas foram sempre impressas em formato grande que reuniam num só espaço texto e imagem. O motivo gravado constituiu, na maioria das vezes, cartazes de perdões e de indulgências ou as listas dos congregados. Nestes casos, tratava-se do escrito impresso que era finalizado por uma vinheta (CHARTIER, 2004, p. 108), marca muito presente nos compromissos analisados, visto que na finalização de muitos capítulos elas foram utilizadas. No caso das gravuras, elas crescem dentro do espaço da página, e no caso do texto escrito é reproduzida a “[...] titularidade das confrarias e as igrejas onde elas encontram-se instaladas, ou oração em honra do santo padroeiro, histórico da confraria ou seu estatuto.” (CHARTIER, 2004, p. 108). No nosso caso, não sabemos se houve um corte da parte escrita ou se apenas a imagem da Virgem de Atocha foi impressa.

FIGURA 62 – Gravura da Virgem de Atocha colada e pintada



Fonte: TCI de N.S. do Bonsucesso, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1738. Belo Horizonte/MG, APM, AVC 03, folha de rosto, ms.

No Pauta e Alvará [...] na Casa da Índia de 1756²⁵¹ (Anexo D), 1785²⁵² e 1800²⁵³ a dúzia das estampas de papel grandes era vendida a 880 réis e as ordinárias a 200 réis. No Capítulo 2, mencionamos que nos anos de 1767/68, num dos registros feitos no livro²⁵⁴ da Câmara de Vila Rica, um comerciante havia comprado “um missal com todos os santos.”²⁵⁵ Teria sido este um dos tantos missais jesuíticos mencionados por Martins (2009)? Teria sido a imagem da Virgem de Atocha retirada do referido missal?

As fontes consultadas que versam sobre a circulação de estampas nas comarcas afirmam que elas vinham da Europa, mas não nos dizem como chegaram ao seu destino final. No século XVI, na França, os irmãos que contribuísssem com a sua confraria receberiam uma gravura de uso doméstico que normalmente colavam na parede de seu quarto. Além disso, por

²⁵¹ Pauta e alvará: de sua confirmação do Consulado Geral, da sahida, e entrada na Casa da India [...] - Lisboa: Na Officina de Joseph da Costa Coimbra, 1756, 73, [9] p. 29 cm. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C. 300 V.

²⁵² Pauta e alvará: de sua confirmação do Consulado Geral, da sahida, e entrada na Casa da India.... - Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1785 - 73, [9] p.: 29 cm. Biblioteca Nacional de Lisboa. Disponível em: <<http://purl.pt/6453>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

²⁵³ Pauta e alvará: de sua confirmação do Consulado Geral, da sahida, e entrada na Casa da India.... - Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1800. - 73, [9] p.; 29 cm. Disponível em: <<http://purl.pt/27172>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

²⁵⁴ CC-1172 do APM de 1767-68 que registra a entrada de um missal na Comarca de Vila Rica.

²⁵⁵ APM – CC. 1172 – f. 19f.

ocasião da festa do santo padroeiro, as imagens eram distribuídas pela cidade e afixadas nas igrejas (CHARTIER, 2004, p. 108). Teria tal prática também acontecido nas nossas capitanias?

Ainda neste país, uma imagem do Santíssimo Sacramento era suscetível de uma dupla “leitura” na qual podia-se ler: “quem mantiver este escrito em lugar onde possa ser lido e quem o ler – e não sabendo ler, fará a reverência – ganhará indulgência plenária” (CHARTIER, 2004, p. 108). Colar uma imagem na parede, como mencionamos anteriormente era uma obrigação para os irmãos associados das confrarias francesas do Santíssimo Sacramento. Em seus estatutos constava que “[...] terão em suas casas uma imagem que representará este mistério.” (CHARTIER, 2004, p. 108). Boa parte da produção dessas gravuras se deu a partir de pranchas de propriedade das próprias confrarias. A dos companheiros carpinteiros tinham duas pranchas de cobre, uma que servia para imprimir as imagens dadas à confraria, e outra grande feita em 1660. Para fazer isso, na maioria das vezes, os confrades recorriam aos imagineiros, gravadores e impressores de estampas. (CHARTIER, 2004, p. 109). Chartier ainda reitera que

Propondo preces e fórmulas piedosas, indicando os nomes dos chefes e dos tesoueiros, dando uma representação figurada e sensível do próprio objeto da devoção comunitária (o Santíssimo Sacramento, o Rosário, o santo padroeiro), essas imagens alimentam a piedade dos que lêem e dos que não lêem, e podemos pensar em sua presença familiar, no seio do cotidiano, atraindo pouco a pouco para o escrito todos aqueles aos quais as pequenas escolas urbanas não ensinaram o *abc* (CHARTIER, 2004, p. 109).

Teria esta prática se prolongado até século XVIII nas capitanias do Brasil? Oliveira [s. d.] menciona que os livros de emblemas criados pelos jesuítas foi uma criação renascentista,

[...] o seu desenvolvimento em grande escala ocorreu na época barroca quando foi amplamente utilizado nos gêneros religiosos, por possibilitar a confluência de duas fortes tendências da época: a sensorial e a didática.

Seria o artífice autor deste compromisso originário da Espanha e devoto da Virgem de Atocha? Uma representação similar ao do TCI de N.S. do Bonsucesso (Figura 62a) também foi encontrada nos séculos XVII (Figura 63) e XVIII (Figura 64).

FIGURA 62a – Representação de
N.S. do Bonsucesso - 1738



Fonte: TCI de N.S. do Bonsucesso,
Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1738.
Belo Horizonte/MG, APM,
AVC 03, falso rosto, ms.

FIGURA 63 – Virgem de Atocha,
século XVII



Fonte: Virgem de Atocha. Anônimo,
segunda metade do século XVII.
Óleo/lenço, 164 x 117 cm.²⁵⁶

FIGURA 64 – Virgem de Atocha, século XVIII



Fonte: Virgem de Atocha. Miguel Jacinto, 1721.²⁵⁷

Chartier menciona que

a imagem religiosa evolui e que as gravuras em madeira de tamanho grande, que normalmente constituem “sequências”, de tamanho grande e podem ser coloridas, são sucedidas por pequenas imagens em relevo, do mesmo tamanho que os livros aos quais podem servir de ilustração. Esse uso da estampa duplo – em imagem solta e em prancha dentro de um livro – não passa, aliás, de um caso das múltiplas reutilizações de que são objeto as imagens gravadas.” (CHARTIER, 2003, p. 110).

²⁵⁶ Disponível em: <https://verdaderosretratos.wordpress.com/tag/madrid/> - Acesso em 20 maio 2016.

²⁵⁷ Disponível em: <https://verdaderosretratos.wordpress.com/tag/madrid/> - Acesso em 20 maio 2016.

Além da prática de colar a imagem na folha de rosto, o artífice ainda utiliza-se de outra que seria a de colorir a gravura. Ele pintou a túnica da Virgem de vermelho, e o manto de azul, cor intitulada como da Virgem Maria desde o século XII, sendo esta cor também a do amor, da fé, da renúncia (PASTOREAU, 1992, p. 24). Palavras que não perdem sua significação e força diante do que o nome de Maria representa para a cristandade.

Apesar de a maioria dos mantos da Virgem Maria nas reproduções artísticas terem sido pintados na cor azul, percebemos que os artistas dos séculos XVII e XVIII fazem o manto estampado (Figuras 63 e 64) que, ao contrário do listrado, é tido como uma representação positiva, significando um liso adensado e valorizado, “[...] que consiste numa superfície monocromática sobre a qual são dispostas a intervalos regulares pequenas figuras [...]” (PASTOREAU, 1993, p. 35).

Na Figura 62a, o vermelho, por exemplo, é símbolo fundamentalmente considerado como o princípio de vida com sua força, poder e brilho. O tom vermelho-escuro no manto representa o noturno, a fêmea, o secreto e, em última análise, o centrípeto. Esta cor representa, nos dizeres de Chevalier (1998), a não-expressão, o mistério da vida (CHEVALIER, 1998, p. 944). Significação pertinente feita pelo artífice do século XVIII porque sobre Maria recai o mistério da encarnação, o verbo que se fez carne, Jesus.

No TCI do Santíssimo Sacramento (Figura 51), o artífice utiliza também a técnica mista de colagem e pintura. A parte central do ostensório, feita de papel e depois decorada com folha de ouro, (Figura 51a – pormenor) foi milimetricamente recortada e colada no centro da imagem do falso rosto deste compromisso para ser o ponto mais valorizado da representação. Os compromissos de 1725 e 1738 foram os únicos encontrados que nos comprovam o uso da técnica mista no século XVIII no Brasil. No compromisso de 1725, o artífice, ao ladear o santíssimo por duas colunas de estilo coríntio (DUCHER, 2001, p. 27), pretende emprestar-lhe o ar de nobreza mencionado por Guedes (2001).

FIGURA 51 – Ostensório feito de papel e ouro



FIGURA 51a – Pormenor da Figura 51

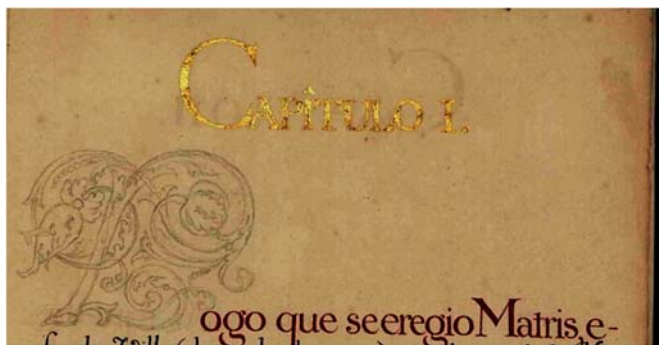


Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento, 1725. Capitania de Minas Gerais/Brasil. Belo Horizonte, APM, AVC 05, folha de rosto, ms.

2.5 Compromissos: cópia ou duplicata?

Quanto à datação dos compromissos, encontramos alguns com datas iguais, e tal fato nos fez concluir que a ida de um portador para Lisboa deveria ser um bom motivo para que as irmandades tivessem pressa para confeccionar seus compromissos ou até quem sabe mandá-los inacabados. Um bom exemplo é o da Irmandade das Almas que ficou com suas iniciais inacabadas (Figura 65).

FIGURA 65 – Compromisso com inicial *L* inacabada



Fonte: TCI das Almas, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1763. Lisboa, TT, cota 528C, ms.

A maioria dos compromissos feitos *provavelmente*²⁵⁸ na mesma data são da capitania de Minas Gerais (32), seguidos pela capitania da Bahia (9), sendo a quantidade dos demais contabilizados nas outras capitanias, pouco significativa em relação às duas citadas acima. Em apenas dois códices consultados, constatamos que nos anos de 1767 e 1773 houve um volume considerável de envio de compromissos para serem confirmados em Lisboa, os quais foram registrados nos códices intitulados “Chancelarias” na TT. Concluímos, a partir dessa pequena amostragem, que muitos desses compromissos não retornaram para o Brasil assim como não foram encontrados fisicamente nos arquivos que consultamos.

No Quadro 9 da capitania de Minas Gerais, dos dez compromissos transcritos em 1767 nos livros da COC, CAOC, CDJ, DMCO, sete, curiosamente, são da irmandade do Rosário,²⁵⁹ e dos seis datados de 1773, em quatro a data registrada foi 31/08/1773, em dois, agosto de 1773, e em apenas um 1773. As irmandades de N.S. do Rosário, por terem sido as mais numerosas dentro do contexto colonial, foram as maiores produtoras desses compromissos e as que tiveram mais compromissos registrados na mesma data. Os dados referentes a isso poderão ser analisados a seguir:

QUADRO 14 – Compromissos feitos na mesma data encontrados fisicamente ou referenciados em fontes diversas²⁶⁰

Capitania	Quantidade	Ano	Irmandades
MG	02	1722	- São Miguel e Almas do Purgatório (Freguesia de São Caetano) - Santíssimo Sacramento (Vila de São José-São João Del Rei)
MG	02	1725	- Santíssimo Sacramento ²⁶¹ (Freguesia de N.S. do Pilar das Congonhas) - São Gonçalo Garcia ²⁶² (Vila Rica)
MG	03	1738	- N.S. do Bonsucesso (Vila Nova da Rainha de Caeté) - Santíssimo Sacramento (Matriz de N.S. do Pilar de Vila Rica) - São Gonçalo de Brumado

²⁵⁸ Utilizamos esta expressão porque nossa dúvida recai sobre a seguinte questão: não sabemos se a data encontrada nos códices em Lisboa se referem à registrada pelo censor por ocasião da análise do compromisso ou se realmente foi a registrada pela irmandade em sua localidade por ocasião de sua finalização antes da confirmação do mesmo pela autoridade local.

²⁵⁹ Registramos no QUADRO 9 outros compromissos encontrados no Livro da Chancelaria da Ordem de Cristo.

²⁶⁰ Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo, Chancelaria da Ordem de Cristo, Chancelaria de D. José, D. Maria I, e Chancelaria da Ordem de Cristo, Boschi (1986), Almada (2011).

²⁶¹ Apenas o compromisso da irmandade do Santíssimo Sacramento permaneceu com a irmandade em Minas Gerais, visto que o mesmo foi confirmado no Bispado do Rio de Janeiro. Os demais compromissos não retornaram de Lisboa e estão sob a guarda do AHU.

²⁶² O compromisso do Santíssimo Sacramento encontra-se no APM na cidade de Belo Horizonte/MG, e o de São Gonçalo Garcia na TT em Lisboa.

Capitania	Quantidade	Ano	Irmandades
PE	02	1753	- N.S. Jesus Cristo - Bom Jesus dos Navegantes
MG	04	1766	- N.S. do Rosário (Freguesia de Sto. Antônio/Itaverava) - N.S. do Rosário (Freguesia de Bom Jesus do Monte) - N.S. do Rosário (Freguesia de N.S. do Pilar/Vila de Pitanguí) - N.S. do Rosário (Freguesia de Guarapiranga)
MG	10	1767	- N.S. da Conceição dos Pardos e Pardas (matriz da Boa Viagem de Itabira) - N.S. do Rosário (Freguesia da Boa Viagem de Itabira) - N.S. do Rosário (Freguesia de N.S. de Nazaré do Inficionado (comarca de Vila Rica) - Sta. Quitéria (Bairro da Casa da Câmara (filial da matriz de N.S. do Pilar de O. Preto) - Santíssimo Sacramento (Freguesia de N.S. do Pilar dos Congonhas) - N.S. das Mercês (comarca do Serro Frio) - N.S. do Rosário (Vila do Príncipe) - N.S. do Rosário (Freguesia de N.S. da Conceição dos Raposos) - N.S. do Rosário (Freguesia de N.S. da Conceição do Mato Dentro) - N.S. do Rosário (Freguesia de N.S. da Conceição/Rio das Pedras)
MG	06	1773 ²⁶³	- N.S. do Rosário (Freguesia das Congonhas – Comarca de Sabará) - N.S. do Rosário (Freguesia de N.S. da Conceição dos Raposos) – Agosto/1773 - N.S. da Conceição (Freguesia de N.S. da Conceição dos Raposos) – 31.08.1773 - Confraria de São Miguel e Almas (Freguesia de N.S. da Conceição dos Raposos) – 31.08.1773 - Santíssimo Sacramento (Freguesia de N.S. da Conceição do Rio das Pedras) – 31.08.1773. - São Miguel e Almas (Freguesia dos Carijós) – 31.08.1773
BA	02	1778	- Senhor Bom Jesus dos Aflitos e Boa Sentença - N.S. da Ajuda
PB (Norte e Sul)	02	1786	- N.S. do Rosário - N.S. do Rosário
PE	02	1791	- S. Sacramento (Vila de Serinhaém) - S. Sacramento (Freguesia de São Miguel de Ipojuca)
MG	03	1794	- N.S. da Boa Morte ou dos Homens Pardos (Comarca do Rio das Mortes) - N.S. do Rosário dos Homens Pretos (Comarca do Serro Frio) - São Vicente Ferreira (Arraial da Passagem/Mariana)

²⁶³ Como tivemos acesso apenas à transcrição dos compromissos nos códices intitulados “Chancelaria” não sabemos se esta data refere-se à da criação da irmandade ou se foi registrada pelo censor por ocasião da análise dos compromissos em questão.

Capitania	Quantidade	Ano	Irmandades
MG	02	1795	- Santíssimo Sacramento - Santíssimo Sacramento
BA	05	1801	- São Benedito - Divino Espírito - N.S. do Rosário - Santíssimo Sacramento - Senhor Bom Jesus, N.S. da Penha, Santo Antônio e São José ²⁶⁴
BA	02	1803	- N.S. do Rosário dos Pretos - N.S. do Terço
GO	02	1804	- N.S. do Rosário - Senhor Benedito
MG	02	1804	- São Benedito - N.S. do Rosário (Comarca da Vila do Príncipe)
RJ	04	1805	- S. Sacramento - São Pedro - São Pedro (documento em duplicata) - Santo Antônio da Mouraria
SP	02	1807	- N.S. da Boa Morte (Vila de Taubaté) - N.S. do Rosário dos Pretos (Vila de Taubaté) ²⁶⁵
Total: 53			

No Capítulo 1, mencionamos que as irmandades precisavam estar legalizadas perante a Câmara Municipal para poderem atuar como entidades de cunho agremiativo religioso. Deduzimos, inclusive, que para elas não ficarem ilegais perante o poder local, seria preciso que tivessem consigo uma cópia do compromisso enviado para Lisboa até que o mesmo retornasse para suas mãos.²⁶⁶

Acreditamos que, devido ao excesso de documentação proveniente das colônias, havia uma necessidade por parte da administração portuguesa em priorizar certas questões administrativas. Devido a isso, os compromissos das irmandades do Brasil certamente devem

²⁶⁴ Acreditamos que pela oportunidade de um portador para Lisboa, estas quatro irmandades resolveram fazer um único compromisso que as regesse. Este foi o único documento que encontramos com esta característica. Os compromissos desta capitania listados no Quadro 12 não retornaram de Lisboa e estão sob a guarda do AHU.

²⁶⁵ Nenhum destes dois retornou de Lisboa e estão sob a guarda do AHU.

²⁶⁶ Encontramos outros livros como os de receita e despesas, inventário e de entrada de irmãos.

ter entrado numa lista de espera dentro de um emaranhado de atividades diversas, muitas das quais entendemos hoje que não conseguiram ser resolvidas em tempo hábil.²⁶⁷

Quantos compromissos as irmandades eram obrigadas a fazer? Quantos foram feitos por cada uma delas? Quantas fizeram dois compromissos iguais ou apenas um? Não encontramos nenhum documento que nos desse alguma pista acerca disso ou algum que exigisse a feitura de um ou dois livros. Também não sabemos, por exemplo, se os que estão sob a guarda dos arquivos portugueses referem-se ao exemplar único da irmandade enviado para ser confirmado pela Mesa Censória ou se se refere ao documento em duplicata que seguiu para confirmação.

Também não conseguimos descobrir se havia uma lei exigindo que um livro ficasse em Lisboa e outro na irmandade de origem. Ou se o que seguia para Lisboa deveria retornar para o Brasil para que a irmandade fizesse as correções feitas pela Mesa Censória. Não descartamos essa última hipótese, pois encontramos no AHU e na TT correções feitas nos compromissos pelos censores, comprovando que este poderia ser um procedimento adotado na época pelas irmandades. Constatamos também que os 24 capítulos dos compromissos das irmandades de N.S. da Conceição dos Pardos e Pardas da matriz de Boa Viagem de Itabira²⁶⁸ e de N.S. do Rosário dos Pretos da freguesia da Boa Viagem de Itabira,²⁶⁹ ambos de 1767, eram idênticos. O censor, ao perceber que os Capítulos de 10 a 12 de ambos os compromissos tratavam das “Obrigações do Juiz”, resolveu reuni-los em um só, passando o TC a ter, a partir de tal revisão, 21 capítulos.²⁷⁰ O conteúdo dos capítulos também foi o mesmo para os TC’s que partiram da capitania de Minas Gerais em 1773 (Quadro 9). Após essas constatações, percebemos mais uma vez que irmandades de devoções diferentes fizeram compromissos iguais e que, provavelmente, o fizeram devido à possibilidade de um portador levá-los para serem confirmados em Lisboa. Desta forma, a cópia serviria como algo para encurtar o processo de elaboração do compromisso, ou simplesmente por entenderem que poderiam se reger por leis iguais.

Ter um compromisso autorizado pela Mesa de Consciência e Ordens, é possível que significasse quase o equivalente a ter a assinatura do rei. No final de alguns dos TC’s (1767 e

²⁶⁷ Entretanto, se isso não tivesse ocorrido muitos dos compromissos que hoje estudamos poderiam ter desaparecido como tantos outros.

²⁶⁸ COC, códice 283, f. 23 a 29.

²⁶⁹ COC, códice 283, f. 65 a 70.

²⁷⁰ Nos dois compromissos o censor fez a mesma correção.

1773) do Bispado de Mariana, listados no Quadro 9, consta na provisão que os compromissos foram firmados na real presença de D. José, como governador.²⁷¹ Na atualidade, ter um desses exemplares em nossos arquivos significa ter uma obra rara.

Do inventário realizado até o momento, conseguimos computar 517 irmandades (Anexo A), sendo que deste total, comprovadamente, sabemos da existência de 165 compromissos feitos na capitania de Minas Gerais (Anexo A).

Conseguimos comprovar que mandar confeccionar dois compromissos foi um procedimento adotado por algumas irmandades e, quem sabe, por quase todas. A primeira prova está registrada no TCI de N.S. das Mercês²⁷² de 1765, no qual existe a menção de que uma cópia dele havia seguido para ser confirmado em Lisboa enquanto a outra havia ficado com a irmandade em Vila Rica. A outra está registrada no TCI da Senhora Santa Ana²⁷³ da capitania de Pernambuco em que consta registrado que o compromisso enviado para Lisboa era uma cópia. Além disso, durante nossa pesquisa encontramos quatro irmandades que fizeram seus compromissos em duplicata:

- a) Os da irmandade de São Pedro (1805) da capitania do Rio de Janeiro²⁷⁴ que foram enviados para confirmação, inclusive em um consta a inscrição *cópia*.²⁷⁵
- b) Os da irmandade de N.S. Mãe dos Homens e de São Francisco das Chagas, sendo que um encontra-se em Lisboa na Biblioteca de Estudos Espirituais, e o outro faz parte de uma coleção particular no Brasil (Quadro 15).
- c) Os da irmandade de N.S. do Rosário da Ribeira das Espinheiras da PB do Norte que foram enviados para confirmação em 1786. Um mede 330x215 mm e o outro 345x223 mm.²⁷⁶

²⁷¹ COC, códice 296, f. 2-5 (Irmandade de N.S. do Rosário dos Pretos da Freguesia das Congonhas da Comarca de Sabará - 1773); códice 296, f. 5-8 (Irmandade de N.S. do Rosário da Freguesia da Conceição dos Raposos do Bispado de Mariana - 1773); códice 296, f. 9 a 13 (Irmandade de Sta. Quitéria do bairro da Casa da Câmara - 1767); códice 296, f. 13-17 (Irmandade de N.S. da Conceição - 1773); códice 296, f. 17-20 (Irmandade de São Miguel e Almas, Freguesia de N.S. dos Raposos - 1773); códice 296, f. 20-25 (Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de N.S. do Pilar dos Congonhas - 1773); códice 296, f. 26 a 30 (Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de N.S. da Conceição do Rio das Pedras - 1773); códice 296, f. 30-39 (Irmandade de São Miguel e Almas da freguesia dos Carijós - 1773).

²⁷² TCI de N.S. das Mercês, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1765. Lisboa, AHU, códice 1531, ms. Na folha de rosto ainda consta a inscrição: “Treslado autêntico”.

²⁷³ TCI da Senhora Santa Ana, Capitania de Pernambuco/Brasil, 1804. Lisboa, AHU, códice 1944, ms.

²⁷⁴ TCI de São Pedro, Capitania do Rio de Janeiro/Brasil, 1805. Lisboa, AHU, códices 1680 e 1955.

²⁷⁵ Os dois compromissos encontram-se no AHU.

²⁷⁶ Os dois compromissos receberam (acreditamos que equivocadamente) o mesmo número de cota: códice 1289.

- d) Os da irmandade do Santíssimo Sacramento da vila de Recife de Pernambuco têm data distintas, mas o teor e quantidade de capítulos são os mesmos. O primeiro compromisso data de 15.07.1792, é manuscrito e tem encadernação original em pleno couro. O segundo, impresso em 1794, na oficina de Simão Thadeo Ferreira, em Lisboa, tem conteúdo idêntico ao feito em 1792.

QUADRO 15 – Conjunto de compromissos em duplicata

Proprietário	Irmandade	Ano	Autoria
Biblioteca de Estudos Espirituais ²⁷⁷ (Portugal)	N.S. Mãe dos Homens e de São Francisco das Chagas	séc. XVIII	[Cláudio Manuel da Costa]
Coleção Particular (Brasil) ²⁷⁸	N.S. Mãe dos Homens e de São Francisco das Chagas	séc. XVIII	[Cláudio Manuel da Costa]

FIGURA 66 – TCI de N.S. Mãe dos Homens, e de São Francisco das Chagas – século XVIII



Fonte: Coleção Particular (Brasil).

FIGURA 67 – TCI de N.S. Mãe dos Homens, e de São Francisco das Chagas – século XVIII



Fonte: Coleção Particular – Biblioteca de Estudos Espirituais (Portugal).

Fazer dois compromissos iguais deveria ser uma prática de todas as irmandades? Se formos pensar em termos práticos, ter um documento em duplicata deveria ser um procedimento válido, já que se a irmandade tivesse apenas um compromisso ela estaria atuando ilegalmente perante o poder local, assim como não teria um documento que regesse e

²⁷⁷ Citado por ALMADA, Márcia. *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII*. 2011, 2v.: Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, p. 405.

²⁷⁸ Citado por JÚNIOR, Augusto de Lima. *O Aleijadinho e a arte colonial*. São Paulo: Edição do Autor, 1942. p. 346.

orientasse a ação dos irmãos associados enquanto o seu compromisso estivesse em Lisboa. A identificação dos compromissos mencionados anteriormente confirma nossa hipótese inicial. Vale ressaltar que o segundo compromisso da irmandade do Santíssimo Sacramento da vila de Recife de Pernambuco de 1794 impresso na oficina de Simão Thadeo Ferreira, em Lisboa, foi o único desta categoria encontrado até o momento, e que mesmo não tendo sido este exemplar encadernado ou costurado, podemos nomeá-lo como livro porque ele se apresenta

como um corpo de papel impresso que não se apresenta em estado de papéis avulsos, ou seja, um conjunto de cadernos que sofreu os efeitos de uma compilação ou reunião que os mantém ligados e submetidos a uma ordem e se dá a ver como uniformidade e linearidade. (FURTADO, 2000, p. 10).

Para concluir, não podemos confirmar que todas as irmandades mandaram confeccionar dois compromissos, mas temos a certeza que cinco agiram da mesma forma e que talvez este fosse um procedimento habitual delas, apesar de esta nossa afirmação poder ser ainda precipitada. Boschi (1986) menciona ter localizado em fontes diversas 61 compromissos. Colaboramos com a pesquisa deste autor, ao acrescentarmos ao seu inventário mais 101 itens. Para uma melhor visualização desta produção, resolvemos dividi-la por décadas e que poderá ser melhor visualizada a seguir.

QUADRO 16 – Estimativa de produção de compromisso, por década, na capitania de Minas Gerais (1708-1815)

Período intercalar	Compromissos feitos
1708 a 1720	9
1721 a 1730	20
1731 a 1740	16
1741 a 1750	14
1751 a 1760	17
1761 a 1770	20
1771 a 1780	11
1781 a 1790	12
1791 a 1800	12
1801 a 1810	11
1811 a 1815	3
Total:	165



3 CONHECIMENTO CIENTÍFICO, BOTICÁRIOS E O UNIVERSO DOS PIGMENTOS NA COMARCA DE SABARÁ E VILA RICA

A botica vende de tudo
Vende da purga ao sudário
Só não vende, por cautela,
A língua do boticário²⁷⁹

3.1 O conhecimento científico em Portugal no século XVIII

Como mencionado no Capítulo 2, as mudanças econômicas propostas pelo ministro Marquês de Pombal,²⁸⁰ desde o início de sua gestão em 1750, como a reforma da Universidade de Coimbra, em 1760, a criação de instituições científicas como o Jardim Botânico da Ajuda, em 1787 e a Academia de Ciências de Lisboa, em 1779, vêm colaborar com a nova proposta econômica para o Brasil pensada por este Ministro de Portugal. (MENESES, 1997, p. 19). Segundo suas proposições, era de fundamental importância a criação de um jardim botânico para que os estudos de medicina progredissem, e os alunos tivessem capacidade de examinar as plantas, estudar suas qualidades e adquirir novas ideias e novos conhecimentos teóricos e práticos. Do que se conclui terem sido esses locais espaços privilegiados para a formação acadêmica. Além disso, esperava-se também que tanto os médicos quanto os boticários fossem formados com sólidos saberes acerca das plantas medicinais (MARQUES, 1999, p. 121), sendo que a esses últimos o local também deveria servir como espaço de treinamento (MARQUES, 1999, p. 119).

Marques (1999) nos relata que a opinião do médico formado em Montpellier, Manoel Joaquim de Souza Ferraz,²⁸¹ sobre o médico-botanista era:

tem a vantagem de saber o que ordena, e de não poder ser enganado por ervorista ou pelo boticário, e que o médico, que é destituído dos conhecimentos botânicos, só sabe o nome do remédio que prescreve e está sujeito a mil enganos, aquele nunca se vê embaraçado a ensinar este ou aquele remédio e ainda a prepará-lo repentinamente; este se acha sempre na dependência do boticário, sem o qual ele não pode socorrer a humanidade em muitos casos de necessidade [...]. O médico que ignora a botânica nunca

²⁷⁹ Ditado popular do século XVIII.

²⁸⁰ n. 13/05/1699 / m. 08/05/1782. Foi secretário de estado do reino de Portugal durante o reinado de D. José I (1750-1777), sendo considerada, ainda hoje, uma das figuras mais controversas e carismáticas da História Portuguesa.

²⁸¹ Doutor em Medicina e Arte pela Universidade de Montpellier e sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa.

poderá julgar com certeza a virtude dos vegetais. (MARQUES, 199, p. 121)²⁸²

Para Marques

Se parte da preocupação de Ferraz dizia respeito à idoneidade dos boticários, a finalidade fundamental dos estudos de história natural, no entender dos mestres de Coimbra, seria que os médicos soubessem prescrever os produtos da natureza, e os boticários a conhecessem adequadamente para utilizá-la na preparação dos remédios. (MARQUES, 1999, p. 121)

Ao longo de muitos anos, a Academia de Ciências de Lisboa publicou diversos volumes de *Memórias* dedicadas a áreas científicas distintas, como as *Memórias de Agricultura* (1788-1791), *Memórias Econômicas* (1789-1815), *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa* (1797-1856). As memórias relativas à agricultura tinham como principal objetivo divulgar o resultado das diversas investigações dos naturalistas que se dirigiram para o Brasil, lugar visto como fonte inesgotável de matérias-primas. Pretendia-se com essas novas investigações ter novos ganhos econômicos, assim como investir, na medida do possível, no progresso da ciência e das artes.

Dessa forma, as publicações diversas voltadas para a área agrícola feitas nesta Academia (1788-1856) e por Frei Mariano Veloso, durante o tempo em que esteve à frente da Tipografia do Arco do Cego (1799-1801), eram a continuidade do projeto pombalino de estabelecer uma conexão do pensamento iluminista com os interesses da máquina estatal portuguesa na empresa colonial. Com suas ações, Pombal objetivava “modernizar a administração colonial cooptando a sua elite e preenchendo com seus membros, os cargos administrativos” (MENESES, 1997, p. 19). Sua intenção era dar um novo formato à produção de matérias-primas nas colônias portuguesas com vistas a uma possível industrialização de Portugal (MENESES, 1999, p. 19). A visão fisiocrática pombalina, que priorizava a exploração da terra e a criação de indústrias em detrimento de outras atividades, ficou explícita na dedicatória do livro *Elementos de Química*, de Vicente Coelho Seabra Silva Telles,²⁸³ cuja primeira parte foi publicada em 1788 pela Universidade de Coimbra (a

²⁸² Marques cita ACL. Manuscrito azul n. 375, fl. 270. Memória sobre a Botânica e as vantagens que dela resultam para a praxe médica, de Manoel Joaquim de Souza Ferraz. Tomo II das Memórias Econômicas e Físicas, que tiveram lugar nas coleções da Academia.

²⁸³ “Natural de Congonhas do Campo, em Minas Gerais, Brasil, Vicente Coelho de Seabra, foi um dos primeiros docentes de Química formado na Universidade de Coimbra depois da Reforma Pombalina de 1772. Seduzido pelas novas ideias químicas de Lavoisier, ele foi o primeiro a divulgá-las, por escrito, em Portugal. Porém, só já ao longo do século XX tiveram justo reconhecimento. Tendo morrido muito cedo, para além de

segunda, em 1790). Tal dedicatória foi dirigida à Sociedade Literária do Rio de Janeiro, criada em 1786 por D. Luís de Vasconcelos, Vice-Rei do Brasil, e nela a Química foi assim referida:

a parte prática desta tão útil Ciência, alumada pela tocha das verdades teóricas, e dirigida por um ajuizado sistema, vós bem sabeis, quanto interessa à humanidade aperfeiçoando a Agricultura, o Comércio, e as Artes, que tão atrasadas estão em o nosso Brasil. Sem Agricultura nenhuma sociedade política, nenhuma riqueza ou prosperidade nacional. A nação que depende de alimentos estrangeiros é uma nação de escravos. Sem o Comércio a Agricultura enlanguesce, as terras se cobrem de mato; e a falta de dinheiro proveniente da falta de extração e consumo dos gêneros diminui a reprodução anual. Sem Arte as matérias brutas não recebem forma: os gêneros da agricultura não alcançam o valor preciso: e o Comércio vem a perder na balança geral: a indolência ganha pés; e a miséria do povo se aumenta de dia em dia. (FILGUEIRAS, s.d., p. 3)

A preocupação de Pombal “[...] não se restringiu à produção mineral em queda, mas, também, a um renascimento da produção agrícola comercial que patrocinasse alternativas à produção do açúcar.”(MENESES, 1997, p. 19). As plantas e animais que pudessem produzir pigmentos e corantes tiveram sua especial atenção, pois sua pretensão era substituir os ganhos do ouro pela rentabilidade de produtos agrícolas. Marques (1999, p. 37), entretanto, ao afirmar em seu livro que “*as plantas... eram usadas como alimento, veneno ou medicamento*” parece não perceber a importância na nova proposta desse ministro para os novos domínios no que se refere aos possíveis ganhos com os materiais da pintura, principalmente os voltados para o mercado da tinturaria.

No século XVI, o médico-naturalista Garcia da Orta²⁸⁴ foi designado para o Império lusitano do Oriente e destacou-se pelas famosas descrições da flora e dos costumes da Índia. Ele tornou-se célebre por seu *Colóquio dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia*, escrito em Goa, onde permaneceu por trinta anos atuando como físico do vice-rei Martim Afonso de Sousa. Os relatos de viagens do boticário de Tomé Pires, do Mar Vermelho ao

demonstrador de Química por vários anos, foi ainda durante muitos outros Lente Substituto de Metalurgia, Zoologia e Botânica, empenhando-se incansavelmente por diversos e variados estudos ligados com o desenvolvimento da Agricultura em Portugal, chegando a apresentar-se como “filósofo agricultor e patriota”. Celebraram-se agora os 250 anos do seu nascimento. No quadro das celebrações havidas, apraz-nos evocar aqui esta faceta da sua actividade, muito mais ignorada que a sua actividade como químico.” Disponível em: <http://www.spq.pt/magazines/BSPQ/668/article/30001945/pdf>. Acesso em 01 abril 2016.

²⁸⁴ Garcia da Orta (*Castelo de Vide/PT - 1501) (Goa/Índia -1568). Estudou nas Universidades de Salamanca e Alcalá. Exerceu a Medicina em Lisboa, onde foi médico do rei D João I II. Em 1525, partiu para a Índia onde continuou a ser médico da corte. Foi professor, médico e cientista. *Colóquio dos Simples e Drogas e Coisas Medicinais da Índia* é tida como a sua obra mais importante. Nesse documento registrou suas investigações, associando os conhecimentos de medicina e botânica. Retirado de <http://www.cienciaviva.pt/projectos/descobertas/bioorta.pdf>. Acesso em 01 mar. 2016.

Japão, vieram também a contribuir com os assuntos nesta área (MARQUES, 1999, p. 43). Portugal também viveu essa experiência, inclusive várias obras foram publicadas em língua vernácula neste mesmo período, sendo a de Curvo Semedo,²⁸⁵ intitulada a *Atalaia da vida e a Poliantéia medicinal* (1680) (Figura 4), a de mais significativa importância. Antes disso, porém, outras obras foram publicadas em latim, só que nem todos os médicos, cirurgiões e boticários tinham domínio desta língua. Outros descritores de nossas plantas não alcançaram, entretanto, a importância e o brilho de Orta. Muitos deles revelavam o que viam e tentavam descrever os seus achados:

Foi assim com Manuel da Nóbrega (*Cartas do Brasil e cartas avulsas*), José de Anchieta (*Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*), Fernão Cardim (*Tratados da terra e da gente do Brasil*), Magalhães Gândavo (*História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil e Tratado da Terra do Brasil*), dentre outros. (MARQUES, 1999, p. 47)

A circulação de conhecimento e saberes entre as colônias existiu mesmo com a distância geográfica entre Brasil, Portugal e Goa, fato este que não impediu que os hábitos e ideias nestes locais fossem similares. No entanto, mesmo tendo havido um grande intercâmbio de práticas e saberes entre regiões distintas das colônias portuguesas, não se pode dizer que houve uma unidade cultural, isso porque as variações regionais sempre nos levaram a ter compreensão e utilização destes universos de forma distinta.

Sendo assim, antes de os naturalistas chegarem ao Brasil no final do século XVIII, a sua “[...] rica flora medicinal já havia sido descoberta pelos viajantes, homens da administração, físicos, boticários, comerciantes ou simples aventureiros” (MARQUES, 1999, p. 43), mas a ela ainda não havia sido dada a devida importância, e antes destes, pelos jesuítas. Inclusive, outros portugueses, de forma individualizada, perseveraram na tarefa de descrevê-la, mas nada sistematizado como fizeram os naturalistas. (MARQUES, 1999, p. 37).

²⁸⁵ “Semedo, João Curvo (Monforte, distrito de Portalegre, Portugal, 1 de dezembro de 1635; Lisboa, Portugal, 26 de novembro de 1719), médico e promotor de novos medicamentos. Natural de Monforte, instalou-se em Lisboa em 1647, na Ribeira, com seu pai, que mantivera o negócio do ferro, já conhecido como o negócio de avô de Semedo. Estudou no colégio de Santo Antão e posteriormente prosseguiu os seus estudos na Universidade de Coimbra, onde se formou em Medicina. A vinda de Semedo para Lisboa e Coimbra abriu-lhe novos horizontes, assim como os seus laços familiares, parente de personalidades bastante influentes da época, quer no campo religioso e médico-farmacêutico, foram fundamentais para o seu sucesso. As proximidades de parentesco de João Semedo com figuras importantes da época como Frei Manuel Guilherme, dominicano influente, professor de Teologia Moral, pregador e qualificador de Santo Ofício, facilitaram-lhe a candidatura a familiar do Santo Ofício, e a nomear-se “médico do partido de sua Majestade”, permitindo-lhe formar-se em medicina por via dos partidos de médicos cristãos-velhos da Universidade de Coimbra. Iniciou a sua licenciatura em 1657 e terminou (*sic*) por volta de 1661-1662, data em que regressou a Lisboa e começou a exercer a sua profissão.” – Disponível em http://pt.arscurandi.wikia.com/wiki/Jo%C3%A3o_Curvo_Semedo. Acesso em 30 dez. 2015.

Os portugueses quando aportaram no Brasil determinados a realizar as viagens filosóficas propostas por Vandelli, os portugueses inauguraram um novo momento histórico no século XVIII: o da era das expedições científicas, totalmente patrocinadas pela Metrópole. Essas viagens renderam o envio de exemplares preciosos da fauna brasílica das mais variadas capitanias. O médico e cientista nascido na Bahia, Alexandre Rodrigues Ferreira,²⁸⁶ por exemplo, chegou ao Brasil em 1783, enviado pela Coroa para realizar sua viagem filosófica. Ele explorou a Ilha de Marajó e algumas vilas do Pará (Alcobaça, Cametá, Pederneiras) e depois

deteve-se na capitania do Rio Negro e Rio Branco. Em 1788, entrou no rio Madeira, subiu o Guaporé até o Forte Príncipe da Beira, onde chegou em 1789. Em setembro deste mesmo ano, sua expedição alcançou Cuiabá, donde ele permaneceu até 1791, quando então retornou a Belém. (MARQUES, 1999, p. 126)

Paulo Herkenhoff, citado por Marques (1999) comenta que a viagem de Rodrigues Ferreira²⁸⁷ “foi mais extensa que a realizada por Humboldt e Bonpland (1799-1803), com um complexo percurso na Amazônia, não igualado nem por Spix e Martius (1817-1820) e nem por Agassiz (1865-1866)” Viajantes como Sant-Hillaire, Martius, Pohl Langsdorff percorreram várias regiões do Brasil e descreveram/classificaram boa parte do trabalho anteriormente realizado por Rodrigues Ferreira e frei Mariano Veloso, do que se pode afirmar que a publicação das obras de ambos a respeito da fauna e flora do Brasil veio em momento tardio, infelizmente (MARQUES, 1999, p. 31). Mesmo havendo a distância entre as colônias, o saber se disseminou entre elas, delas para o Reino, e vice-versa. Essa troca de saberes impulsionou a publicação de obras de importância sobre o fazer médico por toda a Europa nos séculos XVI e XVII, sendo sua maior produção ocorrida no século XVIII.

Muitas dessas obras foram lidas no Brasil, sendo algumas de posse comum de alguns cirurgiões e boticários. Fato esse confirmado nos dizeres de Vilhena que, ao criticar a postura de alguns destes profissionais de recusarem usar as ervas brasílicas, chama alguns de “idiotas que mal sabem ler as farmacopeias portuguesas [...]” (MARQUES, 1999, p. 200). Em nossa

²⁸⁶ A primeira viagem filosófica foi chefiada por ele. (MARQUES, 1999, p. 37). Para saber mais sobre a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira ver Pataca (2006).

²⁸⁷ “A viagem de Rodrigues Ferreira não buscava somente fazer um rastreamento das riquezas da região amazônica. Almejava mais. O cientista tinha também a tarefa de fazer experimentos, em solo brasileiro, com sementes de linho cânhamo. [...] A expedição do dr. Rodrigues Ferreira varreu a Amazônia. Descreveu o clima, os acidentes geográficos, os animais, as plantas e os minerais. Ocupou-se dos índios, sua cultura, religiosidade e seus saberes. Identificou, registrou, mediu e catalogou amostras do que viu enviando-as aos centros do saber iluminista português.” (MARQUES, 1999, p. 129).

leitura, confirmamos o uso delas no século XVIII em fontes como Marques (1999), Furtado (2005), Edler (2006), Almeida (2008; 2010), dentre outros. No inventário de 1829 do cirurgião e boticário de São João del-Rei, Bernardo José Gomes da Silva Flores, foram encontrados dezesseis livros em bom estado de conservação, muitos deles relacionados às suas necessidades profissionais, como tratados de Química (2), Medicina, História Natural, Dicionário portátil de Medicina, além das farmacopeias *Lisbonence*; e *Tubalence*, a *Luzitana*, *Londeçe* e a célebre *Pharmacopeia Geral para o reino* (primeiro e segundo tomos) de Manoel Coelho Rodrigues (primeira, segunda e terceira partes em dois volumes) (VILLALTA; MORAIS, 2010, p. 413). No Quadro 12, apresentamos as farmacopeias²⁸⁸ publicadas em Portugal nos séculos XVIII e XIX, sendo que a circulação delas nas capitâneas já foi confirmada em estudos anteriores ao nosso por vários pesquisadores.

QUADRO 17 – Farmacopeias portuguesas publicadas entre os séculos XVIII e XIX

Obra	Ano/Local	Autoria	Função
Farmacopeia Lusitana	1704/Coimbra	Frei Caetano de Santo António, cônego regrante de Santo Agostinho	boticário no Mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra
Farmacopeia Lusitana	1711/Lisboa	Frei Caetano de Santo António, cônego regrante de Santo Agostinho	boticário no Mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra
Farmacopeia Bateana	1713/Lisboa	Traduzida do latim para o português por Frei Caetano de Santo António, cônego regrante de Santo Agostinho	boticário do real Mosteiro de São Vicente de Fora
Farmacopeia Ulissiponense galênica e química	1716	João Vigier	Droguista e boticário francês radicado em Lisboa e físico-mor de D. João V
Farmacopeia lusitana aumentada	1725/Lisboa Ocidental	Frei Caetano de Santo António (cônego regrante de Santo Agostinho)	boticário do real Mosteiro de São Vicente de Fora
Farmacopeia Tubalense químico-galênica - (Parte 1 e 2)	1735/Setúbal	Manoel Rodrigues Coelho	boticário da Corte
Farmacopeia Tubalense químico-galênica - (Parte 3)	1751/Setúbal	Manoel Rodrigues Coelho	boticário da Corte
Farmacopeia Lusitana aumentada	1754/Lisboa	Frei Caetano de Santo António, cônego regrante de	boticário no Mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra

²⁸⁸ Às farmacopeias publicadas em Portugal no século XVII que constam na base de dados de sua Biblioteca Nacional não foram objeto de nosso estudo.

Obra	Ano/Local	Autoria	Função
		Santo Agostinho	
Farmacopeia Tubalense químico-galênica - (Parte 1 e 2)	1760/Roma	Manoel Rodrigues Coelho	boticário da Corte
Farmacopeia Bateana	1763/Pamplona	Jonathan Goddardo	s/r
Farmacopeia Portuense	1766/Porto	António Rodrigues Portugal	Cirurgião
Farmacopeia Dogmática Médico-Química e Teórico-Prática	1772/Porto	João de Jesus Maria	frei-boticário e monge beneditino
Farmacopeia Lisbonense	1785/Lisboa	Manuel Joaquim Henriques Paiva	Boticário e médico formado pela Universidade de Coimbra
Farmacopeia Geral para o Reino e Domínios de Portugal (ou Farmacopeia de D. Maria) – Tomo I	1794	Francisco Tavares	Médico e físico-mor do Reino
Farmacopeia Lisbonense	1802/Lisboa (edição revista e aumentada)	Manuel Joaquim Henriques Paiva	Boticário e médico formado pela Universidade de Coimbra
Farmacopeia Geral para o Reino e Domínios de Portugal (ou Farmacopeia de D. Maria) – Tomo II	1824	Francisco Tavares	Médico e físico-mor do Reino

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Os ensinamentos de João Curvo Semedo foram vistos tanto nos livros de médicos famosos quanto nas anotações de anônimos da medicina popular. O fascínio de muitos letrados pelos seus ensinamentos fez com que suas ideias se espalhassem e tivessem grande aceitação por adeptos dos diversos estratos sociais. Dentro do raio ultramarino, Affonso da Costa e Luís Gomes Ferreira foram seus fiéis copiadore (RIBEIRO, 1997, p. 61), uma vez que os conceitos de plágio²⁸⁹ e autoria são posteriores ao século XVIII. Mesmo tendo sido publicadas várias farmacopeias durante todo o século XVIII em Portugal, como demonstrado no Quadro 12, a única considerada oficial foi a de 1794, que teve o real consentimento de D. Maria I. Antes disso, Marques menciona que o que se publicou foi “um sem número de compêndios acerca da arte de formular medicamentos. Embora não fossem reconhecidos por

²⁸⁹ “No latim clássico, o termo *plagiarius* originalmente se referia a alguém que sequestrasse um escravo, mas foi aplicado pelo poeta Martial ao furto literário. O termo foi revivido na Renascença, e era comum os escritores dos séculos XVII e XVIII se acusarem mutuamente de roubo (*larceny* em inglês, *larcin* em francês, *dronaccio* em italiano e assim por diante).” BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003. p. 43.

direito, eram-no de fato e por eles guiavam-se boticários e outros preparadores dos remédios, em Portugal e suas colônias, até fins do século XVIII.”²⁹⁰

Por meio das várias farmacopeias, as nações europeias tentaram estabelecer a organização da matéria médica e garantir a dispensa dos produtos prescritos. Grande parte das publicadas na Europa foram elaboradas pelo *Collegium Medicum* de cada região do continente, formado por profissionais de medicina e de farmácia, que além de produzir estas obras, agia como fiscalizador da prática curativa. Como já dito anteriormente, Portugal atinge, nesse período, seu momento áureo na publicação de obras dedicadas à arte da cura, todas elas em língua vernácula e dirigidas exclusivamente aos boticários.²⁹¹ Valendo salientar aqui que, devido à crescente valorização do saber científico (principalmente a partir do primeiro quartel do século XVIII), assim como às consequentes inovações e progressos no campo do saber médico, os tratados sofreram significativas transformações (RIBEIRO, 1997, p. 63), estando muitos deles dirigidos para uma medicina voltada para as colônias.

Em nenhuma das farmacopeias consultadas encontramos receitas de como fazer pigmentos. Na *Farmacopeia Tubalense*, mais de uma centena dos materiais da pintura constam na obra de Manoel Rodrigues Coelho, e na *Farmacopeia lusitana reformada* (1754), D. Caetano insere algumas fórmulas contendo substâncias químicas. Nas demais, os materiais da pintura também são listados, isso porque, como já mencionado anteriormente, alguns deles faziam parte da composição das receitas prescritas para a cura, sendo outros vendidos como drogas. Dessa forma, concluímos que nestas farmacopeias tais materiais foram referenciados em maior ou menor quantidade (ou nem sequer citados por eles), de acordo com o interesse a eles dado por seus autores.

Em Minas Gerais, a obra de João Curvo Semedo figura em seis das onze bibliotecas²⁹² marianenses arroladas nas investigações de Villalta & Morais (2010). Sobre a posse de livro na Capitania de Minas Gerais, os boticários²⁹³ estão na terceira e quarta colocações dentro da classificação dada por esses dois autores. Segundo eles, “os boticários e os inventariados não tinham nem bens de raiz, nem patentes, nem ofícios, respectivamente com os seguintes números: 6 (75% da categoria, 7,89% dos proprietários de livros e 0,65%

²⁹⁰ Disponível em: <<http://www.pr.anpuh.org/resources/anpuhpr/anais/ixencontro/comunicacao-individual/VeraRBMarques.htm>>. Acesso em 30 dez. 2015.

²⁹¹ Disponível em: <<http://cdfarmacaceutica.wix.com/cdf-of#!servios-1/c1gco>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

²⁹² Segundo estes autores cada biblioteca arrolada continha apenas um exemplar.

²⁹³ Segundo a pesquisa de Villalta & Morais, os boticários e cirurgiões possuíam livros de Medicina, Farmácia e Química.

dos inventariados) e 4 (2,25% do grupo, 5,36% dos proprietários de livros e 0,43% dos inventariados)”. (VILLALTA; MORAIS, 2010).

O avaliador dos bens do cirurgião e boticário Bernardo José Gomes da Silva Flores, em São João del-Rei, faz constar em seu inventário²⁹⁴ que ele “possuía em sua botica dezesseis livros em bom estado de conservação. Além da Obra de Tissot²⁹⁵, *in oitavo*, [...] faltando três volumes [...], “três peças avulsas de Tissot, *in oitavo*”, mais quatro volumes, sendo dois deles tratados de Química [...]” (VILLALTA; MORAIS, 2010, p. 414).

Segundo relatado pelo inventariador desse boticário, muitos dos livros estavam em péssimo estado de conservação e não serviriam nem como embrulho, devido ao ataque das traças. Três arrobas e doze libras de seus livros só serviriam para embrulho (VILLALTA; MORAIS, 2010, p. 414). Todos os bens deste cirurgião e boticário foram a leilão, mas poucos se interessaram em adquiri-los. O padre Flores, filho do inventariado, escreveu ao juiz em 1831 pedindo isenção de responsabilidade sobre as dívidas do pai, alegando “ser necessário alguém que arrematasse logo os livros da botica e demais utensílios, pois os remédios, e Livros²⁹⁶ se esta[va]õ, deteriorando.” (VILLALTA; MORAIS, 2010, p. 414). Interessante ressaltar que a maioria dos livros em bom estado relacionavam-se

às suas necessidades profissionais: eram obras de Medicina prática, tratados de Medicina (dois deles em francês), Química, História Natural e um *Dicionário portátil de Medicina*. Havia também várias farmacopeias – Lisbonence, de Manoel Coelho Rodrigues (primeira, segunda e terceira partes em dois volumes); Luzitana; Lodençe; Santo Tirço, e a célebre *Pharmacopeia geral*²⁹⁷ (primeiro e segundo tomos). (VILLALTA; MORAIS, 2010, p. 414)

De acordo ainda com os dados obtidos por Villalta & Morais (2010) em sua pesquisa, os boticários e cirurgiões possuíam livros de Medicina, Farmácia e Química. No inventário de António José Fernandes Machado (1781) foram encontrados em sua biblioteca entre os mais de 49 livros de medicina, os seguintes tratados: Polianteia Medicinal, Medicina Lusitana e Farmacopeia Lusitana (QUADROS, 2015, p. 599).

²⁹⁴ Seu inventário “foi feito em benefício de seus credores, para que fosse possível satisfazer as despesas de seu funeral” (VILLALTA; MORAIS, 2010, p. 413).

²⁹⁵ Samuel Auguste André TISSOT (1728-1797); a obra mais conhecida deste médico neurologista francês foi *O corpo e o saber médico no século XVIII*.

²⁹⁶ A “Pharmacopea tubalence” (primeira, segunda e terceira partes) foram leiloadas por 6\$000 réis.

²⁹⁷ O nome completo desta obra é: *Pharmacopeia geral para o reino, e domínios de Portugal*.

Das 2.420 bibliotecas inventariadas em Lisboa na devassa ordenada por Marquês de Pombal, 935 pertenciam ao Clero, 221 eram ligadas às ciências jurídicas, e 126 eram de médicos, e por este montante foi possível saber o que se lia em 1769. Guedes (2001) menciona que nas primeiras predominavam as obras de cariz religioso e de teologia, seguidas pelas de história e de literatura; nas dos juristas foram encontradas obras de jurisprudência, literatura, história e religião, e nas dos profissionais de medicina, além das de natureza médica, a ordem de preferência foi literatura, religião, e história (GUEDES, 2001, p. 35). O percentual de livros de António José Fernandes Machado relacionados à cura significa uma quantia expressiva, se consideramos que uma só pessoa detinha quase que 1/3 do total encontrado em várias bibliotecas de Lisboa.

3.2 Atuação dos profissionais leigos da saúde no Brasil colônia

Os profissionais leigos da saúde que atuavam no século XVIII nas diversas capitânicas do Brasil eram representados por médicos ou físicos que se haviam formado em escolas ou universidades europeias, estando os mesmos preparados para diagnosticar e curar doenças. Os cirurgiões ou cirurgiões-barbeiros estavam em maior número na colônia, os quais estavam aptos para abrir o corpo, realizar sangrias, extrair balas, etc. Além de fazerem prognósticos e curas, eles teciam teorias sobre doenças e receitavam medicamentos (atividades restritas aos médicos), assim como também produziam os próprios remédios, atividade restrita aos boticários (FURTADO, 2005, p. 90). Os barbeiros além da habilitação própria que lhes convinha, atuavam como sangradores, aplicavam ventosas e sanguessugas e arrancavam dentes. Marques (1999) afirma que as suas lojas não tinham o mesmo *status* das boticas, já que estas eram consideradas “como lugar de reunião de pessoas de condição social mais humilde.” (MARQUES, 1999, p. 206). Ao Físico-mor caberia nomear os comissários delegados para fiscalizar os médicos e boticários. Esses delegados deveriam “obedecer ao regimento que instituíra as normas a serem seguidas para a prática da medicina na colônia.” (FURTADO, 2005, p. 28).

Quanto aos primeiros boticários leigos, de condição humilde e de origem judaica, eles

Esforçavam (*sic*) para suprir suas casas, embora recebessem auxílios preciosos das boticas dos colégios jesuíticos, sobretudo em momentos de surtos epidêmicos. Ao longo do tempo, as boticas tornaram-se também locais de encontros sociais, afluindo comerciantes, viajantes, políticos, médicos e estudantes. (CALAINHO, 2009, p. 3)

Essa troca de saberes, mais unilateral do que bilateral, deu origem a uma rica documentação que, de certa forma, veio a formar a farmacopeia brasileira. Vale ressaltar que a atividade científica dos jesuítas com os serviços de saúde, no tocante à fabricação de medicamentos através de suas boticas, foi intensa ao longo do período colonial. Eles “manipularam plantas medicinais, cuidaram da saúde e trataram as doenças, contribuindo, ao mesmo tempo em termos práticos para o intercâmbio científico e a vida cotidiana. (SÃO BENTO, 2014, p. 308). E arriscamos a dizer aqui que também estiveram envolvidos na produção de certos pigmentos e tintas.

Entretanto, fora do âmbito do domínio inaciano, a arte da cura no restante do Brasil não foi exercida apenas por especialistas. A escassez de médicos abriu oportunidades para que cirurgiões, barbeiros e até boticários sem qualquer formação profissional fizessem de tudo um pouco. Assertiva que vem a ser confirmada por Furtado (2005), ao dizer que o boticário João Henriques contratara fiado, por um ano e meio, a botica do médico António Ribeiro Sanches, seu empregador, porque esse lhe devia os salários por assistir em seu lugar. (FURTADO, 2005, p. 35).

Calainho (2009, p. 3) afirma que “dos que para cá vieram, alguns eram cristãos-novos, fugindo do Santo Ofício, ou então já condenados ao degredo para o Brasil pelo Tribunal inquisitorial, compondo assim os primeiros profissionais da medicina na colônia.” Já Edler (2006, p. 53) menciona que, no século XVIII, “como os boticários não tinham formação em química farmacêutica, os droguistas passaram a controlar o preparo e o comércio dos preparados químicos, como sais, tinturas, espíritos, extratos e várias preparações de mercúrio.” Em Lisboa, entretanto, a denominação “Droguistas” estava associada àqueles que comerciavam drogas, uma categoria que estava ligada aos fornecedores de remédios para as boticas particulares e hospitais. Nessa cidade, apenas os boticários estavam autorizados a manipular os remédios prescritos pelos médicos ou preparar suas próprias fórmulas. Num Alvará de 1561, os médicos ficaram proibidos de comercializar medicamentos para seus pacientes, prescreverem com boticários que tivessem parentesco até o 2º grau ou sociedade comercial. Esse alvará foi uma forma encontrada para evitar que os médicos lucrassem com o aviamento de receitas (MAIA, 2012, p. 93).

Ao referenciar que mestre Ataíde adquiriu os materiais da pintura com droguistas, Moresi (1988) vem corroborar a citação de Edler (2006, p. 53) que menciona terem os Vallabela (droguistas italianos radicados em Lisboa) ficado ricos enviando drogas para o Rio de Janeiro e Bahia. Sem falar que também naquele século ainda eram precários os

investimentos em assistência médica na América portuguesa, mesmo havendo um controle de fiscalização mais eficaz quanto aos preços dos remédios, das boticas e da ação dos profissionais locais. E ainda que tenham sido intensificadas as perseguições aos que atuavam ilegalmente

paralelamente às artes curativas tidas por oficiais, espalhavam-se numerosos curandeiros, que sem qualquer formação apelavam às ervas, plantas e raízes que a experiência empírica lhes mostrava no preparo de bebidas, emplastros, medicamentos, disseminada por várias gerações, compensando em parte os obstáculos à manutenção da saúde. (FURTADO, 2005, p. 5).

A maioria dos materiais da cura eram vendidos em boticas, e a forma mais conhecida para se referir a elas era o de “[...] um estabelecimento comercial abrigado em lojas no perímetro urbano das vilas e arraiais [...]” (FURTADO, 2005, p. 33). Elas podiam ser fixas ou portáteis, sendo que o caráter dessas últimas visava exatamente ao deslocamento pelos rincões do Brasil, e sua aparência assemelhava-se a uma caixa que continha os medicamentos a serem utilizados (FURTADO, 2005, p. 32). Em fins do século XVIII, o italiano Domingos Vandelli, da Universidade de Coimbra, recomendava que os naturalistas designados para percorrer o Brasil não deixassem de levar consigo “uma botica portátil, constituída minimamente de quina, água lueei, almíscar e láudano opiado”, materiais tidos como essenciais para a profilaxia de doenças crônicas do sertão, como a malária.” (FURTADO, 2005, p. 33) O Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira foi um que, antes de empreender sua Viagem Filosófica, “requisitou um extenso rol de 48 medicamentos.” (FURTADO, 2005, p. 33).

Figueiredo (2011) afirma que, de acordo com os bens de boticários arrolados em inventários ou em documentos referentes à avaliação de seus bens, foi possível supor que o local de trabalho desses profissionais (diferentemente da uma oficina de um pintor) poderia estar dividido em dois espaços:

o primeiro era o ambiente externo, no qual ficavam a armação da botica com suas prateleiras e balcão vidrados com os remédios expostos para a venda e os clientes. O segundo espaço era o local destinado à manipulação dos medicamentos, onde se reuniam as mesas, banquinhos e banquetas, os instrumentos, aparelhos, os ingredientes destinados à produção medicamentosa. (FIGUEIREDO; ABREU, 2010).

Edler (2006, p. 52), no entanto, diz-nos que em fins do século XVIII algumas das boticas da colônia começaram a ter a mesma aparência das existentes no reino. Na Vila Rica

de 1715, três licenciados tinham suas boticas²⁹⁸ situadas nas principais²⁹⁹ ruas das cidades; já outros tinham-nas nas partes centrais delas.³⁰⁰ Nessa mesma cidade, em 1734, Vicente Leal da Silva tinha sua botica instalada em duas casas de sobrado, sendo que na mesma havia vidros, frascos, panelas, medicamentos e tudo que fosse necessário para o seu bom funcionamento. (FURTADO, 2005, p. 35).

Segundo Edler (2006), essas boticas, normalmente, ocupavam dois compartimentos, sendo que o boticário e sua família residiam no fundo.

Num cômodo ficavam as drogas expostas à venda. Sobre as prateleiras de madeira viam-se boiões de boa louça, e os potes com decorações artísticas continham pomadas e unguentos; frascos e jarros de vidros ou de estanho, etiquetados, guardavam xaropes e soluções. No outro cômodo, estava o laboratório da botica. Mesa, potes, frascos, balança, medidas de peso (quartilho, arrátel ou libra, canada, onça, oitava, escrópulo, grão), copos graduados, cálices, botijas, cântaros, funis, bastões de louça, almofarizes, alambique, destiladores, cadinhos, retortas, panelas, tenazes e uma edição da *Polianteia medicinal*, de Curvo Semedo – essencial para preparar a mezinha receitada por um físico ou cirurgião, ou padre, ou curandeiro. (EDLER, 2006, p. 52)

Vale ressaltar que muitos dos materiais acima listados por Edler também eram usados para o preparo de alguns dos materiais da pintura, como já mencionamos anteriormente. Inclusive concluímos que foi nesse segundo espaço que se deu literalmente esta arte que tanto nos interessa.

Carneiro (1994, p. 50) menciona que é no *Livre des Métiers*, publicado em 1270 em Paris, de autoria de Etienne Boileau, que aparece, pela primeira vez, o termo *apothicaire*, sendo que os membros da profissão da farmácia eram comumente chamados de *épicier*. Segundo Carneiro (1994, p. 50), o termo *apothicaire* tornou-se comumente usual apenas em 1400. Sendo assim, *boticário* era a pessoa conhecida por ter uma botica³⁰¹, vender drogas

²⁹⁸ Em uma delas atuavam João de Sousa e Pedro Leal, e, na outra, Antônio Ferreira Adô. Sendo que em Mariana, atuava o boticário português Antônio de Matos Pereira.

²⁹⁹ Do que foi comprovado em nossa pesquisa que as existentes em Sabará situavam-se na Rua Direita.

³⁰⁰ Furtado (2005, p. 33) menciona que o boticário José Luis Mendes tinha sua botica na Rua Direita, no Rio de Janeiro.

³⁰¹ “Botica, deriva do castelhano *bote*, que em castelhano he vaso de barro, vidrado, redondo e alto, em que os boticários conservam as drogas, unguentos (o que se costuma aplicar sobre chagas etc, com o qual se unta alguma parte do corpo que dói), cheiros, xaropes. Ou se deriva Botica do francês Boutique, que é o nome geral de todas as lojas em que então mercancias à venda, e como as drogas preparadas para a conservação da saúde. Razão era que estas lojas, em que se distribuem drogas, se chamassem automaticamente Boticas, como quem dissesse, lojas por excelência.” Retirado de Lima, Eduardo de Sousa. *Considerações sobre os boticários nas Minas Gerais do século XVIII*.

medicinais e fazer mezinhas³⁰². Apenas Juste, quando faz menção ao variado léxico encontrado nos inventários que consulta, diz-nos que as fontes por ela escolhidas fornecem-lhe um manancial interessante de dados do qual é possível elaborar um glossário com “elementos distintos que rondam um boticário (plantas medicinais, unguentos, elementos minerais, substâncias animais, objetos de uso comum nas boticas, etc), assim como indagar acerca dos distintos usos (medicinal, cosmético, tinturaria³⁰³, etc)” (JUSTE, p. 1998, p. 86). A definição de Juste (1998) vem em concordância com a de Bluteau (1721, p. 170), que define tinturaria como lugar onde se tingem lãs, sedas, etc. Infelizmente, a documentação encontrada até o momento não conseguiu nos provar se a atividade de preparar os materiais da pintura também foi praticada por cirurgiões, médicos, físicos, barbeiros ou droguistas, do que achamos provável que a mesma tenha sido praticada apenas por estes últimos.

José Pedro da Silva, que se dedicou à história da farmácia, perguntava-se como uma pessoa da erudição de Bluteau³⁰⁴ poderia ter sido tão mordaz ao definir os boticários? Ele só poderia estar de mau-humor, asseverou o farmacêutico português. Segundo ele, não seria “crível que um sujeito de tanta erudição desconhecesse o testemunho de um (profissional) seu contemporâneo.” Por um certo tempo, curar doentes e tratar os seus males foi tarefa exercida por uma mesma pessoa. Assim, era meio difícil distinguir um médico de um farmacêutico, sendo que ao primeiro, ficava destinada a tarefa de medicar, preparar e fornecer os medicamentos a quem deles necessitasse. Entretanto, foi no século VIII que a arte de curar começou a ser dividida, e aos médicos não foi mais delegada a tarefa de obter os fármacos que auxiliavam no tratamento dos doentes. Os árabes foram os responsáveis por essa lenta separação que se estendeu até o século XIII, período em que as relações entre farmacêuticos e médicos ainda estavam estreitadas (MARQUES, 1999a, p. 1).

Foi com a formação das Ordens de São Cosme e Damião que ocorreram as primeiras inspeções aos estabelecimentos dedicados à preparação de medicamentos no século XVI,

³⁰² Como eram chamados os medicamentos da época.

³⁰³ Grifo nosso apenas para demonstrar que o ato de tingir foi também uma atividade praticada pelos boticários fosse para os medicamentos ou para os materiais da pintura.

³⁰⁴ Rafael Bluteau (N. Londres, 04/12/1638/ M. Lisboa, 14/02/1734). Natural da França, mas passou grande parte de sua vida em Lisboa. Coursou Humanidades em Paris e doutorou-se em Roma em Ciências Teológicas, professou na Ordem de S. Caetano a 29/08/1661. Apesar de não ter nascido em Portugal, seu nome é bastante conhecido no país. Primeiro, pelos serviços que prestou e dos cargos que exerceu. Segundo pelo direito adquirido pela publicação do *Vocabulário português e latino*, “obra de grande merecimento, que naquela época se tornou de muita utilidade, abalanzando-se e conseguindo ele só com o próprio esforço e estudo, o que as academias não, puderam vencer antes nem depois. O *Vocabulário* foi um verdadeiro serviço prestado a Portugal, e ainda hoje é consultado com interesse pelas pessoas que se dedicam a estudos literários.” Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/bluteau.html>. Acesso em 10 dez. 2015.

momento em que ainda eram delimitados “os campos de atuação dessas duas artes como áreas de conhecimentos específicos.” (MARQUES, 1999a, p.1). De forma que, na arte de curar, o boticário vem libertar o médico da preparação manual dos medicamentos. Os boticários, segundo a historiadora Vera Beltrão, eram homens que, para curar, se “valiam de todos os recursos”, lançando mão de conhecimentos que vinham de “mezinheiros aos pajés, passando por formulações desenvolvidas pelos jesuítas (MARQUES, 1999b).

Marques (1999a) afirma que a farmácia laica originou-se na intercessão entre os comerciantes de especiarias e os médicos na Idade Média. Dessa forma, os boticários teriam surgido no final do sistema feudal, devido ao advento dos mercados, do aumento populacional e do enriquecimento da burguesia mercantil. Segundo ainda essa autora, o ofício de boticário nasce, portanto, da divisão ocorrida na arte de curar. No dicionário de Bluteau (1712, p. 169), os boticários são denominados como aqueles que “cozem, & temperaõ quãto nas receitas lhes ordenaõ”, define-os também como “cozinheiros dos médicos.” Ao que esta tese vem acrescentar que eles também “cozinhavam” para os pintores ou para quem necessitasse de algum tipo de material da pintura que eles pudessem preparar ou manipular em suas boticas. Ao médico cabia o nobre da arte da cura, aos boticários a parte mecânica, a cozinha, não interessando se a arte fosse para a cura ou para as artes na literalidade da palavra. No Dicionário de Bluteau reformado e acrescentado, o termo boticário é definido por Silva (1789) “como aquele que sabe farmácia, e que vende símplices, ou preparações medicinais”. Nem Bluteau nem Silva mencionam os boticários como auxiliares dos pintores, apesar de a literatura mencionar essa parceria, sem, entretanto, haver provas de sua existência nas fontes primárias, o que nesta tese iremos comprovar.

No tempo das corporações de ofício, os livreiros e boticários foram percebidos com igual semelhança. Os primeiros, vendiam o que outros escreviam e editavam, realizando assim o comércio do trabalho intelectual de terceiros. Por outro lado, os boticários preparavam as fórmulas prescritas pelos médicos. Assertiva que veio a ser comprovada a partir do regimento dos boticários datado de 26/08/1749, que orientava que todas “as mezinhas que contivessem ópio, electuários, pílulas e trociscos fossem preparadas sob as vistas de um dos físicos citados, que “depois de ver os materiais e os pesos deles, misturem tudo, e o dito boticário as mande pisar,³⁰⁵ e depois as ministre segundo sua consciência, como mandam os doutores.” (MARQUES, 1999a, p. 3).

³⁰⁵ Bluteau assim define esta palavra: “Pisar em gral, almofariz, etc. Aquele que pisa em almofariz. Palavra derivada do árabe *Almiberecum* ou *Milerecum* que quer dizer coisa que se moe ou pisa qualquer matéria.

Afinal, quem era o boticário? Um médico ministrante, um oficial mecânico ou um seguidor de uma arte subalterna? Tal denominação importa pouco dentro do contexto tampouco o *status* que lhe era atribuído. O que pôde ser concluído a partir das várias fontes consultadas é que se inventou um profissional construído nos meandros da lei e da formação para o desempenho da arte (ALMEIDA, 2010). Foi a partir dos processos anteriormente descritos sobre o ofício e aprendizado deste profissional e a lei que o regulamentava, que se pode realizar algum estudo sobre ele, inclusive saber um pouco da sua atuação junto aos pintores do século XVIII.

Pretensamente "formados" numa "Faculdade de Botica" que sequer existiu, eles eram vistos pela sociedade como profissionais suspeitos, pois ao mesmo tempo que podiam curar poderiam também levar à morte quem provasse de suas poções nem sempre seguras, as quais, num átimo, poderiam ser transformadas em venenos fatais. “Assim, sob as lentes da preparação para desempenho do ofício, inventou-se um sempre visado boticário; sob a letra da lei, inventou-se um comerciante sempre disposto a falsear pesos estabelecidos, adulterar mezinhas e cobrar preços extorsivos.” (MARQUES, 1999b, p. 16). Sua formação se dava seguindo o regimento dos ofícios mecânicos. Aprendiam o ofício como tantos outros, ou seja, praticavam com um Mestre na condição de aprendizes. Prática antiga, que outrora já fora aplicada para a formação de físicos e cirurgiões no Portugal quatrocentista. Marques (1999b) comenta que Nicolau Longio publicou um grande volume contra os boticários, afirmando que “os mesmos não conheciam perfeitamente as qualidades dos simples, vendiam uma droga por outra, um medicamento velho e sem virtude, por um fresco e que novamente veio do Levante.” (MARQUES, 1999b, p. 1). Enfim, mesmo duramente criticados, os boticários tiveram participação ativa nas colônias e não podemos deixar de lhes atribuir o mérito de sua colaboração na arte de produzir alguns dos materiais da pintura.³⁰⁶

No século XVIII, Almeida (2010, p. 62) menciona que os boticários “[...] tinham a função de transformar plantas curativas, animais e certos minerais em medicamentos compostos.” A cura das enfermidades e o sucesso dos médicos ou cirurgiões devia-se, na maioria dos casos, à habilidade dos boticários em saber manipular as drogas prescritas e dosar

Almofariz é vaso de metal em que se pisam vários ingredientes. A mirra, e a goma graxa se pisam tão facilmente como as demais substâncias fáceis de quebrar. In: BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário Portuguez e Latino, Aulico* [...]. Lisboa: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720, p. 533.

³⁰⁶ O artigo de MARQUES (1999b) é bastante elucidativo sobre estes profissionais. Em *Boticários: a preparação de um ofício mecânico em domínios portugueses no Setecentos*, este assunto está claro e ricamente explicado por esta autora.

as receitas que lhes eram recomendadas. Além disso, essa autora afirma que a função dos boticários não se restringiu como se pensa, apenas à “[...] mistura e ao eventual cozimento de componentes recomendados pelo cirurgião na proporção que este julgava serem necessários ao paciente a que ele assistia.” (ALMEIDA, 2010, p. 62). Eles deveriam identificar se alguns materiais eram falsos ou verdadeiros, saber se a pedra bezoar era a oriental ou “verdadeira”. Tal conhecimento estendeu-se às folhas, flores e raízes, assim como às pedras preciosas e semipreciosas. Cabia a eles ainda saber diferenciar o grau de maturação dos vegetais para que suas propriedades curativas fossem preservadas, assim como perceber se os mesmos já estavam se deteriorando. (ALMEIDA, 2010, p. 63).

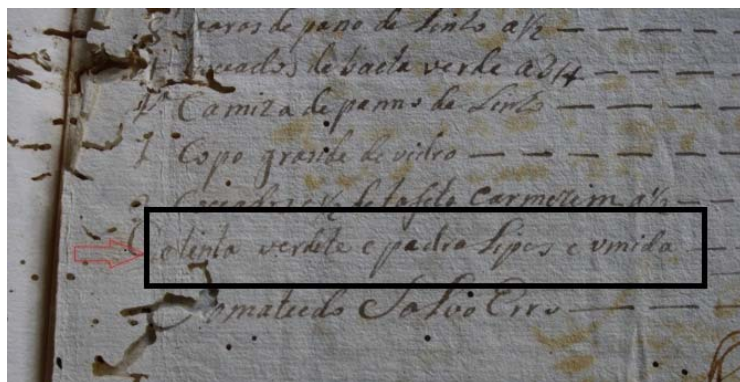
Como para se fazer alguns dos materiais da pintura era preciso saber cozinhar, e como os boticários já detinham essa habilidade, para eles deve ter sido fácil estender sua arte para os pintores e para quem mais precisasse deste tipo de trabalho. Seguramente, os pedidos e vales encontrados em nossa pesquisa mostraram-nos que os boticários tiveram outro campo de atuação dentro do contexto colonial. Sendo assim, concluímos que não eram apenas os cirurgiões e médicos que faziam solicitações aos boticários; os profissionais que necessitavam de tintas para o seu ofício também o faziam, basta vermos os pigmentos e tintas que lhes eram solicitados em Vila Rica e Sabará: pão de ouro, pão de prata, verdete, vermelhão, azul, anil, carmim, fezes de ouro, alvaiade, cinopla, além do óleo de linhaça e da goma graxa. E os pedidos de Manoel Ribeiro Rosa (Quadro 26) vêm nos comprovar isso seguramente.

Nas corporações, o ofício dos boticários estava junto com os ofícios ligados ao comércio de vários gêneros. Os boticários dividiam a bandeira de São Miguel (o santo protetor desses ofícios) com os livreiros, seringueiros (trabalho de seda), sombreireiros, azevicheiros, caixeiros, confeitores, penteeiros, os que corrigiam barretes e os que faziam tecidos. (OLIVEIRA, 1911).

Para os boticários, participar da bandeira de São Miguel implicava em serem controlados no exercício de sua arte, juntamente com outros comerciantes. Tal fato colocava em evidência que os boticários não se distinguiam de outros ramos do comércio, motivo pelo qual eram conhecidos pelas drogas e produtos que comercializavam. Dessa forma, eles, enquanto negociantes, poderiam usar substâncias que não obravam (não produziam efeito) ou até mesmo adulterar composições prescritas. Seriam essas substâncias que não obravam os materiais da pintura, já que os mesmos não causavam efeito enquanto material para a cura se misturados, por exemplo, com uma cola de origem animal?

A conclusão a que chegamos nesse caso é que os bens arrolados nos inventários consultados poderiam ser ingredientes ligados a uma concepção humoral de cura³⁰⁷ ou ao fazer artístico. No documento apresentado por Moresi (1988), há menção de que as tintas utilizadas pelo pintor Manuel da Costa Ataíde para a pintura da capela dos Terceiros de São Francisco de Assis em 1808 foram compradas em boticas ou nas mãos de droguistas. No entanto, as fontes existentes sobre os materiais da pintura não mencionam a manipulação dos pigmentos como uma outra forma de atuação dos boticários. Do que concluímos, num primeiro momento, que o comércio dos materiais da pintura não ficou restrito apenas a eles. Na lista de bens comprados pelo Guarda-mor Pedro da Fonseca encontramos a pedra lipes e úmida³⁰⁸ e o verdete.

FIGURA 68 – Lista de materiais na qual constam tinta verdete, pedra lipes, tafetá carmesin, e baeta verde.



Fonte: ADH/CBG-MO/IBRAM, Sabará/MG, século XVIII, ms (Foto: da autora)

Não encontramos receitas em que fosse preciso manipular esses dois materiais em conjunto, tampouco algum vale ou pedido em que ambos tenham sido solicitados. Acreditamos que, para economizar espaço ou pela própria secura da escrita notarial, o escrivão responsável por esse inventário que consultamos tenha arrolado os dois produtos na mesma linha. Mesmo assim, não podemos deixar de imaginar que os boticários se valeram de todos os recursos possíveis para fazer suas receitas (fossem elas aplicadas à arte da cura ou da pintura/escrita). Provavelmente, esses profissionais também devem ter utilizado os ricos

³⁰⁷ Essa concepção é advinda da Teoria dos Humores atribuída a Hipócrates (c. 460 – 377 a.C) e ampliada por Galeno (129 – c. 201 d.C). Teoria que foi a base para os saberes sobre a doença, sobre o corpo e a cura utilizados durante toda a Idade Média e o Renascimento e que continuou a exercer certa influência sobre os saberes de cura do século XVIII e XIX pela população na região das Minas. (FIGUEIREDO, 2010, p.13).

³⁰⁸ Era utilizada para a cura.

materiais da vasta e diversificada flora brasileira, apesar de sabermos de sua declarada resistência pelas ervas originárias do Brasil. Teriam eles utilizados em suas receitas variados materiais, como fizeram os jesuítas no Maranhão e Grão-Pará? Provavelmente sim, e não devemos descartar essa possibilidade.

Em 1715, a Câmara de Vila Rica, por exemplo, devido às muitas e contínuas queixas do povo, resolveu estabelecer medidas para controlar os altos preços cobrados por esses profissionais, além de proibir os médicos de venderem remédios, já que esta atividade era restrita aos boticários, como já mencionamos anteriormente. Almeida (2010, p. 64) menciona que o “[...] comércio de substâncias curativas simples ou de medicamentos já preparados efetuado (*sic*) pelos droguistas e comerciantes de fazenda seca não requeria arte.” Além disso, ficou determinado que se o cirurgião não tivesse sido aprovado e não apresentasse carta de aprovação do físico-mor [no Senado em que atuasse] não poderia curar (FURTADO, 2005, p. 31). Em 1782, em Lisboa, os cargos de Físico-mor e Cirurgião-mor foram extintos, e criada a Junta do Protomedicato para assumir os dois cargos extintos, sendo que em 1799 essa junta também foi extinta. (MAIA, 2012, p. 94).

3.3 Práticas e saberes do fazer artístico

A percepção da dimensão cultural das práticas e saberes do fazer artístico nas fontes impressas e manuscritas consultadas foram traçando o meu caminho na tentativa de descobrir algo relativo à rota dos pigmentos utilizados pelos artífices dos compromissos das irmandades mineiras. Foram eles os responsáveis pela compra ou manipulação das suas próprias tintas e pigmentos ou será que esta prática foi realizada por uma segunda pessoa?

Cruz (2007, p. 6) relata-nos brevemente que desde a Antiguidade nem sempre foi o pintor a fazer isso. Beltran (2004) discorre sobre os vestígios de conhecimentos sobre a matéria médica encontrados em receituários sobre as artes decorativas, estando o seu texto centrado nas possíveis fontes desses receituários, com especial enfoque para o *Materia medica*, de Dioscórides.

Quem estava por trás desse fazer artístico? Como se deveria fazer para esta ou aquela cor chegar a um certo matiz cromático cobiçado? Qual seria o material ou modo mais adequado para se fazer essa ou aquela cor? As receitas existentes nos vários tratados que circularam por todo o Oriente Médio até a Europa eram preparadas por quem?

Os receituários, como o de Leiden e o Papiro de Estocolmo, não foram manuais de ateliês, eles fizeram parte da literatura dos segredos que tem forte tradição nos primeiros

tabletes mesopotâmicos, e que permaneceu por muito tempo no mundo latino (BELTRAN, 2004). Em nossa caminhada, não descobrimos até a presente data fontes em língua portuguesa que nos pudessem revelar os mistérios da feitura e preparo dos pigmentos utilizados no Brasil entre os séculos XVI e XVIII. Nos países latinos quem detinha esse conhecimento? As fontes ainda são escassas, e todos que perseveraram neste caminho sabem com propriedade disso.

Se dados historiográficos referentes aos receituários que envolviam os segredos diversos da medicina, da alquimia e das artes ainda são escassos, imagine os referentes ao universo dos materiais da pintura, principalmente no tocante aos responsáveis pela feitura dos pigmentos, tintas, e ligantes. Se desde a Antiguidade a arte de fazer o pigmento foi algo mantido em segredo, constatamos que pouca coisa mudou até o século XVIII. A época das Luzes desejava revelar com rapidez o segredo das técnicas e das práticas com a publicação de manuais e tratados. Entretanto, o modo de fazer os materiais da pintura ainda permaneceu em segredo.

Na Idade Média, os monges desenvolveram essa arte dentro dos mosteiros e foram eles mesmos que fizeram seus próprios materiais da pintura. Alguns pintores conseguiram obter de materiais variados seus próprios pigmentos. Entre os laicos, o primeiro trabalho de um pintor aprendiz era moer e preparar os pigmentos e misturar as tintas, isso porque com o tempo ele ficaria familiarizado com as qualidades de cada um.

Por muito tempo, as fórmulas e receitas foram mantidas em segredo durante gerações pelas famílias de pintores, miniaturistas e iluminadores. Os membros das corporações de ofício juravam entre os demais que não revelariam os segredos de sua arte. Em épocas mais remotas, o processo de obtenção da cor ficou reservado aos segredistas e alquimistas. A teia que enlaça os saberes e práticas nos remete à antiga e muitas vezes esquecida tradição que ligava o mundo da prática dos pintores com o mundo daqueles que foram um dia responsáveis pela manipulação da matéria colorante feita em busca de maior conhecimento de suas qualidades e poderes.

As farmácias foram, desde a Idade Média, o principal local de referência para a procura de produtos medicinais e também para os artistas necessitavam de pigmentos. Na Itália, por exemplo, os artistas de Florença foram organizados, inicialmente, em um subgrupo dentro da guilda³⁰⁹ dos médicos, boticários e representantes maior desta guilda (Arte Maior)

³⁰⁹ “Associação que agrupava, em certos países da Europa durante a Idade Média, indivíduos com interesses comuns (negociantes, artesãos, artistas) e visava proporcionar assistência e proteção aos seus membros.” Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=guilda&ie=utf-8&oe=utf-8&client=firefox-b-ab&gfe_rd=cr&ei=J53_V-29BaPL8geg1rHoBw. Acesso em 10 ago. 2016.

estabelecida em 1293 em uma das sete interações entre farmacêuticos, medicina e arte (SIRACUSANO, 2000).

No geral, para se chegar ao tom perfeito de uma cor seria necessário ter prática e conhecimento para manipular os materiais, além de muita habilidade para lidar com os vários processos que a obtenção de um pigmento requeria. Acima de tudo, era preciso entender as receitas. Os boticários tinham à sua disposição farmacopeias e tratados que se relacionavam tanto com a arte medicinal quanto com a dos pigmentos. Em seus ateliês, os artistas criaram e desenvolveram receitas para pigmentos orgânicos (principalmente os feitos à base de plantas) e inorgânicos (como os minerais). Muitos deles, depois de comprarem os pigmentos dos boticários, preparavam-nos com um ligante próprio para produzir a consistência exata da tinta que desejavam. Tanto para o boticário quanto para o artista, o conhecimento dos ingredientes e dos parâmetros envolvidos no tempo e nível de moagem dos pigmentos foi crucial para que obtivessem o êxito esperado (SIRACUSANO, 2000).

A cor vermelha medieval, por exemplo, descrita n' *O livro de como se fazem as cores*, foi por anos perseguida pelos alunos do curso de mestrado em Conservação e Restauro da Universidade Nova de Lisboa. A leitura dos vários relatórios existentes no Laboratório de Técnicas e Práticas Artísticas do Departamento e Restauro da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, no ano de 2013, mostrou-nos a dificuldade dos alunos desse curso para sintetizar esta cor tão cobiçada. Nas notas conclusivas dos vários relatórios disponíveis, percebemos que era quase impossível obter os pigmentos com as instruções dadas nas receitas prescritas nos vários tratados de pintura disponíveis para consulta, um bom exemplo é a que retiramos d' *O livro de como se fazem as cores*.³¹⁰

³¹⁰ O livro *Como se fazem as cores* foi escrito em português técnico, sendo mais conhecido como um manuscrito em português-hebraico. Ele ensina a fazer cola de pergaminho, tingir ossos e madeiras, brunir ouro e prata, corantes, vernizes, além de tintas (ouro, azul, rosa, vermelhão, azinhavre, carmim, verdigris, roseta) para iluminar os livros e o modo como usá-las e aplicá-las nas folhas. Trata-se de um código datado da 2ª. metade do séc. XV, também conhecido como ms de Parma 1959. No início do capítulo 13, há uma referência ao nome de Abraham ben Judah ibn Hayyim, mas depois no colofão é dito que este mesmo homem completou a obra em Loulé (Algarve-PT). Para Giovanni Rossi, este homem pode ter sido ou autor ou o copista do manuscrito. A data 22 aparece no colofão após o nome do autor ou copista judeu. No calendário hebreu, esta data equivale ao ano de 5422 e no calendário cristão ao ano de 1462. Entretanto, as informações a respeito da autoria e do local são largamente discutidas por Blondheim (1929). Recentemente, pelo estudo da marca d'água do manuscrito constatou-se que o papel era do século XV (entre 1423 e 1488), o que não elimina a possibilidade de este manuscrito ter sido copiado de outros mais antigos. Entretanto, ainda se admite a data do século. Provavelmente não foi um manual usado por escribas e iluminadores, mas sim por uma escola portuguesa de aprendizes, visto que houve uma adaptação da língua hebraica para a portuguesa. COSTA, Walmira. DIAS, Milene. FERNANDES, Mafalda. Relatório final da Disciplina História das Técnicas e das Práticas Artísticas, cursada no primeiro semestre de 2013, na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Campus da Caparica. Portugal.

A leitura de receitas de tratados distintos levou-nos a concluir que boa parte delas não eram claras. Muitos dos materiais e procedimentos nelas descritos são estranhos ou imaginários, sendo outros bastantes curiosos. Além disso, a complexidade de algumas receitas para fazer o pigmento vermelho nos revelou a intrincada cadeia de relações dentro da qual os conhecimentos sobre os materiais eram expressos (BELTRAN, 2004, p. 300). Muitos dos receituários antigos são compilações de outros e mais outros. Estudiosos sobre esse assunto comentam que a informação expressa em muitas das receitas encontradas é fragmentária, sendo que um dos aspectos mais intrigantes seria o fato de o conhecimento sobre a matéria médica estar subjacente às receitas dos ateliês.

A arte da cura, assim como a de fazer tintas e pigmentos, esteve por um bom tempo ligada a ingredientes estranhos e curiosos. O intercâmbio constante entre medicina e magia também pode ser visto na recomendação terapêutica prescrita no Erário Mineral (1735), de autoria do cirurgião Luis Gomes Ferreira, para “os surdos que deytaõ materia, ou humores pelos ouvidos, remedios bons”:

O fumo de funcho morno deytado nos ouvidos faz grande proveyto; frigir quatro, ou cinco ratinhos vivos acabados de nascer, ou nascidos de dous ou tres dias, em oytos onças de oleo de arruda, e seis de oleo de arrudas amargosa; e como se torrarem os ratinhos, guardareis o tal óleo como hum remedio precioso, e delle deytareis nos ouvidos ao deytar na cama algumas gotas, que observareis hum grande proveyto.” (FERREIRA, 1735/1997, p. 133).

José António Mendes³¹¹ prescrevia para o tratamento da gonorreia, assim que a mesma se manifestasse, que o enfermo tomasse todas as manhãs, em jejum, uma boa xícara da sua urina e assim continuasse o tratamento por dez manhãs, devendo jejuar por duas horas. O que, ao fim de dez dias, estaria são (VIOTTI, 2012). Carneiro (1994) também menciona várias receitas de cura. Para a cura do alcoolismo, por exemplo está prescrito:

³¹¹ “José António Mendes obteve a licença de cirurgião em 1739 e deixou Portugal ainda na primeira metade do século XVIII, em data desconhecida. Ficou durante 35 anos no Brasil e, apesar de ter passado pela Bahia, viveu por mais de 30 anos em Minas Gerais, onde a atividade da mineração vivia seu auge e a população estava em crescimento.” Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/especial-pronto-socorro-colonial-medico-sem-diploma>. Acesso em 10 abril 2016.

[...] tomem a cabeça de um cordeiro com lâ, ossos e dentes e um quartilho de sangue do mesmo cordeiro, e uma mão cheia de cabelos da cabeça de qualquer homem, e o fígado de uma enguia com o seu fel; tudo junto se meta em uma panela barrada com o seu texto tudo novo, e se meta no forno, até que fique tudo bem torrado para se fazerem pós do que tiver dentro da panela, dos quais se darão ao bêbado todos os dias uma oitava desfeita em vinho. (RIBEIRO, 1997, p. 58).

Felipe Nunes (16157), por exemplo, em seu *Tratado de Perspectiva*, prescreve o uso de cera de orelha para a obtenção da cor vermelha. Ele orienta o leitor que para se fazer o “machim”,³¹² deve-se colocá-lo primeiro de molho em urina de moço virgem, ou suco de limão[...].” Nos Manuscritos de Jehan Le Begue, a urina deve ser utilizada na preparação da laca que, ao ficar pronta, dará uma cor sanguínea que poderá tingir as peles. (BELTRAN, 2004, p. 301). *O livro de como se fazem as cores* diz que para se obter o vermelhão, depois que o enxofre em pó fosse colocado sobre o mercúrio, que tudo fosse sendo mexido com o pé de um cão (com seu cabelo e lâ), até que o fogo se transformasse em cinzas. Tratados de pintura como o *The Strasburg manuscript*, *De arte illuminandi*, *The book of the art de Cennino Cennini*, dentre tantos outros que tivermos acesso e que circularam na Europa, também trazem uma série de receitas com ingredientes curiosos. Neles fica claro a mistura entre alquimia e a arte do sobrenatural, assim como a impossibilidade de reprodução de algumas receitas, como já mencionamos anteriormente.

As instruções prescritas n’*O Livro de como se fazem as cores*³¹³ são um ótimo exemplo da dificuldade que os pesquisadores poderão enfrentar em seus laboratórios, na

³¹² Segundo Filipe Nunes, o genolim é sinônimo de maquim, ou seja, provavelmente amarelo de chumbo e estanho. Como variante ortográfica, encontramos também jenolim.

³¹³ O livro *Como se fazem as cores* foi escrito em português técnico, sendo mais conhecido como um manuscrito em português-hebraico. Ele ensina a fazer cola de pergaminho, tingir ossos e madeiras, brunir ouro e prata, corantes, vernizes, além de tintas (ouro, azul, rosa, vermelhão, azinhavre, carmim, verdigris, roseta) para iluminar os livros e o modo como usá-las e aplicá-las nas folhas. Trata-se de um códice datado da 2ª. metade do século XV, também conhecido como ms de Parma 1959. No início do capítulo 13, há uma referência ao nome de Abraham ben Judah ibn Hayyim, mas depois no colofão é dito que este mesmo homem completou a obra em Loulé (Algarve-PT). Para Giovanni Rossi, este homem pode ter sido ou autor ou o copista do manuscrito. A data 22 aparece no colofão após o nome do autor ou copista judeu. No calendário hebreu, esta data equivale ao ano de 5422 e no calendário cristão ao ano de 1462. Entretanto, as informações a respeito da autoria e do local são largamente discutidas por Blondheim (1929). Recentemente, pelo estudo da marca d’água do manuscrito constatou-se que o papel era do século XV (entre 1423 e 1488), o que não elimina a possibilidade de este manuscrito ter sido copiado de outros mais antigos. Entretanto, ainda se admite a data do século. Provavelmente não foi um manual usado por escribas e iluminadores, mas sim por uma escola portuguesa de aprendizes, visto que houve uma adaptação da língua hebraica para a portuguesa. Fonte: COSTA, Walmira; DIAS, Milene; FERNANDES, Mafalda. *Relatório final da Disciplina História das Técnicas e das Práticas Artísticas*. 2013. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, 2013.

atualidade, para tentar alcançar um resultado pelo menos razoável. Pela receita do azul, a seguir, é possível perceber como esta dificuldade pode ser sentida:

Kapitulo 10 – para fazer mui nobre az^arkon – toma alv^ayalde kuantto kiseres / e moyo e peney^era-o e lança-o em uah / tigela o tigela angas o levas ao forno / do vidro e lesa o estar per vinte e / dois dias e acabados estes dias tira o do forno e agaras muy hermoso az^arkao. / desta gis^ah faras kuantto kiseires

Capítulo 10 – para fazer um azarcão muito nobre – pegue a quantidade que quiser moa-o, penere-o e coloque-o em uma tigela grande ou em tigelas. Leve ao forno de vidro e deixe repousar por vinte e dois dias. E depois disso, tire-o do forno e terá azarcão muito formoso. Desta medida você poderá fazer o quanto queira.

Fora a dificuldade de ler as receitas desses tratados, havia também a dificuldade relacionada à aquisição dos materiais para a feitura dos pigmentos, já que muitos deles vinham de regiões distantes da Europa. As fontes de cor foram itens extremamente valiosas no comércio, cada uma com seu próprio significado geo-político, econômico e cósmico. Uma vez que a cor fosse inserida em uma obra de arte, os pigmentos contribuiriam, de certa forma, para o significado do todo. A arte barroca teve, assim como a medieval, uma confluência de poderes. A maioria do seu imaginário ainda estava ligado ao poder da Igreja, sendo que não muito abaixo dessa estava o poder da ciência e do dinheiro (SIRACUSANO; BURUCÚA, 2001). Até hoje podemos apreciar os tesouros de ouro e prata espalhados nos retábulos das igrejas barrocas e nas peças sacras presentes em museus e igrejas do mundo. O uso de pigmentos como o açafraão, a cochonilha e o lápis-lázuli em indumentárias, telas e manuscritos iluminados, mobilizava o capital tal qual o ouro. A única diferença entre esse metal valioso e os pigmentos e corantes, é que estes não poderiam ser derretidos (SIRACUSANO; BURUCÚA, 2001). E se para a construção de edificações diversificadas e pintura das igrejas barrocas, os engenheiros, arquitetos e pintores incorporaram a matemática, a engenharia e a perspectiva, nas pinturas e iluminuras os boticários e artistas empregaram arte e química.

O lápis-lázuli,³¹⁴ por exemplo, também conhecido como azul ultramarino, foi por um longo período histórico um material muito cobiçado. Trata-se

³¹⁴ Pedra preciosa encontrada em minas do Afeganistão e suas proximidades. Seu pigmento oferece um azul violáceo pouco encontrado em outros materiais da pintura, sendo a cor obtida dele o azul ultramarino. Seu uso por pintores conotava sinal de competência, já entre os amantes da arte, *status*. Foi um material de uso recorrente na Idade Média, e os contratos feitos com pintores nessa época exigiam o uso do legítimo lápis-lázuli.

de uma pedra semipreciosa constituída por uma mistura de vários minerais, sobretudo lazurite (um feldspatóide calcossódico, também de cor azul-forte) e um haüynite (um feldspatóide alumino-cálcico, próximo da sodalite) e normalmente por calcite e perite.” (CABRAL, 2001, p. 61).

A provável proveniência desse material seria do Oriente, das minas de Badakshan, no Afeganistão, as quais foram mencionadas por Marco Polo em suas viagens feitas à Ásia no século XIII. Sua apreciação, no entanto, se deu desde a antiguidade mesopotâmica e permanece até hoje. Essa pedra rara proporcionava uma beleza ímpar às peças que tocava e o processo de feitura do lápis-lázuli na Antiguidade Clássica ainda é desconhecido. “É provável, no entanto, que não se limitasse apenas à moagem e lavagem da pedra, como se procede na preparação doutros pigmentos naturais designadamente da azurite [...]” (CABRAL, 2001, p. 61). Estudos recentes em História da Arte Técnica mencionam que a América Espanhola enviou este material para a Europa durante a colonização espanhola, deixando de ser o Afeganistão o único fornecedor do mesmo para a confecção do pigmento azul, como *a priori* se pensava.

3.4 Boticários e boticas

O uso de documentos cartoriais tem-se tornado uma prática comum para a investigação de temáticas relacionadas à área da história cultural, econômica e social. Os testamentos, em especial, constituem uma fonte privilegiada de pesquisa já que, a partir deles, é possível fazer uma interpretação do mundo material e da esfera mental de uma época. Da sua esfera especificamente jurídica, esses documentos passaram a retratar o cotidiano, as alegrias, temores, desejos e vontades de seus autores. Foi nesse espaço que as pessoas puderam dispor seus bens móveis e imóveis, fazer cobranças, legar fortunas, nomear tutores, reconhecer filhos ilegítimos, solicitar missas e forma de sepultamento, assim como as devoções e a celebração de missas em sufrágio de sua alma ou da de terceiros (RODRIGUES, 2005). Além disso, “os inventários são fontes valiosas que permitem ao historiador nutrir e aguçar a sua sensibilidade para a percepção da vida material dos homens do passado.” (MENESES, 1997, p. 9). Sendo assim, as justificações, os inventários *post mortem*, testamentos, ações de alma, dentre outros, “[...] são documentos processuais que fazem um levantamento dos bens e dívidas dos indivíduos após seu falecimento [...]” (FIGUEIREDO, 2010, p. 10) (ou não). Assim como outros documentos que arrolam os bens deixados pelo morto. Podemos afirmar também, depois de nossa descoberta, que tais documentos são fontes

valiosas de pesquisa dentro do universo da História da Arte Técnica do período barroco³¹⁵ e testemunhos que inserem as informações encontradas “[...] numa rede de significações e práticas culturais que densificam e enriquecem nossas primeiras aproximações” (MENESES, 1997) em torno do universo dos materiais da pintura no século XVIII.

Diversificados foram os olhares lançados sobre os documentos cartoriais, uma vez que as escalas de valores para os bens que são descritos nos testamentos, inventários, justificações e ações de alma vão variar de acordo com o interesse do pesquisador. Um bom exemplo são os estudos de Figueiredo (2011) e Almeida (2010) que estiveram voltados para a terapêutica, os saberes de médicos, boticários e práticos da cura sobre a ciência do período.

Encontramos em nossa pesquisa documentação substancial pertencente às comarcas de Sabará e Vila Rica, que comprova que os boticários, além da arte de manipular simples, fazer mezinhas e saber lidar com uma variada gama de drogas simples e compostos de boticas destinados à cura, também vendiam as tintas e pigmentos preparados por eles para a pintura e escrita e outros fins. Como se deu a trajetória de atuação desses profissionais no Brasil Colônia? É o que tentaremos mostrar a seguir.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, os indígenas já eram portadores dos saberes sobre as plantas medicinais brasileiras assim como sobre os materiais da pintura. Edler (2006) menciona que no ano de 1600, treze boticários jesuítas instalaram-se no Brasil e outros trinta no século XVIII. Subentendemos por sua assertiva que os trinta demais boticários eram jesuítas e foram alocados nos demais colégios dessa congregação. Carneiro (1994, p. 54) acrescenta ainda que o Novo Regime se impôs

[...] mais esmerado, não mais puramente interditando o conhecimento das plantas. A Igreja não repete a proibição ao clero do exercício da medicina, como fizeram Concílios anteriores ao de Trento. Ao contrário, os jesuítas tornar-se-ão os controladores oficiais da prática médica, assim como muitas outras³¹⁶, em diversos lugares.

As boticas conventuais foram as primeiras a se instalar no Brasil e estavam ligadas aos colégios ou mosteiros. Os mais ricos pagavam pelos medicamentos e os mais pobres recebiam-nos gratuitamente. Essas boticas existiram em número expressivo, tornaram-se famosas por suas formulações e espalharam-se por toda a colônia, estando as mais

³¹⁵ O nome do pintor de Vila Rica, Manoel Ribeiro Rosa, entretanto, é conhecido dentro do contexto da História da Arte, diferentemente dos demais nomes encontrados durante esta pesquisa.

³¹⁶ A palavra *outra*, aqui, deixa-nos margem para muitas interpretações.

importantes localizadas na Bahia, Rio de Janeiro e Recife. As de Santos, São Paulo, Olinda e Maranhão também tiveram sua importância (MARQUES, 1999b, p. 208). Mesmo sabendo que a Coroa estabelecia um controle rigoroso sobre todos os vegetais (inclusive as drogas) vindos de Portugal, logo que as naus atracavam em porto seguro (MARQUES, 1999b, p. 199), os jesuítas deixaram de usar boa parte deles, pelo fato de muitos deles se deteriorarem por causa das longas viagens e das condições insalubres a que os mesmos eram acometidos nessas naus durante o trajeto da Metrópole para a colônia.

Leite (1953, p. 108), ao fazer referência à primazia das cuias feitas pelas índias no Baixo Amazonas, menciona que elas “sabem dar-lhes tal mestria o verniz e tintas, que nunca se perdem. Já houve curiosos que quiseram experimentar a bondade deste verniz e não acharam nele diferença alguma do melhor charão da China.” Nos relatos dos missionários jesuítas situados no Maranhão e Grão-Pará, vê-se com frequência a referência desses religiosos acerca da produção de tintas, vernizes e resinas provenientes das árvores do Grão-Pará, como também de outras regiões da América.

Martins (2009), por exemplo, relata-nos com riqueza de detalhes sobre o universo dos pigmentos, lacas, vernizes e colas existentes na capitania do Amazonas e Grão-Pará no século XVIII, sendo que de muitos desses os índios tinham total domínio de fabricação e uso. Assim, como os boticários jesuítas mantinham segredo sobre a produção da laca, poderiam também manter sobre os resultados obtidos a partir de experiências inéditas com os novos materiais da pintura de origem brasílica, adquiridos a partir do contato com os índios. Leite (1953, p. 107) relata que o padre João Daniel, na Amazônia, dava a entender que os jesuítas, além de utilizarem os vernizes europeus que conservavam nas livrarias dos colégios, experimentavam os próprios da terra. No entanto, podemos arriscar dizer que pelo volume de pigmentos e outros materiais da pintura comprados no século XVIII pelos irmãos do Mosteiro de São Bento em Olinda, os monges não faziam seus pigmentos e suas tintas, pelo menos em grande quantidade, como nos atestam os materiais listados no Quadro 18, onde demonstramos apenas uma pequena quantidade dos materiais da pintura utilizados pelos artífices contratados pelos jesuítas para a ornamentação de suas igrejas e capelas.

QUADRO 18 – Materiais da pintura listados no Livro de Gastos do mosteiro de São Bento de Olinda (1790-1795)

Material da pintura comprado	Valor
Por cinzas azues 240 rs, por 4 libras de cera de 4 ^a . a sello a libra	2\$160
Por mais 2 libras de cera 960 rs, por vermelhão e outras tintas 410	1\$370
Por uma vela de libra 360 rs – por tintas em 29 de agosto 280	\$640
Por 6 onças de vermelhão a 120 a onça 720 rs, 1 onça de nácar 320	1\$040
Por flor de anil 4 oitavas 480 rs, Alvaiade grosso 8 libr. a 90-720	1\$200
P. tinta que comprou o pintor 900 rs, - por 6 onça (<i>sic</i>) sde vermelhão 720	1\$620
Por 2 libras de alvaiade fino 600 rs, - por 5 libras de cera, a selo	3\$000
Por vermelhão, nácar e alvaiade fino, our opint., Nanquim sombra de col. ^a	1\$430
Por 29 libras de cera de 1 ^a a sello 3 vezes	13\$920
Por 4 libras de rouxo	s/r ³¹⁷
7 livros ³¹⁸ de oiro	s/r
1 libra de amarelo	\$600
1 milheiro e meio de prata (para pratear os ramalhetes, e castiças da igreja.	3\$360

Fonte: Revista do IPHAN. Nº 12, Ano 1955, p. 383.

Os boticários instalados pelas colônias não foram assim tão afáveis quanto os jesuítas em relação ao uso das drogas brasileiras para a cura. Numa, dentre tantas queixas feitas pelo conde de Resende à Metrópole em 1796, havia uma dedicada totalmente aos boticários e suas boticas. Resende comenta que mesmo no Brasil havendo uma infinidade de ervas e raízes, havia um movimento dos boticários em desacreditá-las. Tal fato devia-se à aura misteriosa que eles insistiam em dar à ocupação que mantinham, assim como reputar as ervas importadas que adquiriam. O fato de haver ervas similares no país faria com que seus preços fossem mais baixos, o que não significava dizer que os boticários não as plantassem e vendessem como se fossem de fora (MARQUES, 1999b, p. 197). No entanto, os que participaram da fundação da Academia Científica do Rio de Janeiro utilizavam as ervas dos indígenas e não pensavam como os boticários do reino que viviam no Brasil.

O Conde de Resende estava coberto de razão ao criticar os boticários portugueses que desprezavam as ervas existentes nas colônias. Resende perseverava na ideia de que as várias memórias produzidas pelos ilustrados portugueses e brasileiros eram um claro exemplo

³¹⁷ Os valores não foram especificados no documento.

³¹⁸ O mesmo que libra.

da dimensão das drogas bráslicas e dos lucros que poderiam ser obtidos a partir do cultivo das mesmas.

3.5 Os materiais da pintura

Quem fazia os pigmentos? Cruz (2013) menciona que a expressão “eles mesmos fazem”, utilizada pelo dicionarista Rafael Bluteau, deve ter ligação direta com o fato de alguns pintores fazerem a sua própria tinta. Isso porque era fácil, segundo Cruz, obter alguns pigmentos que fossem resultantes da combustão de diversos materiais, como, por exemplo, o negro de osso (CRUZ, 2013, p. 297). Esse autor também menciona que parece ter existido em Portugal algumas lojas que vendiam tintas para pintar, uma das quais, aberta em 1727 em Lisboa, pertenceu ao pintor genovês Giulio Cesare Themine. Além disso, no princípio do século XVIII, os principiantes na arte dos vernizes que moravam fora dos grandes centros eram avisados que suas necessidades em relação a certos materiais só poderiam ser sanadas com os comerciantes de Lisboa, Porto, Coimbra, e Évora. Eles deveriam proceder como os boticários, que mandavam buscar em Lisboa e no Porto, nas lojas de droguistas, tudo o que lhes faltava. Em 1830, os boticários reclamavam do preço e da qualidade dos produtos que adquiriam dos droguistas (CRUZ, 2013).

Moresi (2005, p. 113) afirmou que os pintores do século XVIII preparavam “[...] suas próprias tintas, misturando pigmentos e ligantes, materiais importados da Europa, vendido em ‘boticas’ no Rio de Janeiro”. Alguns desses materiais realmente eram vendidos na capitania do Rio de Janeiro como atestado no documento apresentado por esta mesma autora em sua dissertação de mestrado (1988). No entanto, a documentação encontrada nos revelou que esses materiais da pintura também foram manipulados, feitos e vendidos nas boticas da capitania de Minas Gerais. A partir da lista de materiais e pedidos de pintores como Manoel da Costa Ataíde (Quadro 25) e Manoel Ribeiro Rosa (Quadro 26), ficou claro para nós que esses homens fizeram ou pediram a alguém para fazer seus próprios pigmentos. A expressão “boticas” colocada entre aspas por esta autora indica-nos a incerteza, a dúvida, a possibilidade de venda ou manipulação daqueles materiais nesses estabelecimentos, o que comprovamos nesta tese.

Em Minas Gerais, há pouca referência a possíveis pontos de venda de materiais para a pintura. Edler (2006, p. 23), entretanto, afirma que “não só lojas de barbeiros vendiam remédios no Brasil. Os estabelecimentos dos ourives, padeiros e outras casas também comerciaram remédios e específicos”. O autor ainda reitera que, até princípios do Império,

barbeiros concorreram com as boticas no comércio das drogas. Suas lojas venderam mezinhas,³¹⁹ drogas, alugaram ou venderam sanguessugas, ou *bichas*, e manipularam receitas (EDLER, 2006, p. 52). Edler comenta ainda que nos tempos coloniais existiram poucas boticas; sobre isso, podemos nos questionar se realmente foram tão poucas como se imagina. Almeida (2010, p. 45), por exemplo, menciona 45 boticários/droguistas atuantes na Comarca do Rio das Velhas, valor obviamente delimitado devido ao recorte cronológico da pesquisa desta investigadora. Lemos (2003), entretanto lista o nome de 37 profissionais que se autodeclararam boticários ou cirurgiões também dentro do seu recorte temporal. Entretanto, ainda não foi realizado um inventário sobre estes profissionais, principalmente sobre os locais de atuação dos mesmos.

Cruz (2013, p. 297) afirma que as referências consultadas por ele relativas ao comércio de materiais da pintura aludem aos droguistas que vendiam de tudo um pouco, e que a informação registrada na documentação contratual conhecida refere-se apenas à aquisição dos pigmentos, o que nos leva a concluir que eles eram feitos em outro lugar. Inclusive a iconografia existente sobre esse assunto mostra sempre os aprendizes a misturarem a tinta, mas nunca fazendo o pigmento. Portanto, as tintas eram preparadas nas oficinas dos artistas, mas nunca os pigmentos, como menciona Cruz em seu artigo. Na imagem abaixo, o que se vê é o aprendiz manipulando a tinta para o pintor. Note-se que os materiais para a preparação dos pigmentos encontram-se sobre a mesa. FIGURA 69 – “O interior da oficina de pintura de Jan van Eyck, segundo Stradanus”.



Fonte: Cruz, 2006.

³¹⁹ “A palavra mezinha, que deriva da medicina, referia-se ao século XVI a qualquer remédio em geral, clísteres, elixires ou emplastos”. (CARNEIRO, 1994, p. 81).

Bluteau (1712, p. 170), entretanto, ao definir o termo *boticário*, inclui no rol de sua definição “o que tem Botica, vende drogas medicinais e faz mezinhas.” A partir dessa definição, acrescentamos que os boticários, além de todas as suas atribuições, também faziam o comércio de drogas e de materiais da pintura, além de fazerem pigmentos e tintas para os pintores ou para quem necessitasse de algum material colorante.

Silva (1789a), ao se referir ao termo droga, diz ser “todo gênero de especiaria aromática, tintas, óleos, raízes oficinais de tinturaria e botica. [...]”. Esse dicionarista brasileiro, ao distinguir as raízes utilizadas por tinturaria e botica, tira-nos a dúvida inicial de que realmente alguns materiais da pintura eram utilizados para tingir os medicamentos, assim como foram usados para fazer o próprio pigmento utilizado para a pintura e escrita. Essa dúvida é totalmente eliminada quando consultamos algumas farmacopeias que nos mostraram com bastante clareza o uso de alguns materiais para dar cor a certos medicamentos.

Carneiro (1994) faz uma longa exposição sobre a etimologia da palavra *droga* e menciona que “na passagem do século XV para o XVI, o consumo de drogas tinha uma característica ampla e disseminada”, afirmando que o “conceito de droga, contudo, era vago, impreciso e muito abrangente.” (CARNEIRO, 1994, p. 44). Várias foram as substâncias absorvidas no hábito de se drogar, do que ele esquematiza “diferentes tipos de efeitos ou funções de drogas nos séculos XVI e XVII:

- 1) Terapêutico, medicinal, curativo
- 2) Catártico, purgativo, revulsivo
- 3) Analgésico, calmante, sedante, tranquilizante
- 4) Soporífero, sonífero, narcótico, anestésico
- 5) Excitante, estimulante, tônico
- 6) Inebriante, embriagante, estupefaciente
- 7) Aromático, perfumante, fumegante
- 8) Condimento, tempero, edulcorante
- 9) Tinturial, colorante
- 10) Veneno, intoxicante
- 11) Antídoto, triaca, contraveneno
- 12) Filtro de amor, afrodisíaco
- 13) Cordial, eletuário
- 14) Alucinógeno, enteógeno, para “sair fora de si”, para “perder o juízo”.
(CARNEIRO, 1994, p. 47)

Tal abrangência da nomenclatura para materiais tão diversos, como no item 9 exposto por Carneiro, esclarece-nos o motivo pelo qual os materiais da pintura figuravam nas

listas de produtos comercializados, por exemplo, pela Companhia da Índia, assim como nas várias farmacopeias consultadas para a escrita desta tese.

Leite (1953), entretanto, relata que a terminologia *Botica* referia-se às farmácias de antigamente, assim como aos Irmãos farmacêuticos que se diziam boticários. “Os catálogos indicam esta função com o termo *farmacopola*, que os dicionários traduzem por ‘farmacêutico, boticário, droguista’, isto é, vendedor ou produtor de medicamentos.” (LEITE, 1953, p. 86).

O escrivão do expediente da Junta, Francisco António Rebello, assinou e subscreveu no livro de registro almoxarifado da Câmara de Vila Rica³²⁰ em 12/03/1767, o nome de vários produtos (Quadro 19) que, certamente, tinham como destino algumas boticas da capitania de Minas Gerais.

QUADRO 19 – Materiais comprados e serviços pagos em 1765 que poderiam servir para a pintura, douramento ou cura

Item	Material	Valor Unitário	Total
01	1 missal com todos os santos novos	-x-	6.400,00
02	2 oitavas de ouro para dourar	a 1.800,00	3.600,00
03	Ao dourador	s/r	2.400,00
04	Feitio	s/r	s/r
05	1 kg de sinabre ³²¹	s/r	7.000,00
06	2 kg de pez negro	a 100,00	2.000,00
07	8 kg de antimônio	a 300,00	2.400,00
08	1 kg de mercúrio sublimado	s/r	4.800,00
09	3 kg de cola armênia	a 320,00	960,00
10	8 kg de vitríolo ou caparrosa	a 400,00	3.200,00
11	2 kg de verdete escuro	a 800,00	10.600,00
12	4 kg de pedra-ume	a 640,00	2.560,00
13	2 kg de trobentina ³²²	a 320,00	2.560,00

³²⁰ Furtado (2005, p. 28) diz que “cabia também às Câmaras Municipais regulamentar a concessão das licenças e a fiscalização das boticas, como de todos os tipos de estabelecimentos dentro do espaço urbano. Com isso, buscava-se a garantia da qualidade e o tabelamento dos preços dos medicamentos. As Câmaras também exerciam um controle sobre a ação dos profissionais da saúde, completando o papel dos comissários designados pelo físico-mor, pois cabia a elas homologar as cartas de exame apresentadas pelos diversos profissionais da saúde e só assim estes poderiam praticar sua arte na região sob sua jurisdição.”

³²¹ Cinábrio.

Item	Material	Valor Unitário	Total
14	8 kg de breu	a 60,00	480,00
15	62 kg de cera amarela	a 340,00	21.760,00
16	1 caixa de cabeças de couro	a 340,00	21.760,00
17	10 resmas de papel	a 340,00	21.760,00
			Total: 64.320,00

Fonte: Almoarifado da Câmara de Vila Rica, 1767-68. Belo Horizonte/MG, APM, código CC-1172, ms.

No Quadro 20, foi registrado o total de receitas de M^{el}.³²³ Leite Ribeiro

QUADRO 20 – Materiais para a pintura, escrita, encadernação ou cura

Item	Material	Valor Unitário	Total
01	Pez negro	2	16
02	Pez negro	2	19
03	Cera	12	-x-
04	8 fardos de brim	32	-x-
05	200 resmas de papel	56	-x-

Fonte: Almoarifado da Câmara de Vila Rica, 1767-68. Belo Horizonte/MG, APM, código CC-1172, ms.

No Quadro 21, listamos alguns dos materiais de interesse para nossa pesquisa que foram adquiridos por António José Bastos.³²⁴

QUADRO 21 – Material para boticários, droguistas ou comerciantes

Item	Material	Valor Unitário	Total
01	4 meios fardos de drogas	a 2.000	8.000
02	14 caixas de boticas	a 4.000	5.600
03	14 pasqueiros	a 3.000	6.000
04	4 fardos de drogas	a 4.000	16.000
			Total geral 53.600,00

Fonte: Almoarifado da Câmara de Vila Rica, 1767-68. Belo Horizonte, APM, código CC-1172, ms.

³²² Terebentina.

³²³ Manoel.

³²⁴ A receita total dele, incluindo todos os materiais que ele adquiriu, foi de 1.066.000,00 réis.

No Quadro 22, está listado: “classe de gêneros que se passarão nos Armazens para [...]”

QUADRO 22 – Materiais para adoração, decoração e escrita

Item	Material	Valor Unitário	Total
01	Um caixote com a imagem de Cristo	a 20	-x-
02	1 dúzia de ornamentos	1 a 24	-x-
03	1 dúzia com a pedra de Ara	16	-x-
04	10 resmas de papel	2 / 16	-x-
			Total geral: s/r

Fonte: Almoarifado da Câmara de Vila Rica, 1767-68. Belo Horizonte/MG, APM, código CC-1172, ms.

Nos materiais do Quadro 23, vemos nitidamente que o material comprado poderia estar destinado a um boticário ou a um pintor.

QUADRO 23 – Materiais para a pintura ou cura

Item	Material	Valor Unitário	Total
01	1/0 Bolo armênio	//	20
02	1/0 Mínio	//	20
03	2 vidros de destilação	a 4.000	2.400,00
			Total geral: 3.750,00

Fonte: Almoarifado da Câmara de Vila Rica, 1767-68. Belo Horizonte/MG, APM, código CC-1172, ms.

Para os materiais descritos no Quadro 24, lê-se: “M^{el.325} Leite Ribeiro teve o total de receitas. Pelo que recebeu do tesouro por M [ilegível] conhecimento de recibo que levou a [ilegível] em nº 1.136 por conta das conduções em frente. 106.000.” Há de haver pelas conduções seguintes:”

QUADRO 24 – Materiais para escrita, ornamentação, adoração ou encadernação

Item	Material	Valor Unitário	Total
01	1 resma de papel Imperial	1	3.000,00
02	1 altar portátil ornamentado	1	10.750,00
03	Imagem de Cristo	1	625,00
04	22 dúzias e um corino de cabra com 2 fardos	1	8.000,00
			Total geral 22.375,00

³²⁵ Manoel.

Fonte: Almoxarifado da Câmara de Vila Rica, Vila Rica, 1767-68.
Belo Horizonte, APM, ms., código CC-1172.

No Quadro 25, expomos os materiais da pintura (tintas e ouro) utilizados pelo pintor Manuel da Costa Ataíde³²⁶ para o douramento e pintura da capela dos Terceiros de São Francisco de Vila Rica, solicitados pelo senhor capitão Jozé Monteiro Peixotto e levados do Rio de Janeiro até Vila Rica pelo condutor Joaquim Rodrigues Ferreira. Alguns desses materiais são idênticos aos usados por Manoel Ribeiro Rosa em 1787/88, pintor atuante também em Vila Rica. (Quadro 26). Ataíde valeu-se de pigmentos vindos do Rio de Janeiro, provavelmente adquiridos no Reino, e de outros que, certamente, adquiriu com droguistas e boticários de Vila Rica.

QUADRO 25 – Materiais da pintura utilizados por Manuel da Costa Ataíde

Item	Material	Item	Material
01	anil (flor de)	14	óleo de nozes
02	alvaiade fino	15	ouro de conxa
03	bolo branco	16	Prata
04	bolo amarelo	17	pozes de sapatos
05	Carmim	18	sangue de drago
06	cinzas azuis	19	sinopla cor de rosa
07	fezes de ouro	20	sombra de colônia
08	gesso de prata	21	sombra de oliveira
09	jalde amarelo	22	Verdaxo
10	jalde queimado	23	verde estilado
11	maquim amarelo	24	vermelhão fino
12	Nácar de pingos finos	25	verniz fino e claro
13	óleo de linhaça	26	Zarcas

Fonte: MORESI, 1988, p. 140-143.

³²⁶ Manuel da Costa Ataíde é considerado a principal figura da pintura barroca mineira. Foi contemporâneo de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, e teve produção artística fecunda e significativa. Sua produção artística, 18 igrejas, é bastante significativa dentro do contexto da cultura colonial barroca. Seu legado está distribuído entre painéis e telas de 18 igrejas de Minas Gerais. Dentre suas obras de mais vulto, estão a pintura do teto da nave da igreja de São Francisco em Ouro Preto, o painel da sacristia, quatro telas e seis painéis para a capela-mor. Retirado de: <http://educacao.uol.com.br/biografias/manuel-da-costa-ataide.htm>. Acesso em 15 nov. 2015.

No Quadro 26, expomos os materiais solicitados pelo pintor Manoel Ribeiro Rosa³²⁷ a José Alves Pereira Carneiro, nos anos de 1787/88. Esse boticário ajuizou Ação de Alma contra Rosa em 1789, em razão de este não lhe ter pago pelos serviços prestados em sua botica (Anexo E).

QUADRO 26 – Materiais da pintura utilizados por Manoel Ribeiro Rosa

1787	1788
Pigmento	Pigmento
Alvaiade	Alvaiade fino
Alvaiade grosso	Alvaiade grosso
Anil fino e bom	Anil
Carmim	-x-
Cinopla	-x-
Flor de anil	Fezes de ouro
Goma graxa	-x-
Mercúrio	-x-
Óleo de Linhaça	Óleo de Linhaça
Vermelhão	-x-
-x-	Verniz

Fonte: Ação de Alma, Vila Rica, 1789. Ouro Preto/MG, Casa do Pilar, Códice 273, Auto: 5462, Ofício 1º, ms.

Moura (2002, p. 18) também faz menção aos pigmentos utilizados pelo pintor paulista Inácio Joaquim Monteiro batizado em São Paulo em 21/12/1766, afirmando que

não faltam informações sobre os materiais e tintas empregados na pintura e douração: alvaiade, gesso grosso, gesso mate, flor de anil fina, verniz, bolo armênio, pães de prata e de ouro, jalde, vermelhão, sombra de Colônia, fezes de ouro, preto de Roma, zarcão, verdete, maquim (protóxido de chumbo), sinopla, almagre, tormentina³²⁸ e gomas graxas.

³²⁷ Manoel Ribeiro Rosa (*1758, +1808) viveu do ofício de pintor e foi irmão das irmandades de N.S. das Mercês e Perdões e de São José dos Homens Pardos e dos Pretos. Fez o forro da sacristia (1790/1791) e a pintura e douramento do altar de São Elesbão (1802/3), ambas feitas na capela de N.S. do Rosário dos Pretos de Vila Rica. Retirado de: http://www.cbha.art.br/pdfs/cbha_2010_campos_adalgisa_res.pdf. Acesso em 15 jan. 2016.

³²⁸ Terebentina.

3.6 Boticários: cozinheiro dos pintores

Na consulta aos conjuntos documentais da Casa Borba Gato (Sabará) e Casa do Pilar (Ouro Preto), encontramos documentos como pedidos, vales e receitas direcionados a sete boticários, seis atuantes em Sabará e um em Vila Rica. Em Sabará, no universo de 116 documentos, entre inventários, justificações e requerimentos, encontramos, num rol de setecentos itens, 25 intitulados como vales e pedidos que se referem às matérias colorantes. Não encontramos nenhuma receita que solicitasse a feitura de um pigmento ou tinta, mas as destinadas para a cura são muitas, só que não interessam no âmbito de nossa pesquisa. Tais receitas, entretanto, nos serviram para confirmar que alguns dos materiais utilizados para a pintura como o bolo armênio, o verdete, o mercúrio, o sangue de drago, dentre outros, também foram utilizados para a cura.³²⁹

QUADRO 27 – Materiais da pintura solicitados aos boticários da comarca de Sabará³³⁰

Solicitante	Comarca	Data	Boticário solicitado	Material solicitado	Tipo	Custo (réis)
Antônio Rocha Lima	Sabará	14.05.1771	Domingos de Sá	pão de ouro	pedido	s/r
Castro	Sabará	24.05.1765	s/r	um frasco de tinta/ouro	pedido	s/r
Joaquim Luiz Ferreira ³³¹	Sabará	19.08.1771	Custódio Pereira da Rocha	um frasco de tinta	vale	300,00
JLF	Sabará	14.05.1771	Antônio José Alvares ³³²	um frasco de tinta	vale	300,00
Luiz [Ferreira] Barbosa	Sabará	09.12.1766	Manoel Borges de Araújo	tinta para casa	pedido	s/r
Manoel José dos Reis ³³³	Sabará	09.12.1766	João Rodrigues Bijos ³³⁴	tinta para casa	pedido	s/r
MJR	Sabará	09.12.1766	JRB	pedido de mercúrio	pedido	s/r
MJR	Sabará	09.12.1766	JRB	pedido de resina	pedido	s/r
MJR	Sabará	09.12.1766	Manoel Barbosa da Rocha	resina	pedido	s/r
Manoel Rodrigues	Sabará	1765	s/r	coral fino e resina	pedido	s/r

³²⁹ CPO-REQ (01)09-f. 21 - Nesse conjunto documental, encontramos uma receita em que o sangue de drago e o bolo armênio fazem parte de sua composição.

³³⁰ As referências desta documentação serão dadas nos quadros a seguir, de acordo com os solicitantes.

³³¹ Neste quadro será referenciado por JLF.

³³² Almeida (2010, p. 45) comenta que este boticário licenciado exerceu seu ofício na comarca do Rio das Velhas no período de 1713/1808. Neste quadro será referenciado por AJA, podendo o último A ser Alves ou Alvares.

³³³ Neste quadro será referenciado por MJR.

³³⁴ Almeida (2010, p. 45) comenta que este boticário licenciado exerceu seu ofício na Comarca do Rio das Velhas no período de 1713/1808. Neste quadro será referenciado como JRB.

Solicitante	Comarca	Data	Boticário solicitado	Material solicitado	Tipo	Custo (réis)
de Almeida ³³⁵						
MRAL	Sabará	1773	AJA	pedra ume, pedra lipe, verdete	s/r	s/r
Marcelino Correa da Costa	Sabará	s/r	AJA	verdete	pedido	s/r
Maria Ribeira de Almeida ³³⁶	Sabará	05.06.1765	AJA	vermelhão e tinta azul	receita	s/r
MRA	Sabará	176[2]	AJA	pão de prata, verdete	pedido	s/r
MRA	Sabará	1763	AJA	pão de ouro	pedido	s/r
Não identificado	Sabará	18.11.17[64]	s/r	um frasco de tinta	vale	s/r
Maria Ribeira de Almeida	Sabará	1769	s/r	verdete e pedra ume	vale	s/r
Não identificado	Sabará	1770	s/r	dois frascos de resina	s/r	s/r
Não identificado	Sabará	03.11.1770	s/r	os preparamentos para um frasco de tinta	s/r	s/r
Não identificado	Sabará	03.01.1770	s/r	um frasco de tinta	vale	s/r
Não identificado	Sabará	07.09.1772	s/r	um frasco de tinta	vale	s/r
Não identificado	Sabará	s/r	s/r	tintura de castanho	receita	s/r
Não identificado	Sabará	s/r	s/r	dois pães de ouro	s/r	s/r
Não identificado	Sabará	s/r	s/r	terebentina	s/r	s/r
Não identificado	Sabará	s/r	s/r	chumbo	s/r	s/r

Fonte: ADH/CBG-MO/IBRAM, Sabará/MG, século XVIII, ms (as fontes de cada solicitantes serão detalhadas nos Quadros 28 a 31).

Manoel José Rodrigues é o único encontrado nas fontes que solicita a um boticário tinta para casa. O pedido do mercúrio pode ter sido feito para se fazer o cinábrio (um sulfureto de mercúrio (HgS), um pigmento que, dentro do contexto da história dos pigmentos, teve um *status* de luxo igual ao adquirido pelo azul ultramarino. Sua variante sintética é designada como vermelhão (CRUZ, 2009). Maria Ribeira, em dois de seus pedidos, solicita-o ao boticário António José Alves.

A seguir apresentaremos separadamente os pedidos e vales solicitados aos seus respectivos boticários, sendo que em alguns dos registros não há identificação para quem a solicitação foi feita.

³³⁵ Neste quadro será referenciado por MRAL.

³³⁶ Neste quadro será referenciada por MRA.

QUADRO 28 – Materiais da pintura solicitados ao boticário licenciado João Rodrigues Bijos

	Ano	Material
1	09.12.1766	tinta para casa
2	09.12.1766	receita que leva bolo armênio e sangue de drago
3	09.12.1766	receita de tintura de azembre
4	09.12.1766	pedido de mercúrio
5	09.12.1766	pedido de resina

Fonte: ADH/CBG-MO/IBRAM-REQ-(01)09-1766.

Joaquim Luiz [Ferreira], por exemplo, em quatro pedidos distintos, solicita *um frasco de tinta* ao boticário licenciado Custódio Pereira da Rocha.³³⁷

FIGURA 70 – Vale referente ao preparo de um frasco de tinta



Transcrição:

Vale este p^a casa do S^{nr} /
Cust.º Per^a da Rocha, os prepa/ros para
um frasco de tinta/ hoje 03 de [nov]
1772a/

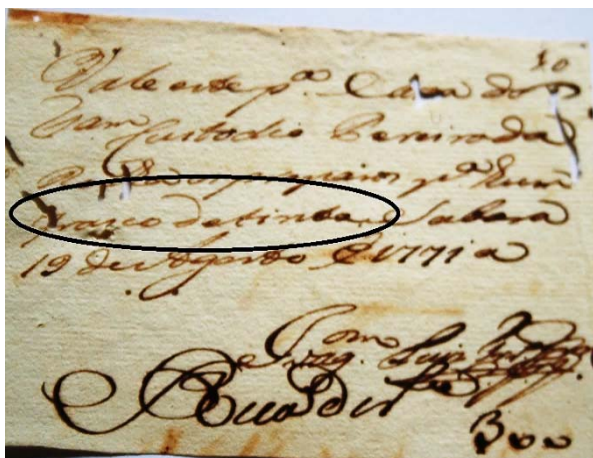
Joaquim Luiz [Ferreira]/
Rua Di^{ta}./
/4

Fonte: ADH/CBG-MO/IBRAM-CPO-JUS(09)358-1772. (Foto: da autora).

Na Figura 70, Joaquim Luiz Ferreira solicita outro frasco de tinta, pelo qual deveria pagar a quantia de 300 réis. O vale refere-se aos preparos para um frasco de tinta, do que se deduz que o boticário já sabia qual a tinta que Ferreira iria precisar.

³³⁷ Custódio Pereira da Rocha não é arrolado na lista dos boticários e droguistas feita por Almeida (2010, p. 45).

FIGURA 71 – Vale referente ao preparo de um frasco de tinta



Transcrição:

Vale este p^a casa do S^{nr} /
[ilegível] Custodio Pereira da/ Rocha, os preparos
p^a hum / frasco de tinta Sabará/ 19 de Agosto
1771^a/

Joaq^m Luiz Ferreira/Rua Dt^a /
300/4

FIGURA 71a – Pormenor do pedido (frasco de tinta)



Fonte: ADH/CBG-MO/IBRAM-CPO-JUS(09)358-1771. (Foto: da autora).

No Quadro 29, constam os cinco pedidos de frasco de tinta feitos por Joaquim Luiz Ferreira ao boticário Custódio Pereira da Rocha entre os anos de 1770 e 1772.

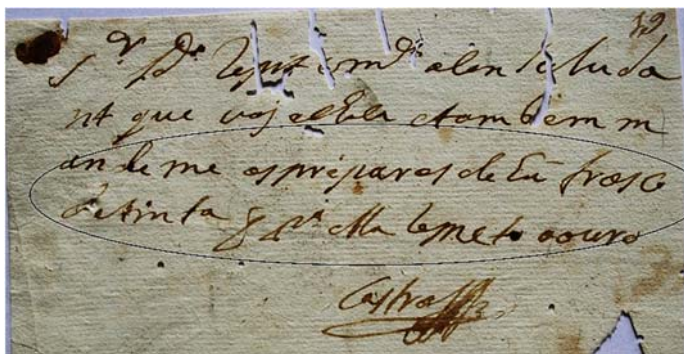
QUADRO 29 – Pedidos de Joaquim Luis Ferreira a Custódio Pereira da Rocha

	Ano	Serviço/material
1	03/01/1770	preparar um frasco de tinta
2	03/11/1770	preparar um frasco de tinta
3	14/05/1771	preparar um frasco de tinta
4	19/08/1771	preparar um frasco de tinta
5	07/09/1772	preparar um frasco de tinta

Fonte: ADH/CBG-MO/IBRAM-REQ-(09)358-1770/1772.

No pedido de Castro lemos: “ [...] também mande-me os preparos de um frasco de tinta que para ela remeto o ouro.”

FIGURA 72 – Pedido de preparo de uma tinta à base de ouro



Transcrição:

19
Sr. L^{do} [ilegível] m^{to} além detudo ¼ que
vay [ilegível] também mande me os
preparos de um Eu frasco detinta q p^a ella
remeto oouro.

Castro

Fonte: ADH/CBG-MO/IBRAM-CPO-JUS(09)358-s/d. (Foto: da autora)

Conclusivamente, podemos afirmar que pelo menos um boticário da Comarca de Sabará sabia fazer tinta à base de ouro (Figura 72), sendo que os demais sabiam fazê-la a partir de outros materiais. Proposição certamente que poderá ser extensiva a outros boticários atuantes tanto nas comarcas da capitania de Minas Gerais quanto nas demais capitanias do Brasil.

Infelizmente, Castro não menciona o nome do boticário para o qual fez seu pedido, do que não podemos sequer deduzir quem fez a tinta solicitada por ele. Martins cita em seu dicionário o nome do pintor João Nepomuceno e Castro (MARTINS, 1974). Teria sido ele o solicitante dessa tinta de ouro? Como não conseguimos descobrir o nome de Castro, fica difícil fazer deduções acertadas. Entretanto, não devemos deixar de mencionar que a mobilidade dos artífices dos compromissos das irmandades entre as comarcas deve ter sido tão recorrente como a que existiu entre os arquitetos, pintores, e escultores. O que podemos inferir, no entanto, é que quem solicita uma tinta à base de ouro poderia usá-la para escrever ou pintar. Dentro do universo dos compromissos analisados, o ouro foi utilizado para decorar as iniciais dos compromissos das seguintes irmandades:

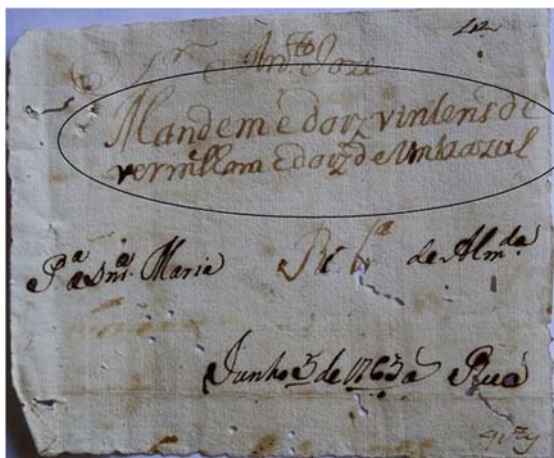
1. Irmandade do Santíssimo Sacramento de 1725 – Comarca de Sabará
2. Irmandade das Almas (1763) da Sé de Mariana³³⁸ – Comarca de Vila Rica
3. Irmandade dos Homens Pardos Morenos Livres (1803)³³⁹ – Comarca de Sabará

Outra solicitante de materiais da pintura foi Maria Ribeira de Almeida,³⁴⁰ que pediu ao boticário licenciado, António José Alves, os pigmentos vermelhão e azul.

³³⁸ Lisboa, TT, 1763, códice 62052, fl.3f., ms.

³³⁹ TCI dos Homens Pardos Morenos Livres, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1808. Sabará/MG, ADH/CBG-MO/IBRAM, ms.

FIGURA 73 – Pedido de vermelhão e [lápiz lázuli]



Transcrição:

S.^r. An.^{to}. Joze/⁴²/Mandeme douz vintens de/
verm^elham E douz de tinta azul/P.^a a Snr.^a/
/Maria Rib.^a de Alm.^{da}/ Junho 5 de 1765a Rua

4 [.]

Fonte: ADH/CBG-MO/IBRAM-CPO-JUS(09)341-1765. (Foto: da autora)

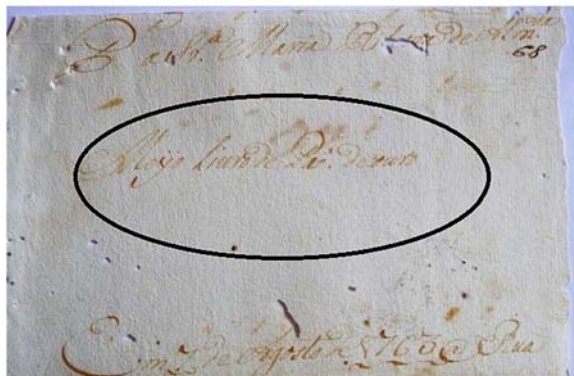
Não sabemos qual tipo de azul foi solicitado ao licenciado António José, já o vermelhão³⁴¹ é considerado o vermelho por excelência. Na Antiguidade, sua produção se deu a partir da moagem do mineral cinábrio. O vermelhão foi considerado material de luxo e prestígio na Idade Média e na época romana e teve importância significativa nos séculos XVII e XVIII “[...] quando contribuiu para que os pintores se pudessem considerar como Deus.” (CRUZ, 2007, p.1).

Noutro pedido (Figura 74), Maria Ribeira de Almeida recebeu meia libra de pão de ouro, não tendo sido possível identificar, no entanto, quem fez o material solicitado por ela e onde o mesmo deveria ser entregue. Provavelmente, esse pedido tenha sido feito ao licenciado António José Alves, já que há outros pedidos de Maria Ribeira endereçados a ele.

³⁴⁰ Ainda desconhecemos o ofício de Maria Ribeira de Almeida e sua relação com os pedidos de tintas ao boticário António José Alves. Seria ela parente de Manoel Rodrigues de Almeida que também fez pedidos iguais aos dela?

³⁴¹ Outros nomes: (mineral cinábrio), *vermiculus*, sulfureto de mercúrio

FIGURA 74 – Pedido de pão de ouro



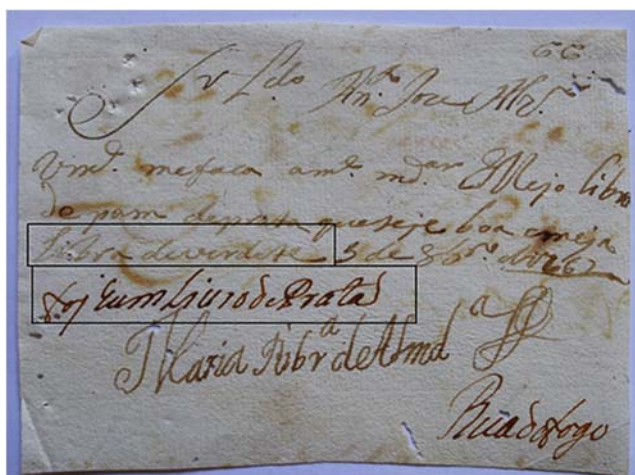
Transcrição:

P^a a Sr^a Maria Ribeira de Alm.^{da}/ Meyo livro de
Pao de ouro/Em 7 de agosto de 1763/Rua

Fonte: ADH/CBG-MO/IBRAM-CPO-JUS(09)341-1763. (Foto: da autora)

Maria Ribeira de Almeida fez sete pedidos ao boticário licenciado José António Alves. No pedido da Figura 75, ela pediu pão de prata e verdete, sendo que os materiais deveriam ser entregues na Rua do Fogo, atual Rua Comendador Viana, no Centro Histórico de Sabará. Nesse mesmo pedido, havia uma correção da diferença entre as quantidades pedida e enviada, pois Maria Ribeira não recebeu 1/2 libra de pão de prata como havia solicitado, mas sim uma libra, já que foi registrado em tinta da escrita de material diferenciado ao do pedido dela: “foy um livro³⁴² de prata.”

FIGURA 75 – Pedido de pão de prata e verdete



Transcrição:

66/ Sr. L.^{do} An^{to}. Joze Alv^s/
V.m. me faça am^{e.343} de m^{dar} Meyo libro/ de pam de
prata que seja boa e meya / libra de verdete 5 de
9b^{ro} de 1762/ foy um livro de Prata/Maria Ribr^a de
Almd^a/Rua do Fogo

Fonte: ADH/CBG-MO/IBRAM-CPO-JUS(09)341-1762. (Foto: da autora)

Já para o pedido de entrega (Figura 76), Maria Ribeira solicita em 05/11/1769 verdete e pedra ume. Felipe Nunes (1615) comenta que um secante se pode fazer de várias

³⁴² Variante da palavra “libra”.

³⁴³ A mercê de mandar

formas, e que alguns servem apenas para algumas tintas. O verdete só serve como secante ao preto, e só ele deve ser misturado na paleta. A pedra-ume, no entanto, só serve como secante do jalde³⁴⁴ quando a pintura for a óleo (NUNES, 1615, p. 102). Na Antiguidade, o verdete foi usado como pigmento, cosmético ou medicamento. (DCR, s/d, p. 18).

Nesse documento, também não conseguimos identificar o local de entrega do material por ela solicitado. Maria Ribeira de Almeida morava na Rua do Fogo ou trabalhava nesse lugar? O risco sobre o nome Caquende pode ser uma prova de que houve um engano na escrita do local de entrega do material solicitado? Nos pedidos dela e de Joaquim Custódio aparecem o nome Rua Direita. Assim, deduzimos que esse fosse o local de funcionamento da botica destes dois boticários, isso porque, no século XVIII, as ruas principais serviram para albergar a zona de comércio dos lugares de maior concentração populacional.

FIGURA 76 – Pedido de verdete e pedra ume



Transcrição:

49

Pa A Sa Maria Ribeira

Verdete 2 [us]

PedraUme 1[us]

Em 5 d. 9^{bro} de 1769 / 3v.^{es}

Caquende
Rua

Fonte: ADH/CBG-MO/IBRAM-CPO-JUS(09)341-1762. (Foto: da autora)

Um fato importante a ser mencionado é que como os materiais para pintura e para a cura eram usados para fins distintos, não se pode afirmar que Maria Ribeira de Almeida intencionava pedir algum pigmento à base de verdete e pedra ume, isso porque esses dois materiais também foram encontrados em algumas receitas que analisamos. Dos 74 documentos assinados por essa mulher, 67 estavam destinados para a cura ou qualquer outro fim distinto do artístico.

³⁴⁴ O mesmo que amarelo.

QUADRO 30 – Pedidos de Maria Ribeira de Almeida para António José Alves, boticário licenciado atuante na comarca de Sabará

	Ano	Material
1	03/09/1762	pão de ouro e pão de prata
2	1762	pão de prata, verdete, pão de ouro
3	16/04/1763	terebintina balsâmica
4	07/08/1763 ³⁴⁵	pão de ouro
5	05/06/1765	vermelhão e azul
6	05/04/1769 ³⁴⁶	verdete, pedra-ume
7	1779	pães de ouro

Fonte: ADH/CBG-MO/IBRAM- CPO-JUS-(09)341.

Maria Ribeira de Almeida fez seus pedidos entre 1762/1779, sendo que não encontramos referências nas fontes consultadas de outros que tenham sido feitos nos anos de 1764, 1766 a 1768, e de maio de 1769 até 1779.

Marcelino Corrêa da Costa fez suas solicitações ao mesmo boticário de Maria Ribeira de Almeida, sendo que nos dois pedidos de Castro o nome do boticário não foi referenciado.

QUADRO 31 – Pedidos feitos a outros boticários

	Ano	Solicitante	Boticário solicitado	Local/entrega	Material
1	s/d	Marcelino Corrêa da Costa	António José Alves	s/r	verdete, pedra ume, pedra lipe
2	31/08/1762	s/r	Custódio Pereira da Rocha	Rua Direita	terebentina, basilicão, cerusa
3	03/09/1762	s/r	Custódio Pereira da Rocha	Rua Direita	frasco de tinta
4	s/d	Castro	s/r	Rua Direita	frasco de tinta para a qual remeto o ouro
5	03/04/1766	Castro	s/r	Rua Direita	açafreão mineral

Fonte: ADH/CBG-MO/IBRAM-CPO-JUS(09)358.

³⁴⁵ Neste pedido não há referência do nome do boticário, mas presume-se que seja o mesmo profissional a fazer a tinta.

³⁴⁶ Neste pedido, o nome do boticário não foi mencionado, mas como todos os demais de Maria Ribeira de Almeida foram feitos ao boticário licenciado António José Alves, supostamente este também foi dirigido para ele.

Pelos pedidos de Maria Ribeira de Almeida e de outros que constam na documentação analisada, foi possível constatar que ela, tanto quanto os outros, sabia escrever e assinar. Nos dois pormenores abaixo, percebemos que o estilo caligráfico da letra R do sobrenome dela variava pouco nas assinaturas registradas em seus pedidos. O mesmo não aconteceu, entretanto, com a rubrica do sobrenome Almeida, que apresentou poucas variantes como podemos constatar abaixo.

FIGURA 76a – Pormenores das assinaturas de Maria Ribeira de Almeida



A partir do exposto acima, foi possível concluir que as pessoas que faziam os pedidos tinham algum conhecimento de leitura e escrita. A importância dada à palavra escrita para a condução do comércio fez com que o índice de alfabetização entre os homens de negócio fosse bem alto, fator pouco comum na sociedade colonial. O fato de as pessoas assinarem o próprio nome, como vimos com Maria Ribeira de Almeida e demais solicitantes de materiais, pode ser um indicativo indireto da disseminação das práticas de leitura e escrita no rol dos homens de negócios (FURTADO, 2006, p. 109). Saber assinar um nome não implicava, necessariamente, em saber ler e escrever, pois por um longo tempo as pessoas aprenderam apenas a desenhar, ainda que de forma rústica, os seus nomes. Nos pedidos feitos aos boticários de Sabará e Vila Rica não foi possível descobrir se os mesmos foram feitos por um pintor ou por um comerciante que vendia este tipo de material.

Maria Ribeira de Almeida assinava com destreza. Não vemos em sua assinatura, por exemplo, as garatujas típicas dos que se esforçavam para “assinar” seus próprios nomes nos compromissos analisados. A palavra oral tinha, naquele período, muito peso, e só tinha validade para aqueles que tivessem formado fortes laços de confiança, como os familiares. Já os recibos encontrados estão na esfera do mundo dos negócios, posto que era necessário emití-los como forma de garantir a credibilidade do sistema em que se baseava todo o mercado financeiro das Minas (FURTADO, 2006, p. 113). Vale ressaltar que aqui falamos de recibos simples feitos a boticários, que não exigiam de seus clientes o reconhecimento de firmas comerciais, prática que surgiu depois que o ministro Marquês de Pombal estabeleceu

as aulas de comércio em Portugal. Seu principal objetivo com essa iniciativa foi encorajar o crescimento de uma classe profissional mais instruída e qualificada, composta por homens que estivessem preparados para esta função em específico (FURTADO, 2006, p. 114). Naquele momento, percebe-se o valor instaurado pela escrita e como ela se afirma como condutora dos negócios na capitania de Minas Gerais.

No que se refere à instrução dos boticários, Almeida (2010) afirma que

o aprendizado com os mestres se dava pelo ver, ouvir e através da leitura. Eles deveriam ter suficiente domínio da leitura que lhes permitissem tomar conhecimento do que ditavam os tratados, farmacopéias e almanaques da época. Aos aprendizes que não dominavam a leitura, as lições poderiam ser transmitidas oralmente por seus mestres [...] (ALMEIDA, 2010, p. 38).

Sendo que eles, segundo ainda esta autora, aprendiam a

[...] arte de conhecer e manipular os medicamentos prescritos pelos médicos e cirurgiões pelo ver, ouvir, e principalmente, pelo ler, pois igualmente eram requeridos a eles conhecimento mais específicos para a leitura dos récipes mandados manipular pelos médicos diplomados e/ou cirurgiões licenciados. Escrever bem não seria a exigência principal para o exercício da arte de boticar. (ALMEIDA, 2010, p. 38)

Maria Ribeira de Almeida, por exemplo, assina sete pedidos relacionados às matérias colorantes, e 67 relacionados para cura e outros fins. Seria ela uma artífice ligada ao mundo das artes, auxiliar de algum pintor ou trabalhadora em alguma venda? Infelizmente, ainda não foi possível ir mais além a respeito das atividades exercidas por essa mulher.

Os boticários, para exercerem suas atividades, necessitavam de um local adequado e fixo, onde pudessem ser facilmente encontrados por seus fregueses. Entretanto, pelos pedidos encontrados, percebe-se que os que necessitavam das tintas também tinham um endereço fixo, já que na maioria dos pedidos feitos, o local de entrega deveria ser a *Rua Direita*. Segundo Almeida (2010), era costume se vender fiado no século XVIII, já que muitas receitas eram manipuladas pelos boticários e só depois pagas; prova disso são os vales e pedidos encontrados nas fontes consultadas. Isso se dava principalmente no conhecimento e na confiança, fato que fazia com que as redes clientelares fossem estabelecidas e dia-a-dia fortalecidas (ALMEIDA, 2010, p. 51). Dessa forma, confirmamos em nossa pesquisa a existência destas redes, facilmente detectadas nos pedidos feitos por Maria Ribeira de Almeida e direcionados ao boticário António José Alves, e os de Joaquim Luís Ferreira,

direcionados ao boticário Custódio Pereira da Rocha. Já nos dois pedidos de Castro,³⁴⁷ o nome do boticário não é mencionado.

Não foi possível descobrir por qual tabela basearam-se esses profissionais para regulamentar o preço dos serviços solicitados. Havia um valor estabelecido por lei, o que não quer dizer que não poderia ser dado abatimento para esse ou aquele trabalho. Clientes considerados especiais poderiam ganhar algum desconto pelo boticário, pois a fidelidade por um cirurgião em específico poderia ser uma garantia de preços menores (ALMEIDA, 2010, p. 47). Nas receitas e pedidos analisados, os preços não variam, tendo sido pago o mesmo valor para a mesma solicitação.

Quando as Ordenações Filipinas foram produzidas em 1595, durante a união das Coroas Ibéricas, nelas foram regulamentadas todas as questões de interesse para o reino e seus domínios, interessando-nos aqui as relativas aos pesos e medidas, já que os boticários foram tratados nesse documento como um comerciante qualquer, devendo obedecer às mesmas regras ditadas para um peixeiro, ourives, peixeiro, dentre outros. Dentre as normas ditadas, uma delas seria que, pelo menos uma vez por ano, eles deveriam afilar seus pesos e medidas com o intuito de verificar se os mesmos estavam de acordo com o padrão³⁴⁸ estabelecido. Segundo Maia (2012, p. 93), aos boticários as medidas designadas foram: “dois arráteis, e meio arrátel, duas quartas de arrátel e 16 onças pelo miúdo, que são arrátel e oito oitavas pelo miúdo, que são uma onça para passarem as mezinhas.” (Quadro 27)

Na Europa, como um todo, as medidas utilizadas foram o quartilho, o arrátel ou libra,³⁴⁹ a canada, a oitava, o escrúpulo e o grão. Santos Filho, citado por Almeida (2010, p. 61), diz que “[...] outras medidas determinadas pela prática – como a “narigada ou a pitada, copinhos ou/e porções” também eram usuais. Para a maioria dos pedidos analisados, as medidas registradas foram a onça e a libra. Entretanto, no século XV, em Portugal, era costume o uso de medidas como “casca de noz, a casca de ovo, coroa, dedo, drama e ervanço”.

No Quadro 32, apresentamos os valores utilizados no século XVIII, e no Quadro 33, as abreviaturas das medidas usualmente citadas na documentação do século XVIII, algumas delas que inclusive constam nos documentos que consultamos. Finalmente, no Quadro 35, constam as abreviaturas e os caracteres químicos mencionados nas receitas, vales e pedidos

³⁴⁷ Nos dois pedidos de Castro constam apenas o seu sobrenome.

³⁴⁸ Para cada ofício havia um valor próprio.

³⁴⁹ Encontramos a variante *Livro* para designar Libra.

que encontramos em nossa pesquisa. Concordamos com Almeida (2010) que era preciso que os boticários tivessem domínio na prática de leitura desse tipo de nomenclatura para que as fórmulas prescritas pelos médicos pudessem ser preparadas sem erros. D. Maria, preocupada com o abuso das mesmas nos récipes, em Alvará de 1794, ordenou que “nem os boticários aviarão receitas que assim não forem mandadas por extenso” e os que não cumprissem suas ordens, seriam punidos (ALMEIDA, 2010, p. 94). Nas receitas diversas que encontramos, anteriores à edição desse Alvará, o aparecimento delas se ocorre em abundância. Como não encontramos receitas posteriores a 1794, não foi possível saber se os boticários acataram as ordens da rainha de Portugal.

QUADRO 32 – Medidas e seus respectivos equivalentes utilizadas em Portugal e no Brasil³⁵⁰

Medida	Símbolo	Escrópulos	Gramas/ miligr.	Grãos ³⁵¹	Libra	Litro(s)	Oitava(s)	Onça(s)
Arratej ³⁵²		- x -	459 g	- x -	4	- x -	- x -	16
Canada		- x -	- x -	- x -	4	2,662		
Colher		- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	½
Escrópulo		- x -	1,125 g	24	- x -	- x -	- x -	- x -
Gota		- x -	- x -	equivale a um grão ponderal	- x -	- x -	- x -	- x -
Grão		- x -	50 mg	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -
Libra ³⁵³ Medicinal		288		6.912	- x -	96	- x -	12
Libra ³⁵⁴ Civil		- x -	- x -	72	- x -	8	- x -	16
Manipulo ³⁵⁵		- x -	- x -	- x -	- x -	3	- x -	- x -
Oitava		3	3,586 g	72	- x -		- x -	- x -
Onça		24	28,691 g	576	- x -	8	- x -	- x -
Pugillo ³⁵⁶		- x -	- x -	- x -	- x -	1	- x -	- x -
Quartilho		- x -	- x -	- x -	- x -	0,665 do litro	- x -	- x -

Fonte: ALMEIDA, 2010, p. 61.

³⁵⁰ ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 61.

³⁵¹ Grão (do latim *Granum*): é o menor peso da Libra Medicinal. - “O grão que se reputa igual ao peso que um grão de trigo, ou de cevada. Mas a diversa gravidade, que cada um destes grãos pode ter, faz indeterminado o peso, por isso se deve usar dos grãos de metal, como usam os Ourives. Dos grãos se formam os *Escrópulos*. Estes se diversificam no número de grãos, segundo os diversos países; porque para o Norte é o *Escrópulo* de vinte grãos; enquanto os franceses, os espanhóis, e os portugueses tem o seu *escrúpulo* de vinte e quatro grãos. Esta diferença se faz mais atendível na Oitava, e nos pesos seguintes. Tendo a oitava três *escrúpulos*, faz a oitava Portuguesa a respeito das oitavas do Norte o pezo de mais doze grãos, ou meio *escrúpulo*: diferença atendível para as preparações, e composições dos medicamentos mais fortes. Nós usamos da oitava de setenta e dois grãos, ou três *escrúpulos* de vinte e quatro grãos cada um.” TAVARES, Francisco. *Farmacopéia geral para o reino e domínios de Portugal (ou Farmacopéia de D. Maria)* – Tomo I. Elementos de Farmácia. 1794, p. 7-9.

³⁵² Também pode é conhecida como Libra Civil (do latim *Libra Civiles*) In: SANTO ANTÓNIO, D. Caetano de. *Pharmacopeia lusitana reformada: methodo pratico de preparar os medicamentos na fôrma Galenica & Chimica*. Lisboa: Real Mosteiro de São Vicente de Fora. 1711, p. 23. O arrátel era usado por todos que vendiam alguma fazenda a peso. Os boticários deveriam usá-lo quando vendesse algum medicamento simples.

³⁵³ Também pode ser chamada de quartilho. SANTO ANTÓNIO, D. Caetano de. *Pharmacopeia lusitana reformada: methodo pratico de preparar os medicamentos na fôrma Galenica & Chimica*. Lisboa: Real Mosteiro de São Vicente de Fora. 1711, p. 22.

³⁵⁴ SANTO ANTÓNIO, D. Caetano de. *Pharmacopeia lusitana reformada: methodo pratico de preparar os medicamentos na fôrma Galenica & Chimica*. Lisboa: Real Mosteiro de São Vicente de Fora. 1711, p. 23.

³⁵⁵ Chama-se a tudo que se pode apanhar dentro da mão. As variantes para esta terminologia podem ser: mancheia ou mão cheia

³⁵⁶ “É medido pelo que se pode compreender entre os dedos polegar, índice e médio, [...], e serve (da mesma forma que o manipulo) para determinar a quantidade de ervas e flores” TAVARES, Francisco. *Farmacopéia geral para o reino e domínios de Portugal (ou Farmacopéia de D. Maria)* – Tomo I. Elementos de Farmácia. 1794, p. 8-9.

QUADRO 33 – Abreviaturas de medidas³⁵⁷

AbreviaturaMedida	Significado	AbreviaturaMedida	Significado
Lb.i. ij	Isto he, uma ou duas libras	N. ³⁵⁸	número
Lb.β, ou Ss	meia libra	a â, ana	de cada coisa
℥i	uma onça	P.e.	partes iguais
℥β	meia onça	Q.S. ³⁵⁹	quantidade suficiente
℥i	uma oitava	S.A. » E.A.	Segundo a Arte, Ex Arte
℥β	meia oitava	S.A. ³⁶⁰	Conforme as regras da Arte
ᵍi	um escrópulo	B.M.	Banho maria
ᵍβ	meio escrópulo	B.V.	Banho de vapor
Gr.j	um grão	B.A.	Banho de areia
Man.	Manipulo	R. ꝑ. Rec. 4	Recipe
Pug.	Pugillo	M.	Misture
Nº i, ii. &c	número um, dois, e etc	F.	Faça-se
Numer. ³⁶¹	número	S.	Assinatura

Fonte: TAVARES, 1794, p. 10-11.

QUADRO 34 – Medidas de pesos poucos usuais

Peso	Medida
Acetabulum	2 onças e duas oitavas (ou a quarta parte de uma Hemina)
Æreolus	2 grãos
Alconuani (nome árabe)	3 onças
Alcuathus (nome árabe)	1 onça e meia
Aleubolo (nome árabe)	96 grãos ou 4 escrópulos
Almuzeni (nome árabe)	1 onça e meia
Amphora	80 libras

³⁵⁷ TAVARES, Francisco. *Farmacopeia geral para o reino e domínios de Portugal (ou Farmacopeia de D. Maria)* – Tomo I. Elementos de Farmácia. 1794, p. 10-11.

³⁵⁸ SANTO ANTÓNIO, D. Caetano de. *Pharmacopeia lusitana reformada: methodo pratico de preparar os medicamentos na fôrma Galenica & Chimica*. Lisboa: Real Mosteiro de São Vicente de Fora. 1711, p. 26.

³⁵⁹ *Quantum sufficit*- “Esta medida, ou peso se usa quando o Médico deixa ao arbítrio do Boticário a quantidade de açúcar, cera, ou outro simples, que quer no composto.” SANTO ANTÓNIO, D. Caetano de. *Pharmacopeia lusitana reformada: methodo pratico de preparar os medicamentos na fôrma Galenica & Chimica*. Lisboa: Real Mosteiro de São Vicente de Fora. 1711, p. 26.

³⁶⁰ SANTO ANTÓNIO, D. Caetano de. *Pharmacopeia lusitana reformada: methodo pratico de preparar os medicamentos na fôrma Galenica & Chimica*. Lisboa: Real Mosteiro de São Vicente de Fora. 1711, p. 26.






³⁶¹ SANTO ANTÓNIO, D. Caetano de. *Pharmacopeia lusitana reformada: methodo pratico de preparar os medicamentos na fôrma Galenica & Chimica*. Lisboa: Real Mosteiro de São Vicente de Fora. 1711, p. 26.

Peso	Medida
Arsinum	1 oitava e meia
Bessis	8 onças
Bex	8 onças
Chema	É uma medida que leva quanto licor pode caber em duas colheres ordinárias
Ceraminum	120 libras
Centenarius	100 libras
Chift (nome árabe)	1 oitava e meia
Chopin (ou chopine)	6 onças (é uma medida francesa)
Clris (nome árabe)	8 libras
Conchula	1 oitava e meia
Cotyla (nome grego)	9 onças
Congius	8 libras
Cyatus	1 onça e meia
Decamech	1 oitava
Darchiminum	1 oitava e meia
Deunx	12 onças
Dextanx	10 onças
Dimidium (ou semissem)	metade ou meio
Dodrans	9 onças
Duella	8 escrópulos
Dupondium	½ onça
Fasciculus	É aquela medida... ³⁶²
Hemina (nome grego) – a maior	9 onças
Hemina medicinal	9 onças
Hemina (nome grego) – a maior	9 onças
Hemixexton	8 onças
Manipulus	o que com a mão se pode apanhar ou mão cheia
Metretes	120 libras
Mna (nome grego Mnà)	6 oitavas e dois escrópulos
Mistrum	8 onças
OËtunx	8 onças
















³⁶² “É aquela medida, ou quantidade de alguma planta, que cabe debaixo de um braço, pondo as pontas dos dedos na cintura junto à parte superior do quadril.” In: SANTO ANTÓNIO, D. Caetano de. *Pharmacopeia lusitana reformada: methodo pratico de preparar os medicamentos na fôrma Galenica & Chimica*. Lisboa: Real Mosteiro de São Vicente de Fora. 1711, p. 25.

Peso	Medida
Pinta parisiense	32 onças
Poiçon	2 onças (é uma medida francesa)
Pugillus (Pugillo) – é uma medida que se usa para sementes e flores	é a quantidade que se pode apanhar com a ponta dos três dedos
Quadrans	4 onças
Quincunx	5 onças
Safil	32 onças
Septunx	7 onças
Semissem (Dimidium)	metade ou meio
Sescuncia	1 onça e meia
Sescuns	1 onça e meia
Sextarius	16 onças
Sextunx	6 onças
Talento ordinário	50 libras
Talento (o de maior tamanho)	72 libras
Urna	40 libras
Talento (o máximo deste peso)	120 libras
Triens	3 onças
Triens	3 onças
Quartarium ³⁶³	Pode ser a quarta parte de uma libra medicinal, ou de uma civil.

QUADRO 35 – Abreviaturas e caracteres químicos usuais no século XVIII







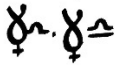



Nome	Símbolo correspondente
Açafrão de ferro ou de Marte	
Açafrão de cobre ou de Vênus	
Ácido em geral	
Ácido marinho	
Ácido nitroso	


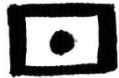

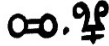






³⁶³ Nas receitas se assina quartar ou q.










Nome	Símbolo correspondente
Ácido vegetal	
Ácido vitriolico	
Água	
Água ardente	
Água de chuva	
Água de fonte	
Água forte	
Água régia	
Alcali	
Alcohol de vinho	
Amalgamar	
Antimonio	
Ar	
Areia	
Arsenico	
Azougue	Veja-se mercúrio














Nome	Símbolo correspondente
Banho de areia	
Banho de Maria	
Banho de vapor	
Borax, ou Trincal	
Bismutho	
Cadinho	
Cal em geral	
Cal metálica	
Cal viva	
<i>Caput mortuum</i>	
Caranguejos	
Chumbo, ou Saturno	
Cinnabre	
Cinzas clavelladas	
Cobre, ou Venus	

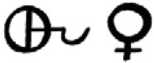



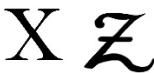
Nome	Símbolo correspondente
Corno de veado	CC
Corno queimado	Δ.cc
Cucurbita	Δ.cc
Destillar	☿.♁.♁.
Dia	♁
Dia, e noite	♁♁
Enxofre	♁.♁
Espirito	♁.Sp.
Espirito de vinho	♁
Espirito alcoholizado	♁
Espirito de vinho restificado	♁R
Estanho, ou júpiter	♁
Estrado, sobre estrado	SSS
Ferro, ou Marte	♁♁
Figado de enxofre	♁♁
Fixo	♁

Nome	Símbolo correspondente
Flores	FL
Fogo	
Fogo de reverberio	
Garrafa	
Goma	G
Herva	Hb
Hora	
Jupiter	Veja-se estanho
Mercurio	
Mercurio precipitado	
Mercurio sublimado	
Mez	
Nitro	
Noite	
Número	N.º

Nome	Símbolo correspondente
Óleo	
Ourina	
Ouro, ou sol	
Ouropimente	
Pedra ahume	
Por deliquio	<i>p.d.</i>
Phlogisto	
Prata, ou Lua	
Preparado	
Pó	
Quanto baste	<i>q.b.</i>
<i>Quantum lubet</i>	<i>q.l.</i>
<i>Quantum placet</i>	<i>q.p.</i>
<i>Quantum vis</i>	<i>q.v.</i>
Régulo	

Nome	Símbolo correspondente
Régulo de antimônio estrellado	
Régulo estrellado	
Retortas	
Sabão	
Sal em geral	
Sal Alcali	Veja-se Alcali
Sal Ammoniac	
Sal Fixo	
Sal Gema	
Sal Sedativo	<i>SS</i>
Sal Volátil	<i>Ev. O. le</i>
Saturno	Veja-se Chumbo
Sem vinho	<i>SV</i>
Signatura	<i>S</i>
Sol	Veja-se ouro
Substancia metallica	<i>SM</i>
Sublimar	
Talco	<i>X</i>

Nome	Símbolo correspondente
Tartaro	
Terra	
Terra argillacea	
Terra calcarea	
Terra de gesso	
Terra de pederneira, ou vitriscivel	
Tintura	
Tutia	
Venus	Veja-se cobre
Verdete	
Vidro	
Vinagre	
Vinagre destilado	
Vinho	V.
Vitriolo	

Nome	Símbolo correspondente
Vitriolo azul	
Vitriolo de Cobre	
Vitriolo de Venus	
Vitriolo de Ferro	
Vitriolo de Marte	
Vitriolo Verde	
Vitriolo Branco	
Vitriolo de Zinco	
Volátil	
Zinco	

Fonte: TAVARES, 1794, p. 218-223.



4 O LIVRO E SUA PRODUÇÃO NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS

4.1 Artífices do livro na capitania de Minas Gerais

Já faz um bom tempo que os historiadores deixaram de se interessar somente pelas “gestas dos reis”. Entretanto, revelar o que ficou por muito tempo ocultado, esquecido, simplesmente ignorado, começou a fazer parte da vida deles. O leitor operário de Brecht pergunta: “Quem construiu Tebas das sete portas?” As fontes não nos revelam nada sobre os pedreiros anônimos envolvidos neste fazer, entretanto a pergunta não deixa de conservar seu peso (GINSBURG, 1987, p. 15). E quais foram os construtores dos compromissos que estudamos? Qual a procedência deles e de tantos outros que atuaram na capitania de Minas Gerais? Como isso se deu?

A arquitetura das vilas e vilarejos das Minas recebeu contribuição valorosa dada principalmente pelos arquitetos e construtores que migraram de cidades portuguesas como Porto e Braga para os principais centros populacionais da capitania de Minas Gerais, sendo Vila Rica uma das que mais os acolheu no século XVIII.

O ouro, primeiramente, foi o motivo de deslocamento destes profissionais que vinham em busca de dinheiro, depois quem sabe um dia a fama. Além da importância econômica deste mineral, o seu valor enquanto moeda de troca é representativo dentro do contexto da produção artística nas principais cidades. O fausto das minas gerais até hoje ainda pode ser visto na suntuosidade e luxo refletido nas vestes, no estofamento das imagens, no douramento de templos e esculturas, e em alguns dos compromissos que analisamos ele se faz presente. Quais artífices do livro foram responsáveis por esta produção na capitania de Minas Gerais? Qual era a formação deles dentro do campo das artes, e que materiais foram utilizados na arte praticada sobre papel? Pouco ou quase nada se sabe até o momento a respeito deste assunto, seja em Portugal ou no Brasil.

No que diz respeito à formação dos artistas dentro do contexto europeu, a historiografia relata que as academias artísticas criadas nos principais pólos artísticos deste continente no século XVI objetivavam manter o nível das artes e assegurar o ensino. Os artistas se formariam, a partir de então, em uma Academia e não mais num canteiro de obras junto com um mestre em seu ateliê ou oficina, como sempre aconteceu. Tal mudança fez com que os artistas saíssem de sua posição de meros artesãos para conquistarem gradativamente uma dignidade ainda não adquirida em relação à sua atividade e dentro do meio em que estavam inseridos (ARAÚJO, 2010, p. 81). Em países como França e Itália, eles deixaram de

estar incorporados às bandeiras de ofícios (ARAÚJO, 2010, p. 81) e adquiriram um novo *status*, tendo tal acontecimento ocorrido também em Portugal. Os artistas portugueses ligados à pintura e escultura reivindicaram também para si um estatuto diferenciado dos demais oficiais mecânicos, do que estes sentem a necessidade de uma renovação de seus regimentos internos.

Em 1572, ocorreu uma separação entre as modalidades da pintura entre pintores a óleo, têmpera, fresco, de dourado e estofado (ARAÚJO, 2010, p. 84). Estariam os artífices responsáveis pela confecção dos compromissos que analisamos em Portugal enquadrados dentro desse novo regimento? Infelizmente, não conseguimos ter acesso a uma documentação específica em Lisboa que nos comprovasse isso.

Na capitania de Minas Gerais, por exemplo, existiram muitas corporações de ofícios, mas até o momento não encontramos nenhum compromisso do século XVIII que tivesse ligação com alguma delas. No segundo quartel do século XIX, Boschi (1986) menciona a existência de três irmandades de Santa Cecília: 1815 (Vila Rica), 1817 (Sabará), e 1819 (Mariana), mas esse autor não faz menção em seu livro da existência dos compromissos delas. No AHU encontramos apenas dois compromissos das capitanias da Bahia³⁶⁴ e do Rio de Janeiro³⁶⁵ ligados à bandeira de ofício de São José e São Jorge respectivamente, mas algum que fosse da capitania de Minas Gerais e que estivesse ligado à bandeira de Santa Cecília não. Em Lisboa, o TC desta irmandade foi feito pelos professores da arte da música e data de 1749³⁶⁶.

Em Portugal, os pintores reivindicaram a saída da corporação que os abrigava, uma vez que não queriam mais estar submetidos a esta rigorosa estrutura corporativa, herdada do medievo português e à qual também estavam ligados outros artistas e oficiais mecânicos (ARAÚJO, 2010, p. 82). Esta insatisfação desencadeada pelos executores portugueses da pintura a óleo ocorreu na segunda metade do século XVI e primeiro terço do século XVII, e se deu em favor da nobreza e da liberalidade de sua arte (SERRÃO, 1989). Este movimento fez com que os executantes da pintura questionassem o porquê da submissão deles à bandeira de São Jorge e da qual conseguiram se libertar. Os pintores deixaram, então, sua antiga

³⁶⁴ TCI de São José, Capitania da Bahia/Brasil, 1780. Lisboa, AHU, código 1283, ms. Esta irmandade congregava os ofícios de carpinteiro, marceneiro, pedreiro, tanoeiro, latoeiro, etc.

³⁶⁵ TCI de São Jorge, Capitania do Rio de Janeiro/Brasil, 1757. Lisboa, AHU, código 1949, ms. Esta irmandade congregava os ofícios de serralheiro, ferreiro, cuteleiro, espingardeiro, espadeiro, latoeiro, funileiro, caldeireiro, dourador e barbeiro.

³⁶⁶ TCI de Santa Cecília, Portugal, 1749. Lisboa, BNP, cota COD. 9002, ms.

situação servil, como simples artesãos, assumindo o estatuto de artista “independente, individualizado como criador, e com alguma importância em uma sociedade que, apesar de hierárquica, lhe dispensava algum reconhecimento, e, com o tempo, soube apreciar sua produção.” (ARAÚJO, 2010, p. 82). Ainda segundo Araújo,

quando os executores da pintura a óleo conseguiram que seu trabalho fosse considerado uma arte liberal, tal conquista não ocorreu por concessão gratuita do poder régio ou das câmaras municipais. Essa autonomia adquirida para a arte da pintura foi fruto de longas e sucessivas batalhas individuais e coletivas para o reconhecimento de seu trabalho e libertação das obrigações corporativas. Além de reivindicarem o estatuto de nobreza para sua arte, porque a consideravam mais qualificada do que os trabalhos mecânicos, esses cultores das imagens objetivavam a isenção de tributos e taxas, como também queriam ser dispensados de todas as obrigações que a bandeira de São Jorge lhes impunha, igualando-os a qualquer outro oficial mecânico. (ARAÚJO, 2010, p. 82).

Araújo, ainda no Capítulo 2 de sua tese, que trata sobre os *Artistas e oficiais mecânicos nas Minas Setecentistas*, discorre sobre as “interações culturais possibilitadas por pintores, douradores, escultores e entalhadores, sendo eles portugueses ou “brasileiros”. Afirmando ainda que ao lado dos expoentes sempre existiu “[...] uma infinidade de outros nomes desconhecidos ou negligenciados tão importantes quanto os ‘grandes expoentes’”. Segundo esta autora,

acredita-se, então, que já na primeira metade do século XVIII, os artistas portugueses que aqui chegaram teriam desenvolvido sua arte e realizado trabalho expressivo no campo artístico, notadamente na pintura, escultura e talha. Identificar, conhecer e divulgar tais nomes é o desafio que se coloca para a História da Arte na contemporaneidade. Transplantados de uma realidade europeia, nas Minas, tiveram que adaptar e readequar sua técnica ao meio cultural e material existentes. (ARAÚJO, 2010, p. 79).

Pela menção feita anteriormente por Araújo (2010), percebemos o não referenciamento desta autora sobre os artífices ligados à arte produzida sobre papel e da qual temos variados relatos sobre sua existência, seja no âmbito da cartografia ou dos vários manuscritos ilustrados e decorados produzidos no século XVIII no Brasil. A sua assertiva também poderia ser extensiva aos artífices que produziram os compromissos das irmandades brasileiras? Será que a interação cultural com a arte europeia ocorreu entre eles? Comprovadamente dizemos que sim. Entretanto, será que os artífices do livro tiveram que “adaptar e readequar sua técnica ao meio cultural e material existentes”, conforme asseverou

Araújo ao se referir aos artistas responsáveis pela construção dos templos, da imaginária, e mobiliário da época? Os resultados encontrados nos demonstraram que nem tanta adaptação ou readequação ocorreu. Ambas, inclusive, nem se deram ao nível dos materiais da pintura, porque pigmentos como o vermelhão, branco de chumbo, verde de cobre (malaquita), azurita, e cinábrio também foram utilizados nas artes gregas e romanas (CABRAL, 2001). Nossa conclusão é de que a arte sobre papel aqui reproduzida, mesmo revelando sua forte influência advinda dos manuais de caligrafia europeus, apresenta nitidamente a sua evolução artística local. Novamente retornamos ao *continnum* de Burke, mencionado por nós no Capítulo 2 desta tese, movimento nitidamente percebido na maioria dos compromissos produzidos no Brasil do século XVIII.

Os artífices que executaram sua arte sobre papel exerciam apenas este ofício ou estavam envolvidos em outras atividades? Dos artífices do livro conseguimos até agora pouquíssimas informações, mas dos ilustradores que auxiliaram os naturalistas por suas incursões pelo Brasil, as fontes já nos foram um pouco mais generosas. Cotta citado por Pataca (2006) menciona que o capitão da Companhia de Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos, José Gervásio de Souza Lobo, fez pinturas em algumas igrejas em Vila Rica e também foi auxiliar do naturalista Joaquim Veloso de Miranda no período de 1758-1806 na confecção de plantas.³⁶⁷ A literatura nos mostrou que os artífices ligados à arte sobre o papel não tiveram apenas esta atividade. Araújo (2010) nos auxilia neste ponto quando menciona que

estudos bem fundamentados mostram que a atividade aurífera não foi a única existente na região e que o exercício da mesma não excluía o desempenho de outras ocupações. Simultaneamente, um minerador poderia possuir lavra, roça, ser comerciante, exercer cargo na municipalidade, sendo ele “homem bom”, como também possuir cargo militar de alta patente; já os oficiais mecânicos poderiam, além de exercer o seu ofício, ter loja aberta a *oficina*, uma roça e algum posto militar. (ARAÚJO, 2010, p. 89).

Manoel Víctor de Jesus foi responsável pela feitura do TCI de N.S. das Mercês (Anexo F) em 1796 na Comarca do Rio das Mortes, único que descobrimos de sua autoria. Este artífice também foi alferes e fez vários trabalhos em São João del-Rei e imediações, além disso trabalhou para a Câmara e desenhou o retrato de D. João VI. Quantos artífices do livro estão registrados nas fontes? Quantos assinaram seus trabalhos? E quais foram os artífices do

³⁶⁷“(Apud: COTTA: www.seol.com.br/mneme/ed6/030-p.htm).” In: Pataca (2006, p. 328).

livro atuantes na capitania de Minas Gerais? Como ainda estamos no primeiro caminhar do estudo dos artífices que ornamentaram os compromissos das irmandades de leigos na capitania de Minas Gerais, podemos afirmar, assim como Araújo, que existiu um rol dos que estiveram ligados à arte da produção do livro e que certamente merecem ser estudados, seja ao nível da caligrafia ou do desenho. Não podemos, inclusive, descartar a hipótese de esta arte ter sido executada por uma mesma pessoa.

Nossa pesquisa nos revelou pouco sobre os responsáveis pela feitura dos compromissos das irmandades religiosas que analisamos em nossa tese. Entretanto, demos o primeiro passo de tirá-los do limbo e esperamos que outros pesquisadores descubram mais nomes que possam nos ajudar a montar o quebra-cabeça da história do livro manuscrito do século XVIII, principalmente os produzidos pelas irmandades religiosas de leigos do Brasil.

A capitania de Minas Gerais teve um número expressivo de irmandades religiosas de leigos no século XVIII. Conseguimos identificar 517 irmandades nas fontes consultadas no período de 1708-1815, sendo que deste montante 165 delas mandaram confeccionar seus compromissos. Quantidade significativa, em nossa opinião, em relação ao número de artífices encontrados nas fontes, quantidade esta que ainda consideramos pouco expressiva (Quadro 36).

QUADRO 36 – Quantitativo de artífice por compromisso feito

Artífice	Irmandade para a qual trabalhou	Ano	Arraial	Freguesia/Vila	Comarca
Figueyra	Senhor dos Passos ³⁶⁸	1733	s/r	Vila de São João del-Rei	Rio das Mortes
	Santíssimo Sacramento ³⁶⁹	1738	s/r	Vila Rica	Vila Rica
	São Gonçalo Garcia	1738	s/r	Vila de São João del-Rei	Rio das Mortes
Francisco de Sales	N.S. do Rosário dos Pretos	1784	Sta. Rita	Freguesia de Santo Antônio do Rio Acima	Sabará
	N.S. do Rosário dos Pretos	1790	Morro Vermelho	Freguesia do Bonsucesso do Caeté	Sabará
Jeronymo de Mattos	N.S. do Amparo	1748	s/r	s/r	Sabará
Manoel Víctor de Jesus	N.S. das Mercês dos Pretos Crioulos	1796	s/r	Vila de São João del Rey	Rio das Mortes

Abaixo, apresentamos os artífices atuantes na capitania de Minas Gerais, e no Anexo F um demonstrativo dos compromissos produzidos por eles.

³⁶⁸ Erecta na Matriz de N.S. do Pilar.

³⁶⁹ Erecta na matriz de N.S. do Pilar.

1. Figueyra: este artífice foi responsável pela ilustração de três compromissos. Dois feitos na Vila de São João del-Rei, Comarca do Rio das Mortes. E o terceiro para uma irmandade de Vila Rica.
2. Francisco Sales: este artífice ilustrou dois compromissos para irmandades distintas de Nossa Senhora do Rosário, ambas atuantes na Comarca de Sabará. Martins (1974) cita um carpinteiro de mesmo nome que atuou em Sabará de 1796 a 1819.
3. Manuel Victor de Jesus: artífice brasileiro, nascido em 1760 em local desconhecido. Iniciou suas atividades na vila de São João del-Rei em 1782, aos 22 anos. Entre os anos de 1804 e 1824, Jesus fez a pintura dos forros e retábulos da irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Pretos, fundada em 1751. Em 1796, contando nesta altura 36 anos, ele ilustrou, também, o compromisso dessa mesma irmandade. (COSTA, 2009) Do que concluímos ser a atividade de ilustrador não um adicional ao perfil desse artífice, mas sim uma atividade afim às outras que ele executava na vila de São João del-Rei. Assertiva, inclusive, que pode ser extensiva a outros artífices da época, tendo sido ela comprovada por Araújo (2010, p. 89) em sua tese de doutoramento.
4. Jeronymo de Mattos: Fez o compromisso da irmandade de N.S. do Amparo, no qual assinou seu nome e registrou a inscrição “Rio de Janeiro” (Figura 39). Não sabemos se o compromisso foi feito no Rio de Janeiro e depois levado para a comarca de Sabará, ou se o mesmo foi feito nesta comarca por ocasião de alguma estada de Mattos. Nossa conclusão quanto à sua origem deve-se ao fato de Francisco de Sales ter assinado Sabará (Figura 40) tal como fez Mattos. A confirmação desse compromisso se deu no Rio de Janeiro em 1745, entretanto Mattos coloca na folha de rosto, 1748.

Dos artífices encontrados nas fontes, Jesus foi Alferes do 7º Regimento,³⁷⁰ não era escravo e foi servido pelo escravo Gregório, seu auxiliar de pintura (COSTA, 2009, p. 41). Jerónimo de Mattos teve o posto de Tenente,³⁷¹ e um certo José Martins Figueyra foi Tenente do Regimentos dos Dragões que serviu em Minas entre 1715 e 1739. Infelizmente, não foi possível confirmar ter sido ele a fazer o compromisso mencionado nesta tese.

³⁷⁰ AHU - Caixa 94. Docto. 97. Informação gentilmente cedida pelo professor Pablo Magalhães da UFOB.

³⁷¹ AHU - Caixa 154. Docto. 34. Informação gentilmente cedida pelo professor Pablo Magalhães da UFOB.

Quanto aos demais produtores dos compromissos, já conseguimos, pelo menos, tirá-los do limbo, agora nos resta procurar mais informações acerca de sua história dentro do contexto da capitania de Minas Gerais.

Mattos, Sales, Jesus, Figueyra e outros anônimos nos dão o testemunho do conhecimento adquirido por eles em fontes diversas, conhecimento este que vai além das fontes reproduzidas nos manuais de caligrafia monumental publicados em português por Ruelas y Paz³⁷² (1718) e Figueiredo³⁷³ (1722). Não nos devemos esquecer que alguns desses artífices eram militares e, dessa forma, tiveram aulas de geometria, matemática, esfera e cartografia.³⁷⁴ Outra consideração a ser feita é que neste período a valorização da escrita na Espanha, França, Inglaterra, Alemanha e Itália aqueceu o mercado editorial referente a esse assunto. Os resultados de Villalta & Morais (2010) comprovam o uso das farmacopeias pelos boticários e cirurgiões. Entretanto, não encontramos nas fontes primárias documentação que nos comprovasse o uso desses manuais, mas não temos dúvida da circulação de alguns deles pelas capitanias do Brasil. Silva (1999) menciona que D. Luís António de Sousa, logo após assumir o governo de São Paulo em 1768, percebeu a carência de pessoas que soubessem ler e escrever para servir na Secretaria do Governo. Devido a isso, ele decidiu então que houvesse na cidade de São Paulo mestres encarregados da educação dos meninos e que “[...] fossem obrigados a ensinar pelo livro do Andrade e seguir em tudo aquelas regras que no princípio do dito livro se prescrevem para a boa direcção das escolas [...]”.

Várias imagens similares às prescritas no livro de Andrade foram encontradas nos compromissos analisados. Entretanto, a única prova do seu uso efetivo dentro de uma instituição é a do segundo TCI de N.S. Mãe dos Homens, e São Francisco das Chagas, que data de 1806 (COSTA, 2009, p. 33) (Figuras 77 e 78).

³⁷² RUELAS Y PAZ, Marcos de las. *Practica de el noble, y primoroso Arte de Escribir varios caracteres, y distintas formas de letras / que humildemente dedica a la Magestad del Rey nuestro Señor Don Juan quinto de Portugal Don Marcos de las Ruelas y Paz Senador perpetuo del Cavildo, Justicia, y Regimiento de la ciudad de Cordova, y Maestro de Escribir de Sus Altezas, los Serenissimos Señores, Señor Don Miguel, y Señor Don Joseph.* – 1718. – [1], [112] f., enc.: il.

³⁷³ FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de, 1670-1735. *Nova Escola para aprender a ler, escrever, e contar.* Offerecida à Augusta Magestade do Senhor Dom João V. Rey de Portugal. Primeira parte / por Manoel de Andrade de Figueiredo, Mestre desta Arte nas cidades de Lisboa Occidental, e Oriental. – Lisboa Occidental: na Officina de Bernardo da Costa de Carvalho, Impressor do Serenissimo Senhor Infante, 1722. – [18], 156 p., 44 f. grav. a buril: il.: 2º (31 cm)

³⁷⁴ Informação adicional dada pelo prof. Pablo Magalhães durante a defesa.

FIGURA 77 – Modelo de Andrade (1722)



Fonte: ANDRADE, BNP, Lisboa, 1722, RES-3075-A, prancha nº 30, imp.

FIGURA 78 – Resignificação do modelo de Andrade (1806)



Fonte: TCI de N.S. dos Homens, e de São Francisco das Chagas, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1806. Santa Bárbara/MG, Biblioteca do Santuário do Caraça, f. 2f., ms.

Quem teria sido o responsável por estas ilustrações? Um padre? Um aluno? Um artífice? Apostamos que tal arte tenha sido feita por algum padre ou aluno, mas ainda não podemos confirmar isso. No entanto, não temos dúvida que seu autor consultou a publicação de Andrade (1722) que em outros tempos fez parte da biblioteca³⁷⁵ do antigo Colégio do Caraça.³⁷⁶

³⁷⁵ Este livro atualmente integra a coleção de obras raras da biblioteca desta instituição, que logo após o incêndio que a abalou em 1968, passou a ser chamada como Santuário do Caraça.

³⁷⁶ A fundação desta instituição ocorreu apenas no final do século XVIII pelo Pe. Lourenço e seu funcionamento como educandário deu-se a partir de 1820. Em 1968, por descuido de um aluno no setor de encadernação, teve início um incêndio que destruiu boa parte da edificação, inclusive a biblioteca teve aproximadamente 15 mil livros queimados. Depois do ocorrido, o Caraça deixa de ser uma escola para se tornar uma pousada, sendo conhecido atualmente como Santuário do Caraça.

4.2 O livro e sua feitura: estrutura física e materiais

Da Antiguidade até o período medieval não ocorreu um registro sistemático da forma como o processo da encadernação se dava. Ainda não foi encontrado um registro documental em que houvesse descrições diretas do processo do livro manuscrito. O que existe são “[...] apenas referências esparsas e transposições mais ou menos estereotipadas, de fases desse processo, em iluminuras disseminadas por códices medievais.” (NASCIMENTO, s/d, p. 3). Isso porque a técnica do livro medieval era transmitida no dia a dia dos mosteiros, pela prática diária a quem era designado para tal função no *scriptorium*. Aprendia-se fazendo, descrever o processo era algo inabitual. Os registros encontrados são de um ou outro monge mais atento que fez uma anotação aqui ou acolá num fólio solto de pouca utilidade. (NASCIMENTO, s/d, p. 3). Poucos se ocuparam de registrar este fazer tão esmerado. A preparação do pergaminho, por exemplo, está referida em algumas receitas medievais ou em alguns tratados de pintura que consultamos. Num manuscrito de origem germânica da primeira metade do século XIII (Londres, BL, Harleianus 3915), as instruções assim foram descritas:

A pele de vitela é posta de molho a curtir, deitem-lhe cal, de tal forma que morda a pele em cru; limpe-se totalmente e arranquem-se os pêlos; prepare-se um aro circular (bastidor) no qual ela seja esticada; exponha-se ao sol para que a humidade se evapore; tome-se uma faca e raspem-se os pêlos e a carne; fica a pele fina e lisa. (NASCIMENTO, s/d, p. 3).

A forma de preparar a pele para fazer o pergaminho foi assim descrita nesse manuscrito: “Primeiro, corta-se em folhas direitas; as folhas agrupam-se em cadernos uniformes; depois, com a pedra-pomes retiram-se os resíduos; finalmente, usa-se o gesso para impedir a tinta de se derramar” (NASCIMENTO, s/d, p. 3).

No século XVIII, as pranchas da *Encyclopedie*, de Diderot, tiveram a intenção de mostrar algumas das fases do processo de encadernação de livros. Entretanto, boa parte das pessoas ligadas ao ofício do livro não sabia ler ou interpretá-las. Nas colônias portuguesas, com a proibição da imprensa, a produção do livro se deu de forma manual e não existe um estudo sistemático que demonstre os vários âmbitos que ela alcançou nesse período nas capitâncias do Brasil.

Freitas (2004) analisou a encadernação de um livro confeccionado na cidade de Vila da Cachoeira na capitania da Bahia, dando-nos as seguintes descrições da encadernação: o revestimento das pastas foi feito em seda inteira degomada na cor carmim às quais foram compostas a partir da sobreposição de várias folhas de cartão prensado de cor marrom.

Encontramos encadernações com materiais similares ao encontrado por Freitas, entretanto não nos detivemos a analisar tecnicamente o tipo de costura dos compromissos, como fez a referida autora.

Quanto ao material utilizado para revestir os compromissos da capitania de Minas Gerais, consultamos 116 inventários do século XVIII na Casa Borba Gato, o documento *Pauta e Alvará [...] na Casa das Índias* (1756, 1785, e 1800), e o livro *Actos e contas sobre o almoxarifado da comarca de Vila Rica*, com registros feitos nos anos de 1767-1768, com a intenção de encontrar listas de materiais que pudessem ter sido utilizados para encadernar os compromissos feitos na capitania de Minas Gerais. Dentro desse universo descobrimos que António José Malheiros, Eusébio Caldeira, Jerónimo da Silva, José António da Silva e Mello, e Manoel Rodrigues de Almeida comercializavam materiais que poderiam ser utilizados tanto para revestir as pastas³⁷⁷ dos compromissos como para a vestimenta, adorno de igrejas, paramentos religiosos, forros, dentre outros fins. No capítulo 11 do TCI de N.S. das Mercês (1765) consta que esta irmandade teria um esquife de jacarandá com suas guardas para melhor conduzir os irmãos defuntos. Para os que tivessem o cargo de Juiz, as guardas seriam de veludo preto, com guarnição de ouro, obviamente que isso só seria feito se irmandade tivesse posses para isso.³⁷⁸ Encontramos compromissos feitos com veludo nas cores azul e vermelha, mas nenhum que tivesse sido revestido com a preta.

Num documento que consultamos, António da Rocha Lima pede um pão de ouro a Domingos de Sá em 1764³⁷⁹. Em outro, entretanto, ele aparece como devedor do Capitão Jerónimo da Silva dos materias listados abaixo:

- 1 meada de linhas
- 1 meada de tafeté cor de pérola
- 1 pão de lã
- 5 mãos de papel
- 8 ½ côvados de pano escuro e mais entre fino
- 6 côvados de tafeté escarlata fina
- 18 côvados de Brilhante de lã e seda carmesin
- 1 [ilegível] de tafeté verde
- 3 côvados de pano fino escarlata
- ½ côvado de bocadim e [ilegível]
- 2 côvados de baeta cor-de-rosa

³⁷⁷ Pasta é nome dado ao material rígido utilizado para proteger o miolo do livro e pode ser feita de madeira ou cartão e que, posteriormente, poderá ser recoberta com papel, tecido, couro ou pergaminho.

³⁷⁸ TCI de N.S. das Mercês, capitania de Minas Gerais/Brasil, 1765. Lisboa, AHU, códice 1531, f. 10f., ms.

³⁷⁹ ADH/CBG-MO/IBRAM-CPO-JUS (05) 197, 1764.

- 1 vara de cambraia fina
- 2 varas de cadarço escarlata
- 6 varas de aniage fina
- 1 côvado de tafetá verde e carmim³⁸⁰

Em outro documento, dos dezoito itens devidos pelo Guarda-mor, Pedro da Fonseca, ao comerciante de secos e molhados, Eusébio Caldeira, apenas os listados abaixo poderiam ter sido usados para a encadernação:

- Panos de linho a ½ vara
- 8 varas de pano de linha ½
- 3 côvados e ½ de tafetá carmesim³⁸¹

Em outro documento³⁸² consultado, Pedro da Fonseca devia ao mesmo comerciante acima mencionado, mais oito itens. Dentre eles, a baeta de cor e a renda fina. Entretanto, não encontramos encadernação que tivesse sido feita com esses materiais, mas fitas finas de seda foram encontradas. Na ocasião, assim como hoje, seu uso se dava para marcar onde a leitura havia sido interrompida, ou para marcar um capítulo em que ela fosse mais recorrente.

Na justificação feita pelo comerciante José António da Silva e Mello contra António Baptista, constatamos que este havia comprado:

- 1 mão de papel
- [ilegível]
- 3 varas de pano de linha
- 1 côvado de baeta
- 1 meada de lindos panos de linho³⁸³

António José Malheiros cobra, em 1759, da família de António Rodrigues Velloso pelos seguintes materiais que ele havia lhe comprado:

- 4 varas de pano de linho
- 8 varas de retrós para seda
- 2 barras de fita³⁸⁴

No Livro de Gasto do Mosteiro de São Bento de Olinda, consta o pagamento dos seguintes materiais da encadernação:

³⁸⁰ ADH/CBG-MO/IBRAM-CPO-JUS (05)213, s/d.

³⁸¹ ADH/CBG-MO/IBRAM-CPO-JUS (01)19-1730 – (a ortografia foi expandida e atualizada).

³⁸² ADH/CBG-MO/IBRAM-CPO-JUS (01)26-1730 – (a ortografia foi expandida e atualizada).

³⁸³ ADH/CBG-MO/IBRAM-CPO-JUS (06)232-1768 – (a ortografia foi expandida e atualizada).

³⁸⁴ ADH/CBG-MO/IBRAM-CPO-JUS (04)148-1759 (a ortografia foi expandida e atualizada).

- [...] Quatro couros para encadernar os missaes
- Oito varas de fitas para os missaes encadernados
- Tinta para os Missaes, e cadernos huma pataca
- Seis tranquilhas de retroz p^a os missaes a 160, tres patacas
- Vinte e quatro botoens para os ditos a hum selo
- Seis varas de fitas para os missaes velhos a 40 vintens
- Dous couros de cabra para encadernar dous missaes, hum selo
- Tinta para os ditos
- 5 varas de fita para hú missal 110
- Duas varas da para hú Breviário a 50 rs [...].³⁸⁵

Os materiais da encadernação mais usados pelos artífices, tanto do Brasil quanto de Portugal, foram a seda, o couro e o veludo. Como a análise das encadernações que fizemos foi superficial, apenas ao nível dos materiais (capas, coberturas e ornamentações), não nos foi possível concluir se os tecidos utilizados para a encadernação foram feitos de seda ou tafetá,³⁸⁶ isso porque a olho nu esses dois materiais são bem parecidos. Nossa pesquisa, no entanto, nos revelou que o *continuum* mencionado por Burke (2003) se deu tanto nas ilustrações quanto nos materiais das encadernações dos compromissos que analisamos. A origem da encadernação, de um modo geral, tem relação direta com o aparecimento do livro tal qual o entendemos hoje.

Encadernar é um termo utilizado para designar um processo complexo de atividades que consiste em reunir em cadernos um conjunto de folhas (de pergaminho ou papel) formado por imagens, textos (manuscritos ou impressos), ou ambos concomitantemente, para formar um corpo ao qual chamamos de livro.³⁸⁷ Seu formato foi sistematizado no Império Romano a partir do século I d.C., e sua estrutura foi criada visando prolongar o tempo de vida útil do livro. Na atualidade, considera-se que a encadernação é uma das mais antigas práticas de conservação preventiva (MÁRSICO, 2011, p. 1).

A história da encadernação é rica e nos demonstra o quanto os artífices se dedicaram a esta nova modalidade de proteção do livro. No século IV, os livros sagrados foram tão valorizados a ponto de serem considerados verdadeiras obras de arte. A encadernação bizantina, bastante reconhecida pela suntuosidade de suas capas, normalmente foi realizada por artistas de destaque que utilizavam placas de marfim ou metais como cobre e prata,

³⁸⁵ Revista do IPHAN. Nº 12, Ano 1955, p. 315-316, 319-320.

³⁸⁶ Tafetá: tecido de seda de fios lustrosos e retilíneos. Fonte: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/tafeta%20_1050646.html>. Acesso em: 02 jun. 2016.

³⁸⁷ Disponível em: <<http://bibliotecapatrimonialrecoletadominica.blogspot.com.br/2011/04/historia-de-la-encuadernacion.html>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

muitas delas decoradas com pedras preciosas, pérolas, ouro maciço ou pintura em esmaltes coloridos. Devido à riqueza dos materiais empregados nesses livros de caráter litúrgico, este tipo de encadernação é denominada como ourivesaria (MARSICO, 2011, p. 1).

No período medieval, a encadernação passa a ser denominada como gótica ou monástica e teve sua origem nos mosteiros. A partir do século XII, as placas de marfim, utilizadas na encadernação de ourivesaria, foram substituídas por tábuas muito espessas (10 mm) que passaram ser recobertas por seda, veludo, pergaminho ou couro. Segundo Mársico (2011, p. 1)

o caráter higroscópico do pergaminho, o manuseio e o acondicionamento levavam à degradação das folhas iniciais e finais dos cadernos. A fim de evitar este problema, passou-se a prender as folhas costuradas entre tábuas, criando, assim, o embrião da encadernação como hoje é concebida.

Na Renascença, os livros eram colocados nas estantes e mesas na forma horizontal. Os adereços de metal, principalmente os tachos e cravos, objetivavam proteger-lhes da umidade e dos atritos que pudessem ocorrer de um livro contra o outro. Uma outra opção para evitar a ondulação dos pergaminhos foi a utilização de fechos e broches nas bordas das pranchas de madeira cujo objetivo era manter o livro bem fechado. Em alguns dos compromissos analisados, tanto em Portugal quanto no Brasil encontramos vestígios do uso de broches nas bordas, e em alguns poucos, encontramos apenas a presença parcial de fechos ou vestígios deles.

O uso de fechos nos compromissos do século XVIII foi meramente decorativo e não utilitário, como no período medieval. Com o advento da imprensa, a substituição das pastas de madeira pelas de papelão prensado conferiu mais leveza às capas (MÁRSICO, 2011, p. 7). Encontramos compromissos feitos com estes dois tipos de material. As pastas do TCI do Glorioso São Benedito,³⁸⁸ por exemplo, foram feitas de madeira, e no Livro de Gastos do Mosteiro de São Bento de Olinda consta que os monges pagaram por uma “huma pasta grossa para encadernar os cadernos da sacristia” e “huma pasta para um caderno da sacristia.”³⁸⁹

No período medieval, o objetivo do uso de tábuas nas pastas era proteger a estrutura do livro e planificar as folhas que viessem a sofrer com as oscilações de temperatura e umidade que normalmente ocorriam no inverno e verão. A sua presença nos compromissos feitos no Brasil e em Portugal mostrou-nos o prolongamento do uso de um material que deixa

³⁸⁸ TCI do Glorioso São Benedito, 1777, capitania da Bahia/Brasil. Lisboa, BNP, Res. 13029, ms.

³⁸⁹ Revista do IPHAN. Nº 12, Ano 1955, p. 315.

de ter sua funcionalidade enquanto instrumento de proteção e também de planificação para se tornar um mero componente na feitura do livro. Esta transposição do uso de um material para uma outra época histórica nos revela, talvez, a falta de conhecimento dos artífices do porquê da necessidade de usar a tábua como elemento estruturador do miolo³⁹⁰ como um todo. Encontramos compromissos com poucas folhas cujas pastas foram feitas com este material e revestidas de seda, veludo ou couro. Em alguns casos, a estrutura da madeira era mais grossa que o próprio miolo em si, alguns dos quais, inclusive, não chegavam a ter mais do que 50 mm de espessura.

4.3 Os compromissos e os materiais da encadernação: revestimento em seda, veludo, linho e papel

Os caminhos pelos sertões da capitania de Minas Gerais, por mais longos e sinuosos que fossem, interligaram entre si as capitanias do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco. Esta conexão estabelecida no período fez com que houvesse uma similaridade dos materiais utilizados para revestir os compromissos feitos no Brasil. Nos compromissos analisados, os materiais utilizados para revestir as pastas de madeira ou cartão foram a seda, o veludo, ou o couro grofado³⁹¹ decorado provavelmente com ouro ou pão de ouro.³⁹² Teriam os TCI'S de São Francisco (Figura 79), do Senhor do Bom Jesus, N.S. da Penha, Sto. Antônio e São José³⁹³ (Figura 80), e o de N.S. do Rosário dos Pretos (Figura 81) encadernados em Lisboa? Acreditamos que não, mas não podemos descartar esta possibilidade.

³⁹⁰ **Miolo:** conjunto de folhas, reunidas quase sempre em cadernos, que formam o corpo da publicação. Disponível em: <<https://bibletrasufrj.wordpress.com/2011/11/11/partes-de-um-livro/>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

³⁹¹ Impressão a seco que não utilizava tinta ou ouro para a estampagem, cuja origem remonta à Idade Média.

³⁹² Na página da Biblioteca Patrimonial Ricoleta Dominicana encontramos menção ao uso do pão de ouro para este tipo de douramento. Disponível em: <<http://bibliotecapatrimonialrecoletadominica.blogspot.com.br/2011/04/historia-de-la-encuadernacion.html>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

³⁹³ Este compromisso foi feito para ser utilizado por quatro irmandades.

FIGURA 79 – TC encadernado em couro com decoração e inscrições douradas



Fonte: Estatutos da confraria de São Francisco do Sabará, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1738. Lisboa, AHU, códice 1536, ms. (Foto: AHU)

FIGURA 80 – TC encadernado em couro com decoração na cor dourada



Fonte: Compromisso das quatro irmandades do Senhor Bom Jesus, N.S. do Pilar, Santo Antônio e São José, capitania da Bahia/Brasil, 1738. Lisboa, AHU, códice 1930, ms. (Foto: da autora)

FIGURA 81 – TC encadernado em couro com decoração e inscrições douradas

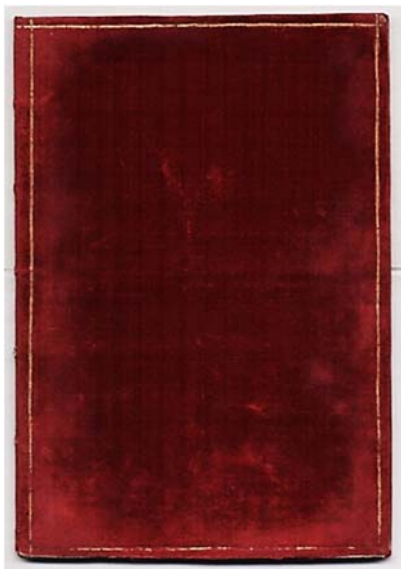


Fonte: TCI de N.S. do Rosário, Capitania de Minas Gerais/Brasil, séc. XVIII. Lisboa, AHU, códice 1530, ms. (Foto: AHU)³⁹⁴

³⁹⁴ Agradecemos à Dra. Ana Canas, diretora do AHU, pela cortesia desta imagem.

A decoração feita sobre tecido nos compromissos analisados foi mais simples, em alguns casos ela restringiu-se apenas a uma moldura retangular dourada no entorno da capa (Figura 82).

FIGURA 82 – TC encadernado com veludo decorado com moldura retangular dourada



Fonte: TCI do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1788. Lisboa, AHU, códice 1532, ms. (Foto: AHU)

A douração é uma arte de origem árabe e os seus primeiros registros ocorreram no Marrocos a partir do século XIII. Na Itália, ela aparece em 1460, e na Espanha no fim do século XV. “A sua técnica consiste basicamente em uma impressão a ferro quente e folha de ouro na encadernação.” Mársico comenta que

avaliar as primeiras dourações é tarefa muito difícil, pois não sabemos ao certo se o ouro foi realmente impresso sobre o couro, com um instrumento quente, ou pintado depois de feita uma impressão a seco. Isto é, se foi realizada uma impressão a seco com pintura dourada nos sulcos ou se foi feita uma douração com uso de folha de ouro. Uma forma de estabelecer a diferença é observar as marcas profundas (sulcos) deixadas no couro. Na impressão a seco, com pintura dourada, detectamos as marcas do pincel que comprovam que foi realizada uma pintura e não a impressão. A diferença entre as duas técnicas torna-se difícil de identificar hoje em dia devido à degradação das obras através dos tempos. (MÁRSICO, 2011, p. 6).

O revestimento dos compromissos com materiais tidos como nobres não foi por acaso. A seda foi utilizada para revestir compromissos nas capitanias da Bahia (1), Goiás (1), e Minas Gerais (5). A tradição do uso deste material remonta ao Império Romano e perdurou até o século XVIII. A seda, por exemplo, tem sua origem na China, que remonta à época do

Imperador Amarelo ou Huag Ti (cerca de 2697 a.C.), sendo os chineses pioneiros na história da humanidade na criação do bicho-da-seda e no aproveitamento do casulo em sua fiação. Os primeiros registros do uso da seda datam do século I a.C. (época da dinastia Han – 206 a.C. a 220 d.C.) e neles foram desenhados dragões, pássaros e outros animais (PEZZOLO, 2009, p. 15). Em 1926, os arqueólogos chineses encontraram, na província de Chan-Si, um casulo do bicho-da-seda entre objetos que datam do Período Neolítico³⁹⁵. E em 1958, vestígios de fábricas de seda de cerca de 4.750 anos³⁹⁶ foram encontradas na província de Tche-Kiang. (PEZZOLO, 2009, p. 15).

A partir da palavra chinesa *Se* que significa Seda, os chineses e a China foram designados nos escritos antigos, respectivamente, como *Seres* e *Serica*. Os gregos da Macedônia utilizaram o termo *Serica* para se referenciar ao país produtor do tecido gracioso proveniente do norte da China. Os chineses guardaram o segredo da obtenção do fio natural até o século XVIII, quando a técnica de sua fabricação entrou na Europa “graças ao contrabando praticado por padres jesuítas.” (PEZZOLO, 2009, p. 16). Antes disso, aquele que revelasse o segredo da sua produção aos estrangeiros sofreria penas pesadas, inclusive a de morte. Devido ao mistério que envolvia sua produção, por muito tempo pensou-se que a seda fosse um produto natural sendo descrita como “uma lã felpuda penteada das folhas das árvores.” (AZEVEDO, 2015, p. 159). Seu uso entre os povos antigos tornou-se símbolo de poder político religioso, além de ter representado *status*, evidenciando classes sociais abastadas. Por muito tempo, o uso desse tecido de caráter nobre restringiu-se a uns poucos privilegiados, entre os quais constavam os membros da corte imperial. (PEZZOLO, 2009, p. 85).

Dos compromissos consultados, encontramos doze revestidos com veludo nas seguintes capitâncias: Bahia (6), Minas Gerais (2), Rio de Janeiro (1) e São Paulo (3). Esse material, assim como a seda, também tem seu *status* reconhecido dentro da história do livro. A origem latina do seu nome, *vellus*, significa pêlo ou pêlo em tufo. O lado direito desse tecido tem o aspecto peludo, macio e brilhante, com pêlos curtos, densos, de pé, que resultam da trama cortada, que é feita de uma vez só logo após a saída do tecido do tear. Frequentemente, a sua superfície “[...] é flambada para se eliminarem fiapos que a ultrapassam.” (PEZZOLO, 2009, p. 229). Sua criação deu-se na Índia e dali partiu para a

³⁹⁵ Este período é marcado historicamente como o da Pedra Polida que data entre 1000 a.C. a 4000 a.C.).

³⁹⁶ Tal datação só foi possível pela técnica de carbono 14.

Europa. Sua produção na Itália ocorreu nas cidades de Veneza, Florença, Gênova e Milão nos séculos XIV e XV. Nos compromissos consultados encontramos treze feitos com esse material sendo que o usado para fazer o TCI de N.S. do Bonsucesso de 1738 foi um veludo estampado, único com esta característica singular. (Figura 83).

FIGURA 83 – TC encadernado com veludo azul estampado



Fonte: TCI de N.S. do Bonsucesso, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1738. Belo Horizonte/MG, APM, AVC 03, ms. (Foto: da autora)

O linho, entretanto, foi um material pouco utilizado pelos artífices do livro. Sua história remonta há cerca de oito mil anos no Egito e foram as planícies do Rio Nilo que serviram de leito para o seu cultivo. Além de ter sido usado para envolver o corpo de múmias, ele também serviu para vestir os faraós e rainhas egípcias. Sua introdução na Europa se deu graças aos fenícios, depois disso são pessoas de destaque social como comerciantes e navegantes que passam a comprá-lo no Egito para exportá-lo para a Irlanda, Bretanha e Inglaterra. Sua entrada em grande escala no norte da Europa, entretanto, se deu devido aos romanos que o cultivaram em grande escala, e no século VIII, ela também se deu pela conhecida Rota da Seda³⁹⁷ que ligava o Oriente até Veneza e demais pontos comerciais da época. A partir desse século, a sua produção aumenta graças ao incentivo dado pelo rei Carlos Magno. E no Japão, a produção desse material ocorreu apenas no século XVI. A partir de

³⁹⁷ O intercâmbio entre a China com o Ocidente se deu na dinastia Han (206 d.C a 220 d.C). “O caminho tinha cerca de 7.000 km de extensão e começava no noroeste da China, em Xian. Atravessava territórios da antiga União Soviética, da Índia, Afeganistão, do Paquistão, do Iraque, da Persia (Irã), da Síria, da Turquia, da Armênia e da Geórgia.” PEZZOLO, Dinah Bueno. *Tecidos: história, tramas, tipos e usos*. 2. ed. rev. São Paulo: Ed. SENAC, São Paulo, 2009, p. 89.

então, o linho passa a ser, na Idade Média, o principal artigo têxtil europeu (PEZZOLO, 2009, p. 75). Apesar de pouco referenciado na literatura, na região que futuramente viria a se tornar Portugal, foram encontradas cápsulas de linhaça na província da Almeria, assim como um farrapo de linho numa sepultura do Algarve que datam de 2.500 a.C. (PEZZOLO, 2009, p. 15).

Seu uso se deu para o vestuário da nobreza europeia e mediterrânea e à seda sempre estará associada a ideia do seu poderoso brilho, cor, e esplendor, adjetivos que vieram acrescentar a merecida importância aos compromissos das capitanias do Brasil que foram revestidos com esse material nas cores vermelha, azul e verde, alguns inclusive foram decorados com motivos dourados, fechos e broches.

Nos arquivos consultados encontramos dois compromissos encadernados com um linho que diríamos ser mais grosseiro³⁹⁸ em relação aos linhos mais finos usados para fins mais nobres como vestuário, roupa de cama, adereço, dentre outros no século XVIII. Primeiramente, achamos esse material singular, mas depois descobrimos que seu uso³⁹⁹ foi recorrente entre os encadernadores da América do Norte no século XVIII para revestir livros escolares.⁴⁰⁰ Na Biblioteca de Obras Raras de Princeton encontramos um de 1796⁴⁰¹ (Figura 85) encadernado com material bastante similar na capitania da Bahia em 1788⁴⁰² (Figura 84), e outro na capitania da Paraíba em 1786.⁴⁰³

³⁹⁸ Na América do Norte a terminologia para linho grosseiro seria o mesmo que lona para nós.

³⁹⁹ O uso deste tipo de material em substituição ao couro pode ter ocorrido devido à sua escassez nos ateliês ou pelo seu alto custo.

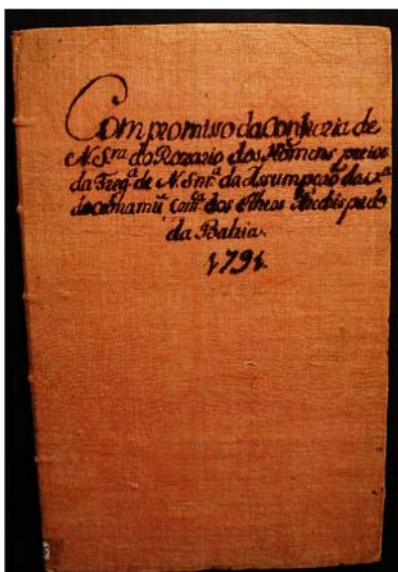
⁴⁰⁰ Disponível em: <http://libweb5.princeton.edu/visual_materials/hb/cases/earlyamerica/index.html>. Acesso em: 25.06.2016.

⁴⁰¹ Este livro foi feito por Alexander Caleb (1755-1828) e intitulado: *A grammatical system of the Grecian language*. Agradeço à minha coorientadora em Lisboa à época, profa. Dra. Conceição Casanova, pela indicação desta fonte.

⁴⁰² Na folha de rosto consta a data de 1788, e na encadernação foi registrado 1791.

⁴⁰³ TCI de N.S. do Rosário, Capitania da Paraíba/Brasil, 1786. Lisboa, AHU, códice 1289, ms.

FIGURA 84 – TC encadernado com linho grosseiro (1788)



Fonte: TCI de N.S. do Rosário, Capitania da Bahia/Brasil, 1788. Lisboa, AHU, códice 1925, ms. (Foto: AHU)

FIGURA 85 – Gramática encadernada com linho grosseiro (1796)



Fonte: A grammatical system of the Grecian language. Worcester, Mass.: Isaiah Thomas, 1796, ms.

Curiosamente, a seda listrada foi encontrada para revestir um compromisso feito na capitania de Minas Gerais. Tanto no Ocidente quanto no Oriente, as pessoas sofrem por causa de seus trajes feitos com tecidos listrados, e a literatura nos informa que seu uso é considerado como algo mau. Pastoureau (1993, p. 22) questiona: “[...] por que essa proibição? Por que este descrédito e o opóbrío de quem as ostenta?” Este autor primeiramente faz referência ao estigma lançado sobre o manto listrado dos Carmelitas, mencionando que alguns eruditos do século XIX acreditavam que o que se reprovava no manto do Carmelo seria o fato de o mesmo ser de origem oriental, um manto muçulmano, “uma espécie de *djellaba* listrada, como se vê ainda hoje em terras do Islã.” (PASTOUREAU, 1993, p. 23). O escândalo, segundo ele, viria pelo fato de os religiosos usarem manto semelhante ao dos infieis. Segundo esse autor, os carmelitas, desde o século XVIII, explicam que o manto da infâmia lhes foi imposto na Síria pelas autoridades muçulmanas, pois o Islã proibía que os cristãos usassem roupas brancas por serem estas, segundo as tradições do Alcorão, símbolos de nobreza e distinção. Pastoureau emenda que não são apenas os carmelitas que sofrem por causa de seus trajes listrados. A diferença, o escândalo pode ser visto nas “[...] vestes de um religioso quanto na roupa de um saltimbanco, nos calções de um príncipe, nas mangas de uma cortesã, até nas paredes de uma igreja ou no pêlo de um animal.” (PASTOUREAU, 1993, p. 23).

Desde o fim da época carolina, numerosos e variados são os testemunhos que sublinham o caráter discriminatório das listras. De um modo geral, a partir do século XIII, os registros mais abundantes referem-se aos carmelitas. Isso não quer dizer que anterior a isso não tivesse sido raro aparecer numa frase ou parágrafo algo que demonstrasse o quanto era desonroso no Ocidente medieval o uso de vestes listradas. Em toda a sociedade eclesiástica declarou-se uma guerra às listras, principalmente as que alternam as cores vivas, o vermelho, o verde ou o amarelo, pois aos olhos do prelado elas causavam uma impressão de confusão, de *diversitas* (PASTOUREAU, 1993, p. 24).

Variadas foram as leis, bem como regimentos e regulamentos que prescreviam a certas categorias de marginais e excluídos o uso de vestimentas bicromáticas ou listradas. A função dessas leis, além de ser de cunho ético e econômico, era também ideológico e social. Não nos ateremos aqui, entretanto, nessa seara da segregação que se deu durante um longo período histórico dos usuários de listras. Este breve histórico sobre elas foi realizado para questionarmos sobre a feitura com seda listrada do TCI de N.S. das Mercês em Vila Rica no ano de 1765 (Figura 86). Teria o artífice responsável por sua feitura conhecimento do caráter discriminatório que as listras tiveram no período medieval?

FIGURA 86 – TC encadernado com seda listrada



Fonte: TCI de N.S. de N.S. das Mercês, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1765. Lisboa, AHU, códice 1531, ms. (Foto: AHU)

Pastoreau (1993) nos consola ao dizer que a época moderna compreendida entre os séculos XVI-XIX instaura pouco a pouco uma nova ordem das listras. Isso porque elas passam, a partir deste período, a ganhar novas formas e significados, sem, entretanto, que desapareça, por completo, o seu estigma antigo. Seu uso estende-se para além da roupa e da

emblemática, ganhando novos espaços como na decoração de interiores, no mobiliário, na higiene, e na vida cotidiana como um todo, inclusive na encadernação, como foi possível constatar. O que ocorre nesse período histórico mencionado por Pastoureau é uma diversificação das funções que corresponde, por extensão, a uma nova diversificação dos significados, momento em que nem todas as listras são pejorativas (PASTOUREAU, 1993, p. 52). O Antigo Regime presencia, assim,

a eclosão da “boa” listra, valorizadora, que na época romântica, não só anuncia a “aurora dos novos tempos”, mas parece até destronar a listra pejorativa. Ao mesmo tempo, atenua-se e depois desaparece a predominância das listras horizontais. As listras verticais, que a Idade Média só utilizava com parcimônia, se multiplicam. Favorecem elas o aparecimento de ritmos e estruturas renovados: a estria bicromática não ocupa mais sozinha o terreno do listrado; este pode agora ser tricromático, quadricromático, até policromático, e a equidistância das linhas, que serve para delimitar as riscas que o compõem, não é mais uma regra absoluta.” (PASTOUREAU, 1993, p. 52).

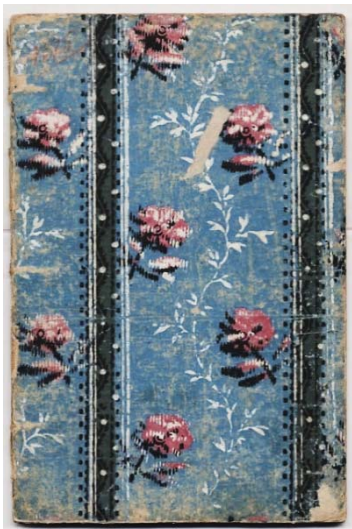
O TCI de N.S. das Mercês é bicromático sendo ainda a sequência de suas listras dispostas na vertical com ritmos e estruturas diferenciados e renovados tal qual na citação acima. Ora, o artífice que o fez utilizou um material bem parecido com a seda cujas listras lhe deram um ar que não fosse diabólico, pois certamente não tenha sido essa a sua intenção, ou às vezes, ele nem soubesse da conotação que as ilustrações poderiam dar ao compromisso. Pastoureau menciona que nessa época fez-se mais usual o uso de listras comuns, festivas, camponesas, exóticas, domésticas e até as aristocráticas. Para finalizar, o autor caracteriza status do traje listrado, no fim da Idade Média e no início da Idade Moderna, como

uma passagem bastante rápida do diabólico ao doméstico. Seja de um modo independente, seja em associação com suas antigas conotações de impureza ou transgressão, as listras se tornam pouco a pouco o sinal primeiro de uma condição servil ou de uma função subalterna. Por isso, seu uso aumenta. (PASTOUREAU, 1993, p. 52).

O papel marmorizado também foi um material muito utilizado no século XVIII pelos impressores para encadernar livros de luxo. Este tipo de material chegou à Europa no final do século XVI, momento em que os encadernadores adquirem a técnica e a destinam aos reis e à alta nobreza e são essas pessoas as únicas a adquirir esse tipo de material, devido ao seu custo elevado (CELEMÍN, 2014). Não encontramos nos arquivos consultados

nenhum que tenha sido feito com este material, mas sim um decorado com motivos vegetalistas e flores rosadas (Figura 87).

FIGURA 87 – TC encadernado com papel



Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1795. Lisboa, AHU, códice 1676, ms. (Foto: AHU)

4.4 A estrutura interna dos compromissos: capítulos, folha de guarda, e cadernos

Exceção aos compromissos feitos na mesma data e com capítulos idênticos (Quadro 10), e que obviamente tiveram o mesmo número de cadernos, cada um deles pode ser considerado como único. Constatamos que não houve uma padronização para a quantidade de capítulos dos compromissos analisados, alguns foram feitos com dez capítulos e outros até com trinta. Portanto, a quantidade de cadernos variou de acordo com a quantidade de folhas utilizadas para fazer cada um deles, muitas inclusive ficaram em branco, porque os acréscimos que pudessem vir ocorrer futuramente seriam feitos nelas.

A encadernação, desde os tempos mais remotos, foi realizada com o intuito de proteger o miolo do livro. Ela normalmente era feita com um material mais resistente que lhe pudesse conferir uma unidade material que facilitasse tanto a sua leitura quanto a protegesse das agressões químicas, físicas ou biológicas.

No que se refere à estrutura interna do livro como cadernos e guardas, encontramos exemplos desses dois últimos que achamos interessante revelar neste capítulo. Quanto às costuras feitas, não nos detivemos a analisar uma por uma. No entanto, percebemos que a união dos cadernos foi majoritariamente feita com linha de sizal fina por meio de quatro furos. Freitas (2004) e Gonçalves (2015) exemplificam em seus trabalhos dois tipos de costuras deste período.

Segundo a literatura, as folhas de guarda são folhas em branco dobradas e coladas sempre no começo e no fim do livro e objetivam unir e proteger a capa dura ao corpo deste que pode ser manuscrito ou impresso. As folhas decoradas podem ser feitas com temas do livro, de cor, marmorizadas, e quando não se encaixam dentro destas condições, são feitas com o mesmo papel utilizado para fazer o miolo, pelo menos até hoje não encontramos algo que fosse diferente disso (LIMA, 2013).

Encontramos dois compromissos com guardas em marmorizado. Este tipo de decoração pode ser encontrada nos livros antigos e nas capas das pastas até as primeiras décadas do século XX. Não conseguimos chegar a uma definição exata sobre a datação do nascimento dessa arte, mas sua origem confirmadamente é turca. Uma fonte nos diz que

Não se sabe ao certo a origem desta técnica, pois como a obra é conservada em papel não existem exemplares antigos que chegassem nos dias atuais, além do fato de que os artistas não assinavam suas obras no passado, complicando ainda mais uma datação. Porém algumas fontes indicam que a técnica do *Ebru* (ou *Ebrû*) pode ter surgido no século XIII na região da Turquia e se espalhou pela Pérsia juntamente com a caligrafia, durante o período Otomano.⁴⁰⁴

Além disso, as definições sobre a arte do papel marmorizado diferem um pouco também em outras fontes digitais consultadas. Uma nos diz que “no ocidente, a arte *Ebru* é muitas vezes chamada de ‘marmorização turca’, pois o efeito da ondulação da água permite criar padrões semelhantes aos do mármore se o pintor assim desejar”.⁴⁰⁵ Outra, no entanto, nos diz que o termo marmorizado pode ser advindo da inspiração dos artífices nas paredes de mármore bizantino que abundam na Basílica de Santa Sofia⁴⁰⁶ em Istambul.⁴⁰⁷ O encadernador Macé Ruette introduziu esta técnica em Paris em 1610, e em 1625 ela passa a ser conhecida dos ingleses. Outra menção do papel marmorizado de origem otomana foi feita por Francis Bacon⁴⁰⁸ em sua obra *Sylva Sylvarum* de 1627 na qual ele comenta que os turcos

⁴⁰⁴ Disponível em: <<http://www.sermelhor.com.br/tvsermelhor/pintura-sobre-agua-um-espetaculo-de-cores-atraves-do-eburu.html>>. Acesso em: 06 jul. 2016.

⁴⁰⁵ Disponível em: <<http://alaturca.weebly.com/arte-eburu.html>>. Acesso em: 06 jul. 2016.

⁴⁰⁶ Hagia Sophia.

⁴⁰⁷ Disponível em: <http://www.papier-royal.com/storia_3.html>. Acesso em: 06 jul. 2016.

⁴⁰⁸ Londres (*1561,+ 1626) – “Eleito em 1584 para a Casa dos Comuns, sucessivamente desempenhou, durante o reinado de Jaime 1º, as funções de procurador-geral, fiscal-geral, guarda do selo e grande chanceler. Em 1618 foi nomeado barão de Verulam e, em 1621, visconde de St. Albans. Acusado de corrupção pela Casa dos Comuns, foi condenado ao pagamento de pesada multa e proibido de exercer cargos públicos.” Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/biografias/francis-bacon.htm>. Acesso em 20 maio 2016.

tinham um papel agradável feito de várias cores. Em 1675, os holandeses já sabiam fazer com maestria vários tipos de papel marmorizado, sendo a sua primeira descrição feita em 1674 pelo alemão Johannes Kunckel em seu livro *Ars vitraria experimentalis* (1674), e no tratado europeu do húngaro Joseph Halfer, publicado em 1884 e que teve ampla abrangência no período. Na Turquia, pode-se dizer que todo grande calígrafo sempre produziu papel marmorizado de alta qualidade e que até hoje há artistas que se especializam na arte Ebru reconhecida em todo mundo por sua beleza.⁴⁰⁹

Em apenas dois compromissos, ambos feitos na capitania de Minas Gerais, encontramos uma guarda aquarelada de produção manual que tenta imitar o papel marmorizado (Figuras 88 e 89).

FIGURA 88 – TC com guarda aquarelada



Fonte: TCI de N.S. do Rosário, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1790. São Paulo/SP, BGJM, ms.⁴¹⁰

FIGURA 89 – TC com guarda aquarelada (1788)



Fonte: TCI da Confraria do Senhor Bom Jesus do Matozinhos, Capitania de Minas Gerais/ Brasil, 1788. Lisboa, AHU, códice 1532, ms. (Foto: AHU)

No livro analisado por Freitas (2004) há uma guarda aquarelada com uma tipologia diferenciada das demais encontradas. (Figura 90)

⁴⁰⁹ Foto disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/search?filtertype=* &filter=compromisso&submit_search-filter-controls_add=Buscar>. Acesso em: 06 jul. 2016.

⁴¹⁰ Disponível em: <http://www.papier-royal.com/storia_3.html>. Acesso em: 06 jul. 2016.

FIGURA 90 – Códice com guarda aquarelada (1790/BA)

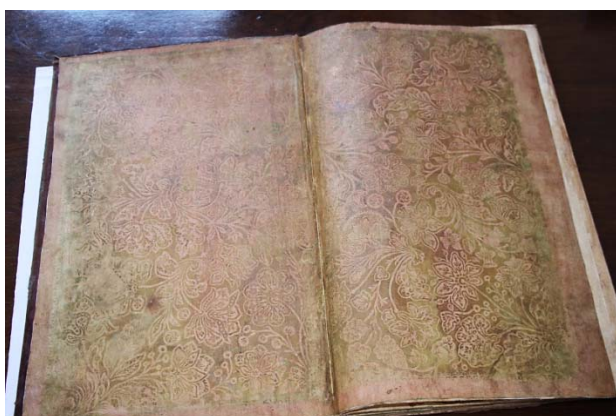


Fonte: Capitania da Bahia/Brasil, 1790. Lisboa, AHU, códice 13768-13815, ms. (Foto: Ana Freitas)

Esta autora comenta que o livreiro e leiloeiro Dr. Pedro de Azevedo, especialista em livros antigos, disse que esse tipo de decoração foi bastante usual no final do século XVIII e sua aplicação era feita com uma esponja umedecida com corantes aglutinados com cola. A datação da feitura dos compromissos vem corroborar a afirmação de Azevedo.

A guarda do TCI de N.S. da Boa Morte (1808) foi feita com um papel decorado com motivos vegetalistas (Figura 91) que hoje encontra-se deteriorado pela luz. Este foi o único exemplar com essas características, valendo ressaltar que ele já faz parte da primeira década do século XIX.

FIGURA 91 – Guarda com motivos vegetalistas



Fonte: TCI de N.S. da Boa Morte, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1808. Sabará/MG, ADH/CBG-MO/IBRAM, ms. (Foto da Autora)

4.4.1 A paleta de cores dos artífices

A palavra tinta tem sua origem no latim *tinctor*, colorido, matizado. A expressão francesa *encre*, por sua vez, procede da greco-latina *encaustum*, tinta feita no fogo que

originariamente foi empregada na pintura sobre cera, na qual as cores eram marcadas a fogo com cera líquida (WEISE, 1935, p. 37).

A análise científica realizada nos compromissos consultados permitiu-nos identificar as matérias colorantes utilizadas pelos artífices responsáveis pela arte feita sobre papel, entretanto não pudemos precisar a procedência exata dos mesmos.

Filgueiras (s/d) diz-nos que os materiais da pintura comprados pela Câmara de Vila Rica vieram do Rio de Janeiro, entretanto não foi possível descobrir a procedência dos que foram solicitados aos boticários de Vila Rica e da Vila de Sabará conforme já discutimos no capítulo 3. Saber a região onde a irmandade foi criada não implica dizer que a paleta do artífice tenha se dado com materiais provenientes dela ou de suas cercanias. Nossos estudos conseguiram comprovar a existência de listas de preços de materiais da pintura impressas na Metrópole e que foi certamente por elas que os comerciantes da época se orientaram para fazer suas vendas, assim como os responsáveis pela entrada desse material no Brasil. Vale ressaltar que, para que outras afirmações sejam feitas acerca dos materiais da pintura presentes nos compromissos das irmandades mineiras, dever-se-á ter muita cautela, uma vez que tal imprudência pode resultar na tentação de extrair conclusões generalizadas de um feito individual que descobrimentos posteriores poderão contradizer.

As tintas da escrita apresentaram cores castanha e preta, com a presença de ferro em todas elas. Entretanto, nem todas as tintas onde identificou-se o ferro podem ser chamadas de ferrogálicas (BICCHIERI, 2008, p. 1074). Nos compromissos em que as iniciais foram feitas a partir dos manuais de caligrafia publicados na Europa entre os séculos XV e XVIII, prevaleceu o uso das cores preta e vermelha, sendo que esta prática se estendeu, no Brasil, até o final do século XVIII e primeira década do XIX⁴¹¹.

Entretanto, nos compromissos mais decorados, a paleta de cores das iniciais é bastante variada, uma vez que acreditamos não ter existido uma regra para definir ou demarcar o uso de um determinado pigmento. No TCI de N.S. do Bonsucesso (Figura 10) de 1738, por exemplo, o artífice tem preferência pelas cores vermelha, amarela e dourada, sendo que em apenas duas iniciais ele usou um pouco da cor verde. O aspecto imponente deste compromisso nos leva a pensar o porquê do uso de uma paleta tão reduzida de cores. Seu uso foi intencional e os significados que este artífice quis dar às suas iluminuras, traduzem a cultura e mentalidade do período em que este compromisso foi produzido. Infelizmente, não

⁴¹¹ A partir deste período não foi feita nenhum tipo de investigação que comprovasse o contrário.

nos foi possível adentrar por esta seara do significado da cor expressa nos compromissos que escolhidos para análise. Realizamos um estudo de caso de sete compromissos da capitania de Minas Gerais, onde demonstraremos os pigmentos utilizados pelos artífices do livro no século XVIII.

4.5 Estudo de caso de sete compromissos da capitania de Minas Gerais

Os compromissos que nos propusemos estudar nesta tese são uma peça importante que poderão nos auxiliar a decifrar a arte da decoração de manuscritos no século XVIII na capitania de Minas Gerais. Arte e ciência fazem-se representadas nesse tipo de atividade artística artesanal que foi muito recorrente nas capitanias da América portuguesa, e a cor existente nos compromissos analisados certamente é um rico legado deixado por artífices ainda pouco citados nas fontes por nós consultadas.

O estudo da materialidade do nosso *corpus* documental limitou-se a sete compromissos produzidos na capitania de Minas Gerais, sendo que cinco estão sob a guarda do APM (Belo Horizonte), dois da CBG (Sabará). Para a caracterização dos compostos pictóricos, tivemos o apoio da escola de Química da UFMG (Belo Horizonte). E no laboratório dessa instituição, recorremos à espectrometria de fluorescência de raios X dispersiva (EDXRF)⁴¹² para fazermos as análises necessárias. Abaixo, apresentamos o *corpus* alvo de nossa análise.

⁴¹² Trata-se de uma técnica analítica nuclear não destrutiva que tem sido utilizada para a avaliação quali-quantitativa da composição química. Ela permite a análise de vários elementos simultaneamente, de modo rápido e a baixo custo.

4.5.1 Arquivo Público Mineiro

Livro 1 - Ficha da obra

Título: Compromisso da irmandade do Santíssimo Sacramento

Datação: 1722;

Autoria: Desconhecida;

Idioma: Português;

Cota: AVC 04;

Tipologia: livro;

Dimensão geral: 282 x 211 mm;

Corpo do livro e guardas: não há vestígios de guardas; 7 cadernos, 33 fólios feitos de papel artesanal, numerados e rubricados de 3 a 31;

Textos/ilustrações: manuscrito com tinta preta, e letra cursiva do século XVIII. Ilustrações com pigmentos predominantemente nas cores vermelha, dourada e em pouca quantidade nas cores verde e preta;

Estrutura interna: vestígio de falso rosto na pasta de cartão, folha de rosto, Termo de abertura e encerramento e 25 capítulos;

Encadernação: inteira simples, efetuada com seda vermelha;

Costura: não há costura, apenas vestígios de quatro furos;

Estado de conservação: Ruim, com perdas por ataque de insetos xilófagos⁴¹³ na lombada;

Proprietário: Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte/MG);

Foram analisados do TCI do Santíssimo Sacramento (1722), por fluorescência de raios-X, 32 pontos em diferentes fólios. A Figura 92, com a fotografia do fólio 6 do TCI do Santíssimo Sacramento, exemplifica alguns pontos estudados, e Quadro 37, logo a seguir, abaixo apresenta os pontos analisados.

































⁴¹³ Classe de insetos que atacam a madeira, papel, e tecido.

FIGURA 92 – F.6f do TCI do Santíssimo Sacramento (1722) com os locais dos pontos analisados por fluorescência de raios X (EDXRF)



Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento, capitania de Minas Gerais/Brasil, 1722.
Belo Horizonte, APM, AVC04, ms.

QUADRO 37 – Locais analisados por fluorescência de raios-X do TCI do Santíssimo Sacramento (1722) - AVC04

Ponto Cor		Ponto Cor		Ponto Cor		Ponto Cor		Ponto Cor	
p15 F3f		p15 F4v		p15 F6v		p15 F22v		p19 F20v	
p15 F19f		p15 F20v		p15 F21v		p19 F19f			
p19 F3f		p19 F4v		p19 F6v		p15 F13f			
p19 F22v		p19 F30v		p15 F10v		p15 F23f			
p11 F3f		p22 F3f		p22a F3f		p11 F4f		p15 F4f	
p11 F6f		p11a F6f		p17 F6f		p22 F6f		p22 F13f	
p22a F13f		p22b F13f		p22c F13f		p22 F19f		p15 F3f	

A análise dos espectros obtidos de 17 pontos distintos dos fólhos em branco (p15) e com escrita (p19) apresenta os elementos magnésio, silício, enxofre, fósforo, potássio, cálcio e traços de ferro nos fólhos em branco e uma maior concentração de ferro nos pontos de escrita.

A análises dos espectros obtidos em diferentes pontos com cor vermelha (p22) indicam a presença de mercúrio sugerindo o uso do pigmento vermelhão (HgS). As análises dos locais com dourado (p11) confirmam a presença de ouro. A presença de prata no ponto (p17) indica o uso de folha de prata além da folha de ouro. Observa-se também a presença de traços de chumbo em alguns espectros que sugere o uso de branco de chumbo como pigmento.

Livro 2 - Ficha da obra

Título: Compromisso da irmandade do Santíssimo Sacramento;

Datação: 1725;

Autoria: Desconhecida;

Idioma: Português;

Cota: AVC 05;

Tipologia: livro;

Dimensão geral: 298 x 224 mm;

Corpo do livro e guardas: duas guardas volantes no início e fim do livro; 1º fôlio (isolado); 5 cadernos (bifólios separados); 1 fôlio solto; 3 cadernos (bifólios separados). 17 fôlios feitos de papel artesanal (14 rubricados e numerados de 01 a 14; e os três primeiros não estão numerados);

Textos/ilustrações: manuscrito com tinta e letra cursiva do século XVIII. Ilustrações aquareladas realizadas com pigmentos diversificados nas cores amarela, azul, branca, marrom, preta, rosa, verde e vermelha;

Estrutura interna: falso rosto, folha de rosto, autorização, Termo de abertura e encerramento e 24 capítulos;

Encadernação: inteira simples, efetuada com seda vermelha;

Costura: não há costura, apenas vestígios de quatro furos;

Estado de conservação: Ruim, com perdas por ataque de insetos xilófagos na lombada;

Proprietário: Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte/MG).


Novamente com o objetivo de caracterizar os materiais usados na feitura do TCI do Santíssimo Sacramento (1725), foram analisados, por fluorescência de raios-X, 73 pontos em diferentes fôlios. A Figura 93, com a fotografia da folha de rosto do TCI do Santíssimo Sacramento exemplifica alguns pontos estudados, e o Quadro 38, logo a seguir, apresenta os pontos analisados.

FIGURA 93 – Folha de rosto do TCI do Santíssimo Sacramento (1725), com os locais de marcação da análise por fluorescência da raios-X (EDXRF)



Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1725. Belo Horizonte/MG, APM, AVC05, ms.

QUADRO 38 – Locais analisados por fluorescência de raios-X do livro do TCI do Santíssimo Sacramento (1725) – AVC05

Ponto /Cor		Ponto /Cor		Ponto /Cor		Ponto /Cor		Ponto /Cor	
p20 f1f		p15 f1v		p22 f2v		21b f3f		p21 Far	
p2 f1f		p19 f1v		p22a f2v		p2 f3v		22 Far	
p15 f1f		p19b f1v		P21a f2v		p15 f3v		p22b For	
p19a f1f		p2 f1v		p22b f2v		p21b f3v		p2 For	
p19 f1f		p21 f1v		p15 f2v		p22 f3v		p17 For	
p21 f1f		p22 f1v		p21 f2v		p21a f4v		p7 For	
21a f1f		20 f2f		p21b f2v		p20 f4v		p21a For	
p21b f1f		p2 f2f		p21c f2v		p15 f4v		p20 For	
p22 f1f		p21a f2f		p2 f2v		p21 f4v		p22c For	
p22a f1f		15 f2f		p20 f3f		p21a f4v		p17b For	

Ponto /Cor	Ponto /Cor	Ponto /Cor	Ponto /Cor	Ponto /Cor
p20 f1v	p15a f2f	p2 f3f	p22 f4v	P21a For
p20a f1v	p19 f2f	p15 f3f	p20a f5f	p22a For
p19a f1v	p21 f2f	p19 f3f	p20 f5f	p22b For
p15a f1v	p22a f2f	p19a f3f	p22 f5f	p22b For
		p21 f3f	p2 Far	p22d For

A análise dos espectros obtidos em diferentes pontos com cor verde (p21) indicam a presença de cobre, sugerindo o uso do pigmento azurita e, em alguns pontos, a associação do cobre com zinco sugere a presença de folha de latão possivelmente como pigmento em pó.

A exame dos espectros obtidos em diferentes pontos com cor vermelha (p22) indicam novamente a presença de mercúrio sugerindo o uso do pigmento vermelhão (HgS). Exceto nos pontos: For-p22a, For-p22b, For-p22c e F02v-p22 em que a ausência do Hg, e de qualquer outro elemento que possa justificar a cor vermelha, indica o uso de corante de base orgânica. A apreciação dos espectros obtidos em diferentes pontos do fólio em branco (p15) e com escrita (p19) apresenta os elementos silício, enxofre, traços de fósforo, potássio, cálcio e ferro nos fólhos em branco, e uma maior concentração de ferro pôde novamente ser observada nos pontos de escrita. A presença de mercúrio, cobre e zinco em pontos (p15) sugerem a migração destes íons no papel e a deterioração do latão. A análise dos espectros obtidos em dois pontos apresenta os elementos arsênio e enxofre em locais alaranjados, F04v-p20 e F05f-p20, que indica a presença do pigmento ouropigmento ou realgar. Nos outros casos p20, a presença do amarelo deve ser devido ao uso de corante orgânico. A presença de traços de estanho deve ser mais investigada, mas sabe-se que ele era usado como mordente na fabricação de lacas, o que faria sentido no caso do amarelo.

Livro 3 – Ficha da obra

Título: Compromisso da irmandade de N.S. da Apresentação;⁴¹⁴

Datação: 20/04/1738;

Autoria: Desconhecida;

Idioma: Português;

Cota: AVC 02;

Tipologia: livro;

Dimensão geral: 273x198 mm;

Corpo do livro e guardas: duas guardas volantes não originais no início e fim do livro⁴¹⁵; 3 cadernos com 10 fólios feitos em papel artesanal, não numerados ou rubricados.

Textos/ilustrações: manuscrito com tinta preta e letra cursiva do século XVIII. Ilustrações aquareladas realizadas com pigmentos diversificados nas cores amarela, azul, branca, marrom, preta, rosa, verde e vermelha;

Estrutura interna: folha de rosto, autorização, Termo de abertura e encerramento e 26 capítulos;

Encadernação: inteira simples, efetuada com seda vermelha;

Costura: trata-se de costura não original;

Estado de Conservação: Bom, o livro foi todo restaurado.

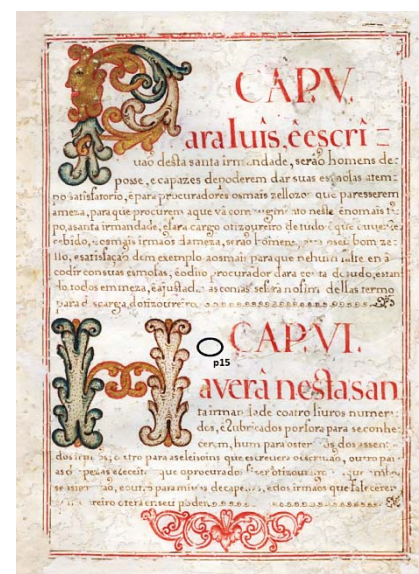
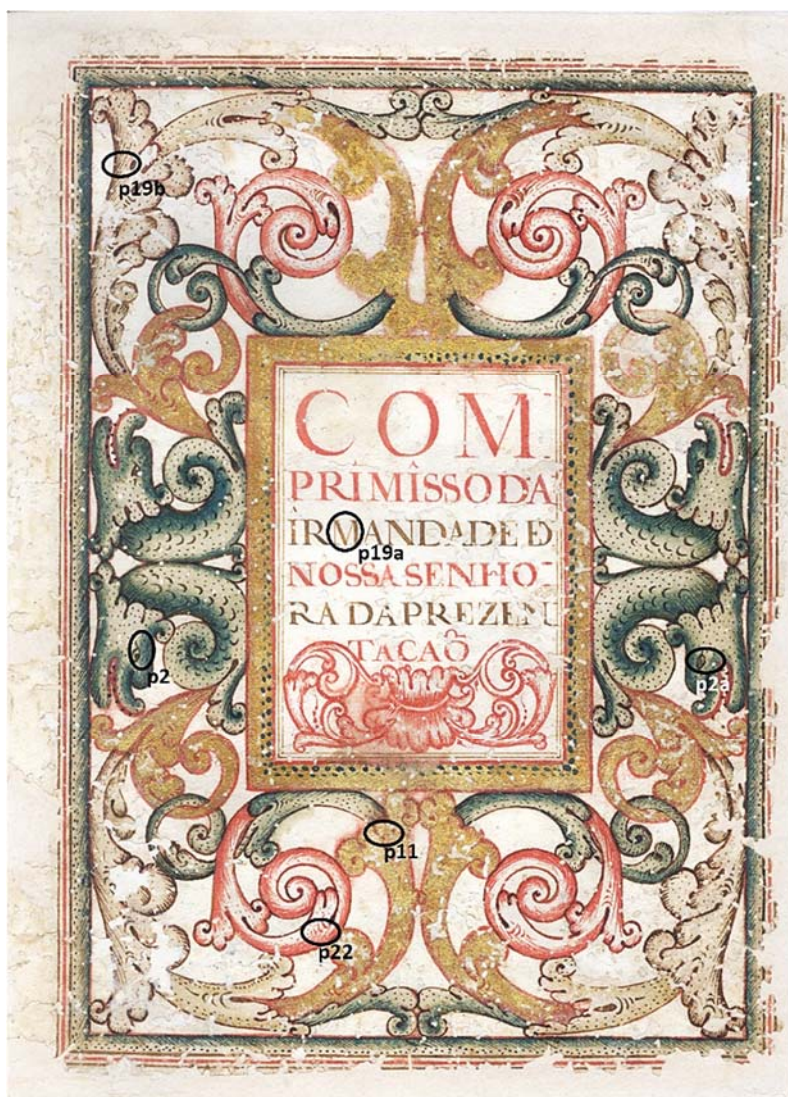
Proprietário: Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte/MG).

Foram analisados, por fluorescência de raios-X, 40 pontos em diferentes fólios do TCI de N.S. da Apresentação. A Figura 94, com as fotografias de três fólios do TCI de N.S. da Apresentação exemplifica alguns pontos estudados. O Quadro 39, abaixo, apresenta o resumo dos locais estudados para caracterização das diferentes cores encontradas.

⁴¹⁴ Apresentação.

⁴¹⁵ Este compromisso foi todo restaurado e não conseguimos obter informações de sua tipologia física antes desta intervenção.

FIGURA 94 – Folha de rosto, f. 4 e f.5 do TCI de N.S. da Apresentação (1738), com os locais de marcação da análise por fluorescência da raios-X (EDXRF)



Fonte: TCI de N.S. da Apresentação, capitania de Minas Gerais/Brasil, 1738. Belo Horizonte, APM, AVC02, ms.

QUADRO 39 – Locais analisados por fluorescência de raios-X no
TCI de N.S. da Apresentação - AVC02

Ponto Cor		Ponto Cor		Ponto Cor		Ponto Cor		Ponto Cor	
p2 F2f		p2 F4f		p15 F5f		p22 F5f		p22 F7f	
p2a F2f		p11 F4f		p19a F2f		p2 F7v		p22a F7f	
p11 F2f		p22 F4f		p19b F2f		p11 F7f		p2 F7v	
p12 F4v		p11 F4f		p22 F2f		p11a F7f		p22 F7v	
p19 F1f		p19b F3v		p19c F4f		p19 F5f		p19 F9f	
p19b F2f		p19c F3v		p19a F3v		p19 F7f		p19a F9f	
p19 F3v		p19 F4f		p19 F5f		p19 F7f		p19b F9f	
p19b F4f		p19a F4f		p19a F5f		p19 F7v		p19c F9f	

As análises dos espectros obtidos em diferentes pontos com a cor vermelha (p22) indicam a presença de mercúrio sugerindo o uso do pigmento vermelhão (HgS). A análise dos locais com dourado (p11) confirmam a presença de ouro com traços de cobre. A presença de cobre no pontos (p2) de cor azul esverdeada sugere a presença do pigmento azurita. Observa-se também a presença de traços de chumbo em alguns espectros, que sugere o uso de branco de chumbo como pigmento. Os estudos em diferentes pontos com escrita e marrom (p19) indicam a presença de ferro quando comparados com pontos sem nenhum pigmento. O fólio em branco apresenta apenas os elementos silício, enxofre, potássio, cálcio e traços de ferro.

Livro 4 - Ficha da obra

Título: Compromisso da irmandade de N.S. do Bonsucesso;

Datação: 20/04/1738;

Autoria: Desconhecida;

Idioma: Português;

Cota: AVC 03;

Tipologia: livro;

Dimensão geral: 330x213 mm;

Corpo do livro e guardas: sem guardas, e não foi possível identificar a forma de estruturação dos cadernos devido à fragilidade dos fólios feitos de papel artesanal com numeração do século XX de 1 A 17;

Textos/ilustrações: manuscrito com tinta preta e letra cursiva do século XVIII, ilustrações com pigmentos predominantemente nas cores vermelha, dourada e em pouca quantidade nas cores azul e preta;

Estrutura interna: folha de rosto, autorização, Termo de abertura, e 10 capítulos;

Encadernação: original, inteira simples, efetuada com veludo azul;

Costura: perda total da costura original;

Estado de conservação: ruim, com perdas por ataque de insetos xilófagos na lombada e em vários fólios;

Proprietário: Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte/MG).


















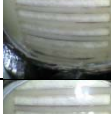



Foram analisados, por fluorescência de raios-X, 40 pontos em diferentes fólios do TCI de N.S. do Bonsucesso (1738). A Figura 95, com a fotografia da folha de rosto do TCI de N.S. do Bonsucesso, exemplifica alguns pontos estudados, e o Quadro 40, logo a seguir, apresenta os locais estudados para caracterizar as diferentes cores encontradas.

FIGURA 95 – Folha de rosto do TCI de N.S. do Bonsucesso (1738) com os locais dos pontos analisados por fluorescência de raios-X (EDXRF)



Fonte: TCI de N.S. do Bonsucesso, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1738. Belo Horizonte/MG, APM, AVC03, ms.

QUADRO 40 – Locais analisados por fluorescência de raios-X
no TCI de N.S. do Bonsucesso (1738) - AVC03

Ponto Cor		Ponto Cor		Ponto Cor		Ponto Cor		Ponto Cor	
p22 F2f		p17a F6f		p2 F8f		p2 F15f		p2b F18f	
p2a F6f		p17b F6f		p11 F8f		p11 F15f		p2 F20f	
p2b F6f		p21 F6f		p22 F8f		p22 F15f		p22 F23f	
p11 F6f		p22 F6f		p11 F13f		p2a F18f		p15 F23f	
F1v p19a		F8f-p19		F18f p15		F23f p19b		F26f p19a	
F1v p19b		F13f p19a		F18f p19		F23f p19c		F26f p19b	
F2f p15		F13f p19b		F20f p19		F24f p19a		F26f p19c	
F2f p19		F15f p15a		F23f p15		F24f p19b		F26f p19d	
F8f p15		F15f- p19		F23f p19a		F25f- p19		F26f p19e	
f1v p15		f14f p15		f20f p15		f25f p15		f26f p19a	
f2f p15		f14f p19		f21f p15		f25f p19		f26f p19b	
f8f p15		f15f p15		f22f p15		f26f p15			
f13f p15		f17f p15		f22f p19		f26f p19.			

A análise dos espectros obtidos em diferentes pontos com cor vermelha (p22) indicam a presença do mercúrio sugerindo o uso do pigmento vermelhão (HgS). As análise dos locais com dourado (p11) confirmam a presença de ouro. A presença de cobre no pontos (p2) e (p21) de cor azul e verde indica a presença do pigmento azurita e verde de cobre ou malaquita. Observa-se também a presença de traços de chumbo em alguns espectros, o que sugere o uso de branco de chumbo como pigmento. A análise em pontos distintos do fólio em branco (p15) e com escrita (p19) apresenta os elementos magnésio, silício, enxofre, fósforo, potássio, cálcio e traços de ferro nos fólhos em branco. Uma maior concentração de ferro pode ser observada nos pontos de escrita.

Livro 5 – Ficha da obra

Título: Compromisso da irmandade do Santíssimo Sacramento;

Datação: 20/07/1745;

Autoria: Desconhecida;

Idioma: Português;

Cota: AVC 08;

Tipologia: livro;

Dimensão geral: 293x210 mm;

Corpo do livro e guardas: duas guardas volantes no início, não foi possível identificar a forma de estruturação dos cadernos devido à fragilidade dos fólhos feitos em papel artesanal e rubricados com numeração do século XX de 1 a 20;

Textos/ilustrações: manuscrito com tinta preta e letra cursiva do século XVIII. Ilustrações com pigmentos predominantemente nas cores vermelha, dourada, e em pouca quantidade nas cores azul e preta;

Estrutura interna: falso rosto, folha de rosto, autorização, Termo de abertura e 16 capítulos;

Encadernação: original, inteira simples, efetuada com couro;

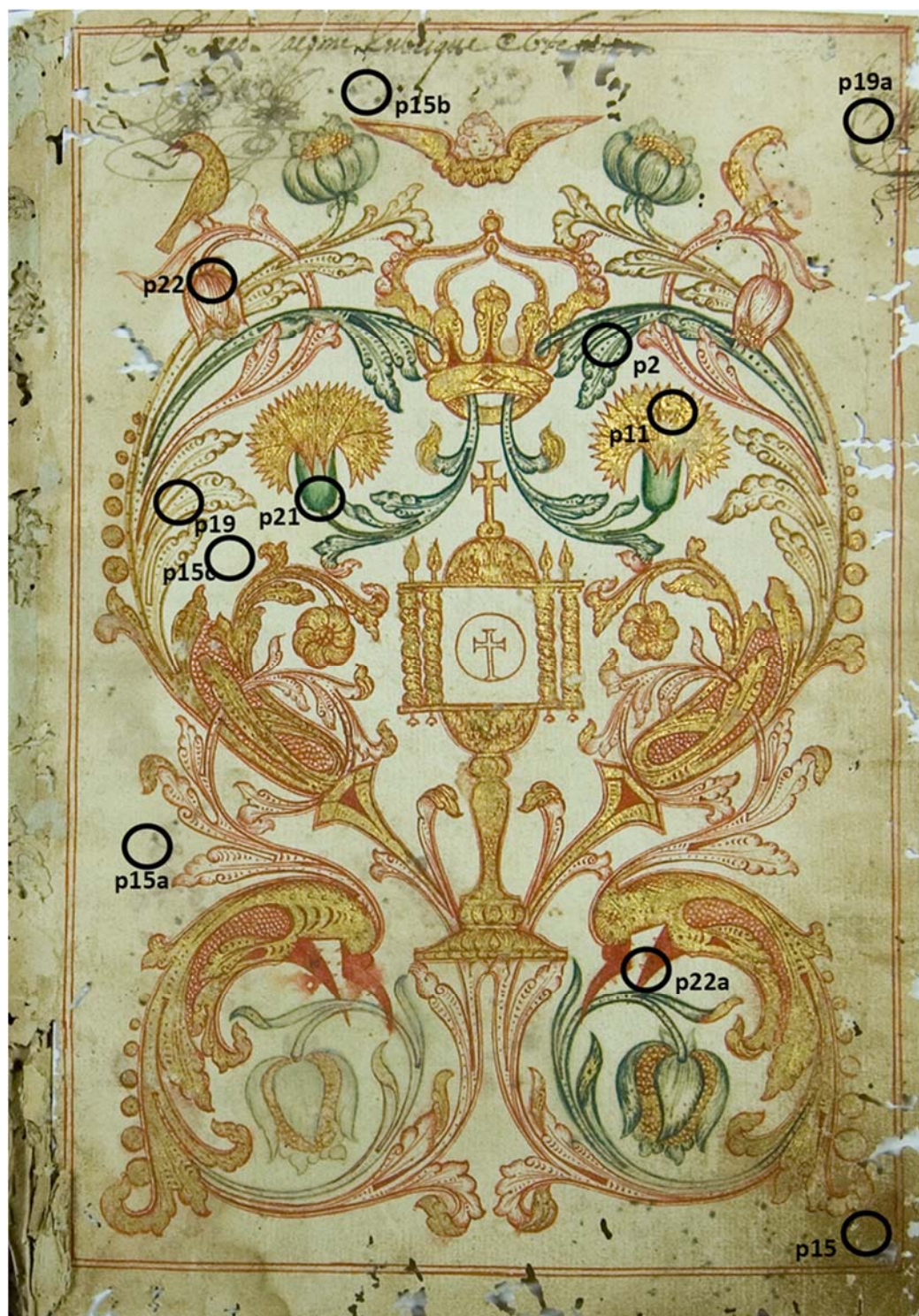
Costura: perda parcial da costura original;

Estado de conservação: Ruim, com perdas por ataque de insetos xilófagos na lombada e em vários fólhos;

Proprietário: Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte/MG).

Foram analisados, por fluorescência de raios-X, 65 pontos em diferentes fólhos do TCI do Santíssimo Sacramento (1745). A Figura 96, com a fotografia da folha de rosto do compromisso do Santíssimo Sacramento, exemplifica alguns pontos estudados, e o Quadro 41, logo a seguir, apresenta os locais medidos para o estudo dos diferentes materiais usados na feitura do livro.

FIGURA 96 – Folha de rosto do TCI do Santíssimo Sacramento (1745)
com os locais dos pontos analisados por fluorescência de raios-X (EDXRF)



Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1745. Belo Horizonte/MG, APM, AVC08, ms.

QUADRO 41 – Locais analisados por fluorescência de raios-X
no TCI do Santíssimo Sacramento (1745) – (AVC 08)

Ponto Cor	Ponto Cor	Ponto Cor	Ponto Cor	Ponto Cor
p15 f4f	p15a f6f	p15 f8f	p15 f11f	p15 f13f
p19 f5f	p15 f7f	p15 f9f	p19 f11f	p15 f6f
p19 f7f	p15 f10f	p15 f12f	p15a Ffor	p15b Ffor
p15 F4f	p19 F6f	p19b F28f	p15 F49f	p15c Ffor
p15a F4f	p22 F6f	p19c F30f	p11 Ffar	p19 Ffor
p15b F4f	p15 F26f	p19 F30f	p15 Ffar	p19a Ffor
p19 F4f	p19 F26f	p19a F30f	p15a Ffar	p21 Ffor
p19a F4f	p19a F26f	p15 F31f	p15b Ffar	p22 Ffor
p19b F4f	p15 F26v	p19 F31f	p19 Ffar	p22a Ffor
p22 F4f	p19 F26v	p19 F33f	p22 Ffar	
p15 F6f	p22 F26v	p19a F33f	p22a Ffar	
p15a F6f	p15 F27f	p19c F33f	p2 Ffor	
p15b F6f	p19 F28f	p15 F37f	p11a Ffor	
p15c F6f	p19a F28f	p19 F37f	p15 Ffor	

A análise dos espectros obtidos em pontos distintos com a cor vermelha indicam a presença de mercúrio sugerindo o uso do pigmento vermelhão (HgS). No ponto F26v-(p22) a ausência do elemento mercúrio sugere o uso de um corante vermelho (composto orgânico) misturado com branco de chumbo ou de mínio (Pb_3O_4), pois observa-se também presença de chumbo. A análise dos locais com dourado confirmam a presença de ouro com traços de cobre. Os espectros obtidos em diferentes pontos sem pigmento e em pontos com cor marrom, na configuração 40kV e $3\mu A$, indicam a presença dos elementos silício, enxofre, cloro, potássio, cálcio, arsênio e ferro. Os mesmos elementos foram encontrados na configuração 15kV e $20\mu A$, com exceção do arsênio e do cloro. O arsênio observado no ponto Ffor-p19 indica a presença de pigmento à base de sulfeto de arsênio que pode ser o ouropigmento ou o realgar, e a presença de cloro pode ser decorrente, dentre outras causas, do manuseio do livro. A presença de cobre no ponto Ffor-p2 de cor azul esverdeada indica a presença do pigmento azurita. O amarelo observado na foto deste ponto sugere a presença de um corante amarelo de natureza orgânica já que nenhum elemento observado no espectro deste ponto poderia explicar a presença da cor amarela.

4.5.2 Casa Borba Gato (3 compromissos)

Livro 6 – Ficha da obra

Título: Compromisso da irmandade de Nossa Senhora do Rozario dos Pretos;

Datação: 27/08/1782 (data de aprovação do compromisso);

Autoria: Francisco de Sales (Sabará);

Idioma: Português;

Cota: s/r;

Tipologia: livro;

Dimensão geral: 343x213 mm;

Corpo do livro e guardas: duas guardas volantes no início e no final do livro; 67 fólios em papel artesanal sem numeração e rubrica.

Textos/ilustrações: manuscrito com tinta preta e letra cursiva do século XVIII. Ilustrações nas cores preta e vermelha;

Estrutura interna: Falso rosto, folha de rosto, Termo de abertura e fechamento e 14 capítulos;

Encadernação: original, inteira simples, em veludo vermelho;

Costura: original;

Estado de conservação: Muito bom.

Proprietário: Casa Borba Gato (Sabará/MG).

























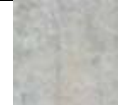



Foram analisados, por fluorescência de raios-X, 36 pontos em diferentes fólios do TCI de N.S. do Rosário dos Pretos na tentativa de caracterização da paleta de cor utilizada pelo artista. A FIG. 97, com a fotografia da folha de rosto do compromisso exemplifica alguns pontos estudados, e o Quadro 42, logo a seguir, apresenta os locais medidos para o estudo dos diferentes materiais usados na feitura do livro.

FIGURA 97 – Folha de rosto do TCI de N. S. do Rosário dos Pretos (1782 com os locais dos pontos analisados por fluorescência de raios-X (EDXRF)



Fonte: TCI de Nossa Senhora do Rozario dos Pretos, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1782. Sabará/MG, ADH/CBG-MO/IBRAM, ms. (Foto da Autora).

QUADRO 42 – Locais analisados por fluorescência de raios-X no TCI de N.S. do Rozario dos Pretos (1782).

Ponto Cor		Ponto Cor		Ponto Cor		Ponto Cor	
p15a Ffor		p2b Ffor		p17 F3f		p19 F10f	
p17a Ffor		p21b Ffor		p15 F3f		p19 F10f	
p15c Ffor		p15b Ffor		p22 F4f		p19 F10f	
p20a Ffor		p21a Ffor		p17 F4f		p19 F10f	
p22 Ffor		p20b Ffor		p15 F4f		p15 F10f	
p2a Ffor		p15 F1f		p17 F4f		p15 F10f	
p2b Ffor		p17 F1f		p17 F10f		p15 F10f	

A análise dos espectros obtidos em fólhos distintos com cor vermelha (p22) indicam a presença de mercúrio, sugerindo o uso do pigmento vermelhão (HgS). No ponto p22-Ffor a baixa concentração do elemento mercúrio sugere novamente o uso de um corante vermelho (composto orgânico ou uma laca). Os espectros obtidos em diferentes pontos sem pigmento (p15) indicam a presença dos elementos silício, fósforo, enxofre, potássio, cálcio, arsênio, bário e ferro. Acredita-se que a presença do elemento arsênio tenha sido acrescentado na feitura do papel já que sua concentração não varia de forma significativa nos vários pontos estudados. A análise dos pontos (p19) apresentam um aumento da quantidade de ferro, o que indica uma tinta à base de ferro. A presença de cobre no ponto p2b-For indica a presença do pigmento azurita, mas a ausência do cobre nos outros pontos (p2) e (p21) de cor azul e verde sugere o uso de outros pigmentos. Acredita-se que sejam corantes orgânicos que não podem ser identificados sem a retirada de amostra, os quais poderiam ser o índigo (azul) ou o índigo misturado com o gamboge (verde). O amarelo observado nos pontos p20 indica a presença de um corante amarelo de natureza orgânica já que nenhum elemento observado no espectro

deste ponto poderia explicar a presença da cor amarela. As análises dos pontos de cor cinza (p7) e preto (p17) indicam o uso de negro de fumo ou negro de ossos, mas isso não pôde ser verificado .porque mesmo com a presença de fósforo sua concentração não variou com a quantidade do material colorante. A presença do branco de chumbo foi observada em duas áreas de azul p2a-Ffor, p2b-Ffor, indicado uma mistura de pigmentos.

Livro 8 – Ficha da obra

Título: Compromisso da irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte dos Homens Pardos Morenos Livres – apelidados os “Tobias”;

Datação: 1808 (“Aprovado em 23/04/1808 pela Meza de Consciência e Ordem”);

Autoria: Desconhecida;

Idioma: Português;

Cota: s/r;

Tipologia: livro;

Dimensão geral: 350x288 mm;

Corpo do livro e guardas: duas guardas decoradas com elementos vegetalistas no início e no final do livro, 21 fólios em papel artesanal;

Textos/ilustrações: manuscrito com tinta preta e letra cursiva do século XVIII. Ilustrações nas cores dourada e azul;

Estrutura interna: folha de rosto, Proêmio, e 24 capítulos;

Encadernação: original, inteira simples, em veludo vermelho com cor bastante esmaecida;

Costura: original;

Estado de conservação: Bom. O livro apresenta intervenções feitas com papel japonês nas bordas.

Proprietário: Casa Borba Gato (Sabará/MG).

Foram analisados, por fluorescência de raios- X, 38 pontos em diferentes fólios do TCI de N.S. da Boa Morte dos Homens Pardos Morenos Livres. A Figura 98, com a fotografia da folha de rosto do compromisso, exemplifica alguns pontos estudados, e o Quadro 43, logo, a seguir, apresenta os locais analisados para caracterização dos materiais.

FIGURA 98 – Folha de rosto do TCI de N.S. da Boa Morte dos Homens Pardos Morenos Livres (1808) com os locais dos pontos analisados por fluorescência de raios-X (EDXRF)



Fonte: TCI de N.S. da Boa Morte dos Homens Pardos Morenos Livres, Capitania de Minas Gerais/Brasil, 1808. Sabará/MG, ADH/CBG-MO/IBRAM, ms. (Foto da Autora).

QUADRO 43 – Locais analisados por fluorescência de raios-X no TCI de N.S. da Boa Morte dos Homens Pardos Morenos Livres

Ponto Cor	Ponto Cor	Ponto Cor	Ponto Cor	Ponto Cor
p2a For	p21a For	p22 F1f	p11 F2v	p15 Ff
p20a For	p20b For	p2 F1f	p19a F2v	p15 F5v
p22a For	p22c For	p11 F1f	p19b F2v	p19 F5v
p17a For	p19a For	p15 F1f	p15 F2f	p15 F5v
p17b For	p17c For	p17 F1f	p15 F3f	p15 F18f
p2b For	p15a For	p19 F1f	p22 F3f	p15 F18f
p11a For	p17d For	p15 F1f	p2 F3f	
p22b For	p15b For	p2 F2v.	p15 F3f	

A análise dos espectros obtidos em pontos distintos com cor vermelha (p22) indicam a presença de mercúrio sugerindo o uso do pigmento vermelhão (HgS). No ponto p22-Ffor a baixa concentração do elemento mercúrio sugere o uso de um corante vermelho (composto orgânico ou uma laca). A análise dos locais com dourado (p11) confirmam a presença de ouro com traços de cobre. Os espectros obtidos em diferentes pontos sem pigmento (p15) indicam a presença dos elementos alumínio, silício, enxofre, potássio, cálcio, arsênio, ferro e cobre. A presença dos elementos cobre e arsênio que não tinham sido observados antes pode ser devida a migração de íons pela deteriorização de pigmentos à base de cobre e do uso deste como pesticida. Acredita-se que o arsênio tenha sido acrescentado na feitura do papel já que sua concentração não varia de forma significativa nos vários pontos estudados. A análise dos pontos (p19) apresenta um aumento da quantidade de ferro, o que indica uma tinta à base de ferro. A presença de cobre nos pontos (p2) de cor azul indica a presença do pigmento azurita.

O amarelo observado no ponto p20a-For revela a presença de um corante amarelo de natureza orgânica já que nenhum elemento observado no espectro deste ponto poderia explicar o aparecimento da cor amarela. As análises dos pontos de cor cinza e preto (p17) indicam o uso de negro de ossos devido à presença de fósforo. A presença do branco de chumbo foi observada nas áreas onde as medidas foram realizadas em partes da folha de rosto, p20b-Ffor, p19a-Ffor e p17-Ffor, indicando seu uso nas carnações, o que é geralmente observado em pinturas e esculturas policromadas.



CONCLUSÃO

Nosso esforço nesta pesquisa foi o de tentar trazer à tona dados relativos à história da produção dos termos de compromisso das irmandades religiosas de leigos no século XVIII na capitania de Minas Gerais, região privilegiada por nossa pesquisa. Entretanto, os dados obtidos sobre as demais capitanias foram considerados porque a inclusão deles nos resultados que obtivemos nos permitiram concluir que os vários saberes que estiveram envolvidos na produção destes livros manuscritos, alguns de beleza plástica ímpar, não se restringiram a uma região específica do Brasil. Além disso, o resultado do estudo comparativo que realizamos entre os compromissos feitos em Portugal e no Brasil no século XVIII nos demonstrou como a produção portuguesa de teve influência direta sobre a realizada nas capitanias do litoral e do interior, tanto no que refere aos elementos gráficos representados quanto no material da encadernação.

Constatamos que, desde a Antiguidade, a produção do livro manuscrito nunca se restringiu a um grupo específico de profissionais. Para que o objeto se concretizasse em sua forma física, foi necessário que pessoas de saberes distintos estivessem ligadas a este fazer que envolveu iluminadores, calígrafos, escrivães, douradores, encadernadores, revisores, comerciantes, químicos, boticários, e droguitas. O que não significa dizer que, no século XVIII, esta mesma cadeia de profissionais não tenha existido. Talvez, ela não tenha sido tão expressiva em termos de quantidade como no período medieval, mas não podemos descartar esta hipótese, pois dentro de um total de 517 irmandades inventariadas até o presente momento, encontramos 165 compromissos, nem todos iluminados. Entretanto, alguns deles foram decorados com iluminuras de uma beleza plástica ímpar, feitas com uma com uma paleta rica de cores. Se levarmos em conta que a imprensa estava no auge de sua manifestação na Europa, e os livros manuscritos já não alcançavam o mesmo *status* dos séculos anteriores. Para um trabalho inicial de levantamento desta produção, consideramos significativa a quantidade de compromissos encontrados nas fontes.

O livro, desde sempre, teve funções diferenciadas dentro da sociedade, e o seu uso e forma de produção também. Do período medieval até o século XVIII, a sua forma física sempre se adaptou às condições ambientais e dos materiais disponíveis a cada época para a

sua feitura. Sendo que a cada nova adaptação ou inserção de um material ou técnica, ele ia ganhando uma nova forma.

Os livros que estudamos tinham como função reger uma corporação de irmãos religiosos (brancos, pardos, negros escravos ou libertos) que se congregaram com a finalidade de se ajudarem mutuamente em vida ou depois da morte. Produzi-los foi algo necessário para que estas associações agremiativas pudessem agir com legalidade dentro do contexto em que estavam inseridas.

No decorrer de nossa pesquisa, percebemos que no século XVIII a seda, o couro, e o veludo foram os materiais mais utilizados para encadernar os compromissos, tendo sido o linho um material de pouca expressão dentro do *corpus* que analisamos. Entretanto, constatamos que seu uso foi recorrente entre os encadernadores da América do Norte. Já os papéis utilizados como suporte da escrita podem ser resultantes de produção artesanal, isso porque apenas empresa Fabriano, na Itália, passa a ser o primeiro centro de produção a aproveitar a energia da água para conduzir o processo atrial (polpa), que vem substituir a intensa atividade de trabalho manual que envolvia o processamento do papel no início de sua produção.

Nesta pesquisa, não foi possível identificar o tipo de material utilizado para fabricá-los. As marcas d'água bordadas nas folhas analisadas revelam a invisibilidade de uma produção marcada por signos e sinais com os quais seria interessante dialogar para que este mundo encoberto de mistério venha a ser revelado aos que se dedicam à Paleografia, Ecdótica, e Filologia. Quanto às matérias colorantes existentes no Brasil, o farto inventário realizado pelos naturalistas no final do século XVIII nos revelou um tesouro ainda desconhecido da Coroa Portuguesa e que não tivemos tempo de descobrir se realmente foi explorado por ela. Os pigmentos encontrados em nossas análises foram o vermelhão, azurita, malaquita, verdete, folha de ouro e prata, latão, branco de chumbo, ouropigmento (ou realgar), amarelos e vermelhos de origem orgânicas. Os resultados por nós obtidos nos revelaram que os artífices do livro da capitania de Minas Gerais utilizaram pigmentos considerados de luxo desde a Antiguidade, muitos dos quais exigia técnica esmerada para sua produção. Dependendo do tipo de pigmento que o pintor precisasse, o seu grau de moagem deveria ser escolhido previamente, e só ao boticário caberia esta função e competência. O vermelhão, vermelho de chumbo ou ouropigmento deveriam ser muito bem moídos numa pedra de pórfiro com um pilão de face plana, também de pórfiro, e a água seria um componente indispensável neste processo. Desta forma, tanto o pintor quanto o boticário, principalmente este último, deveria saber que quanto mais fino fosse o grão melhor seria a superfície pictórica a ser obtida, ou seja, mais facilmente a cor seria aplicada. Para pigmentos como a azurita e o verdete era imprescindível saber que a moagem deles deveria ser grosseira, do

contrário as belas cores que poderiam ser deles obtidas corriam os risco de se transformar em cores cinzas de tom pardo. (DCR, s/d, p. 9).

Apesar de a literatura sempre ter referenciado que os boticários deveriam atuar apenas como auxiliares dos médicos (inclusive isso era regulamentado por lei), não foi isso que as fontes nos revelaram. Em alguns dos inventários, justificações e ações de alma que consultamos nos arquivos mineiros, conseguimos comprovar que os boticários foram cozinheiros dos médicos e também dos pintores. No decorrer de nossa pesquisa, algumas fontes nos deram indícios da suposta parceria que poderia ter acontecido entre boticários e pintores, mas nenhuma nos revelou uma prova efetiva que comprovasse nossa suspeita. As descobertas realizadas nas fontes primárias nos revelaram que estes boticários atuaram para uma classe profissional distinta da dos médicos e, pelo que percebemos, esta atuação supostamente ilegal não foi denunciada às autoridades portuguesas, pelo menos até o momento não conseguimos encontrar nada que venha contradizer esta nossa assertiva. Devido a isso, concluímos o quanto ainda está por ser feito sobre este assunto no Brasil.

No que se refere à feitura das ilustrações dos compromissos como um todo, os resultados obtidos nos mostraram as fontes impressas e manuscritas que provavelmente serviram de inspiração para os artífices responsáveis pelas ilustrações presentes nos compromissos produzidos nas diversas capitanias do Brasil. O livro de Andrade (1722) e o de Ruelas y Paz (1718) são fontes estimadas em Língua Portuguesa que comprovadamente influenciaram esse fazer. O *continuum* cultural apreçoado por Peter Burke e Arnold Tonybee foi percebido em alguns modelos caligráficos e iconográficos, assim como é visível a ressignificação de vários elementos europeus pelos artífices responsáveis por esta rica produção nas capitanias do Brasil, principalmente na de Minas Gerais. Desta forma, pretendemos com os resultados obtidos colaborar com novos estudos sobre a história do livro no século XVIII, tanto a que se refere aos materiais utilizados para produzi-los quanto a que versa sobre as iluminuras e suas possíveis interpretações.

Esperamos que pesquisadores de outros estados tenham interesse por este tema para que possamos dar início ao mapeamento dos compromissos das irmandades de leigos no Brasil do século XVIII e assim, quem sabe, realizar uma cartografia desta produção. Importante também será desvendar os mistérios que envolvem os boticários e suas boticas na parceria com artífices e pintores, a produção e circulação das matérias colorantes nas capitanias para que a partir de outras pesquisas, além da nossa, eles adquiram um novo *status*: o de cozinheiros dos pintores, apropriação que achamos simpática para nomeá-los nesta tese.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. Saberes culinários e a botica doméstica: beberagens, elixires e mezinhas no Império Português: (séculos XVI-XVIII). *sÆculum Revista de História*, João Pessoa, v. 27, p. 14-26, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/16422>>. Acesso em: 15 out. 2015.

ALMADA, Márcia. *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII*. 2011, 2v.: Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010.

ARAÚJO, Jeaneth Xavier de. *Os artífices do sagrado e a arte religiosa nas minas setecentistas: trabalho e vida cotidiana*. 2010. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

ARNS, Paulo Evaristo. *A técnica do livro segundo São Jerônimo*. 2. ed. rev.amp. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASIL 500 ANOS ARTES VISUAIS. Mostra do Redescobrimto. *Negro de corpo e alma = Black in body and soul*. São Paulo: Associação Brasil 500 Anos, 2000.

AUGUSTI, Selim. *I colori pompeiani*. Roma: De Luca Editore, 1967.

AZEVEDO, Jorge, et al. História da sericultura em Portugal: origem e utilização atual dos bichos da seda e da seda. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA NO ENSINO, 1, 2015. Vila Real. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2015, p. 158-164. Disponível em: <https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/4690/1/ebook_1EHEC_2015.05.25_sericultura.1pdf.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2016.

BÉARAT, Hamdallah. et al (editores). *Roman wall painting: materials, techniques, analysis and conservation*. Fribourg: Institute of Mineralogy and Petrology, 1997.

BELTRAN, Maria Helena Roxo. Farmácias e ateliês: vestígios de conhecimentos sobre matéria médica em receituários sobre as artes decorativas. In: MARTINS, Renata A. et al. FILOSOFIA E HISTÓRIA DA CIÊNCIA NO CONE SUL, 3, 2004, Campinas: AFHIC, 2004, p. 297-303. Disponível em: <<http://www.ghc.usp.br/server/AFHIC3/Trabalhos/39-Maria-Helena-Roxo-Beltran.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

BICCHIERI, Marina et al. All that is iron-ink is not always iron-gall! *Journal of Raman Spectroscopy*, v. 39, p. 1074-1079, 2008.

BLASSELE, Bruno. *A pleines pages: histoire du livre*. vol. 1. Paris: Gallimard Jeunesse, 1997.

BLUTEAU, Rafael. Azul. In: *Vocabulario portuguez e latino, aulico...* v. 1. Lisboa: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez e latino, aulico* [...]. v. 1. Lisboa: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1713.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Portuguez e Latino, Aulico...* v. 8. Lisboa: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1721.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ática, 1986.

BOXER, Charles R. *O império colonial português: (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969.

BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

CABRAL, João M. Peixoto. *História breve dos pigmentos III: das artes gregas e romanas*. *Química*, n. 82, set. 2001, p. 57-64. Disponível em: <<http://www.spq.pt/magazines/BSPQ/606/article/3000999/pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2015.

CALAINHO, Daniela Buono. Normas e práxis na medicina luso-brasileira setecentista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. Anais... Fortaleza: ANPHU, 2009, p. 1-9. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S.25.1241.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2016.

CARNEIRO, Henrique. *Filtros, mezinhas e triacas: as drogas no mundo moderno*. São Paulo: Xamã, 1994.

CARREIRA, Maria de São Luiz da Silva. *Marca de Água: Arquivo Histórico Parlamentar (Monarquia Constitucional 1821-1910)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Documentação e Informação Arquivística) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2012.

CARVALHO, Rita Costa. *A Marginalia como imagem transgressiva: ligações entre a página medieval e o graffiti contemporâneo*. 2009. Tese (Mestrado em Artes Visuais/Intermídia) - Escola das Artes, Universidade de Évora, 2009. In: *Medievalista*, n. 8, jul/dez. 2010. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA8/PDF8/PDFcarvalho8014.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

CAVALCANTI, Nereu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CELEMÍN, Antonio Vélez. *La llegada del marmoleado a Europa y los modelos del siglo XVIII*. 8 dez. 2014. Disponível em: <<http://papelesdecoradosenmadrid.blogspot.com.br/2014/12/ii-la-llegada-del-marmoleado-europa-y.html>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução de Mary del Priore. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

CHARTIER, Roger. *Formas e sentido, cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas: Associação de Leitura do Brasil, Mercado de Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do antigo regime*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

CHEVALIER, Jean *et al.* *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. 12 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

CHURCHILL, W.A. *Watermarks in paper in Holland, England, France, etc., in the XVII and XVIII centuries and their interconnection*. Nieuwkoop: De Graaf Publishers, 1990.

CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. Tradução de Rubens Eduardo Ferreira Frias. Barcelona: Editorial Labor, 1984.

COELHO, Daniela. Problemáticas de conservação e restauro do mobiliário pintado português no século XVIII. In: JORNADAS DE ARTE E CIÊNCIA – CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE ARTES DECORATIVAS, 6, 19 abr. 2011, Porto. Actas... Porto: Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, 2011.

COSTA, Renata Ferreira. Edição semidiplomática de "Memória histórica da Capitania de São Paulo", códice E11571 do arquivo do Estado de São Paulo. 2007. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-10012008-112512/pt-br.php>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

COSTA, Walmira. *Livros de ouro: inventário dos termos de compromisso das irmandades religiosas de leigos em Minas Gerais no século XVIII a partir dos arquivos portugueses*. 2009. Projecto de Tese (Mestrado em Edição de Texto) - Departamento de Estudos Portugueses, Universidade Nova de Lisboa, 2009.

CRUZ, António João. A oficina do artista, ou as relações entre a ciência e a arte a propósito de uma imagem. *Interacções*, n. 3, 2006. Disponível em: <<http://www.ciarte.pt/textos/html/200601/200601.html>>. Acesso em: 06 out. 2015.

CRUZ, António João. A proveniência dos pigmentos utilizados em pintura em Portugal antes da invenção dos tubos de tintas: problemas e perspectivas". In: SERRÃO, Vítor; ANTUNES, Vanessa; SERUYA, Ana Isabel Seruya (Ed.). *As preparações na pintura portuguesa: séculos XV e XVI*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013.

CRUZ, António João. Os materiais usados em pintura em Portugal no início do século XVIII, segundo Rafael Bluteau. *Artis Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, n. 7-8, p. 385-405, 2009. Disponível em: <<https://app.box.com/shared/laezsyp102>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

CRUZ, António João. Os pigmentos naturais utilizados em pintura. In: DIAS, Alexandra Soveral; CANDEIAS, António Estêvão (org.). *Pigmentos e corantes naturais: entre as artes e as ciências*. Évora, Universidade de Évora, 2007. p. 5-23. Disponível em: <<http://www.ciarte.pt/textos/fichas/200701.html>>. Acesso em: 09 set. 2015.

DAHL, Svend. *Historia del libro*. Madrid: Alianza Editorial, 1972.

DUCHER, Robert. *Características dos estilos*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

EAKINS, John P. et al. *Evaluating a Shape Retrieval System for Watermark Images*. nov. 2001. Disponível em: <<http://www.chart.ac.uk/chart2001/papers/mulholland.html>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

EDLER, Flávio Coelho. *Boticas & farmácias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

EDWARDS, H.G.M. et al. An analytical Raman spectroscopic study of an important english oil painting of the 18th Century. *Elsevier*, v. 118, p. 598–602, 24 jan. 2014.

ENSHAIAN, Marie Christine. La carta. In: JAMES, Carlo et al. *Manuale per la conservazione e il restauro de disegni e stampe antiche*. Firenze: Leo S. Olshki, 1991.

ESTEBAN, Antonio Ezquerro. El estudio de las marcas d'água del papel como material para determinar la datación y procedencia de las fuentes históricas-musicales, y su grado de fiabilidad. *Anuario Musical*, 55, 2000. Disponível em: <<http://digital.csic.es/bitstream/10261/36557/1/Ezquerro-2000-EI%20estudio%20de%20las%20marcas%20de%20agua....pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

EUSÉBIO, Maria de Fátima. A apropriação cristã da iconografia greco-latina: o tema do Bom Pastor. In: JORNADAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 15 Faculdade de Letras da Universidade Católica Portuguesa, 29-30 de abr. 2004. p.1.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henry-Jean. *O aparecimento do livro*. Tradução de Fúlvia M.L. Moreto, Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, Hucitec, 1992.

FERNANDES, Ana. *Análise de pigmentos de espectroscopia e difracção de raios-X*. Dissertação de mestrado em Engenharia Física. Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

FERRAZ, Márcia. A rota dos estudos sobre a cochonilha em Portugal e no Brasil no século XIX: caminhos desconhecidos. *Química Nova*, v. 30, n. 4, p. 1032-1037, 2007. Disponível em: <http://quimicanova.sbq.org.br/detalhe_artigo.asp?id=1934>. Acesso em: 15 abril 2016.

FERRAZ, Márcia. *Os estudos sobre a cochonilha entre os séculos XVIII e XIX: uma circulação controversa de informações*. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA, 13, 2012, Anais. São Paulo: Departamento de História, USP, 2012, p. 1-2.

FERREIRA, Luís Gomes. *Erário mineral*: [Lisboa Occidental [Portugal]: Officina de Miguel Rodrigues, 1735, 2. ed. fac-similar. Belo Horizonte: Centro de Memória da Medicina de Minas Gerais, 1997.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; ABREU, Deyse Marinho de. Os documentos cartoriais na história da Farmácia e das Ciências da Saúde. *Cad. hist. ciênc.*, São Paulo, v. 6, n. 1, jul. 2010. Disponível em <http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-76342010000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 abr. 2016.

FIGUEIREDO, Manuel Andrade de. *Nova escola para aprender a ler, escrever, e contar*. Lisboa: Oficina de Bernardo da Costa de Carvalho, 1722. Disponível em: <<http://purl.pt/107>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

FILGUEIRAS, Carlos A. L. *Frei José Mariano da Conceição Veloso: polímata do Brasil colonial*. s/d. Disponível em: <<https://bibliotecaquimicaufmg2010.files.wordpress.com/2012/02/frei-josc3a9-mariano-da-conceic3a7c3a3o-veloso.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

FONTANA, David. *A linguagem dos símbolos: uma chave ilustrada para os símbolos e seus significados*. Lisboa: Editorial Estampa, 2004.

FONTES, Lucy G. Relação das coleções de documentos dos séculos XVIII e XIX existentes na cidade de Tiradentes. *Revista da Escola de Biblioteconomia*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, pp. 67-77, mar. 1977.

FORTES, Manoel de Azevedo. *O engenheiro português*. Tomo I. 1729. Disponível em: <<http://purl.pt/14547>>. Acesso em: 20 ago 2016.

FREITAS, Ana. *Rellaçam das madeiras descritas, que se comprehendem no termo da vila de Caxoeira: estudo e tratamento de um manuscrito do século XVIII*. 2004. 75f. Trabalho de Conclusão de Curso (Estágio na Área de Documentos Gráficos) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, Monte da Caparica, 2004.

FURTADO, José Afonso. *Os livros e as leituras: novas tecnologias da informação*. Lisboa: Livros e Leituras, 2000.

FURTADO, Júnia Ferreira. Boticários e boticas nas Minas do ouro. In: STARLING, Heloisa M. M.; GERMANO, L. B. P.; SCHMTIDT, P. (Org.). *Farmácia: Ofício e História*. Belo Horizonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de Minas Gerais, 2005, p.15-62.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

GINSBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Marina Furtado. *Separados no nascimento: estudo de técnicas, materiais e estado de conservação de dois manuscritos iluminados do século XVIII*. 2015. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, Belo Horizonte, 2015.

GUEDES, Fernando. *O livro como tema: história, cultura, indústria*. Lisboa: Editorial Verbo, 2001.

JORDÃO, Raquel, et al. Brazilwood reds: the (photo)chemistry of Brazilin and Brazilein. *The Journal of Physical Chemistry*, ACS Publications, n. 117, 2013.

JUSTE, Ana Beatriz Moliné. Estudio léxico sobre el gremio de los apotecarios en inventários aragoneses del siglo XVI. *Revista Archivo de Filología Aragonesa*, v. 54-55, 1998, p.83-113. Disponível em: <<http://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/16/29/04moline.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

LE GOFF, Jacques (org.) *O homem medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

LEAL, Luisa Martínez. *Las marcas de agua del papel*. s.d. Universidad Autónoma Metropolitana, México. Disponível em: <<http://132.248.242.6/~publica/conmutarl.php?arch=3&idx=1442>>. Acesso em: 15 out. 2015.

LEITE, Serafim. *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)*. Rio de Janeiro: Broteria, 1953.

LEMOS, Carmem Silvia. A justiça local: os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808). 1v. (paginação irregular) Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de História, 2003.

LEVI, Joseph Abrahan. *Compromisso e solução: escravidão e as irmandades afro-brasileiras: origem e formação das confrarias religiosas no Brasil colonial (1552-1822)*. Berlim: LIT Verlag Münster, 2006.

LIMA, Edna Lúcia Cunha. *A estrutura do livro*. 2013. Trabalho acadêmico (Disciplina Diagramação) – Faculdade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.royalsstudio.com/assets/livro-estrutura-do-livro-tablet.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2016.

LIMA, I. C. D.; AZEREDO, R. O livro e seus principais suportes: papiro, pergaminho e papel. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14, 2006, Salvador. Salvador: UFBA, 2006.

MAIA, Patrícia Albano. *Práticas terapêuticas jesuíticas no Império colonial português: medicamentos e boticas no século XVIII*. 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://pos.fflch.usp.br/node/51405>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

MARQUES, Ana Luisa. *Trajectos do livro: o seu renascimento no século XVIII*. *Arte teoria*, Lisboa, n. 5, p. 111-125, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10451/15729>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Boticários: a preparação de um ofício mecânico em domínios portugueses no setecentos. In: FÓRUM SUL DE COORDENADORES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - ANPED - SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 2, 1999. Curitiba, 1999a. 1 CD-ROM.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*. São Paulo: Editora da Unicamp/Centro de Memória Unicamp, 1999b.

MÁRSICO, Cida. *O surgimento da encadernação e da douração*. Anais da Biblioteca Nacional vol. 129, 2009 (publ. em 2011) p. 151-166. Disponível em: <https://www.bn.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/surgimento-encadernacao-douracao/surgimento_encadernacao.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2016

MARTINEZ, Jorgelina Carballo. *La EDXRF, caracterización de pigmentos presentes em obras pictóricas desde el siglo XVI hasta el XX*. s/d, s/l. Disponível em:

MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: MEC/IPHAN, 1974. 2v.

MARTINS, Renata Maria de Almeida. *Tintas da terra, tintas do reino: arquitetura e arte nas missões jesuíticas do Grão-Pará (1653-1759)*. 2009, 2 v. Tese (Doutorado) - FAUUSP, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-28042010-115311/pt-br.php>>. Acesso em: 18 out. 2015.

MELO Maria João;.MIGUEL, Catarina. The making of vermilion in medieval Europe - Historically accurate reconstructions from The book on how to make colours. In: KROUSTALLIS, S; DEL EGIDO, M. (eds.). *Fatto D'Archimia: history and identification of artificial pigments*, Madrid: IPCE.

MELO, Maria João *et al.* À volta de um vermelho: apresentação de edição d' O livro de como se fazem as cores, sob o olhar da ciência e tecnologia. *Revista de História da Arte*, série W, n. 11, pp. 290-293, 2011. Disponível em: <<https://revistadehistoriadaarte.files.wordpress.com/2011/09/va03.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

MENESES, José Newton Coelho Meneses. *O continente rústico: abastecimento alimentar na Comarca do Serro Frio 1750-1810*. 1997, vi, 228f. enc. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

MIRANDA, Adelaide et al. Diálogos entre judeus e cristãos: a iluminura em Portugal no século XV. In: *O livro e a iluminura judaica em Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2015. Catálogo de exposição, 22 maio 2015, Biblioteca Nacional de Portugal.

MORAIS, Renata Nogueira Gomes de. *A compreensão de Filipe Nunes acerca da pintura e dos seus elementos "técnico-científicos" no tratado Arte da Pintura, symmetria e perspectiva, Lisboa, 1615*. 2015. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MORESI, Claudina Maria Dutra. Aspectos técnicos na pintura de Manoel da Costa Ataíde. In: *Manoel da Costa Ataíde: aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos*. CAMPOS, Adalgisa Arantes (Org). Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2005.

MORESI, Claudina Maria Dutra. *Estudos dos materiais pictóricos da principal obra do mestre Ataíde*. 1988. 150 f., enc. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Ciências Exatas, Belo Horizonte, 1988.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *O visconde de Guaratinguetá: um fazendeiro de café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

NASCIMENTO, Aires Augusto. *Técnica do livro manuscrito*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa-CECD, s/d.

NASCIMENTO, Aires Augusto; DIOGO, António Dias. *Encadernação portuguesa medieval: Alcobça*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

NEVES, Alexandre António. *Dissertação Química sobre a flor de anil, na qual se mostra um modo novo de a fazer com muito pouca despeza*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1788. Cota: S.A. 28387P. Biblioteca Nacional de Portugal.

NUNES, Philippe. *Arte da pintura, simetria e perspectiva*. Lisboa, 1615.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de. *Elementos para a história do município de Lisboa*. Tomo 17. Lisboa: Publicação da Câmara Municipal de Lisboa, 1885-1911.

PAIVA, C. A.; GODOY, M. M. Engenhos e casas de negócio nas Minas oitocentistas. In: PAIVA, Clotilde A., LIBBY, Douglas C. (Org.). *20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira, 1982-2002: coletânea de trabalhos, 1982-2000*, v. 2, p. 125-150. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), 2002.

PASTOUREAU, Michel. *Dicionário das cores do nosso tempo: simbólica e sociedade*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

PASTOUREAU, Michel. *O pano do diabo: uma história das listras e dos tecidos listrados*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. 2006. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

PAULA, Carla Mabel Santos. *A arte do Vale do Jequitinhonha no século XVIII: estudo das pinturas sobre madeira da Capela de São Gonçalo (Minas Novas - MG) e Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (Chapada do Norte - MG)*. 2011. 170f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

PAUTA E ALVARÁ: de sua confirmação do Consulado Geral, da sahida, e entrada na Casa da Índia. Lisboa: Na Officina de Joseph da Costa, Coimbra, 1756. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C. 36339.

PEDROSA, Aziz. O tratado de Andrea Pozzo e seus reflexos na talha dourada em Minas Gerais. *Revista Pós*, São Paulo, v. 21, n. 35, p. 206, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/84500>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

PEIXEIRO, Horácio Augusto. A iluminura portuguesa nos séculos XIV e XV. In: *Inventário dos códices iluminados até 1500*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, p. 290.

PERICÃO, Maria da Graça. Tratadística de arte dos séculos XVII e XVIII existente na Biblioteca da Academia das Belas Artes de Lisboa. *Barroco*, Belo Horizonte, n. 15, p. 189-218, 1990-1992.

PESSANHA, Sofia et al. *Study of a XVIII century hand-painted Chinese wallpaper by multianalytical non-destructive techniques*. Elsevier, v. 64, jun. 2009, p. 582-586.

PEZZOLO, Dinah Bueno. *Tecidos: história, tramas, tipos e usos*. 2. ed. rev. São Paulo: Ed. SENAC, 2009.

QUADROS, Lucas Samuel et al. O corpo e o saber médico no século XVIII: entrevista com Jean Abreu. *História, Ciências, Saúde*, v. 22, n. 2, abr-jun. 2015, p.593-604.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODÉS, Leopold. Marcas d'água, filigranas III: tipologia e classificação sistemática. In: *O papel*, dez. 1995. Disponível em: <<http://www.celso-foelkel.com.br/artigos/outros/21%20-%20Marcas%20dagua%20-%20Filigranas%20III%20-%20Tipologia.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

RODRIGUES, Lúcia Vilmara. *Identidade e inserção social na linguagem visual das roupas e acessório*. In: JORNADA SETECENTISTA, 6, 2005, Curitiba. Anais... Curitiba: CEDOPE, UFPR, 2005. p. 594-602. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Identidade-einser%C3%A7%C3%A3o-social-na-linguagem-visual-das-roupas-e-acess%C3%B3rioVilmara-L%C3%BAcia-Rodrigues.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

ROMEIRO, Adriana.; MELLO, Magno Moraes; PAMPALONI, Massimo; MORALES, Alfredo J.; RIBEIRO, Marília de Azambuja; SILVA, Mateus Alves; MELLO, Magno Moraes; LUENGO, Pedro; AMANTINO, Márcia; PAIVA, Eduardo. *Cultura, arte e história: a contribuição dos jesuítas entre os séculos XVI e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

SANTO ANTÓNIO, D. Caetano de. *Pharmacopeia lusitana reformada: methodo pratico de preparar os medicamentos na fôrma Galenica & Chimica*. Lisboa: Real Mosteiro de São Vicente de Fora, 1711.

SANTOS, Arlete Silva. Revelações de um documento do século XVIII. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ7_05.htm>. Acesso em: 21 jul. 2015.

SANTOS, Maria José Ferreira dos. *Da visigótica à carolina: a escrita em Portugal de 882 a 1172*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

SANTOS, Maria José Ferreira dos. Marcas de água e história do papel: a convergência de um estudo. *Cultura: Revista de História e Ideias*, v. 33, 2014. Disponível em: <<https://cultura.revues.org/2334>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

SÃO BENTO, Viviane Machado Caminha. Triacas e emplastos: os medicamentos das boticas jesuítas nos auxílio do cotidiano na América Portuguesa. *História e Cultura*, Franca, v. 3, n. 2, p. 299-315, 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1397002144_ARQUIVO_TrabalhoANPUHregional_2014_1__1_.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2015.

SERRÃO, Vitor. *O maneirismo e o estatuto social dos pintores portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1983.

SILVA, António de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por António de Moraes Silva*. Tomo Primeiro: A-K. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1789a.

SILVA, António de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por António de Moraes Silva*. Tomo Segundo: L-Z. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1789b.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira: da reforma da Universidade à Independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *O império luso-brasileiro: 1750-1822*. v. 3. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

SIRACUSANO, Gabriela. BURUCÚA, José Emilio. Polvos y colores en la pintura barroca andina: nuevas aproximaciones. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL BARROCO AMERICANO: TERRITORIO, ARTE, ESPACIO Y SOCIEDAD, 3, 2001. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide, 2001.

SIRACUSANO, Gabriela. *Polvos y colores en la pintura barroca andina: nuevas aproximaciones*. Colección Aalten, 393, pp. 425-444, 2000. Disponível em: <<https://www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/3cb/documentos/034f.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

SOUZA, Luiz Antônio Cruz. *Evolução da tecnologia de policromia nas esculturas em Minas Gerais no século XVIII: o interior da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Catas Altas do Mato Dentro, um monumento exemplar*. 1996. Tese (Doutorado) - Faculdade de Química, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

TAVARES, Francisco. *Pharmacopeia geral para o reino e domínios de Portugal (ou Pharmacopeia de D. Maria) – Tomo I. Elementos de Farmácia*. Lisboa: Regia Oficina Tipográfica, 1794.

VANDELLI, Domingos. Memória sobre a necessidade de uma viagem filosófica feita no reino, de depois nos seus domínios. In: *Aritmética política, economia e finanças*. Lisboa: Banco de Portugal, 1994[1796].

VANDELLI, Domingos. Memória sobre algumas produções naturais das conquistas, as quais ou são poucos conhecidas, ou não se aproveitam. In: *Aritmética política, economia e finanças*. Lisboa, Banco de Portugal, 1994[1796].

VELASCO, Ignacio M.P. Ordenações do reino de Portugal. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 89, p. 11-67, jan. 1994. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67236/69846>>. Acesso em: 10 maio 2016.

VILLALTA, Luiz C.; MORAIS, Christiani C. Posse de livros e bibliotecas privadas em Minas Gerais (1714-1874). In: *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. São Paulo: Editora Unesp. 2010.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. *As práticas e os saberes médicos no Brasil colonial (1677-1808)*. 2012. 179 fl. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2012.

WALDVOGEL, Luiz. *A fascinante história do livro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Shogun, 1984.

WEISE, Oscar. *La escritura y el libro*. 4. ed. Barcelona-Buenos Aires: Editorial Labor, 1935.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, EDUSP, 1990. 247p.

FONTES DOCUMENTAIS MANUSCRITAS NO BRASIL

Belo Horizonte – Acervo Curt Lange

Universidade Federal de Minas Gerais, século XVIII - Cota: 9.2.10.16.

Belo Horizonte – APM

Almoxarifado da Câmara de Vila Rica – 1767-68 - Códice CC-1172

Compromisso da irmandade das Almas, Sabará, 1713 – AVC 01.

Compromisso da irmandade de Nossa Senhora da Apresentação – 1738 – AVC 02.

Compromisso da irmandade de Nossa Senhora do Bonsucesso – 1738 – AVC 03.

Compromisso da irmandade do Santíssimo Sacramento – 1722 – AVC 04.

Compromisso da irmandade do Santíssimo Sacramento – 1725 – AVC 05.

Sabará – ADH/CBG-MO/IBRAM

Inventários, justificações, avaliação de bens e contas testamentárias:

Almeida, José Custódio. CPOI(08)793 – AHBG/MO, 1793.

Andrade, José Maria. CPON.I(36)846 – AHBG/MO, 1876.

Barbosa, Dinis Antônio. CPON.I (25) 694 – AHBG/MO, 1856.

Brochado, Romualdo José de Macedo. CPO.I(34) 823 – AHBG/MO, 1872.

Cebollas, Cândido Augusto da Rocha. CPON.I (34) 856 – AHBG/MO, 1877.

Ferreira, Antônio Pereira. Caixa 7118, nº8384, AN,1798.

Compromisso da irmandade de N.S. do Rosário, 1782, Sabará.

Compromisso da irmandade de N.S. do Amparo, 1748, Sabará.

Compromisso da irmandade de N.S. da Boa Morte, 1808, Sabará.

Ouro Preto – Casa do Pilar

Códice 273 – Auto: 5462 – Ofício 1º

FONTES DOCUMENTAIS IMPRESSAS EM PORTUGAL

Biblioteca Nacional

COELHO, Manoel Rodrigues. *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica...* Lisboa Occidental: na officina de Antonio de Sousa da Sylva. 1735. Cota: S.A. 32802 V.

COELHO, Manoel Rodrigues. *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica, parte primeira. Em que se faz nam só huma reflexam physica sobre os principios dos mixtos, expondo depois a diffinição de ambas as pharmacopêas... Mas tambem se mostra hum dicionario com muitas vozes, e termos de ambas as pharmácias... / author Manoel Rodrigues Coelho, boticario nesta Corte, e natural da Villa de Setubal. Roma: na Officina de Balio Geredini, 1760. S.A. 6826 A. 2 partes em um volume.*

Compromisso da confraria da Misericórdia (O). Lisboa: Valentym Fernandez e Harmam de Campos, 1516. Cota: RES. 4405.

Compromisso (*sic*) da irmandade da Casa da Sancta Misericordia da Cidade de Lisboa, 1600, por Antonio Alvares. Cota: R.1999/1V

Compromisso da Misericordia de Lisboa. Lisboa, Santa Casa da Misericordia, na Officina de Henrique Valente de Oliveira impressor delRey N.S., 1662. Cota: S.C. 3607 V.

Compromisso da Misericordia de Lisboa. Lisboa, na Officina de Francisco Villela, 1674. Cota: S.C. 3608 V.

Compromisso da Misericordia de Arrifana de Sousa. Santa Casa de Misericórdia (Arrifana de Sousa), na Officina de Joam Antunes, 1697. Cota: S.C. 28144 V.

Livro dos assentos dos Irmaons de S. Miguel, & Almas, sita na Freguesia de Nossa Senhora das Mercés desta Cidade de Lisboa, Na Oficina Real Deslandesiana, 1714. Cota: 23771

Compromisso da irmandade dos gloriosos Apostolos S. Pedro e S. Paulo. Lisboa, Of. de Joseph Manescal, 1722. Cota: S.C 2901 V.

Compromisso da Congregação do Senhor Jesus da Agonia e Via Sacra, instituida na Real Igreja de S. Sebastiam da cidade de Lisboa Ocidental. Of. da Música, 1725. Cota: R. 5123 V.

Compromisso da Congregação do Senhor Jesus da Agonia e Via Sacra, instituida na Real Igreja de S. Sebastiam da cidade de Lisboa Ocidental

Estatuto da venerável irmandade dos Clérigos Pobres, com o título da Caridade, e patrocínio da Santíssima Trindade, 1732. Cota: R. 6793A.

Estatuto da venerável irmandade dos Clérigos Pobres, com o título da caridade e patrocínio da Santíssima Trindade sita no Hospital Real de todos os Santos destas Cidades, de novo reformado e addicionado no anno de 1731. Sendo Juiz Dom Manoel de Souza Borges. Mordomos os Rdes Joam Antunes Monteyro... e Francisco Nunes Collures...., 1732 – Cota: R. 6793.

Compromisso da irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguezia de Sant-Iago desta cidade de Lisboa, 1744 – Cota: R.3159A.

Compromisso da Irmandade da Santa Cruz, e Passos de Nosso Senhor Jesus Christo, 1749 – Cota: RES. 1972//8V.

Compromisso da Misericórdia de Lisboa. Lisboa, na Officina de José da Silva da Natividade, 1755. Cota: RES. 2294//3 V.

Compromisso da Irmandade da Sta Cruz, e Passos de Nosso Senhor Jesus Christo. Lisboa, na Officina de Miguel Manescal da Costa, 1764. Cota: RES. 1971// 2v.

Compromisso novamente feito, ou reformação do antigo da Irmandade dos Clerigos Pobres de S. Pedro da Villa de Estremoz sita na Igreja do Anjo da Guarda, na Officina de Miguel Manescal da Costa, 1765. Cota: R. 2725 V.

Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1768 – Cota: 10767.

Compromisso da irmandade das Benditas Almas: sita na freguesia de São Gonçalo dos Campos da Cachoeira. Lisboa, Regia Off. Typografica, 1780 – Cota: SC 28150V.

FRANCISCO, Tavares. *Pharmacopeia geral para o reino, e dominios de Portugal* : publicada por ordem da rainha fidelissima D. Maria I... Lisboa: Tipografia Régia, 1794. Cota: S.A. 9617 P.

GODDARDO, J.M.J. *Farmacopea bateana, aum. com os segredos golddardianos*. pamplona: Herederos de Martinez, 1763. Cota: S.A. 9739 P.

LIVRO DOS ASSENTOS dos Irmaons de S. Miguel, & Almas, sita na Freguesia de Nossa Senhora das Mercês desta Cidade de Lisboa. Lisboa: Na Officina Real Deslandesiana, 1714 – Cota: RES. 2377A.

NEVES, Alexandre António. *Dissertação Chímica sobre a flor de anil, na qual se mostra um modo novo de a fazer com muito pouca despeza*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira. 1788. Cota: S.A. 28387P. 1.

MARIA, João de Jesus. *Pharmacopea dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica : dividida em duas partes : na primeira se tracta das principaes partes e operaçoens da Pharmacologia Galenico-Chimica... : na segunda se daõ as necessarias noticias muito exactas dos usuaes Animaes, Mineraes, e Vegetaes... : obra utilissima a qualquer Professor de Medicina, e particularmente precisa aos Pharmaceuticos: dedicada ao... D. Abbade Geral de S. Bento, e mais Monges desta Congregação de Portugal, e Provincia do Brasil / autor o P. Fr. Joaõ de Jesus Maria, Monge da mesma Congregação, e Administrador da Botica do Reformado, e antiquissimo Mosteiro de Sato Thyrso*. Porto: na Officina de António Alvares Ribeiro Guimar, 1772. Tomo 1 e 2. Cota: S.A. 2926 A.

PAIVA, Joaquim Henriques. AZEVEDO, Filipe da Silva. *Farmacopéa lisbonense, ou Collecção dos simplices, preparações, e composições mais efficazes, e de maior uso / por Manoel Joaquim Henriques de Paiva Medico*. Lisboa: na Officina de Filippe da Silva e Azevedo, 1785. Cota: S.A. 9701 P.

PAUTA E ALVARÁ: de sua confirmação do Consulado Geral, da sahida, e entrada na Casa da India [...] - Lisboa: Na Officina de Joseph da Costa Coimbra, 1756, 73, [9] p. 29 cm. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C. 300 V.

PORTUGAL, António Rodrigues. *Pharmacopea Portuense*. Porto: Off. de Francisco Mendes Lima, 1760. Cota: S.A. 10276 P.

RUELAS Y PAZ, Marcos de la. *A practica de el noble, y primoroso Arte de Escribir varios caracteres, y distintas formas de letras*. Practica de el noble, y primoroso Arte de Escribir varios caracteres, y distintas formas de letras / que humildemente dedica a la Magestad del Rey nuestro Señor Don Juan quinto de Portugal Don Marcos de las Ruelas y Paz Senador perpetuo del Cavildo, Justicia, y Regimiento de la ciudad de Cordova, y Maestro de Escribir de Sus Altezas, los Serenissimos Señores, Señor Don Miguel, y Señor Don Joseph. – 1718. – [1], [112].

SANTO ANTÔNIO, Frei Caetano. *Pharmacopea lusitana methodo pratico de preparar, & compor os medicamentos na forma Galenica com todas as receitas mais uzuais : offerecida a Sagrada, e sempre Observante Congregação dos Conegos Regulares de Sancto Augustinho do Reyno de Portugal &c / por D. Caetano Santo Antonio. Professo da mesma Ordem, Boticario do Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 1704. Na impressão de Joam Antonio, Mercador de Livros*. Cota: S.A. 9645 P.

SANTO ANTÔNIO, Frei Caetano. *Pharmacopea lusitana: reformada methodo pratico de preparar os medicamentos na fórmula galenica, & chimica : offerecida ao... senhor Thome de Sousa Coutinho, Menezes, e Castelo-Branco... / por D. Caetano S. Antonio Conego Regular*

de Santo Agostinho, Boticario do Real Mosteyro de S. Vicente de Fóra, 1711, Impressa no Real Mosteiro de S. Vicente de Fóra. Cota: S.A. 2936A.

SANTO ANTÔNIO, Frei Caetano. Pharmacopea Lusitana augmentada methodo pratico de preparar os medicamentos na fôrma galenica, & chimica / por D. Caetano S. Antonio Conego Regular de Santo Agostinho, Boticario do Real Mosteyro de S. Vicente de Fóra, Lisboa Ocidental: na Oficina de Francisco Xavier de Andrade, 1725. Cota: S.A. 2960 A.

SANTO ANTÔNIO, D. Caetano. Pharmacopea bateana, na qual se contem quasi oytocentos medicamentos tirados da prática de Jorge Bateo Protomedico de Carlos Segundo Rey de Inglaterra, escrita pela Ordem Alphabetica / Traduzida de Latim em Portuguez... Por D. Caetano de S. António. Lisboa, Na Oficina Real Deslandesiana, 1713.

SANTO ANTÔNIO, Frei Caetano. Pharmacopea Lusitana augmentada methodo pratico de preparar os medicamentos na fôrma galenica, & chimica / por D. Caetano S. Antonio, Conego Regular de Santo Agostinho, Administrador da Botica do Real Mosteiro de S. Vicente de Fóra. Lisboa: no Mosteiro de S. Vicente de Fóra, Camara Real de Sua Magestade Fidelissima, 1754. Cota: S.A. 2936A.

TAVARES, Francisco. Pharmacopeia geral para o reino, e dominios de Portugal: publicada por ordem da rainha fidelissima D. Maria I... Lisboa: na Régia Officina Typografica, 1794. Cota: S.A. 9617 P.

TAVARES, Francisco. Pharmacopeia Geral para o Reino, e dominios de Portugal: publicada por ordem da Rainha Fidelissima D. Maria I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1823. Cota: S.A. 9736 P.

VELOSO, Frei Mariano. *O Fazendeiro do Brazil melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fabricas, que lhe são proprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto...* / colligido de memorias estrangeiras por Fr. José Mariano da Conceição Velloso; [il.] Manuel Luís Rodrigues Vianna. O.F.M., compil.; Viana, Manuel Luís Rodrigues, 1770-?, il.; Ferreira, Simão Tadeu, fl. 178--1831, impr.; Silva, João Procópio Correia da, fl. 1798-1800, impresso. Tomo II-Parte 1: Sobre o anil, e da cultura, e fabrico do urucu. Tinturaria. - Lisboa: na Impressam Regia, 1806. - [36], 401, [7] p. - 8 grav., 4 desdobr. - Tomo II-Parte 2: Tinturaria. Cultura da Indigoeira, e extracção da sua fecula. - [Lisboa]: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800. - VIII, 262, [2]. - 13 grav. desdobr. - Tomo II - Parte 3: Cultura do Cateiro, e criação da Cochonilha. - [Lisboa]: na Officina de Joaõ Procopio Correa da Silva, 1800. - XII, 196, [2] p. : 3 grav. aguareladas. Cota: S.A. 6758 P.

Arquivo Histórico Ultramarino

Capitania de Minas Gerais (21 compromissos)

Compromisso da irmandade do Santíssimo Sacramento, 1757. Códice 1812

Compromisso da irmandade do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, 1758. Códice 1817

Compromisso da irmandade de N.S. das Mercês (Treslado autêntico), 1765. Códice 1531

Compromisso da irmandade do N.S. do Bom Jesus de Matosinhos, 1788. Códice 1532

Compromisso da irmandade de N.S. do Rosário dos Homens Pretos Libertos e Cativos, 1793. Códice 1286

Compromisso da irmandade de N.S. do Rosário dos Pretos Libertos e Cativos, 1793. Códice 1286.

Compromisso da irmandade de N.S. da Boa Morte, ou irmandade dos Homens Pardos, 1794. Códice 1675

Compromisso da irmandade de N.S. do Rosário dos Pretos, 1794. Códice 1818

Compromisso da irmandade de São Vicente Ferreira dos Homens Pretos, 1794. Códice 1305

Compromisso da irmandade do Santíssimo Sacramento, 1795. Códice 1676

Compromisso da irmandade do Santíssimo Sacramento, 1796. Códice 1533

Compromisso da irmandade de N.S. do Rosário dos Pretos, 1800. Códice 1534

Compromisso da irmandade de N.S. do Rosário, 1801. Códice 1281

Compromisso da irmandade do glorioso Senhor Bom Jesus de Matosinhos, 1803. Códice 1535

Compromisso da irmandade de N.S. do Rosário, 1804. Códice 1820.

Compromisso da irmandade de Santo Antônio de Lisboa, 1805. Códice 1679

Estatuto da Arquiconfraria do Patriarca São Francisco, 1806. Códice 1536.

Compromisso da irmandade dos irmãos pretos de N.S. do Rosário, 1807. Códice 1537.

Compromisso da irmandade de N.S. do Rosário de Itabira, 1807. Códice 1681.

Compromisso da irmandade de N.S. do Rosário dos Pretos, século 18. Códice 1530

Compromisso da irmandade do Santíssimo Sacramento, século 18. Códice 1812.

Capitania da Bahia (15 compromissos)

Compromisso da venerável Ordem dos Cordigueiros da Penitência do Patriarca São Francisco de Assis [...], 1720. Códice 1662.

Compromisso da irmandade de N.S. da Ajuda [...], 1778. Códice 1668.

Compromisso da irmandade do Senhor Bom Jesus dos Aflitos e Boa Sentença, [...], 1778. Códice 1671.

Compromisso e regimento econômico dos ofícios de carpinteiro e de pedreiro e dos mais agregados à confraria de São José [...], 1780. Códice 1283.

Compromisso da irmandade do Santíssimo Sacramento [...], 1780. Códice 1669.

Compromisso da irmandade das Almas Santas do fogo do purgatório [...], 1788. Códice 1927.

Compromisso da confraria de N.S. do Rosário dos Homens Pretos [...], 1791. Códice 1925

Compromisso da irmandade do Santíssimo Sacramento [...], 1794. Códice 1926.

Compromisso da irmandade da Virgem N.S. do Rosário e Santíssima Trindade [...], 1801. Códice 1928

Compromisso da irmandade do Glorioso Sr. São Benedito de N.S. do Rosário [...], 1801. Códice 1929.

Compromisso das quatro irmandades do Sr. Bom Jesus, N.S. da Penha, Sto. Antônio e São José [...], 1801. Códice 1930.

Compromisso da irmandade do Santíssimo Sacramento [...], 1801. Códice 1933

Compromisso da irmandade do Divino Espírito Santo [...], 1801. Códice 1924.

Compromisso da irmandade de N.S. do Rosário da vila de Sto. Amaro [...], 1803. Códice 1931.

Compromisso da irmandade de N.S. do Terço [...], 1803. Códice 1932.

Capitania do Espírito Santo (1 compromisso)

Compromisso da irmandade do mártir São Sebastião [...], 1639. Códice 1934.

Capitania de Goiás (7 compromissos)

Compromisso da venerável ordem do Senhor dos Passos [...], 1782. Códice 1284.

Compromisso da venerável irmandade do Senhor Benedito [...], 1804. Códice 1285.

Compromisso da irmandade do glorioso Santo Antônio [...], séc. XVIII. Códice 1284.

Compromisso que fazem os Irmãos de N.S. da Lapa [...], séc. XVIII. Códice 1813.

Compromisso da irmandade de N.S. do Rosário dos Homens Pretos [...], séc. XVIII. Códice 1814.

Compromisso da irmandade do Santíssimo Sacramento [...], 1803. Códice 1815.

Compromisso da irmandade do Santíssimo Sacramento [...], 1803. Códice 1815.

Capitania do Maranhão (2 compromissos)

Compromisso da irmandade de Santo Antônio [...], 1750/95. Códice 1816

Compromisso da venerável irmandade do Santíssimo Sacramento [...], 1774. Códice 1529.

Capitania da Paraíba do Norte e do Sul (11 compromissos)

Compromisso da irmandade de N.S. Mãe de Deus e dos Homens Partos e Cativos da Paraíba do Norte, 1753. Códices 1287.

Compromisso da irmandade de Nossa Senhora da Conceição do Pau dos Ferros [...], 1760. Códice 1267.

Compromisso da irmandade de N.S. do Rosário [...], 1786. Códice 1289

Compromisso da irmandade de N.S. do Rosário dos Homens Pretos [...], 1790. Códice 1288.

Compromisso da irmandade do invictor Mártir São Sebastião [...], 1797. Códice 1934.

Compromisso da irmandade dos Homens Pretos da irmandade de N.S. do Rosário [...], 1806⁴¹⁶. Códice 1289

Compromisso da irmandade de N.S. da Conceição do Pau dos Ferros de Apudi da Paraíba do Norte [...], 1769⁴¹⁷. Códice 1267.

Compromisso da irmandade do invictor Mártir São Sebastião [...], 1797. Códice 1934.

Compromisso da irmandade de N.S. do Rosário [...], 1801. Códice 1289.

⁴¹⁶ O requerimento de confirmação desta irmandade é anterior a 22/05/1806.

⁴¹⁷ O requerimento de confirmação desta irmandade é anterior a 30/08/1770.

Compromisso da irmandade do invictor Mártir São Sebastião [...], 1797. Códice 1934.

Compromisso da irmandade de N.S. da Conceição do Pau dos Ferros [...], século XVIII. Códice 1945.

Capitania de Pernambuco (17 compromissos)

Compromisso da irmandade da devotíssima imagem de N.S. Jesus Christo [...], 1753. Códice 1938.

Compromisso da irmandade da Senhora do Livramento [...], 1765. Códice 1665.

Compromisso da irmandade da Senhora do Livramento [...], 1767. Códice 1664.

Compromisso da irmandade de N.S. do Rosário dos Pretos [...], 1782. Códice 1303.

Compromisso da irmandade do Sr. Bom José [...], 1786. Códice 1294.

Compromisso da irmandade da Sra. do Livramento [...], 1787. Códice 1665.

Compromisso da irmandade da Ordem Terceira de N.S. do Carmo [...], 1788. Códice 1941.

Compromisso da irmandade do Sr. Bom Jesus dos Martírios dos pobres [...], 1789. Códice 1942.

Compromisso da irmandade do Sr. Santíssimo Sacramento [...], 1791. Códice 1943.

Compromisso da irmandade do Sr. Santíssimo Sacramento [...], 1792. Códice 1292.

Compromisso da irmandade do Santíssimo Sacramento [...], 1794. Códice 1674.

Compromisso da irmandade do Santíssimo Sacramento [...], 1800. Códice 1539.

Compromisso da irmandade de São José da Agonia [...], 1802. Códice 1290.

Compromisso da irmandade de N.S. da Conceição dos Homens Pardos, Forros e Cativos [...], 1805. Códice 1290.

Compromisso da irmandade do Sr. Bom Jesus dos Passos [...], século 18. Códice 1281.

Compromisso da irmandade de N.S. do Rosário dos Homens Pretos [...], século 18. Códice 1293.

Compromisso da irmandade e confraria do Patriarca, o Sr. São José [...], século 18. Códice 1301.

Capitania do Rio de Janeiro (16 compromissos)

Compromisso da irmandade de N.S. da Candelária [...], 1639. Códice 1299.

Compromisso da irmandade do Nosso Padre São Pedro Príncipe dos Apóstolos [...], 1732. Códice 1948.

Compromisso da irmandade de N.S. da Candelária [...], 1639. Códice 1299.

Compromisso da irmandade do Santíssimo Sacramento [...], 1753. Códice 1771.

Compromisso da irmandade do Glorioso Senhor São Jorge [...], 1757. Códice 1949.

Compromisso da irmandade do Glorioso Senhor São Jorge [...], 1757. Códice 1949.

Compromisso da irmandade de N.S. do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos [...], 1759. Códice 1950.

Compromisso da confraria de N.S. dos Remédios dos Pretos de Minas de Nação Manguim, [...], 1788. Códice 1300.

Compromisso (acrescentamento de capítulos) da Irmandade do Glorioso Mártir São Jorge do Rio Janeiro, 1791. Códice 1952.

Compromisso da irmandade de N.S. da Boa Morte e Assunção dos Pardos [...], 1792. Códice 1540.

Compromisso da confraria da Mãe Santíssima das Dores [...], 1794. Códice 1953.

Compromisso da irmandade do Santíssimo Sacramento [...], 1805. Códice 1541.

Compromisso da mui venerável irmandade de São Pedro [...], 1805. Códice 1680.

Compromisso (cópia) da irmandade de São Pedro [...], 1805. Códice 1955.

Compromisso dos Homens Pretos da irmandade de Santo Antônio da Mouraria [...], 1805. Códice 1741.

Compromisso reformado, ou novos Estatutos da irmandade do Santíssimo Sacramento [...], 1806. Códice 1954.

Capitania do Rio Grande do Norte (1 compromisso)

Compromisso da irmandade de N.S. do Rosário [...], 1794. Códice 1947.

Capitania de São Paulo (8 compromissos)

Compromisso da irmandade de N.S. das Dores [...], 1783. Códice 1542.

Compromisso da irmandade do Sr. Bom Jesus do Matosinhos [...], 1800. Códice 1263.

Compromisso da irmandade da Santa Casa da Misericórdia [...], 1805. Códice 1298.

Compromisso [...] da irmandade de N.S. da Boa Morte [...], 1807. Códice 1297.

Compromisso [...] da irmandade da Senhora do Rosário dos Pretos [...], 1807. Códice 1297.

Compromisso [...] da irmandade do Sr. Bom Jesus do Distrito [...], século XVIII. Códice 1297.

Compromisso [...] da irmandade de São Gonçalo [...], século XVIII. Códice 1956.

Compromisso da irmandade da Santa Casa da Misericórdia [...], século XVIII. Códice 1957.

FONTES DOCUMENTAIS MANUSCRITAS BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

1. Compromisso da Irmandade dos Mareantes situada na ermida de Nossa Senhora da Conceição da freguesia de São Domingos de Rana [digo na ermida de Santo Amaro da freguesia do lugar de Oeiras], 1501. Cota: IL. 197.
2. Compromisso passado por D. Manuel I das Casas de Albergaria de Santa Maria de Almada e de São Lázaro de Cacilhas a Concelho de Almada. 1511. Cota: IL.207
3. O Compromisso da Confraria da Misericórdia. 1516 . Cota: RES. 4405.
4. Treslado do compromisso da confraria de Nossa Senhora do Rosairo... Pera o Mosteiro de São Martinho de Tibãees ao primeiro de março de 1554 anos. Cota: IL. 198.

5. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosario dos Homens Pretos. Lisboa, 1565 – Cota: IL. 151.
6. Compromisso da Santa Casa de Misericórdia de Vila Flor. Vila Flor, 1571 – Cota:
7. Compromisso da Confraria do Bem Aventurado Sam Pedro situada na Igreja de Sam Silvestre no lugar d'Unhos... anno de MDLXXXI, 1581. Cota: IL.144
8. Compromisso da Confraria e Hirmandade dos Clerigos da villa de Setuval, 1584. Cota: IL.183.
9. Compromisso da Confraria e Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia do nome de Iesu de Odivellas termo da cidade de Lisboa – 1601 – Cota: IL. 231.
10. Compromisso da Hirmandade (sic) do Sanctissimo Sacramento sita na Igreja de Nossa Senhora da Asumpção desta villa do Torrão reformado no anno de mil e seiscentos e tres anos, 1603. Cota: IL. 199.
11. Compromisso da Irmandade dos Clerigos da Caridade instituida na cidade de Lisboa, 1611. Cota: IL. 173
12. Compromisso da Irmandade de Santo António da Villa de Setubal, 1624. Cota: IL. 200.
13. Compromisso da Irmandade do Santissimo Sacramento do Convento de São João da Penitencia da villa de Estremos confirmada pelo muito Reverendo Padre Fr. Diogo Cesar..., 1646. Cota: IL. 153
14. Compromisso da Irmandade do Gloriozo Sam Silvestre novamente instituida na Igreja do mesmo Sancto no anno de 1660 – Cota: IL. 145.
15. Compromisso da Irmandade dos Escravos do Santissimo Sacramento [...] no religioso Convento da Esperança desta cidade de Lisboa, 1663. Cota: IL. 64
16. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosario dos Homens Pretos, 1695 – Cota: s/r.
17. Compromisso e estatutos dos Irmãos Escravos do Smo. Sacramento da villa das Alcasavas feito no anno de 1690 – Cota: IL. 229.
18. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora May de Deos e May dos Homens, venerada na Sua irmida de val de Pereyro, freguezia de Santa Izabel Rainha de Portugal, [17--] – Cota: COD. 11394
19. Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Lisboa, na Officina de Miguel Manescal, Impressor do Santo Officio, 1704. Cota: S.C. 3609 V.
20. Estatutos da Irmandade do Santissimo Sacramento da Igreja de S. Pedro de Condexa a Velha deste Bispado de Coimbra reformados no anno de 1728. Cota: COD. 11685.
21. Estatuto de Veneraval Irmandade dos Clerigos Pobres, com o titulo da Caridade, e patrocínio da Santissima Trindade... Lisboa Ocidental. Oficina de Pedro Ferreira. 1732.
22. Compromisso da Confraria de N. S. da Nazareth [...], (s/l), 1732. – Cota: s/r.
23. Compromisso da Irmandade do SS. Sacramento de S. Jozé. Lisboa, 1735.
24. Compromisso / da Mizericordia de Lisboa. Lisboa, na Officina de Manoel Fernandes da Costa, 1739. Cota: s/r.
25. Compromisso da Irmandade da Gloriosa Virgem e Martir Santa Cecilia ordenado pellos Professores da Arte da Musica em o anno de 1749 – Cota: COD. 9002.



26. [Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário], 1768. Cota: COD. 10767
27. Compromisso da caridade g[era]l de Lix[bo]a – Cota: PBA 101.
28. Compromisso da Irmandade do Glorioso S. Benedito, erecta na Frega. de N. Sra. da Penha de Itapagipe da Cidade da Bahia, que seus Irmãos, e devotos hão de observar. Feito aos 20 de Agosto do anno de 1777 – COD. 13029.
29. Estatutos da Irmandade de N. Sra. do Rosario erecta na Parochial Igreja de S. Christovão de Riotinto, 1786 – Cota: IL. 233.
30. [Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento situada na Igreja matriz da vila de Estremoz. Estremoz, 1793. Cota: COD. 11162.

ANEXO A

Distribuição cronológica das irmandades mineiras nas fontes consultadas no BR e PT

	Irmandade	Localização	Ano	Arquivo/citado por
1	N.S. do Rosário ⁴¹⁸	Freguesia de São João del-Rei – Comarca de São João del-Rei	1708	BOSCHI, 1986
2	N.S. do Rosário	Comarca do Rio das Mortes	1708	SOUZA, Daniela dos Santos – compromisso
3	Santíssimo Sacramento ⁴¹⁹	Freguesia de Santo Antônio, Vila de São José – Comarca do Rio das Mortes	1710/1729	AEPSA/Ti- Boschi, 1986
4	Santíssimo Sacramento	Freguesia de São João del-Rei – Comarca de São João del-Rei	1710	BOSCHI, 1986
5	Santíssimo Sacramento	Freguesia de Sabará – Comarca de Sabará	1710	BOSCHI, 1986
6	Santíssimo Sacramento ⁴²⁰	Freguesia de São João del-Rei – Comarca de São João del-Rei	1711	BOSCHI, 1986
7	Santíssimo Sacramento ⁴²¹	Comarca do Rio das Mortes	1711	SOUZA, Daniela dos Santos – compromisso
8	Almas e São Miguel e Almas	Freguesia de N.S. do Pilar de Ouro Preto de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1712	AEAM-compromisso – Boschi, 1986
9	Almas e São Miguel e Almas	Freguesia de N.S. do Pilar de Ouro Preto de Vila Rica – Comarca de Vila Rica ⁴²²	1712/1815	AEPNSP/OP
10	N.S. do Pilar	Freguesia de N.S. do Pilar de Ouro Preto de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1712	BOSCHI, 1986
11	Santíssimo Sacramento	Freguesia de N.S. do Pilar de Ouro Preto de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1712	BOSCHI, 1986
12	Santíssimo Sacramento	Freguesia de Mariana – Comarca de Mariana	ant. 1713	AEAM-compromisso
13	N.S. da Conceição	Vila de Mariana - Comarca de Mariana	ant ⁴²³ . 1713	BOSCHI, 1986
14	Almas	Freguesia de N.S. do Bom Sucesso do Caeté	1713	APM
15	N. S. do Rosário	Freguesia de Sabará – Comarca de Sabará	1713	BOSCHI, 1986
16	Senhor Bom Jesus do Monte Furquim	Freguesia do Senhor Bom Jesus do Monte Furquim – Comarca de Mariana	1714	BOSCHI, 1986
17	N.S. do Rosário	Vila de Mariana - Comarca de Mariana	ant. 1715	BOSCHI, 1986
18	Santa Efigênia	Vila de Mariana - Comarca de Mariana	ant. 1715	BOSCHI, 1986
19	Santo Antônio	s/r ⁴²⁴	1715/1774	AEPNSP/OP

⁴¹⁸ Não sabemos se se trata da mesma irmandade citada por SANTOS em sua dissertação de mestrado.

⁴¹⁹ Para esta irmandade BOSCHI (1986) localizou apenas o Livro de Termos de Entrada de Irmãos – 1710/1729.

⁴²⁰ Não sabemos se se trata da mesma irmandade citada por SANTOS em sua dissertação de mestrado.

⁴²¹ Não sabemos se esta irmandade fez seu compromisso.

⁴²² Para esta irmandade BOSCHI (1986) localizou apenas o Livro Termos de Eleições, Ajustes com os Capelães, Inventários, etc. – 1712/1815.

⁴²³ Anterior.

⁴²⁴ BOSCHI, Caio César. (1986:240) menciona o local apenas como “desta paróquia”. Para esta irmandade este autor localizou apenas o Livro de Receita e Despesas – 1715/1774.

	Irmandade	Localização	Ano	Arquivo/citado por
20	Santo Antônio	s/r ⁴²⁵	1715/1800	AEPNSP/OP
21	São Benedito	Freguesia de Mariana – Comarca de Mariana	ant. 1715	BOSCHI, 1986
22	N.S. do Rosário	Freguesia de N.S. do Pilar de Ouro Preto de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1715	BOSCHI, 1986
23	Senhor dos Passos	Freguesia de N.S. do Pilar de Ouro Preto de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1715	BOSCHI, 1986
24	Sto. Antônio de Pádua	Freguesia de N.S. do Pilar de Ouro Preto de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1715	BOSCHI, 1986
25	N.S. do Rosário	Freguesia de N.S. da Conceição da Vila do Príncipe – Comarca da Vila do Príncipe	1716	BOSCHI, 1986
26	Santíssimo Sacramento	Freguesia de N.S. de Nazaré da Cachoeira do Campo – Comarca de Vila Rica	1716	BOSCHI, 1986
27	São Miguel e Almas ⁴²⁶	Vila de São João del-Rei - Comarca do Rio das Mortes	1716	SOUZA, Daniela dos Santos-compromisso
28	Almas	Freguesia de São João del-Rei – Comarca de São João del-Rei	1716	BOSCHI, 1986
29	Santíssimo Sacramento	Freguesia de N.S. da Conceição de Antônio Dias de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1717	BOSCHI, 1986
30	N.S. da Conceição	Freguesia de N.S. da Conceição de Antônio Dias de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	ant. 1717	BOSCHI, 1986
31	Almas	Freguesia do Sumidouro – Comarca de Mariana	1718	BOSCHI, 1986
32	Santíssimo Sacramento	s/r ⁴²⁷	1718/1774	AEAM-compromisso - BOSCHI, 1986
33	Almas e São Miguel e Almas ⁴²⁸	Freguesia de N.S. do Rosário do Sumidouro	1718/1834	AEAM-compromisso - BOSCHI, 1986
34	São Miguel e Almas	Freguesia de N.S. da Conceição do Pouso Alto – Comarca de São João del-Rei	1719	BOSCHI, 1986
35	Santana	Freguesia da Sé de Mariana – Comarca de Mariana	1720	BOSCHI, 1986
36	Senhor dos Passos	Freguesia de Mariana – Comarca de Mariana	ant. 1720	BOSCHI, 1986
37	Almas	Freguesia de Santo Antônio da Casa Branca – Comarca de Vila Rica	1720	BOSCHI, 1986
38	Sta. Quitéria	Freguesia de N.S. do Pilar de Ouro Preto de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1720	BOSCHI, 1986
39	Senhor dos Passos	Freguesia de São José (del-Rei) – Comarca de São João del-Rei	1721	BOSCHI, 1986
40	Senhor dos Passos ⁴²⁹	Freguesia de Santo Antônio da Vila de São José	1721	AEPSA/Ti-compromisso - BOSCHI, 1986

⁴²⁵ BOSCHI, Caio César. (1986:240) menciona o local apenas como “desta paróquia”. Para esta irmandade este autor localizou apenas o Livro de Receita e Despesas – 1715/1800.

⁴²⁶ Não sabemos se esta irmandade fez seu compromisso.

⁴²⁷ BOSCHI, Caio César. (1986:240) menciona o local apenas como “desta paróquia. Para esta irmandade este autor localizou apenas o Livro de Eleições e Termos de Ajustes da Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento – 1718/1774.

⁴²⁸ Para esta irmandade BOSCHI (1986) localizou apenas o Livro de Termos, e de Receita e Despesas 1718/1734.

⁴²⁹ Camila Santiago (2006) menciona em sua tese de doutorado a irmandade do Senhor dos Passos da matriz de Santo Antônio de São José del-Rei, supomos ser a mesma irmandade mencionada por Boschi (1986).

	Irmandade	Localização	Ano	Arquivo/citado por
41	Almas	Erecta na igreja de Sto. Antônio do Rio das Mortes, Freguesia de São João del-Rei – Comarca de São João del-Rei	1722	BOSCHI, 1986
42	N.S. das Mercês dos mulatos	Comarca do Serro Frio (Diamantina)	1722	PAIVA, Eduardo França, 2006. ⁴³⁰
43	São Miguel e Almas do Purgatório	Freguesia de São Caetano do Ribeirão Abaixo	1722	Compromisso – Museu da Inconfidência. ALMADA, Márcia, 2011.
44	Senhor dos Passos ⁴³¹	Erecta na capela de N.S. do Bom Despacho, da Freguesia de Pitangui	1722/1849	AEPSA/Ti-compromisso-BOSCHI, 1986
45	N. S. do Rosário de Itabira	Freguesia de Santo Antônio de Santa Bárbara	1722	AHU-compromisso-BOSCHI, 1986
46	Santíssimo Sacramento	Freguesia do Sumidouro – Comarca de Mariana	1722	BOSCHI, 1986
47	Santíssimo Sacramento ⁴³²	Freguesia de N.S. do Rosário do Sumidouro	1722/1760	AEAM-BOSCHI, 1986
48	Santíssimo Sacramento	Igreja Paroquial de Sto. Antônio de São José	1722	APM-compromisso
49	Senhor dos Passos	Comarca do Rio das Mortes	1722	AEPSA/Ti-compromisso – BOSCHI, 1986
50	Senhor dos Passos	Erecta na capela filial de N.S. do Bom Despacho - Freguesia de N.S. da Conceição do Pilar de Pitangui – Comarca da Vila do Infante	1722	BOSCHI, 1986
51	Sto. Antônio do Rio das Mortes Pequeno	Freguesia de São Joao del-Rei – Comarca de São João del-Rei	1722	BOSCHI, 1986
52	São Miguel e Almas do Purgatório	Freguesia de São Caetano do Ribeirão Abaixo – Comarca de Vila Rica	1722	Museu Casa do Pilar-compromisso
53	N.S. do Pilar	Freguesia de São Bartolomeu – Comarca de Vila Rica	ant. 1723	BOSCHI, 1986
54	N.S. do Rosário	Freguesia de São Bartolomeu – Comarca de Vila Rica	ant. 1723	BOSCHI, 1986
55	N.S. do Rosário	Freguesia de N.S. da Conceição do Mato Dentro – Comarca da Vila do Príncipe	1723	BOSCHI, 1986
56	Almas	Freguesia de São José (del-Rei) – Comarca de São João del-Rei	1724	BOSCHI, 1986
57	Curato da Sé de Mariana	Freguesia de Mariana - Comarca de Mariana	1724	BOSCHI, 1986
58	N.S. do Bom Sucesso de Caeté	Freguesia de N.S. do Bom Sucesso do Caeté – Comarca de Caeté	1724	BOSCHI, 1986
59	N.S. do Pilar	Freguesia de N.S. do Pila de Ouro Preto de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1724	BOSCHI, 1986
60	Almas e São Miguel e Almas	Freguesia de Sto. Antônio da Vila de São José	1724	AEPSA/Ti-compromisso-BOSCHI, 1986
61	N.S. da Conceição das Catas Altas	Freguesia de N.S. da Conceição das Catas Altas - Comarca de Mariana	1724	AEPSA/Ti-compromisso-BOSCHI, 1986
62	N.S. da Conceição	Freguesia de N.S. da Conceição de Guarapiranga - Comarca de Mariana	1724	BOSCHI, 1986

⁴³⁰ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

⁴³¹ Para esta irmandade BOSCHI (1986) localizou apenas o Livro de Assentos de Entradas de Irmãos, 1722/1849.

⁴³² Para esta irmandade Boschi (1986) localizou apenas o Livro de Eleições, e de Receita e Despesas. 1722/1760.

	Irmandade	Localização	Ano	Arquivo/citado por
63	Sto. Antônio de Ouro Branco	Freguesia de Sto. Antônio de Ouro Branco – Comarca de Vila Rica	1724	BOSCHI, 1986
64	Sto. Antônio da Roça Grande	Freguesia de Sto. Antônio da Roça Grande – Comarca de Sabará	1724	BOSCHI, 1986
65	Sto. Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara	Freguesia de Sto. Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara – Comarca de Caeté	1724	BOSCHI, 1986
66	São José	Freguesia de São José (del-Rei) – Comarca de São João del-Rei	1724	BOSCHI, 1986
67	São Miguel e Almas	Comarca do Rio das Mortes	1724	AEPSA/Ti-compromisso- BOSCHI, 1986
68	N.S. de Nazaré de Cachoeira do Campo	Freguesia de N.S. da Nazaré Cachoeira do Campo – Comarca de Vila Rica	1724	BOSCHI, 1986
69	Senhor Bom Jesus do Monte Furquim	Freguesia do Senhor Bom Jesus do Monte Furquim – Comarca de Mariana	1724	BOSCHI, 1986
70	N.S. da Conceição dos Raposos	Freguesia de N.S. da Conceição dos Raposos – Comarca de Sabará	1724	BOSCHI, 1986
71	N.S. da Conceição da Vila do Príncipe	Freguesia de N.S. da Conceição da Vila do Príncipe – Comarca da Vila do Príncipe	1724	BOSCHI, 1986
72	N.S. da Conceição de Antônio Dias de Vila Rica	Freguesia de N.S. da Conceição de Antônio Dias de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1724	BOSCHI, 1986
73	N.S. do Pilar de Pitangui	Freguesia de N.S. do Pilar de Pitangui – Comarca da Vila do Infante	1724	BOSCHI, 1986
74	São Sebastião	Freguesia de São Sebastião – Comarca de Mariana	1724	BOSCHI, 1986
75	São Bartolomeu	Freguesia de São Bartolomeu – Comarca de Vila Rica	1724	BOSCHI, 1986
76	N.S. da Conceição do Rio das Pedras	Freguesia de N.S. da Conceição do Rio das Pedras – Comarca de Sabará	1724	BOSCHI, 1986
77	Santa Luzia	Freguesia de Santa Luzia – Comarca de Sabará	1724	BOSCHI, 1986
78	Almas e São Miguel e Almas	Freguesia de N. S. Conceição do Rio das Pedras	1725	AEAM-compromisso- OSCHI, 1986
79	N.S. da Boa Morte	Freguesia de N.S. da Conceição de Antônio Dias de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1725	BOSCHI, 1986
80	Ss. Sacramento	Freguesia de N.S. Pilar das Congonhas de Sabará – Comarca de Sabará	1725	APM-compromisso
81	Almas	Freguesia de N.S. da Conceição do Rio das Pedras – Comarca de Sabará	1725	BOSCHI, 1986
82	São Gonçalo	Erecta na igreja de N.S. da Conceição de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1725	TT-compromisso
83	N. S. do Rosário	Freguesia de Sto. Antônio da Casa Branca – Comarca de Vila Rica	1726	AEAM-compromisso- BOSCHI, 1986
84	São José dos Homens Pardos e dos Bem Casados	Vila Rica	1726 (anterior)	Walmira Costa
85	N. S. do Rosário	s/r ⁴³³	1726	AEPNSP/OP
86	N.S. do Rosário	Freguesia de Sto. Antônio da Casa Branca – Comarca de Vila Rica	1726	s/r
87	Almas e São Miguel e Almas	Freguesia de Sto. Antônio da Itatiaia	1727	AEAM-compromisso- BOSCHI, 1986

⁴³³ BOSCHI, Caio César. (1986:240) menciona o local apenas como “desta paróquia”. Para esta irmandade este autor localizou apenas o Livro de Eleições e Termos – 1726/1815

	Irmandade	Localização	Ano	Arquivo/citado por
88	Almas e São Miguel e Almas	Freguesia de N. S. do Pilar de Pitangui	1727	AEAM-compromisso-BOSCHI, 1986
89	São Miguel e Almas	Freguesia de N.S. da Conceição do Pilar de Pitangui – Comarca da Vila do Infante	1727	BOSCHI, 1986
90	Almas	Freguesia de Sto. Antônio de Itatiaia – Comarca de Vila Rica	1727	BOSCHI, 1986
91	São Benedito	Vila do Carmo - Comarca de Mariana	1727	TT-compromisso
92	Santíssimo Sacramento	Freguesia de N.S. da Conceição do Rio das Pedras	1728	AEAM-compromisso-BOSCHI, 1986
93	Santíssimo Sacramento ⁴³⁴	Freguesia de N. S. da Conceição de Aiuruoca – Comarca de São João del-Rei	1728	AEAM-compromisso-BOSCHI, 1986
94	N.S. do Rosário e São Benedito	Freguesia de Sto. Antônio de Ouro Branco – Comarca de Vila Rica	1729	BOSCHI, 1986
95	Santíssimo Sacramento	s/r ⁴³⁵	1729/1755	AEPNSP/OP-BOSCHI, 1986
96	N.S. do Rosário ⁴³⁶	Freguesia de Santo Antônio do Ouro Branco – Comarca de Vila Rica	1729/1834	AEAM
97	Sr. Bom Jesus do Descendimento da Cruz	Freguesia de Santo Antônio, da Vila de São José	1730 ⁴³⁷	AEPSA/Ti-compromisso-BOSCHI, 1986
98	Sant'Anna	Vila Rica	1730	s/r
99	N. S. da Boa Morte ⁴³⁸	Vila de São João del-Rei - Comarca do Rio das Mortes	Década de 1730	SOUZA, Daniela dos Santos- compromisso
100	São José	Freguesia de N.S. do Pilar de Ouro Preto de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1730	BOSCHI, 1986
101	Nosso Senhor dos Passos	Vila de São João del-Rei - Comarca do Rio das Mortes	Década de 1730	SOUZA, Daniela dos Santos- compromisso
102	Santana	Freguesia de N.S. do Pilar de Ouro Preto de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1730	BOSCHI, 1986
103	Sr. Bom Jesus dos Descendimento da Cruz	Freguesia de São José (del-Rei) – Comarca de São João del-Rei	1730	BOSCHI, 1986
104	São Pedro dos Clérigos	Freguesia de Mariana - Comarca de Mariana	1731	BOSCHI, 1986
105	São Miguel e Almas	Freguesia de Sto. Antônio de Ouro Branco – Comarca de Vila Rica	1731	BOSCHI, 1986
106	Almas e São Miguel e Almas ⁴³⁹	Freguesia de Santo Antônio do Ouro Branco	1731/1786	AEAM-compromisso-BOSCHI, 1986
107	Santíssimo Sacramento ⁴⁴⁰	Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Campos dos Carijós	1732/1763	AEAM-compromisso-BOSCHI, 1986
108	Sta. Casa de Misericórdia	Freguesia de Mariana - Comarca de Mariana	1732	BOSCHI, 1986
109	Sto. Antônio	Freguesia de São Bartolomeu – Comarca de Vila Rica	1732	BOSCHI, 1986

⁴³⁴ Citado em Boschi (1986:222).

⁴³⁵ BOSCHI, Caio César. (1986:240) menciona o local apenas como “desta paróquia”. Para esta irmandade este autor localizou apenas o Livro de Receita – 1729/1755.

⁴³⁶ Para esta irmandade Boschi (1986) localizou também o Livro de Receita e Despesas -1729/1834.

⁴³⁷ Para esta irmandade Boschi (1986) localizou também o Livro de Receita e Despesas – 1730/1767.

⁴³⁸ Não sabemos se esta irmandade fez seu Compromisso.

⁴³⁹ Para esta irmandade Boschi (1986) localizou apenas o Livro de Termos de Admissão - 1731/1786.

⁴⁴⁰ Para esta irmandade Boschi (1986) localizou apenas o Livro de Termos de Admissão - 1731/1786.

	Irmandade	Localização	Ano	Arquivo/citado por
110	Almas e/ou São Miguel e Almas	Freguesia de N.S. da Conceição de Antônio Dias de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1732	BOSCHI, 1986
111	Santíssimo Sacramento	Freguesia de N.S. da Conceição do Campo Alegre dos Carijós – Comarca de São João del-Rei	1732	BOSCHI, 1986
112	Santíssimo Sacramento	Freguesia de N.S. da Conceição de Congonhas do Campo – Comarca de Vila Rica	1733	BOSCHI, 1986
113	N.S. da Conceição de Congonhas do Campo ⁴⁴¹	Freguesia de N.S. da Conceição de Congonhas do Campo – Comarca de Vila Rica	1733/1757	BOSCHI, 1986
114	N.S. do Rosário	Erecta na capela do Pe. Faria, Freguesia de N.S. da Conceição de Antônio Dias de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1733	BOSCHI, 1986
115	Senhor dos Passos ⁴⁴²	Freguesia de São Joao del-Rei – Comarca de São João del-Rei	1733	BOSCHI, 1986
116	Senhor dos Passos	Erecta e sita em uma das capelas da matriz. Freguesia de N.S. do Pilar - Vila de São João del-Rei - Comarca do Rio das Mortes	1733	APNSP-SJD – compromisso
117	Santíssimo Sacramento	Freguesia de N.S. da Conceição do Rio das Pedras – Comarca de Sabará	1734	AEAM-compromisso – BOSCHI, 1986
118	N.S. do Pilar	Erecta na matriz de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1734/1737	AEPNSP-compromisso – BOSCHI, 1986
119	São Miguel e Almas	Freguesia de N.S. do Pilar – Comarca de Vila Rica	1735/1767	AEPNSP-O. Preto – compromisso
120	Santíssimo Sacramento	Arraial do Tejuco – Comarca da Vila do Príncipe	1735	BOSCHI, 1986
121	Arcanjo São Miguel	Freguesia de N.S. do Pilar – Comarca de Vila Rica	1735	AEPNSP-O. Preto – compromisso
122	N.S. do Terço	Freguesia de N.S. da Conceição de Antônio Dias de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1736	BOSCHI, 1986
123	Santíssimo Sacramento	Freguesia de N. S. de Nazaré do Inficcionado – Comarca de Mariana	1736	AEAM-compromisso – BOSCHI, 1986
124	São Miguel e Almas ⁴⁴³	Freguesia de N.S. da Conceição dos Camargos – Comarca de Mariana	1737	AEAM-compromisso
125	Senhor Bom Jesus dos Passos	s/r ⁴⁴⁴	1737/1791	AEPNSP/OP – BOSCHI, 1986
126	Senhor dos Passos	s/r ⁴⁴⁵	1737/1778	APNSP/OP
127	Almas	Freguesia de N.S. da Conceição do Mato Dentro – Comarca da Vila do Príncipe	1738	BOSCHI, 1986
128	Santíssimo Sacramento	Erecta na matriz de N.S. do Pilar de O. Preto – Comarca de Vila Rica	1738-1784	AEPNSP-OP-compromisso – BOSCHI, 1986
129	São Gonçalo	Freguesia do Brumado – Comarca do Rio das Mortes	1738	AEPP-SJDR-compromisso – BOSCHI, 1986

⁴⁴¹ Para esta irmandade Boschi (1986) localizou apenas o Livro de Eleições, e de Receita e Despesas 1733/1757.

⁴⁴² Não sabemos se se trata da mesma irmandade citada por Santos em sua dissertação de mestrado.

⁴⁴³ Ver Boschi, 1986, p. 214.

⁴⁴⁴ BOSCHI, Caio César. (1986:241) menciona o local apenas como “desta paróquia”. Para esta irmandade este autor localizou apenas o Livro de Termos de Entrada de Irmãs, Eleições e Inventários apenas o Livro de Receita e Despesas – 1737/1791.

⁴⁴⁵ BOSCHI, Caio César. (1986:240) menciona o local apenas como “desta paróquia”. Para esta irmandade este autor localizou apenas o Livro de Receita e Despesas – 1737/1778.

	Irmandade	Localização	Ano	Arquivo/citado por
130	N.S. do Bom Sucesso ⁴⁴⁶	Freguesia de N.S. do Bom Sucesso da Vila Nova da Rainha do Caeté – Comarca de Caeté	1738	APM-compromisso – BOSCHI, 1986
131	Santo Antônio	Freguesia de Santo Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara	1738	AEAM-compromisso – BOSCHI, 1986
132	N.S. do Rosário	Freguesia de N.S. da Boa Viagem de Itabira do Campo – Comarca de Vila Rica	1738	BOSCHI, 1986
133	Sta. Casa da Misericórdia	Freguesia de N.S. da Conceição de Antônio Dias de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1738	BOSCHI, 1986
134	Santíssimo Sacramento	Freguesia de N.S. da Conceição do Pouso Alto – Comarca de São João del-Rei	1738	BOSCHI, 1986
135	N.S. do Rosário	Freguesia de N.S. do Rosário da Freguesia de N.S. das Catas Altas do Mato Dentro	1738/1770	AEAM - compromisso BOSCHI, 1986
136	N.S. do Rosário ⁴⁴⁷	Freguesia de N.S. da Boa Viagem de Itabira do Campo	1738/1770	AEAM – compromisso - BOSCHI, 1986
137	N.S. do Amparo	s/r ⁴⁴⁸	1740/1835	AEAM-compromisso - BOSCHI, 1986
138	São Fco. de Assis	Freguesia de São Joao del-Rei – Comarca de São João del-Rei	1740	BOSCHI, 1986
139	N.S. de Guadalupe	Freguesia de N.S. do Pilar de Ouro Preto de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1740	BOSCHI, 1986
140	N.S. do Amparo	Freguesia de Sabará – Comarca de Sabará	1740	BOSCHI, 1986
141	Santíssimo Sacramento ⁴⁴⁹	Freguesia de Santo Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara	1741/1805	AEAM-compromisso - BOSCHI, 1986
142	N.S. da Purificação	Freguesia de N.S. da Conceição da Vila do Príncipe – Comarca da Vila do Príncipe	1741	BOSCHI, 1986
143	Santíssimo Sacramento	Freguesia de Sto. Antônio do Ribeirão de Sta. Bárbara – Comarca de Caeté	1741	BOSCHI, 1986
144	N.S. da Conceição	s/r	1741	BGJM
145	Santíssimo Sacramento	Freguesia de N.S. da Piedade da Borda do Campo de Barbacena – Comarca de São João del-Rei	1742	BOSCHI, 1986
146	N. S. do Rosário	Freguesia de Sto. Antônio de Itaverava	1743	AEAM-compromisso - BOSCHI, 1986
147	N.S. das Mercês dos Perdões	Freguesia de N.S. da Conceição de Antônio Dias de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1743	BOSCHI, 1986
148	N.S. do Rosário	Arraial do Tejuco – Comarca da Vila do Príncipe	1743	BOSCHI, 1986
149	N.S. do Rosário	Freguesia de Sto. Antônio de Itaverava – Comarca de São João del-Rei	1743	BOSCHI, 1986
150	Santíssimo Sacramento	Freguesia de N.S. da Conceição de Guarapiranga – Comarca de Mariana	1744	AEAM-compromisso - BOSCHI, 1986
151	N. S. do Rosário	Freguesia de N.S. da Boa Viagem de Itabira	1744	APM-compromisso
152	Senhor do Bonfim	Arraial de Antônio Pereira – Comarca de Mariana	1744	BOSCHI, 1986

⁴⁴⁶ BOSCHI, Caio César. (1986:220) também faz referência a uma irmandade de mesmo nome e ano, entretanto não sabemos se se trata da mesma para a qual encontramos o compromisso no Arquivo Público Mineiro. A grafia no compromisso está Bonsucesso.

⁴⁴⁷ Para esta irmandade Boschi (1986) localizou apenas o Livro de Receita e Despesas 1738/1770.

⁴⁴⁸ BOSCHI, Caio César. (1986:241) menciona o local apenas como “desta paróquia”. Para esta irmandade este autor localizou apenas o Livro de Termos de 1740/1835.

⁴⁴⁹ Para esta irmandade BOSCHI (1986) localizou apenas o Livro de Termos e Inventários de Bens 1741/1805.

	Irmandade	Localização	Ano	Arquivo/citado por
153	Santíssimo Sacramento	Freguesia de N.S. do Bonsucesso de Caeté – Comarca de Caeté	1745	APM-compromisso
154	São Fco. de Assis	Freguesia de N.S. da Conceição de Antônio Dias de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1745	BOSCHI, 1986
155	Ordem Terceira de N.S. do Carmo ⁴⁵⁰	Vila de São João del-Rei - Comarca do Rio das Mortes	1746	SOUZA, Daniela dos Santos-compromisso
156	Caridade dos Escravos de ⁴⁵¹ N.S. da Piedade	Freguesia de São José (del-Rei) – Comarca de São João del-Rei	1747	BOSCHI, 1986
157	N.S. da Caridade ⁴⁵²	Comarca de Mariana	1747/1802	AEAM
158	N.S. do Rosário ⁴⁵³	Comarca de Mariana	1747/1856	AEAM
159	N.S. do Rosário dos Pretos ⁴⁵⁴	Comarca de Mariana	1747/1856	AEAM
160	N.S. da Conceição de Mariana ⁴⁵⁵	Comarca de Mariana	1747/1832	AEAM
161	N.S. do Amparo	Erecta na igreja matriz de N.S. da Conceição de Vila Real do Sabará – Comarca de Sabará	1748	CBG-compromisso, COSTA, Walmira
162	São Francisco de Assis (Ordem Terceira)	Freguesia de Mariana - Comarca de Mariana	1748	BOSCHI, 1986
163	Almas	Freguesia de São João Batista do Morro Grande – Comarca de Caeté	1749	BOSCHI, 1986
164	Santíssimo Sacramento	Freg. de N.S. da Piedade da Borda do Campo – Barbacena	1749	AEAM-compromisso BOSCHI, 1986
165	N.S. do Rosário	Freguesia de São Sebastião – Comarca de Mariana	1749	BOSCHI, 1986
166	N.S. da Conceição ⁴⁵⁶	Mariana	1749	AEAM-compromisso BOSCHI, 1986
167	Ordem Terceira de S. Fco. de Assis ⁴⁵⁷	Vila de São João del-Rei - Comarca do Rio das Mortes	1749	SOUZA, Daniela dos Santos-compromisso
168	São Gonçalo	Freguesia de S. José da Barra Longa – Comarca de Mariana	1749	BOSCHI, 1986
169	Santíssimo Sacramento	Freguesia de S. José da Barra Longa – Comarca de Mariana	1749	BOSCHI, 1986
170	N. S. do Amparo	Vila Real de N. S. da Conceição do Sabará	1749	IPHAN
171	São Sebastião	Freguesia de N.S. de Nazaré do Inficionado – Comarca de Mariana	1749	BOSCHI, 1986
172	Santana	Erecta na capela filial de São Bento (Bento Rodrigues) - Freguesia de N. S. da Conceição dos Camargos - Comarca de Mariana	1749	BOSCHI, 1986
173	Santana	Freguesia de N. S. da Conceição de Guarapiranga Comarca de Mariana	1749	BOSCHI, 1986

⁴⁵⁰ Não sabemos se esta irmandade fez seu Compromisso.

⁴⁵¹ Na Chancelaria da Ordem de Cristo achamos transcrito um compromisso (1768) pertenceu à Vila de São José. Sendo que a de mesmo nome (1747) pertenceu à Freguesia de São José.

⁴⁵² Para esta irmandade Boschi (1986) localizou apenas o Livro de Inventário de Bens 1747/1802.

⁴⁵³ Para esta irmandade Boschi (1986) localizou apenas o 1º Livro de Atas 1747/1856.

⁴⁵⁴ Para esta irmandade Boschi (1986) localizou apenas o Livro (1º) de Atas 1747/1856.

⁴⁵⁵ Para esta irmandade Boschi (1986) localizou apenas o Livro de Receita e Despesas – 1747/1832.

⁴⁵⁶ Para esta irmandade Boschi (1986) localizou apenas o Livro de Receita e Despesas – 1747/1832.

⁴⁵⁷ Não sabemos se esta irmandade fez seu Compromisso.

	Irmandade	Localização	Ano	Arquivo/citado por
174	Santo Antônio	Freguesia do Senhor Bom Jesus do Monte Furquim – Comarca de Mariana	1749	s/r
175	Santana	Freguesia de N. S. da Conceição de Guarapiranga – Comarca de Mariana	1749	s/r
176	Santana	Freguesia do Senhor Bom Jesus do Monte Furquim – Comarca de Mariana	1749	BOSCHI, 1986
177	São José	Freguesia de N. S. da Conceição de Guarapiranga – Comarca de Mariana	1749	BOSCHI, 1986
178	N.S. das Mercês	Freguesia de Mariana - Comarca de Mariana	1749	BOSCHI, 1986
179	Santo Antônio	Freguesia de N.S. de Nazaré do Inficionado – Comarca de Mariana	1749	BOSCHI, 1986
180	Santo Antônio	Freguesia do Senhor Bom Jesus do Monte Furquim – Comarca de Mariana	1749	BOSCHI, 1986
181	N.S. da Conceição	Freguesia de N.S. da Conceição de Congonhas do Campo – Comarca de Vila Rica	1749	BOSCHI, 1986
182	N.S. do Amparo	Erecta na capela filial de São Bento (Bento Rodrigues) – Freguesia de Camargos – Comarca de Mariana	1749	BOSCHI, 1986
183	N.S. do Carmo	Freguesia de São João del-Rei – Comarca de São João del-Rei	1749	BOSCHI, 1986
184	Santana	Freguesia de Camargos – Erecta na capela filial de São Bento (Bento Rodrigues) – Comarca de Mariana	1749	BOSCHI, 1986
185	Santíssimo Sacramento	Freguesia de N.S. da Piedade da Borda do Campo de Barbacena – Comarca de São João del-Rei	1749	BOSCHI, 1986
186	Almas	Erecta na capela filial de N.S. da Piedade do Paraopeba - Freguesia de N.S. da Boa Viagem do Curral del-Rei – Comarca de Caeté	1750	BOSCHI, 1986
187	N.S. do Rosário	Erecta na capela filial de N.S. da Piedade do Paraopeba - Freguesia de N.S. da Boa Viagem do Curral del-Rei – Comarca de Caeté	1750	BOSCHI, 1986
188	N. S. do Rosário	Caquende de Vila Rica	1750	Museu do Carmo
189	N.S. do Rosário dos Pretos	Erecta na matriz de N.S. do Pilar – Comarca de Vila Rica	1750	AENSP-O.Preto-compromisso - BOSCHI, 1986
190	Sant'Anna	Vila Rica	1750	s/r
191	Santa Efigênia	Freguesia de Sto. Antônio do Ribeirão de Sta. Bárbara – Comarca de Caeté	1750	BOSCHI, 1986
192	N.S. das Mercês ⁴⁵⁸	Vila de São João del-Rei - Comarca do Rio das Mortes	1750	SOUZA, Daniela dos Santos - compromisso
193	Santíssimo Sacramento	Erecta na capela filial de N.S. da Piedade do Paraopeba – Freguesia de N.S. da Boa Viagem do Curral del-Rei – Comarca de Caeté	1750	BOSCHI, 1986
194	Santana	Freguesia de São João Batista do Morro Grande – Comarca de Caeté	1750	BOSCHI, 1986
195	Sta. Rita	Freguesia de N.S. do Pilar das Congonhas do Sabará – Comarca de Sabará	1750	BOSCHI, 1986
196	São Miguel e Almas	Freguesia de São Miguel do Piracicaba – Comarca de Caeté	1750	BOSCHI, 1986
197	Santíssimo Sacramento	Freguesia de São Miguel – Comarca de Sabará	1750	Coleção Particular

⁴⁵⁸ Não sabemos se esta irmandade fez seu Compromisso.

	Irmandade	Localização	Ano	Arquivo/citado por
198	São Elesbão	Freguesia de Sto. Antônio do Ribeirão de Sta. Bárbara – Comarca de Caeté	1750	BOSCHI, 1986
199	N.S. do Pilar	Freguesia de N.S. do Pilar de Pitangui – Comarca da Vila do Infante	1750	BOSCHI, 1986
200	São Benedito	Arraial de Antônio Pereira – Comarca de Mariana	1751	BOSCHI, 1986
201	Senhor do Bonfim	Ribeirão das Águas Claras dos Campos Gerais, Freguesia de N.S. da Conceição de Congonhas do Campo – Comarca de Vila Rica	1751	BOSCHI, 1986
202	N.S. de Nazaré	Freguesia de N.S. de Nazaré de Antônio Dias – Comarca de Vila Rica	1751	BOSCHI, 1986
203	Santíssimo Sacramento	Freguesia de N.S. de Nazaré de Antônio Dias – Comarca de Vila Rica	1751	BOSCHI, 1986
204	São Miguel e Almas	Freguesia de N.S. de Nazaré de Antônio Dias – Comarca de Caeté	1751	BOSCHI, 1986
205	Santana	Freguesia de N.S. de Nazaré de Antônio Dias – Comarca de Vila Rica	1751	BOSCHI, 1986
206	Santíssimo Sacramento	Arraial de Itambé, Freguesia de N.S. do Pilar do Morro de Gaspar Soares – Comarca da Vila do Príncipe	1751	BOSCHI, 1986
207	N.S. do Carmo	Freguesia de Mariana - Comarca de Mariana	ant. 1751	BOSCHI, 1986
208	N.S. do Rosário	Erecta na capela de N.S. do Rosário de Nazaré do Morro Vermelho - Freguesia de N. S. do Bom Sucesso do Caeté – Comarca de Caeté	1751	BOSCHI, 1986
209	Santa Quitéria	Freguesia de N.S. da Conceição das Catas Altas do Mato Dentro – Comarca de Mariana	1751	BOSCHI, 1986
210	N.S. do Rosário	Erecta na capela de N.S. do Rosário, no rio do Peixe, Freguesia de N.S. de Nazaré do Inficionado – Comarca de Mariana	1751	BOSCHI, 1986
211	Santíssimo Sacramento	Freguesia de São Miguel do Piraciba – Comarca de Caeté	1751	BOSCHI, 1986
212	São Gonçalo	Freguesia de N.S. da Conceição da Vila do Príncipe – Comarca da Vila do Príncipe	1751	BOSCHI, 1986
213	São Gonçalo Garcia	Freguesia de N.S. da Conceição de Antônio Dias de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1751	BOSCHI, 1986
214	Almas	Freguesia de N.S. da Conceição de Ibitipoca – Comarca de São João del-Rei	1751	BOSCHI, 1986
215	N.S. da Conceição	Freguesia de N.S. da Conceição de Ibitipoca – Comarca de São João del-Rei	1751	BOSCHI, 1986
216	N.S. das Mercês	Freguesia de São João del-Rei – Comarca de São João del-Rei	1751	BOSCHI, 1986
217	Sto. Antônio de Itaverava	Freguesia de Sto. Antônio de Itaverava – Comarca de São João del-Rei	1752	BOSCHI, 1986
218	N.S. da Boa Viagem	Freguesia de N.S. da Boa Viagem do Curral del-Rei – Comarca de Caeté	1752	BOSCHI, 1986
219	N.S. da Conceição de Aiuruoca	Freguesia de N.S. da Conceição de Aiuruoca – Comarca de São João del-Rei	1752	BOSCHI, 1986
220	N.S. da Conceição de Antônio Pereira	Arraial de Antônio Pereira – Comarca de Sabará	1752	BOSCHI, 1986
221	N.S. da Conceição de Prados	Freguesia de N.S. da Conceição de Prados – Comarca de São João del-Rei	1752	BOSCHI, 1986
222	N. S. de Nazaré do Inficionado	Freguesia do Inficionado – Comarca de Mariana	1752	BOSCHI, 1986
223	N. S. do Rosário dos Pretos	Capela de São Braz do Suaçuí, da freguesia de	1752	BOSCHI, 1986

	Irmandade	Localização	Ano	Arquivo/citado por
		Congonhas do Campo		
224	N.S. do Rosário do Sumidouro	Freguesia do Sumidouro – Comarca de Mariana	1752	BOSCHI, 1986
225	São Caetano	Freguesia de São Caetano - Comarca de Mariana	1752	BOSCHI, 1986
226	São João Batista do Morro Grande	Freguesia de São João Batista do Morro Grande – Comarca de Caeté	1752	BOSCHI, 1986
227	S. José da Barra Longa	Freguesia de S. José da Barra Longa – Comarca de Mariana	1752	BOSCHI, 1986
228	N.S. do Pilar das Congonhas do Sabará	Freguesia de N.S. do Pilar das Congonhas do Sabará – Comarca de Sabará	1752	BOSCHI, 1986
229	N.S. do Carmo ⁴⁵⁹	Freguesia de N.S. do Pilar de Ouro Preto de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1752	BOSCHI, 1986
230	Sto. Antônio da Casa Branca	Freguesia de Sto. Antônio da Casa Branca – Comarca de Vila Rica	1752	BOSCHI, 1986
231	Sto. Antônio da Itatiaia	Freguesia de Sto. Antônio de Itatiaia – Comarca de Vila Rica	1752	BOSCHI, 1986
232	Sto. Antônio do Rio das Velhas do Rio Acima	Freguesia de Sto. Antônio do Rio das Velhas do Rio Acima – Comarca de Sabará	1752	BOSCHI, 1986
233	N.S. da Conceição do Mato Dentro	Freguesia de N.S. da Conceição do Mato Dentro – Comarca da Vila do Príncipe	1752	BOSCHI, 1986
234	N.S. da Boa Viagem de Itabira do Campo	Freguesia de N.S. da Boa Viagem de Itabira do Campo – Comarca de Vila Rica	1752	BOSCHI, 1986
235	N.S. da Conceição do Campo Alegre dos Carijós	Freguesia de N.S. da Conceição do Campo Alegre dos Carijós – Comarca de São João del-Rei	1752	BOSCHI, 1986
236	N.S. da Glória do Caminho Novo	Freguesia de N.S. da Glória do Caminho Novo – Comarca de São João del-Rei	1752	BOSCHI, 1986
237	N.S. do Monserrate de Baependi	Freguesia de N.S. do Monserrate de Baependi – Comarca de São João del-Rei	1752	BOSCHI, 1986
238	N.S. da Conceição das Carrancas	Freguesia de N.S. da Conceição do Campo Alegre dos Carijós – Comarca de São João del-Rei	1752	BOSCHI, 1986
239	N.S. da Piedade da Borda do Campo	Freguesia de N.S. da Piedade da Borda do Campo de Barbacena – Comarca de São João del-Rei	1752	BOSCHI, 1986
240	Sto. Antônio do Rio Verde da Campanha	Freguesia de Sto. Antônio do Rio Verde da Campanha – Comarca de São João del-Rei	1752	BOSCHI, 1986
241	N.S. da Conceição do Pouso Alto	Freguesia de N.S. da Conceição do Pouso Alto – Comarca de São João del-Rei	1752	BOSCHI, 1986
242	Almas	Freguesia de Sto. Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara – Comarca de Caeté	1753	BOSCHI, 1986
243	São Miguel e Almas	Freguesia de N.S. da Piedade da Borda do Campo de Barbacena – Comarca de São João del-Rei	1753	BOSCHI, 1986
244	N.S. do Rosário	Da matriz de N.S. do Pilar	1752	TT-COC-teve compromisso – COSTA, Walmira
245	N. S. do Rosário dos Pretos	Capela de São Brás do Suaçuí, da Freguesia de N.S. da Conceição de Congonhas do Campo – Comarca de Vila Rica	1753/1843	AEAM-compromisso - BOSCHI, 1986

⁴⁵⁹ Camila Santiago (2009, p. 99) menciona em sua tese de doutorado uma Ordem Terceira de N.S. do Carmo de Ouro Preto. Não conseguimos saber se se trata da mesma irmandade mencionada por Boschi (1986) uma vez que o mesmo não faz menção a uma Ordem Terceira.

	Irmandade	Localização	Ano	Arquivo/citado por
246	Almas e São Miguel e Almas ⁴⁶⁰	Freguesia de N.S. da Piedade da Borda do Campo - Barbacena	1753	AEAM-BOSCHI, 1986
247	Santíssimo Sacramento	Freguesia de Sto. Antônio de Ouro Branco – Comarca de Vila Rica	1753	BOSCHI, 1986
248	N.S. da Conceição	Freguesia de N.S. da Conceição de Prados – Comarca de São João del-Rei	1753	BOSCHI, 1986
249	N.S. da Conceição	Erecta na capela de N.S. da Conceição de Santa Bárbara Acima, Freguesia de Sto. Antônio do Ribeirão de Sta. Bárbara – Comarca de Caeté	1753	BOSCHI, 1986
250	N.S. do Rosário	Erecta na capela filial de N.S. das Brotas, Freguesia de Congonhas do Campo – Comarca de Vila Rica	1753	BOSCHI, 1986
251	Almas e São Miguel e Almas ⁴⁶¹	Freguesia de N.S. da Piedade da Borda do Campo, Barbacena	1753/1858	AEAM-BOSCHI, 1986
252	Almas e São Miguel e Almas ⁴⁶²	Freguesia de N.S. da Piedade de Campolide, Borda do Campo	1753/1863	AEAM
253	N. S. da Piedade	Comarca do Rio das Mortes	[1753]	AEPSA/Ti-compromisso - BOSCHI, 1986
254	São Gonçalo	Freguesia de N.S. da Conceição das Catas Altas do Mato Dentro – Comarca de Mariana	1754	AEAM-compromisso - BOSCHI, 1986
255	Santíssimo Coração de Jesus	Erecta na capela filial do arraial da Passagem, Freguesia de Mariana – Comarca de Mariana	1754	BOSCHI, 1986
256	Almas	Freguesia de N.S. da Nazaré Cachoeira do Campo – Comarca de Vila Rica	1754	BOSCHI, 1986
257	Almas	Freguesia de N.S. da Glória do Caminho Novo – Comarca de São João del-Rei	1754	BOSCHI, 1986
258	N.S. das Mercês	Freguesia de N.S. do Pilar de Ouro Preto de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1754	BOSCHI, 1986
259	Sto. Antônio	Freguesia de Sto. Antônio de Itaverava – Comarca de São João del-Rei	1754	BOSCHI, 1986
260	São Elesbão e Santa Efigênia	Freguesia de São Joao del-Rei – Comarca de São João del-Rei	1754	BOSCHI, 1986
261	São Gonçalo	Freguesia de Sto. Antônio de Itaverava – Comarca de São João del-Rei	1755	BOSCHI, 1986
262	N. S. da Conceição	Freguesia de N.S. da Conceição do Rio das Pedras	1755	AEAM – compromisso - BOSCHI, 1986
263	N.S. da Conceição dos Camargos	Freguesia de N.S. da Conceição dos Camargos – Comarca de Mariana	1755	BOSCHI, 1986
264	Santíssima Trindade e N.S. dos Remédios	Freguesia de Sto. Antônio de Itaverava – Comarca de São João del-Rei	1755	BOSCHI, 1986
265	Santíssimo Sacramento	Freguesia de N.S. da Boa Viagem do Curral del-Rei – Comarca de Caeté	1755	BOSCHI, 1986
266	Santa Rita	Freguesia de N.S. da Boa Viagem de Itabira do Campo – Comarca de Vila Rica	1755	BOSCHI, 1986
267	N. S. do Rosário	Arraial do Bacalhau, Freguesia de N.S. da Conceição de Guarapiranga – Comarca de Mariana	1755	BOSCHI, 1986

⁴⁶⁰ Para esta irmandade BOSCHI (1986) localizou apenas o Livro de Receitas e Despesas – 1753/1843; e o Livro de Recibo de Missas – 1753/1858.

⁴⁶¹ Para esta irmandade Boschi (1986) localizou apenas o Livro de Recibos de Missas – 1753/1858.

⁴⁶² Para esta irmandade Boschi (1986) localizou apenas o Livro de Termos de Eleições – 1753/1863.

	Irmandade	Localização	Ano	Arquivo/citado por
268	N.S. da Glória	Freguesia de Mariana, erecta na capela filial do arraial da Passagem - Comarca de Mariana	1755	BOSCHI, 1986
269	N.S. do Rosário	Erecta na matriz de Sto. Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara – Bispado de Mariana	1755	MENDES, Isolda, 2016
270	N.S. do Rosário	Freguesia de N.S. da Conceição do Rio das Pedras – Comarca de Sabará	1755	BOSCHI, 1986
271	Almas	Arraial do Tejuco – Comarca da Vila do Príncipe	1756	BOSCHI, 1986
272	Santíssimo Sacramento	Freguesia de Santo Antônio de Itatiaia – Comarca de Vila Rica	1756	AEAM-compromisso - BOSCHI, 1986
273	Santíssimo Sacramento ⁴⁶³	Freguesia de N.S. da Conceição das Catas Altas do Mato Dentro – Comarca de Mariana	1756/1843	AEAM
274	N.S. do Rosário	Freguesia de N.S. da Conceição do Mato Dentro, Arraial de Santo Antônio da Tapera – Comarca da Vila do Príncipe	1756	BOSCHI, 1986
275	N.S. das Mercês	Freguesia de São José (del-Rei) – Comarca de São João del-Rei	1757	BOSCHI, 1986
276	São Francisco de Assis	Freguesia de N.S. da Conceição do Mato Dentro – Comarca da Vila do Príncipe	1757	BOSCHI, 1986
277	N.S. do Rosário ⁴⁶⁴	s/r	1757	TT-compromisso (quem achou?)
278	Santíssimo Sacramento ⁴⁶⁵	Freguesia de Congonhas do Campo – Comarca de Vila Rica	1757/1850	AEAM-compromisso - BOSCHI, 1986
279	N. S. das Mercês ⁴⁶⁶	Erecta na Igreja de N.S. do Rosário, da Vila de São José.	1757/1841	AEPSA/Ti-compromisso - BOSCHI, 1986
280	N.S. do Rosário	Freguesia de N.S. da Conceição de Congonhas do Campo – Comarca de Vila Rica	1757	BOSCHI, 1986
281	N.S. do Rosário dos Homens Pretos	Barra da Vila do Sabará	s/r	s/r
282	Santana	Freguesia de N.S. da Conceição do Mato Dentro – Comarca da Vila do Príncipe	1758	BOSCHI, 1986
283	Senhor dos Passos	Freguesia de N. S. do Pilar, de Pitangui	1758	AEAM-compromisso - BOSCHI, 1986
284	Senhor Bom Jesus de Matozinhos ⁴⁶⁷ (Confraria)	Morro do Maranhão da Freguesia de N.S. da Conceição de Congonhas do Campo - Comarca do Rio das Mortes	1758	AHU-compromisso ⁴⁶⁸ (quem achou?)
285	Senhor Bom Jesus de Matozinhos	Freguesia de N.S. da Conceição de Congonhas do Campo - Comarca de Mariana	1758	BOSCHI, 1986
286	N.S. da Piedade	Freguesia de Sto. Antônio de Itatiaia – Comarca de Vila Rica	1758	BOSCHI, 1986

⁴⁶³ Para esta irmandade Boschi (1986) localizou apenas o Livro de Receitas e Despesas (1756/1843).

⁴⁶⁴ Há provisão de confirmação de doação de 25 braças de terra e forros que a dita Irmandade possui no sítio.

⁴⁶⁵ Para esta irmandade Boschi (1986) localizou o seu Compromisso e o Livro de Termos (1757/1850).

⁴⁶⁶ Para esta irmandade Boschi (1986) localizou o Livro de Assentos de Entrada, e Termos de Irmãos (1757/1841).

⁴⁶⁷ O parecer deste compromisso de 1758 foi dado apenas em 1805. Ou seja, 47 anos depois de sua confecção, só não sabemos quando o mesmo chegou a Lisboa. “Parece ao Conselho, que os Estatutos, com o que os suplicantes pretendem regular esta sua piedosa apreciação, são muitos dignos da Regia confirmação de V.A. que mandará o que for desacordo. Lxa. 11 de janeiro de 1805.”

⁴⁶⁸ Anexo ao compromisso seguiu o requerimento de confirmação e provisão, sendo que o mesmo foi assinado por trinta irmãos.

	Irmandade	Localização	Ano	Arquivo/citado por
287	N.S. do Carmo	Arraial do Tejuco – Comarca da Vila do Príncipe	1758	BOSCHI, 1986
288	Sr. Bom Jesus do Matozinhos	Freguesia de N.S. da Conceição de Congonhas do Campo – Comarca de Vila Rica	1758	BOSCHI, 1986
289	São Gonçalo Garcia ⁴⁶⁹	Vila de São João del-Rei - Comarca do Rio das Mortes	1759	SOUZA, Daniela dos Santos – compromisso
290	São Gonçalo ⁴⁷⁰	Freguesia de São Joao del-Rei – Comarca de São João del-Rei	1759	BOSCHI, 1986
291	Senhor Bom Jesus do Matosinhos	Freguesia de N.S. da Conceição do Mato Dentro – Comarca da Vila do Príncipe	1759	BOSCHI, 1986
292	N.S. da Saúde	Erecta na capela de N.S. da Saúde, de Lagoa Grande, Freguesia de Sto. Antônio da Roça Grande – Comarca de Vila Rica	1760	BOSCHI, 1986
293	N. S. do Rosário	São José da Barra Longa	1760	BGJM-compromisso
294	São Miguel e Almas	Freguesia de N.S. da Conceição de Guarapiranga – Comarca de Mariana	1760	AEAM-compromisso - BOSCHI, 1986
295	Cordão Seráfico de São Francisco de Assis (Arquiconfraria)	Freguesia de Mariana – Comarca de Mariana	1760	AEAM-compromisso - BOSCHI, 1986
296	São Fco. de Assis (Arquic.)	Freguesia de N.S. do Pilar de Ouro Preto de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1760	BOSCHI, 1986
297	São João Evangelista	Freguesia de São José (del-Rei) – Comarca de São João del-Rei	1760	BOSCHI, 1986
298	São Joaquim	Freguesia de São Miguel do Piraciba – Comarca de Caeté	1760	BOSCHI, 1986
299	São João Evangelista	Comarca do Rio das Mortes	[1760]	AEPSA/Ti-compromisso - BOSCHI, 1986
300	N.S. do Rosário do Recolhimento de Macaúbas	Recolhimento de Macaúbas – Comarca de Sabará	1761	PAIVA, Eduardo F., 2006 ⁴⁷¹
301	Da Caridade	Erecta na matriz da Vila de São José – Comarca do Rio das Mortes	1761	BOSCHI, 1986
302	N.S. do Carmo ⁴⁷²	Freguesia de Sabará – Comarca de Sabará	1761	BOSCHI, 1986
303	São Francisco de Assis	Freguesia de Sabará – Comarca de Sabará	1761	BOSCHI, 1986
304	N. S. do Rosário	s/r ⁴⁷³	1761/1897	AEPNSP/OP
305	N. S. do Rosário	s/r ⁴⁷⁴	1762	AEAM- compromisso - BOSCHI, 1986
306	N.S. do Rosário	Freguesia de São Caetano - Comarca de Mariana	1762	s/r
307	São Tiago	Erecta na capela filial do Rio do Peixe e Jacaré, Freguesia de São José (del-Rei) – Comarca de	1762	BOSCHI, 1986

⁴⁶⁹ Não sabemos se esta irmandade fez seu Compromisso.

⁴⁷⁰ Não sabemos se se trata da mesma irmandade citada por Santos em sua dissertação de mestrado.

⁴⁷¹ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 94.

⁴⁷² SANTIAGO, Camila (2009, p. 100) menciona uma Ordem Terceira do Carmo da Vila de N.S. da Conceição em Sabará. Não sabemos se se trata da mesma mencionada por Boschi (1986) já que o mesmo não nomeia a irmandade com Ordem Terceira.

⁴⁷³ BOSCHI, Caio César. (1986:241) menciona o local apenas como “desta paróquia”. Para esta irmandade este autor localizou apenas o Livro de Termos de Eleições – 1761/1897.

⁴⁷⁴ BOSCHI, Caio César. (1986:241) menciona o local apenas como “desta paróquia”. Para esta irmandade este autor localizou apenas o Livro de Termos de Eleições (1737/1778) e o seu Compromisso.

	Irmandade	Localização	Ano	Arquivo/citado por
		São João del-Rei		
308	N. S. do Rosário ⁴⁷⁵	Freguesia de Santo Antônio do Itatiaia	1763/1813	AEAM- compromisso - BOSCHI, 1986
309	São Miguel e Almas	Freguesia da Sé de Mariana – Comarca de Mariana	1763	TT- compromisso - BOSCHI, 1986
310	Almas	Vila ou Freguesia de Mariana? - Comarca de Mariana	1763	BOSCHI, 1986
311	São Benedito	Freguesia de N.S. da Conceição de Congonhas do Campo – Comarca de Vila Rica	1763	BOSCHI, 1986
312	N.S. do Rosário	Freguesia de Sto. Antônio de Itatiaia – Comarca de Vila Rica	1763	BOSCHI, 1986
313	N.S. do Rosário dos Homens Pretos	Erecta na capela desta irmandade – Freguesia de Santo Antônio do Rio das Velhas, no arraial de Santa Rita – Comarca de Sabará	1763	TT-COC ⁴⁷⁶ /BOSCHI, 1986
314	N. S. das Mercês	Capela de São José – Vila Rica	1764	AHU- compromisso BOSCHI, 1986
315	N. S. das Mercês (treslado)	Erecta na Capela de São José desta Vila de N.S. do Pilar de Ouro Preto Rica	1765	AHU- compromisso BOSCHI, 1986
316	São Miguel e Almas	Freguesia de N.S. de Nazaré do Inficionado – Comarca de Mariana	1765	AEAM- compromisso BOSCHI, 1986
317	São Miguel e Almas	Freguesia de N.S. de Nazaré do Inficionado – Comarca de Mariana	1765	BOSCHI, 1986
318	Ouro Fino	N.S. do Rosário do Cabo Verde – Comarca de São João del-Rei	1765	BOSCHI, 1986
319	Almas	Freguesia de Sto. Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara – Comarca de Caeté	1766	BOSCHI, 1986
320	São Miguel e Almas	Freguesia do Senhor Bom Jesus do Monte Furquim – Comarca de Mariana	1766	BOSCHI, 1986
321	N.S. do Rosário	Freguesia de N.S. da Conceição de Guarapiranga - Comarca de Mariana	1766	BOSCHI, 1986
322	N.S. do Rosário	Freguesia de Santa Luzia - Comarca de Sabará	1766	BOSCHI, 1986
323	N.S. do Rosário	Santo Antônio - Itaveraba	1766	TT-COC ⁴⁷⁷ - teve compromisso - COSTA, Walmira
324	N.S. do Rosário	Erecta na Igreja da Conquista – Freguesia de Bom Jesus do Monte	1766	TT-COC-teve compromisso – COSTA, Walmira
325	N.S. do Rosário	Freguesia do Senhor Bom Jesus do Monte Furquim – Comarca de Mariana	1766	BOSCHI, 1986
326	N.S. do Rosário dos Homens Pretos	Erecta na igreja de N.S.do Pilar – Vila de Pitangui	1766	TT-COC-teve compromisso – COSTA, Walmira
327	Santíssimo Sacramento	Freguesia de Sto. Antônio de Itaverava – Comarca de São João del-Rei	1766	BOSCHI, 1986
328	São José	Freguesia de Sto. Antônio de Itaverava – Comarca de São João del-Rei	1766	BOSCHI, 1986

⁴⁷⁵ Para esta irmandade BOSCHI (1986) localizou apenas o Livro de Termo de Entrada de Irmãos – 1763/1813.

⁴⁷⁶ O compromisso desta irmandade está transcrito no códice da Chancelaria da Ordem de Cristo na TT em Lisboa.

⁴⁷⁷ O compromisso desta irmandade está transcrito no códice da Chancelaria da Ordem de Cristo no TT em Lisboa.

	Irmandade	Localização	Ano	Arquivo/citado por
329	Santana das Lavras do Funil	Freguesia de Santana das Lavras do Funil – Comarca de São João del-Rei	Após 1766	BOSCHI, 1986
330	N.S. do Rosário	Freguesia de N.S. do Pilar de Pitangui – Comarca da Vila do Infante	1767	BOSCHI, 1986
331	São Miguel e Almas	Freguesia de São Caetano - Comarca de Mariana	1767	BOSCHI, 1986
332	N.S. do Rosário	Freguesia de N.S. da Conceição das Catas Altas do Mato Dentro – Comarca de Mariana	1767	AEAM-commpromisso BOSCHI, 1986
333	N.S. do Rosário	N.S. da Conceição dos Raposos	1767	TT-COC ⁴⁷⁸ - teve compromisso – COSTA, Walmira
334	N.S. da Boa Viagem	Freguesia de N.S. da Boa Viagem de Itabira do Campo – Comarca de Vila Rica	1767	BOSCHI, 1986
335	N.S. da Conceição dos Pardos e Pardas ⁴⁷⁹	Freguesia de N.S. da Boa Viagem de Itabira do Campo – Comarca de Vila Rica	1767	BOSCHI, 1986-TT- COC ⁴⁸⁰ -teve compromisso
336	N.S. do Pilar	Freguesia de São João del-Rei – Comarca de São João del-Rei	1767	BOSCHI, 1986
337	N.S. da Conceição	Freguesia de N.S. do Pilar de Pitangui – Comarca da Vila do Infante	1767	BOSCHI, 1986
338	N.S. do Rosário	Erecta na igreja da Freguesia de N.S. da Boa Viagem – Itabira – Vila Rica do Ouro Preto Comarca de Vila Rica	1767	BOSCHI, 1986
339	Santíssimo Sacramento	Freguesia de N.S. da Boa Viagem de Itabira do Campo – Comarca de Vila Rica	1767	BOSCHI, 1986
340	Santíssimo Sacramento	Freguesia de N.S. da Conceição da Vila do Príncipe – Comarca da Vila do Príncipe	1767	BOSCHI, 1986
341	Santíssimo Sacramento	Freguesia de N.S. da Conceição do Pilar de Pitangui – Comarca da Vila do Infante	1767	BOSCHI, 1986
342	Santíssimo Sacramento	Freguesia de N.S. da Conceição do Pilar dos Congonhas do Bispado de Mariana – Comarca ??	1767	TT-COC ⁴⁸¹ -teve compromisso – COSTA, Walmira
343	São Gonçalo	Erecta na capela filial de São Gonçalo do Brumado, Freguesia de São João del-Rei – Comarca de São João del-Rei	1767	BOSCHI, 1986
344	N.S. do Rosário dos Homens Pretos	Freguesia de N.S. de Nazaré do Inficionado – Comarca de Mariana	1767 ⁴⁸²	BOSCHI, 1986 / TT- COC ⁴⁸³ -teve compromisso – COSTA, Walmira
345	N.S. do Rosário	Erecta na igreja de N.S. da Conceição – Rio das Pedras	1767	TT-COC ⁴⁸⁴ -teve compromisso – COSTA, Walmira

⁴⁷⁸ COC= Chancelaria da Ordem de Cristo.

⁴⁷⁹ Boschi (1986) menciona esta irmandade apenas como N.S. da Conceição, sendo que na COC o registro do nome dela é outro. Não sabemos se o compromisso transcrito é o mesmo que o autor faz referência.

⁴⁸⁰ Este compromisso foi transcrito no código da Chancelaria da Ordem de Cristo, TT-Lisboa.

⁴⁸¹ Este compromisso foi transcrito no código da Chancelaria da Ordem de Cristo e data de 17/07/1767.

⁴⁸² Este compromisso foi transcrito no código da Chancelaria da Ordem de Cristo, TT-Lisboa.

⁴⁸³ Este compromisso foi transcrito no código da Chancelaria da Ordem de Cristo, TT-Lisboa.

⁴⁸⁴ Este compromisso foi transcrito no código da Chancelaria da Ordem de Cristo, TT-Lisboa.

	Irmandade	Localização	Ano	Arquivo/citado por
346	N.S. do Rosário dos Homens Pretos	Erecta na igreja de N.S. da Conceição do Mato Dentro	1767	TT-COC ⁴⁸⁵ -teve compromisso – COSTA, Walmira
347	São Elesbão e N.S. do Rosário	Erecta na capela filial do arraial do Onça - Freguesia de N.S. da Conceição do Pilar de Pitangui – Comarca da Vila do Infante	1767	BOSCHI, 1986
348	Santa Quitéria	Novamente erecta no bairro da Csa da Câmara, filial da matriz de N.S. do Pilar de Ouro Preto	1767 ⁴⁸⁶	????????????
349	N.S. do Rosário do Arraial do Tejuco	Arraial do Tejuco	1768	TT-COC ⁴⁸⁷ -teve compromisso – COSTA, Walmira
350	N.S. da Conceição	Freguesia de N.S. da Conceição do Mato Dentro – Comarca da Vila do Príncipe	1768	BOSCHI, 1986
351	Caridade dos Escravos de N.S. da Piedade	Erecta na igreja matriz de Sto. Antônio – Vila de São José – Comarca do Rio das Mortes	1768	TT-COC ⁴⁸⁸ -teve compromisso – COSTA, Walmira
352	Sta. Casa de Misericórdia	Freguesia de São João del-Rei – Comarca de São João del-Rei	1768	BOSCHI, 1986
353	Santíssimo Sacramento	Freguesia de São João Batista do Morro Grande – Comarca de Caeté	1769	BOSCHI, 1986
354	N.S. do Rosário dos Homens Pretos	Erecta na igreja de N.S. do Pilar – Comarca de Vila Rica	1769	TT-COC ⁴⁸⁹ -teve compromisso – COSTA, Walmira
355	N.S. do Rosário dos Homens Pretos	Erecta na capela de N.S. do Rosário – Papoam nas Minas de Goiás	1769	TT-COC ⁴⁹⁰ -teve compromisso – COSTA, Walmira
356	N.S. das Dores	Freguesia de N.S. da Conceição de Antônio Dias de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1770	BOSCHI, 1986
357	Senhor Bom Jesus do Matosinhos	Freguesia de São João del-Rei – Comarca de São João del-Rei	1770	BOSCHI, 1986
358	São Manuel do Rio da Pomba e Peixe	Freguesia do Mártir São Manuel do Rio da Pomba e Peixe - Comarca de Mariana	1771	BOSCHI, 1986
359	Almas	Freguesia de Sto. Antônio da Roça Grande – Comarca de Vila Rica	1771	BOSCHI, 1986
360	N.S. do Monserrate	Freguesia de Sto. Antônio da Roça Grande – Comarca de Vila Rica	1771	BOSCHI, 1986
361	Santíssimo Sacramento	Freguesia de Sto. Antônio da Roça Grande – Comarca de Vila Rica	1771	BOSCHI, 1986
362	N.S. das Mercês	Arraial do Tejuco – Comarca da Vila do Príncipe	1771	BOSCHI, 1986
363	Santo Antônio	Freguesia de N.S. da Conceição da Vila do	1771	BOSCHI, 1986

⁴⁸⁵ Este compromisso foi transcrito no códice da Chancelaria da Ordem de Cristo, TT-Lisboa.

⁴⁸⁶ Este compromisso (17/07/1767) foi transcrito no códice da Chancelaria da Ordem de Cristo na TT em Lisboa.

⁴⁸⁷ Este compromisso foi transcrito no códice da Chancelaria da Ordem de Cristo. TT-Lisboa.

⁴⁸⁸ O compromisso desta irmandade está transcrito no códice da Chancelaria da Ordem de Cristo na TT em Lisboa.

⁴⁸⁹ O compromisso desta irmandade está transcrito no códice da Chancelaria da Ordem de Cristo na TT em Lisboa.

⁴⁹⁰ O compromisso desta irmandade está transcrito no códice da Chancelaria da Ordem de Cristo na TT em Lisboa.

	Irmandade	Localização	Ano	Arquivo/citado por
		Príncipe – Comarca da Vila do Príncipe		
364	N.S. do Amparo	Arraial do Tejuco – Comarca da Vila do Príncipe	1773	BOSCHI, 1986
365	N.S. do Rosário	Freguesia de Sto. Antônio da Roça Grande – Comarca de Vila Rica	1773	BOSCHI, 1986
366	N.S. do Rosário dos Pretos ⁴⁹¹	Freguesia de Santo Antônio do Itatiaia – Comarca de Vila Rica	1773/1831	AEAM
367	Santíssimo Sacramento	Freguesia de N.S. do Pilar das Congonhas do Sabará – Comarca de Sabará	1773	BOSCHI, 1986
368	Santíssimo Sacramento	Freguesia de N.S. da Conceição dos Raposos – Comarca do Rio das Velhas	1773	BOSCHI, 1986- TT-COC ⁴⁹² -teve compromisso – COSTA, Walmira
369	Santíssimo Sacramento	Freguesia de N.S. da Conceição do Rio das Pedras do Bispado de Mariana	1773	BOSCHI, 1986- TT-COC ⁴⁹³ -teve compromisso – COSTA, Walmira
370	N.S. do Rosário	Freguesia de N.S. da Conceição dos Raposos – Comarca de Sabará	1773	BOSCHI, 1986- TT-COC ⁴⁹⁴ -teve compromisso – COSTA, Walmira
371	N.S. Mãe dos Homens e São Francisco das Chagas	Ereta na capela da Serra do Caraça - Freguesia de N.S. da Conceição das Catas Altas do Mato Dentro – Comarca de Mariana	1773	BOSCHI, 1986
372	N.S. do Rosário	Freguesia de N.S. do Pilar das Congonhas do Sabará – Comarca de Sabará	1773	BOSCHI, 1986
373	N.S. do Rosário	N.S. do Pilar – Comarca de Vila Rica	1773	TT-COC ⁴⁹⁵ -teve compromisso - COSTA, Walmira
374	São Miguel e Almas	Freguesia de N.S. do Pilar das Congonhas do Sabará – Comarca de Sabará	1773	BOSCHI, 1986
375	São Miguel e Almas	Freguesia de N.S. da Conceição dos Raposos, Bispado de Mariana - Comarca de ???	1773	BOSCHI, 1986 TT-COC ⁴⁹⁶ -teve compromisso - COSTA, Walmira
376	São Miguel e Almas	Freguesia dos Carijós do Bispado de Mariana - Comarca de ???	1773	BOSCHI, 1986 TT-COC ⁴⁹⁷ -teve compromisso - COSTA, Walmira

⁴⁹¹ Para esta irmandade Boschi (1986) localizou apenas o livro de Receitas e Despesas – 1773/1831.

⁴⁹² O compromisso desta irmandade está transcrito no códice na Chancelaria da Ordem de Cristo no TT em Lisboa.

⁴⁹³ O compromisso desta irmandade está transcrito no códice na Chancelaria da Ordem de Cristo na TT em Lisboa e está data de 31/08/1773. Tem assinatura de provisão dada por D. José-Governador.

⁴⁹⁴ O compromisso desta irmandade está transcrito no códice da Chancelaria da Ordem de Cristo na TT em Lisboa e está datado de Agosto/1773.

⁴⁹⁵ O compromisso desta irmandade está transcrito no códice da Chancelaria da Ordem de Cristo na TT em Lisboa.

⁴⁹⁶ O compromisso desta irmandade está transcrito no códice da Chancelaria da Ordem de Cristo na TT em Lisboa e está datado de 31/08/1773. Tem assinatura dada pela provisão de Dom José-Governador.

⁴⁹⁷ O compromisso desta irmandade está transcrito no códice da Chancelaria da Ordem de Cristo na TT em Lisboa e está datado de 31/08/1773. Tem assinatura dada pela provisão de Dom José-Governador e nela consta que o compromisso havia sido firmado no Bispado de Mariana.

	Irmandade	Localização	Ano	Arquivo/citado por
378	N.S. do Rosário	Freguesia de São José (del-Rei) – Comarca de São João del-Rei	1773	BOSCHI, 1986
379	N.S. do Rosário dos Pretos	Freguesia de Congonhas – Comarca de Sabará	1773	TT-COC ⁴⁹⁸ -teve compromisso – COSTA, Walmira
380	São Miguel e Almas	Freguesia de N.S. da Conceição do Campo Alegre dos Carijós – Comarca de São João del-Rei – Bispado de Mariana	1773	BOSCHI, 1986- TT-COC ⁴⁹⁹ -teve compromisso - COSTA, Walmira
381	N.S. do Rosário dos Pretos ⁵⁰⁰	Freguesia de Santo Antônio, Vila de São José	1773/1850	AEAM
382	N.S. da Boa Morte	Freguesia de São João del-Rei – Comarca de São João del-Rei	1774	BOSCHI, 1986
383	N.S. do Rosário	Erecta em sua capela própria. A: de Santa Luzia na Freguesia de Sto. Antônio do Bom Retiro	1776	TT-COC-teve compromisso ⁵⁰¹ - COSTA, Walmira
384	N. S. das Mercês	Freguesia de Sabará – Comarca de Sabará	1778	AHU-compromisso - BOSCHI, 1986
385	N.S. das Mercês ⁵⁰²	Comarca de Sabará	1778	BOSCHI, 1986
386	São Benedito	Freguesia do Sumidouro – Comarca de Mariana	1778	BOSCHI, 1986
387	N.S. do Rosário	Freguesia do Senhor Bom Jesus do Monte Furquim – Comarca de Mariana	1779	BOSCHI, 1986
388	N. S. da Boa Morte	Freguesia de N. S. da Conceição de Guarapiranga - Comarca de Mariana	1779	AEAM-compromisso- BOSCHI, 1986
389	São Fco. de Paula	Freguesia de N.S. do Pilar de Ouro Preto de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1780	BOSCHI, 1986
390	São Bento do Tamanduá	Freguesia de São Bento do Tamanduá – Comarca de São João del-Rei	Após 1780	BOSCHI, 1986
391	N. S. da Conceição	Freguesia de N. S. da Conceição de Guarapiranga – Comarca de Mariana	1782	AEAM-compromisso- BOSCHI, 1986
392	N. S. das Mercês	Arraial de São Gonçalo do Rio Abaixo, freguesia de Santa Bárbara	1782	AEAM
393	N. S. das Mercês ⁵⁰³	Freguesia de Santo Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara	1782/1881	AEAM
394	N. S. do Rosário	Erecta na capela de Santo Antônio do Calambau - Freguesia de N.S. da Conceição de Guarapiranga - Comarca de Sabará	1782	AEAM
395	N. S. do Rosário	Arraial de Santa Rita, Freguesia de Rio Acima – Sabará	1782	IPHAN
396	N. S. da Conceição	Freguesia de N.S. da Conceição de Guarapiranga	1782	AEAM

⁴⁹⁸ O compromisso desta irmandade está transcrito no códice da Chancelaria da Ordem de Cristo na TT em Lisboa.

⁴⁹⁹ O compromisso desta irmandade está transcrito no códice da Chancelaria da Ordem de Cristo na TT em Lisboa e está data de 31/08/1773. Existe provisão de D. José e nela consta que o compromisso havia sido firmado no Bispado de Mariana.

⁵⁰⁰ Para esta irmandade Boschi (1986) localizou apenas o Livro de Termos de Eleições – 1773/1850.

⁵⁰¹ O compromisso desta irmandade está transcrito no códice da Chancelaria da Ordem de Cristo na TT em Lisboa.

⁵⁰² Não sabemos se esta irmandade citada por Boschi (1986, p. 218) é a mesma de que trata o compromisso de mesmo nome e data que está no AHU.

⁵⁰³ Para esta irmandade Boschi (1986) localizou apenas o Livro de Receita e Despesas – 1782/1881.

	Irmandade	Localização	Ano	Arquivo/citado por
397	N.S. das Mercês	Freguesia de Sto. Antônio do Ribeirão de Sta. Bárbara – Comarca de Caeté	1782	BOSCHI, 1986
398	N.S. das Mercês	Erecta na capela filial de São Gonçalo do Rio Abaixo, Freguesia de Sto. Antônio do Ribeirão de Sta. Bárbara – Comarca de Caeté	1782	BOSCHI, 1986
399	Santíssimo Sacramento	Freguesia de N.S. da Conceição do Mato Dentro – Comarca da Vila do Príncipe	1782	BOSCHI, 1986
400	N.S. das Mercês	Freguesia de São Manuel do Rio da Pomba e Peixe - Comarca de Mariana	1782	BOSCHI, 1986
401	São Francisco de Assis	Freguesia de N.S. da Conceição da Vila do Príncipe – Comarca da Vila do Príncipe	1782	BOSCHI, 1986
402	São Gonçalo Garcia	Erecta em capela própria na vila de São João del-Rei – Comarca do Rio das Mortes	1783	BNL-compromisso ⁵⁰⁴ - BOSCHI, 1986
403	S. Fco. de Assis	Freguesia de N. S. do Bom Sucesso do Caeté – Comarca de Caeté	1783	BOSCHI, 1986
404	N. S. do Rosário	Erecta na capela filial de Sto. Antônio do Calambau - Guarapiranga	1783	BNL ⁵⁰⁵ -compromisso- BOSCHI, 1986
405	N.S. do Rosário	Erecta na capela filial do arraial de N.S. da Conceição da Barra, Freguesia de São João del-Rei – Comarca de São João del-Rei	1783	BOSCHI, 1986
406	N.S. do Rosário dos Pretos	Erecta no arraial de Santa Rita, Freguesia de Santo Antônio do Rio Acima – Comarca de Sabará	1784	CBG-compromisso- COSTA, Walmira
407	Senhor Bom Jesus do Livramento	Freguesia de N.S. da Conceição de Aiuruoca – Comarca de São João del-Rei	1784	BOSCHI, 1986
408	N. S. do Rosário	Freguesia de São João Batista do Morro Grande	1785	AEAM-compromisso- BOSCHI, 1986
409	Almas	Freguesia de N. S. do Bom Sucesso do Caeté – Comarca de Caeté	1785	BOSCHI, 1986
410	N.S. do Bom Sucesso	Freguesia de N. S. do Bom Sucesso do Caeté – Comarca de Caeté	1785	BOSCHI, 1986
411	Almas e São Miguel e Almas	Freguesia de N. S. Piedade Borda do Campo – Barbacena	1785	AEAM-compromisso- BOSCHI, 1986
412	Sagrados Corações de Jesus, Maria e José e Senhor de Matosinhos	Freguesia de N.S. do Pilar de Ouro Preto de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1785	BOSCHI, 1986
413	Santíssimo Sacramento	Freguesia de N. S. do Bom Sucesso do Caeté – Comarca de Caeté	1785	BOSCHI, 1986
414	N.S. do Rosário	Freguesia de São João Batista do Morro Grande – Comarca de Caeté	1785	BOSCHI, 1986
415	N.S. do Rosário dos Homens Pretos do Alto da Cruz ⁵⁰⁶	Erecta na capela de Cruz –Alto da Cruz– Freguesia de N.S. da Conceição de Antônio Dias de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1785	BOSCHI, 1986

⁵⁰⁴ O compromisso foi rubricado por Azevedo (Luiz Ferreira de Araújo) em 01/12/1783. Trata-se de um compromisso reformado, o que significa dizer que a irmandade fez um outro antes deste.

⁵⁰⁵ O compromisso desta irmandade está transcrito no códice na Chancelaria da Ordem de Cristo na TT em Lisboa. Boschi (1986, p.214) menciona a data desta irmandade como 1782.

⁵⁰⁶ Boschi (1996) faz referência a esta irmandade como de N.S. do Rosário do Alto da Cruz. Entretanto, no COC a mesma foi denominada como N.S. do Rosário dos Homens Pretos. Não podemos afirmar ser a mesma irmandade, mesmo sendo a mesma Freguesia e vila.

	Irmandade	Localização	Ano	Arquivo/citado por
416	N.S. da Boa Morte ou Irmandade dos Homens ⁵⁰⁷ Pardos	Erecta na Igreja de N.S. do Pilar, matriz da Vila de São João del-Rei – Comarca do Rio das Mortes	1785	AHU-compromisso – BOSCHI, 1986
417	N.S. da Boa Morte	Erecta na matriz de N.S. do Pilar - Vila de São João del-Rei – Comarca do Rio das Mortes	1786	APNSP-SJDR – SOUZA, 2010.
418	N.S. das Mercês	Freguesia do Sumidouro – Comarca de Mariana	1786	BOSCHI, 1986
419	N.S. do Rosário	Erecta na capela filial de Tapanhuacanga – Freguesia de N.S. da Conceição da Vila do Príncipe – Comarca da Vila do Príncipe	1786	BOSCHI, 1986
420	Santana	Freguesia de Santa Luzia – Comarca de Sabará	1786	BOSCHI, 1986
421	Sto. Antônio	Freguesia de N.S. da Conceição de Antônio Dias de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1786	BOSCHI, 1986
422	N.S. das Dores	Freguesia de N.S. da Conceição de Prados – Comarca de São João del-Rei	1786	BOSCHI, 1986
423	São Sebastião	Freguesia de N.S. da Conceição de Antônio Dias de Vila Rica – Comarca de Vila Rica	1786	BOSCHI, 1986
424	N.S. do Rosário dos Pretos	Vila de São João del-Rei – Comarca do Rio das Mortes	1787	AEPP-SJDR-compromisso ???
425	N.S. do Rosário	Erecta na capela filial de Santo Antônio, do arraial do Gouvea – Freguesia de N.S. da Conceição da Vila do Príncipe – Comarca da Vila do Príncipe	1787	BOSCHI, 1986
426	N.S. da Conceição	Freguesia de São José (del-Rei) – Comarca de São João del-Rei	1787	BOSCHI, 1986
427	Sta. Casa de Misericórdia	Freguesia de Sabará - Comarca de Sabará	1787	BOSCHI, 1986
428	N.S. do Rosário	Erecta na capela filial de Sto. Antônio, do arraial de Gouvea, Freguesia de N.S. da Conceição da Vila do Príncipe – Comarca da Vila do Príncipe	1787	BOSCHI, 1986
429	Senhor Bom Jesus do Matosinhos	Arraial do Bacalhau - Freguesia de N. S. da Conceição de Guarapiranga – Comarca de Mariana	1788	BOSCHI, 1986
430	Virgem Senhora do Rosário dos Pretos	Arraial do Morro Vermelho - Freguesia da Senhora do Bom Sucesso de Caeté – Comarca de Sabará	1790	BGJM-compromisso
431	Virgem Senhora do Rosário dos Pretos	Arraial do Morro Vermelho - Freguesia da Senhora do Bom Sucesso de Caeté – Comarca de Sabará	1790	CBG-compromisso-COSTA, Walmira
432	N. S. do Rosário	São João da Barra Longa	1790	BGJM-compromisso
433	N.S. da Glória	Freguesia de N.S. de Nazaré do Inficionado – Comarca de Mariana	1791	BOSCHI, 1986
434	N.S. do Bom Sucesso	Erecta na capela filial de São Gonçalo do Ibituruna, Freguesia de São João del-Rei – Comarca de São João del-Rei	1791	BOSCHI, 1986
435	São Sebastião ⁵⁰⁸	Erecta na capela filial de N.S. da Glória, Arraial da Passagem, Freguesia de Mariana – Comarca de Mariana	1792	AEAM-compromisso – BOSCHI, 1986
436	N.S. do Rosário	Arraial de Lagoa Dourada, Freguesia de N.S. da Conceição do Pouso Alto – Comarca de São João del-Rei	1793	BOSCHI, 1986

⁵⁰⁷ Ver se há um compromisso igual ao do AHU no arquivo de São João del-Rei.

⁵⁰⁸ Para esta irmandade Boschi (1986) localizou apenas o Livro de Receita e Despesas 1792/1828. Seu Compromisso está no AEAM.

	Irmandade	Localização	Ano	Arquivo/citado por
437	N. S. do Rosário	Erecta na Capela do Sr. Bom Jesus de Matozinhos do Arraial do Rio Manso – Comarca do Serro Frio – Freguesia da Vila do Príncipe – Bispado de Mariana – Comarca do Serro Frio.	1793	AHU-compromisso – BOSCHI, 1986
438	N. S. das Mercês	Freguesia de N. S. da Conceição das Catas Altas – Comarca de Mariana	1794	AEAM-compromisso – BOSCHI, 1986
439	N.S. do Rosário	Erecta na capela filial do arraial do Rio Manso - Freguesia de N.S. da Conceição da Vila do Príncipe – Comarca da Vila do Príncipe	1794	BOSCHI, 1986
440	N. S. do Rosário	Erecta na capela do Sr. Bom Jesus de Matozinhos do arraial do Rio Manso – Freguesia da Vila do Príncipe - Comarca do Serro Frio	1794	AHU-compromisso – BOSCHI, 1986
441	São Vicente Ferreira ⁵⁰⁹	Erecta na capela filial do Arraial da Passagem, Freguesia de Mariana – Comarca de Mariana	1794	AHU-compromisso – BOSCHI, 1986
442	N. S. das Mercês dos Pretos Crioulos	Vila de São José – Comarca do Rio das Mortes	1796	BGJM-compromisso
443	Santíssimo Sacramento	Freguesia de N.S. da Conceição do Pouso Alto – Comarca de São João del-Rei	1796	BOSCHI, 1986
444	N.S. das Mercês ⁵¹⁰	Freguesia de São Caetano - Comarca de Mariana	1797	BOSCHI, 1986
445	N. S. do Rosário dos Homens Pretos Libertos e Cativos da Aplicação	Erecta na capela de Sto. Antônio da Alagoa Dourada filial da igreja matriz de N.S. da Conceição dos Prados – Comarca do Rio das Mortes	1798	AHU-compromisso ⁵¹¹ – BOSCHI, 1986
446	N. S. das Mercês (treslado)	Erecta na Capela de São José desta Vila de N. S. do Pilar do Ouro Preto – Comarca de Vila Rica	1798	AHU-compromisso – BOSCHI, 1986
447	N. S. das Mercês	Erecta na Capela de São José desta Vila de N. S. do Pilar do Ouro Preto – Comarca de Vila Rica	1798	AHU-compromisso – BOSCHI, 1986
448	São Fco. de Paula	Freguesia de São José (del-Rei) – Comarca de São João del-Rei	1798	BOSCHI, 1986
449	N. S. do Rosário	Freguesia de Sta. Bárbara	1799	???
450	N. S. Mãe dos Homens e São Francisco das Chagas	Freguesia de Santa Bárbara	Séc. XVIII	Coleção particular
451	N.S. Mãe dos Homens e de São Francisco (livro em duplicata)	Freguesia de Santa Bárbara	Séc. XVIII	ALMADA, Márcia, 2011
452				
453	N.S. do Rosário	Erecta na capela filial do arraial do Pinheiro, freguesia de N.S. do Rosário do Sumidouro – Comarca de Mariana	Séc. XVIII	BOSCHI, 1986
454	N. S. do Rosário	Incorporada na Igreja que eles edificaram, ornaram e paramentaram na Vila da Campanha da Princesa – Comarca do Rio das Mortes	1800	AHU – compromisso – BOSCHI, 1986
455	N.S. das Mercês	Freguesia de N.S. da Conceição da Vila do Príncipe – Comarca da Vila do Príncipe	1800	BOSCHI, 1986
456	N.S. do Rosário	Freguesia de N.S. da Piedade da Borda do Campo de Barbacena – Comarca de São João del-Rei	1800	BOSCHI, 1986

⁵⁰⁹ São Vicente Ferreira. Esta irmandade é citada em BOSCHI (1986, p. 215), e no AHU há um compromisso feito nesta mesma data. Acreditamos se tratar do mesmo compromisso.

⁵¹⁰ O pároco Manoel Thimotio foi o procurador desta irmandade, e o seu escrivão Francisco de Andrade Araújo diz ter recebido o primeiro compromisso, conferiu-o e achou estar conforme o outro”. Fólio 2.

⁵¹¹ Em 06/04/1793, assinam o compromisso Manoel Afonso, João Barboza e António João.

	Irmandade	Localização	Ano	Arquivo/citado por
457	N.S. do Rosário	Freguesia de São Miguel do Piraciba – Comarca de Caeté	1801	BOSCHI, 1986
458	N. S. do Rosário	Freguesia e arraial de São Miguel de Percicava – Termo da Vila Nova da Rainha – Comarca de Sabará	1801	AHU-compromisso – BOSCHI, 1986
459	N.S. do Rosário	Freg. de N.S. da Piedade da Borda do Campo de Barbacena – Comarca de São João del-Rei	1801	BOSCHI, 1986
460	N.S. das Dores	Freguesia de N.S. de Nazaré da Cachoeira do Campo – Comarca de Vila Rica	1801	BOSCHI, 1986
461	N.S. das Mercês	Freguesia de N.S. da Conceição de Prados – Comarca de São João del-Rei	1801	BOSCHI, 1986
462	N.S. das Dores	Freguesia de São José (del-Rei) – Comarca de São João del-Rei	1802	BOSCHI, 1986
463	Santana	Freguesia de N.S. da Conceição do Pouso Alto – Comarca de São João del-Rei	1802	BOSCHI, 1986
464	Sr. Bom Jesus do Matozinhos	Erecta no arraial de N.S. da Conceição do Mato Dentro do Serro Frio	1803	AHU-compromisso – BOSCHI, 1986
465	N. S. do Rosário	Arraial de N.S. do Rosário e Minas da Meia Ponte	1804	AHU-compromisso – BOSCHI, 1986
466	N.S. do Rosário	Erecta na capela filial de Sto. Antônio do Rio do Peixe – Freguesia de N.S. da Conceição da Vila do Príncipe – Comarca da Vila do Príncipe	1804	BOSCHI, 1986
467	São Miguel e Almas	Freguesia de N.S. do Pilar da Vila de São João del-Rei	1804	AEPP-São João del-Rei – compromisso ???
468	N.S. do Rosário	Erecta na capela filial de São Gonçalo do Ibituruna Freguesia de São João del-Rei – Comarca de São João del-Rei	1805	BOSCHI, 1986
469	São Fco. de Assis	Freguesia de Sto. Antônio do Ribeirão de Sta. Bárbara – Comarca de Caeté	1805	BOSCHI, 1986
470	Sto. Antônio de Lisboa, confrades da Arquiconfraria de São Francisco de Assis	Vila de São Bento do Tamanduá – Comarca do Rio das Mortes	1805	BOSCHI, 1986
471	São Gonçalo Garcia ⁵¹²	Erecta na capela filial do arraial do Pinheiro, Freguesia do Sumidouro – Comarca de Mariana	1805	AHU/AEAM – BOSCHI, 1986
472	Arquiconfraria do Cordão Seráfico São Francisco	Freguesia de Santo Antônio do Ribeirão e Santa Bárbara	1805	AEAM-compromisso – BOSCHI, 1986
473	Santo Antônio	Freguesia de São Bento do Tamanduá – Comarca de São João del-Rei	1805	BOSCHI, 1986
474	Arquiconfraria do patriarcado de São Fco	Erecta na capela de N.S. dos Anjos na Vila Real do Sabará – Comarca do Rio das Velhas	1806	AHU-compromisso – BOSCHI, 1986
475				
476	N. S. das Mercês	Freguesia de São Bartolomeu – Comarca de Vila Rica	1807	AEAM-compromisso – BOSCHI, 1986
477	N. S. do Rosário	Freguesia de N. S. da Boa Viagem – Arraial do Curral del-Rei – Comarca de Sabará	1807	AHU-compromisso – BOSCHI, 1986
478	N.S. do Rosário	Freguesia de Sto. Antônio do Ribeirão de Sta. Bárbara – Comarca de Caeté	1807	BOSCHI, 1986
479	N. S. do Rosário	Freguesia de N. S. da Boa Viagem do Curral del-Rei – Comarca de Caeté	1807	BOSCHI, 1986

⁵¹² Para esta irmandade Boschi (1986) localizou apenas o Livro de Receita e Despesas 1805/1833. Seu Compromisso está no AHU.

	Irmandade	Localização	Ano	Arquivo/citado por
480	N.S. da Conceição	Freguesia de Sto. Antônio da Casa Branca – Comarca de Vila Rica	1807	BOSCHI, 1986
482	Santa Efigênia	Freguesia de Sta. Luzia - Comarca de Sabará	1807	BOSCHI, 1986
483	Senhor dos Passos	Arraial de Lagoa Dourada, Freguesia de N.S. da Conceição do Pouso Alto – Comarca de São João del-Rei	1807	BOSCHI, 1986
484	N. S. da Boa Morte	Vila de Paracatu do Príncipe	1808	IPHAN
485	N.S. do Rosário	Freguesia de N.S. da Piedade da Borda do Campo – Barbacena	1809	AEAM-compromisso – BOSCHI, 1986
486	Senhor Bom dos Passos	Freguesia de N.S. do Pilar	1809	AEAM-compromisso – BOSCHI, 1986
487	N.S. do Terço	Freguesia de São João del-Rei – Comarca de São João del-Rei	1809	BOSCHI, 1986
488	Senhor dos Passos	Freguesia de N.S. da Piedade da Borda do Campo de Barbacena – Comarca de São João del-Rei	1809	BOSCHI, 1986
489	N.S. da Conceição	Arraial de Antônio Pereira	1810	AEAM-compromisso – BOSCHI, 1986
490	N.S. do Livramento	Freguesia de São Caetano - Comarca de Mariana	1810	BOSCHI, 1986
491	Santíssimo Sacramento	Freguesia de Santana das Lavras do Funil – Comarca de São João del-Rei	1810	BOSCHI, 1986
492	São Francisco de Assis ⁵¹³	Freguesia de Santo Antônio, Vila de São José	1812/1817	AEPSA/Ti
493	Almas e São Miguel e Almas	Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aiuruoca	1812	AEAM-compromisso – BOSCHI, 1986
494	São Fco. de Assis	Freguesia de São José (del-Rei) – Comarca de São João del-Rei	1812	BOSCHI, 1986
495	São Miguel e Almas	Freguesia de N.S. da Conceição de Aiuruoca – Comarca de São João del-Rei	1812	BOSCHI, 1986
496	Senhor dos Passos	Arraial de Oliveira, Freguesia de São José (del- Rei) – Comarca de São João del-Rei	1812	BOSCHI, 1986
497	N.S. das Mercês	Freguesia de N. S. da Conceição de Congonhas do Campo – Comarca de Vila Rica	1813	AEAM-compromisso – BOSCHI, 1986
498	N.S. do Rosário	Erecta na capela filial de São Vicente , arraial de Formiga, Freguesia de São Bento do Tamanduá – Comarca de São João del-Rei	1813	BOSCHI, 1986
499	São José	Freguesia de Congonhas do Campo – Comarca de Vila Rica	1813	BOSCHI, 1986
500	Senhor Bom Jesus do Matosinhos	Erecta na capela filial do arraial do Rio Manso, Freguesia de N.S. da Conceição da Vila do Príncipe – Comarca da Vila do Príncipe	1813	BOSCHI, 1986
501	N.S. da Boa Morte	Freguesia de N.S. da Conceição de Aiuruoca – Comarca de São João del-Rei	1814	BOSCHI, 1986
502	São Bento	Erecta na capela filial de Campo Belo, Freguesia de Santana das Lavras do Funil – Comarca de São João del-Rei	1814	BOSCHI, 1986
503	Santíssimo Sacramento	Freguesia de N.S. do Monserrate de Baependi – Comarca de São João del-Rei	1814	BOSCHI, 1986
504	N.S. das Dores do Pântano	Freguesia de N.S. das Dores do Pântano – Comarca de São João del-Rei	1814	BOSCHI, 1986
505	N.S. da Boa Morte	Freguesia de N.S. do Monserrate de Baependi –	1815	BOSCHI, 1986

⁵¹³ Para esta irmandade Boschi (1986) localizou apenas o Livro de Termos e o de Entrada de Irmãos. 1812/1817.

X	Irmandade	Localização	Ano	Arquivo/citado por
		Comarca de São João del-Rei		
506	N.S. das Mercês ⁵¹⁴	Freguesia dos Camargos – Erecta na capela de São Bento (Bento Rodrigues) – Comarca de Mariana	1815/1819	AEAM
507	N.S. do Rosário	Erecta na igreja de São Gonçalo de Amarante, Arraial do Brumado, filial da Matriz da Vila de São João del-Rei - Comarca do Rio das Mortes	1815	BOSCHI, 1986
508	N.S. do Rosário	Erecta na capela filial de São Gonçalo, arraial de Brumado, Freguesia de São João del-Rei – Comarca de São João del-Rei	1815	BOSCHI, 1986
509	Santa Cecília	Freguesia de Mariana-Comarca de Mariana	1815	BOSCHI, 1986
510	N.S. do Rosário	Erecta na capela filial do arraial do Pinheiro - Freguesia do Sumidouro – Comarca de Mariana	Séc. XVIII	BOSCHI, 1986
511	N.S. da Conceição dos Campos dos Carijós	s/r	s/d	AEAM-compromisso
512	N.S. da Boa Morte dos Homens Pardos	Freguesia de N.S. da Conceição de Antônio Dias – Comarca de Vila Rica	s/d	TT-compromisso
513	N.S. do Terço	Arraial do Tejuco – Comarca da Vila do Príncipe	s/d	BOSCHI, 1986
514	São Gonçalo Garcia	Freguesia de Mariana - Comarca de Mariana	s/d	BOSCHI, 1986
515	N.S. da Expectação do Parto	Freguesia de Sabará - Comarca de Sabará	s/d	BOSCHI, 1986
516	N.S. da Conceição	Freguesia de N.S. da Conceição do Campo Alegre dos Carijós – Comarca de São João del-Rei	s/d	BOSCHI, 1986
517	N.S. da Lapa de Antônio Pereira	Freguesia de N.S. da Conceição do Campo Alegre dos Carijós – Comarca de São João del-Rei	s/d	ALMADA, Márcia, 2011

⁵¹⁴ Para esta irmandade Boschi (1986) localizou apenas o Livro de Recibos, 1815/1819.

ANEXO B

Tratados e manuais de caligrafia editados entre 1550 e 1802

Ano	Autor	Obra	Local
1550	Juan de Iciar	<i>Arte subtilissima, por la qual se enseña a escreuir perfectamente / hecho y experimentado, y agora de nueuo añadido, por Juan de yciar vizcayno.</i>	Saragoça
1555	Juan de Yaciár	<i>Arte breve y provechoso de cuenta castellana y aritmética: donde se muestran las cinco reglas de guarismo por la cuenta castellana, y reglas de memoria,... / [Juan de Yciar]; Fué impresa la presente obra en la muy noble y leal ciudad de Caragoça, en case de la viuda de Estevan de Nagera, a costa.</i>	Saragoça
1584	Camillo Bonadeo	Scelta delle più belle, e più artificiose forme di lettere c'hoggi da molti eccellenti scrittori d'Italia son poste in uso	[Itália]
[ca.1600]	s/r	Gebetbüchlein: Darinnen allerlei schöne Gebet, Spruche und Psallmen aus Heiliger göttlicher Schrift mit Fleis zusammen gebracht	s/r
1634	Jean de Beaugrand	Poecilographie	s/r
1680	Jean Baptste Alais de Beaulieu	L'arte d'écrire	s/r
1695	John Locke	De l'éducation des enfans	
1696	Don Antonio Alverá Delgrás	Nuevo arte de aprender y enseñar a escribir la letra española para uso de todas las escuelas del Reino	Madri ⁵¹⁵ e Veneza
1719	Juan Claudio de Aznar Polanco	Arte de escribir por preceptos y reglas matematicas	Madrid
1724	Matthias Buchinger ⁵¹⁶		
1731	Manuel Díaz Bustamante	Manifiesto del error dissimulado entre matematicas verdades sobre el Arte de Escribir	Madri
1737	Jan Pas	Mathematische of wiskundige Behaeling fr Schryf Konst	s/r
1753	Don Gabriel Fernandez Patiño y Prado	Origenes de las ciencias	Madri
1768	Pe. Frei Luis de Olod	Tratado del Orígen y Arte de escribir bien, ilustrado com 25 laminas para que así los maestros, como los discípulos y cuantos se hallaren estudiosos de escribir bien, puedan con facilidad aprender todas las formas que usamos en España, modernas y antiguas, griegas, hebreas, syriacas, caldeas, samaritanas, árabes &c.	Barcelona
1784	Antonio Cortés	Extracto del arte de escribir	s/r
1785	Antonio Cortés	Arte de escribir, ortografia, gramática castellana y tablas de contar. Por el académico de primeras letras don Antonio Cortes, natural y vecino de esta corte. ⁵¹⁷	s/r
1789	Esteban Ximenez	Arte de escribir en folio compuesto por don Esteban Ximenez, siguiendo el método y buen gusto de don Francisco Xabier de Santiago Palomáres	Madri
1791	D. Josef de Anduaga y Garimberti	Compendio	s/r
1792	Pedro Paredes	Instrucciones prácticas en el Arte de Escribir, reducidas á cinco diálogos entre maestro y discípulo, por Don Pedro Paredes, escritor de todas as formas y rasgos. ⁵¹⁸	s/r
1802	Don Torquato Torio de la Riva	Arte de escribir con reglas y com muestras	Madri
Século XIX	Don Antonio Alverá Delgrás	Nuevo arte de aprender y enseñar a escribir la letra española para uso de todas las escuelas del Reino ⁵¹⁹	Madri

⁵¹⁵ Em Madri, esta obra foi impressa por José Rodriguez, em Veneza por Paolo Baglioni.

⁵¹⁶ Matthias Buchinger (Junho 3, 1674-1740, algumas vezes também chamado pr Matthew Buckinger em inglês. Foi um artista alemão, mágico e ilustrador. Nasceu sem os pés e as mãos.

⁵¹⁷ Obra in 8°

⁵¹⁸ Obra primorosa na edição. Trata-se de um caderno com cinco fólhos. Impressão feita na casa da Viúva de Felipe Teruel.

ANEXO C

TCI'S em que os artífices fizeram falso rosto

FIGURA C1– Vestígios do falso rosto (a) e folha de rosto (b) do TCI do Santíssimo Sacramento – 1722



Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento, capitania de Minas Gerais/Brasil, 1722. Belo Horizonte/MG, APM, AVC 04, ms.

FIGURA C2 – Falso rosto(a) e folha de rosto (b) do TCI do Santíssimo Sacramento – 1725

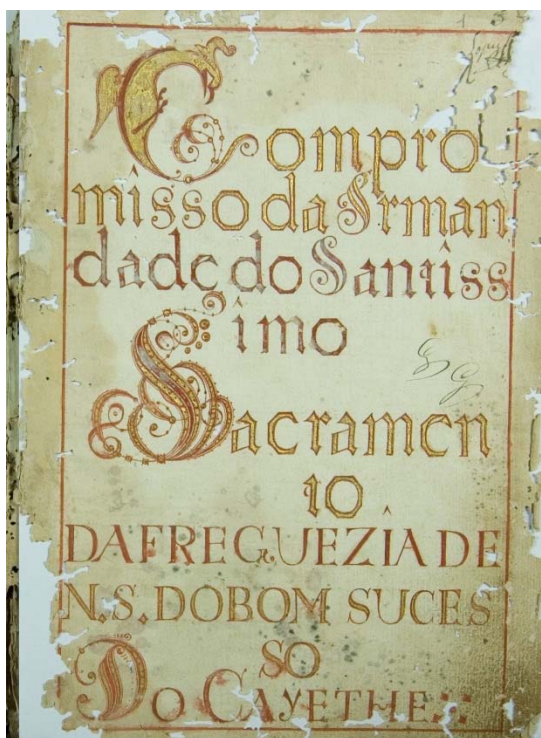


⁵¹⁹ Obra impressa por José Rodrigues.

Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento, capitania de Minas Gerais/Brasil, 1725.
Belo Horizonte/MG, APM, AVC 05, ms.

FIGURA C3 – Falso rosto (a) e folha de rosto (b) do
TCI do Santíssimo Sacramento – 1745

a)



b)

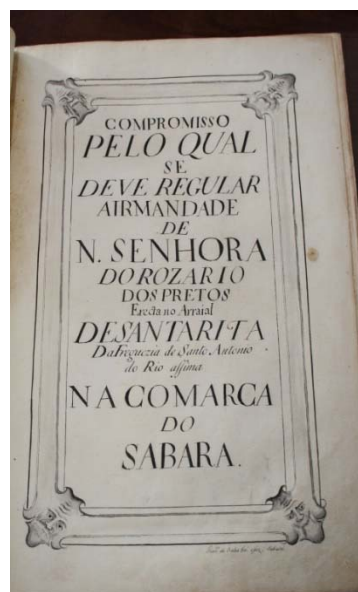


Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento, capitania de Minas Gerais/Brasil, 1745.
Belo Horizonte/MG, APM, AVC 08, ms.

FIGURA C4 – Falso rosto (a) e folha de rosto (b) do
TCI de N.S. do Rosário dos Pretos – 1782

a)

b)



Fonte: TCI de N.S. do Rosário dos Pretos, capitania de Minas Gerais/Brasil, 1782. Sabará/MG, ADH/CBG-MO/IBRAM, m

ANEXO D

Pauta e alvará [...]

Nome ⁵²⁰ como consta no Alvará	Sinônimo	Uso	Cor	Preço/reis	Unidade de medida
Açafrão-palhinha de França, ou Castella	Açafrão Açafrão-de-outono Erva Ruiva	Medicinal / Pigmento	laranja	3U000	arratel
Açafrão de Castella com azeite	Açafrão Açafrão-de-outono Erva Ruiva	Medicinal / [Pigmento]	laranja	1U800	arratel
Açafroa ⁵²¹	. açafrão-bastardo . carrapeta-verdadeira . urucu	Medicinal/ Pigmento	laranja	U100	arratel
Agoa ardente da Ilha, ou de outra parte	s/r	Diluyente / Medicinal	incolor	1U200	almude
Agoa forte	s/r	Diluyente ???	incolor	não consta	s/r
Agoa rás	s/r	Diluyente???	incolor	U240	canada
Alambre para pisar	s/r	?	?	U200	arratel
Almagra de Flandres	. Almagre . Ocre vermelho . Bolo quintal . Bolo Armênio	pigmento	vermelho	U300	arroba
Almagra do Reino, chamado bollo quintal	. Almagre . Ocre vermelho . Bolo quintal . Bolo Armênio	pigmento	vermelho	U300	arroba
Almessiga (da Índia) em grão	Almecega Breu Breu-branco-verdadeiro	Resina oleosa e amorfa	amarela	U300	arratel

⁵²⁰ Preferimos por manter a ortografia original dos nomes.

⁵²¹ Encontram-se nas folhas dois princípios, um vermelho solúvel com álcali, outro amarelo solúvel com água. Emprega-se o primeiro, também denominado cartâmico, para tingir as sedas. Fonte: http://www.mast.br/multimídias/botanica/frontend_html/artigos/index-id=13.html – consulta em 18.06.2015.

Nome ⁵²⁰ como consta no Alvará	Sinônimo	Uso	Cor	Preço/reis	Unidade de medida
Almessiga (do Brasil) em pão	Almecega Breu Breu-branco-verdadeiro (dentre muitos outros)	Resina oleosa e amorfa	s/r	U080	arratel
Alvaiade em pedra, ou em pó	Alvayade		branca	1U000	arroba
Anil de figo (das nossas Índias)	s/r	pigmento	azul	20U000	quintal
Anil Bolilho (das Índias de Castella)	Gitimalo	pigmento	azul	64U000	quintal
Anil (de Barbadas, ou São Domingos)	s/r	pigmento	azul	48U000	
Anil de Prússia	Azul da Prússia Flor de Anil	pigmento	azul	3U200	arratel
Antimónio crú (ou em pedra)	?	?	?	1U600	arroba
Antimónio em vidro	?	?	?	U200	arratel
Antimónio diaforético preparado	?	?	?	U600	arratel
Archiotie	Reocru	?	?	6U400	arroba
Assafetida	[goma]	goma	?	1U800	arroba
Azarcão	s/r	?	?	U900	arroba
Azougue	s/r	s/r	s/r	U480	arratel
Azebre	Azevre	s/r	s/r	U200	arratel
Bolo Armênio, ou Almagra do Reino	. Almagra . Bolo Armênio	?	vermelho	U300	quintal
Bedelio				1U800	arroba
Breu	. Breo . Betume ⁵²²	resina	preto	1U600	quintal
Bolo Armenio ⁵²³	Almagra do Reino	???	vermelha	U300	quintal
Caparrosa branca	Caparrosa	???	branca	1U600	arroba
Caparrosa verde	Caparrosa	???	verde	1U400	quintal
Caparrosa queimada	Caparrosa	????	???	U100	arratel
Caranha	?	goma	?	1U800	arratel
Carmim (para pintores)	. Carmim . Pau-brasil . Preto de Flandres ⁵²⁴	????	vermelha	3U200	onça
Castorio?	s/r	???	????	U720	arratel
Caro?	s/r	???	???	U200	arratel
Carabe?	s/r	???	???	U200	arratel
Cera branca lavrada	s/r	s/r	branca	U300	arratel
Cera branca lavrada	s/r	s/r	branca	U300	arratel
Cera amarela	s/r	s/r	amarela	U220	arratel
Chumbo de Inglaterra	Hamburgo em pão	s/r	s/r	3U200	quintal
Cinopla de toda sorte	s/r	s/r	s/r	U200	arratel
Cinzas azuis, ou verdes	s/r	s/r	s/r	U600	arratel
Chumbo em rolo, pasta ou enchadas	Hamburgo em pão	s/r	s/r	3U600	quintal
Chumbo queimado	s/r	s/r	s/r	U100	arratel
Cobre em fundos, pasta ou tableiros	s/r	s/r	s/r	30U000	quintal

⁵²² Betume artificial composto de sebo, pez, resina e outros ingredientes.

⁵²³ Mistura de argila e óxidos de ferro.

⁵²⁴ Felipe Nunes nomeia-o desta forma. O que não significa dizer que ele não seja tinta vermelha.

Nome ⁵²⁰ como consta no Alvará	Sinónimo	Uso	Cor	Preço/reis	Unidade de medida
Cobre lavrado (no peso)	s/r	s/r	s/r	U280	arratel
Cobre lavrado (a peça)	s/r	s/r	s/r	U280	arratel
Cochonilha (das Índias, de Castella)	Cochonilha, grãa	s/r	vermelha	3U000	arratel
Cochonilha doméstica (das Índias)	cochonilha	corante	vermelha	3U000	arratel
Copal	s/r	Resina / goma	s/r	1U800	arroba
Cor em tigelinhas rasas	s/r	s/r	s/r	U080	dúzia
Cor em tigelinhas fundas	s/r	s/r	s/r	U160	dúzia
Cré (para pintores)	argila branca	s/r	s/r	U480	arroba
De peixe	s/r	goma	s/r	1U800	arroba
Enxofre	s/r	s/r	s/r	2U400	quintal
Esmalte para óleo ou têmpera	s/r	s/r	s/r	U120	arratel
Fezes de ouro	s/r	s/r	dourada	1U000	arroba
Flor de anil	anil	corante	azul	3U200	arratel
Galbano	s/r	goma	s/r	1U800	arroba
Gayaço	s/r				
Grãa, ou cochonilha das Índias	. cochonilha . grãa . cochonilha . cochinila	corante	vermelha	3U000	arratel
Graxa	s/r	goma	s/r	1U800	arroba
Gesso em pedra ou cru	s/r	s/r	s/r	U600	quintal
Gesso em pó	. gesso em pó . gesso grosso	s/r	s/r	1U000	s/r
Gengibre de dourar	s/r	douramento	s/r	U100	arratel
Goma animae	s/r	s/r	s/r	1U800	arroba
Goma arabia (de qualquer casta)	s/r	s/r	s/r	1U800	arroba
Goma graxa	s/r	s/r	s/r	U300	s/r
Grude de peixe	goma	s/r	s/r	U300	arratel
Grana alquermes, ou grã silvestre em casca, e po	?	pigmento	vermelha?	12U800	arroba
Guta (goma)	goma guta	s/r	s/r	1U800	arroba
Graxa	s/r	goma	s/r	1U800	arroba
Hedera	s/r	goma	s/r	1U800	arroba
Jalde em pó ou pedra	s/r	s/r	dourada	U080	arratel
Jalde queimado	s/r	s/r	s/r	U120	arratel
Laca depurada	s/r	s/r	s/r	1U800	arroba
Linhaça galega???	s/r	s/r	s/r	U480	arroba
Mastique	Resina	vedação	s/r	1U800	arroba
Machicote ⁵²⁵ branco ou amarelo	. massicote . machicote	pigmento	branco ou amarelo	U150	arratel
Mirrha	s/r	goma	s/r	1U800	arroba
Ocre, claro ou escuro, em pó, ou em pedra	s/r	pigmento	clara ou escura	2U400	quintal
Óleo de copaíba	óleo de copaíba	s/r	s/r	3U000	almude
Óleo de copaíba	óleo de copaíba	s/r	s/r	U100	arratel
Óleo de linhaça	óleo de linhaça	s/r	s/r	2U400	almude
Oppoponaco	s/r	goma	s/r	1U800	arroba
Ouro falso em pó	s/r	pigmento	dourada	1U200	maço de arratel

⁵²⁵ Monóxido de chumbo.

Nome ⁵²⁰ como consta no Alvará	Sinônimo	Uso	Cor	Preço/reis	Unidade de medida
Ouro falso em pães	s/r	pigmento	dourada	U160	maço (unidade)
Ouro mouro	s/r	s/r	dourada	U400	arratel
Ouro pimenta (em pó) ou pedra	. ouropel da Índia . ouro pimenta	s/r	dourada	U080	arratel
Ouro fino de bate-folha	s/r	s/r	dourada	7U000	milheiro
Ouro palha da Índia	s/r	s/r	dourada	4U000	arratel
Ourocu, ou archeote	s/r	s/r	dourada	6U400	milheiro
Pastel das Ilhas	s/r	s/r	dourada	1U200	quintal
Pau Brasil	. Pao Brasil . carmim	corante	vermelha	pagar-se-à pelo preço do contraste	s/r
Pedra hume branca	s/r	Mordente/ medicinal	s/r	1U200	
Pedra hume de brunir ouro	s/r	Mordente/ medicinal	s/r	U120	s/r
Pedra pomes (de qualquer destas)	s/r	diversos	s/r	3U000	quintal
Pez	s/r	s/r	s/r	2U800	quintal
Prata fina em pó	s/r	pigmento	prateada	1U600	onça
Prata dita em pães	s/r	pigmento	prateada	1U200	onça
Pós de sapatos (Barris)	s/r	?	preto	1U000	cento
Prata para pratear	s/r	s/r	prateada	1U200	milheiro
Prata dita em pães (ou livros)	s/r	s/r	prateada	1U200	milheiro
Purpúrias de cores	s/r	s/r	s/r	U960	arratel
Resíduos de água forte	s/r	s/r	s/r	U800	arroba
Resina de jalapa	s/r	resina	s/r	U800	arroba
Resina de escamonea	s/r	resina	s/r	U800	arroba
Resina de pau santo (de qualquer destas)	s/r	resina	s/r	3U000	arratel
Resina de pinho	s/r	resina	s/r	1U800	quintal
Rosalgar branco	s/r	?	branco	1U600	arroba
Roxo-terra	ocre	pigmento	roxo	U600	arroba
Sagapeno	s/r	goma	s/r	1U800	arroba
Sangue de drago	sangue de dragão	pigmento	s/r	U250	arratel
Sinzas azuis ou verdes	s/r	pigmento	s/r	U600	arratel
Sinopla de toda a sorte	s/r	pigmento	s/r	U200	arratel
Sombra de Cintra	s/r	pigmento	s/r	U200	arroba
Sombra de colônia	s/r	pigmento	s/r	U600	arroba
Sombra de luveiro	s/r	pigmento	s/r	U400	arroba
Tacamaca	s/r	goma	s/r	1U800	arroba
Terra sigilata branca ou vermelha	s/r	s/r	s/r	U300	arratel
Terra sigilata vermelha	s/r	s/r	s/r	U100	arratel
Tinta de Nanquim (ou da China)	s/r	s/r	preta	U800	arratel
Tinturas de qualquer casta (umas por outras)	s/r	s/r	s/r	1U200	arroba
Tromentina fina de Veneza	. terebintina . trebentina . tromentina	s/r	s/r	2U560	arroba
Tromentina grossa de Castella	. terebintina . trebentina . tromentina			1U280	arroba
Verdete	verde	pigmento	verde	U250	arratel
Verdaxo	verde	pigmento	verde	U250	arratel

Nome⁵²⁰ como consta no Alvará	Sinônimo	Uso	Cor	Preço/reis	Unidade de medida
Verde bexiga	verde	pigmento	verde	U250	arratel
Verde estillado	verde	pigmento	verde	U800	arratel
Verde montanha (de qualquer destes)	verde	pigmento	verde	U200	arratel
Vermelhão fino em pó (ou em pedra)	verde	pigmento	verde	U800	arratel
Vernizes para charaõ	s/r	envernizar	s/r	U960	canada
Ultramarino fino	azul	pigmento	s/r	3U200	onça
Vidrilhos de cores para pintores	s/r	s/r	s/r	U120	arratel

Materiais para escrever, desenhar, e dourar⁵²⁶

Nome encontrado nas fontes	Sinônimo	Uso	Cor	Preço/reis	Unidade de medida
Almofariz de bronze	moedor	Moagem do pigmento	bronze	U240	arratel
Compasso de ferro	s/r	s/r	s/r	U600	dúzia
Compasso de latão (huns por outros)	s/r	s/r	s/r	1U800	s/r
Estampas de papel ordinárias	estampa	cópia	s/r	U200	dúzia
Estampas grandes	estampa	cópia	s/r	U880	dúzia
Imagens de santos de pao, pedra ou metal	imaginária	diversos	s/r	não pagarão direitos	s/r
Lacre de fechar cartas	s/r	lacrar	s/r	U500	arratel
Lacre formiga da Índia	s/r	lacrar	s/r	16U000	quintal
Lacre de pingo de qualquer sorte	s/r	lacrar	s/r	1U000	arratel
Lápis chumbo	s/r	s/r	s/r	U100	arratel
Lápis, ou giz preto, e vermelho	almagra	pigmento	vermelha	U960	arroba
Maçanetas ⁵²⁷ ditas para dourar	s/r	douramento	s/r	U720	dúzia
Mapas em papel	mapa	diversos	s/r	U600	unidade
Marroquins	couro	encadernação	s/r	7U200	unidade
Navalhas de aparar pennis, cabos de tartaruga, madre pérola, e outros	s/r	s/r	s/r	U600	dúzia
Papel bastardo, e de Veneza	papel	escrever	s/r	1U200	resma
Papel dourado	papel	escrever	s/r	4U000	resma
Papel florentino	papel	escrever	s/r	U650	resma
Papel Imperial	papel	escrever	s/r	2U400	resma
Papel de imprimir, e empapelar	papel	imprimir ou empapelar	s/r	U300	resma
Papelão de marca grande	papelão	diversos	s/r	U240	dúzia
Papelão de marca pequena	papelão	diversos	s/r	U180	dúzia
Peles de carneiras vermelhas, e outras cores	pele	diversos	s/r	1U600	dúzia
Penas de pato, ou de cisne para escrever	pena da escrita	escrever	s/r	1U000	milheiro
Pergaminhos de Castella	pergamino	escrita ou encadernação	s/r	U800	dúzia
Pergaminhos de Hollanda respansado	pergamino	escrita ou encadernação	s/r	1U200	dúzia
Pincéis com cabo de pau	pinzel	pintar	s/r	U150	dúzia
Pincéis de cabo de pena	pinzel		s/r	U040	dúzia
Pincéis ditos com arcos de ferro	pinzel	pintar	s/r	U600	dúzia
Tinteiros de osso e ponta de boi	tinteiro	escrever	s/r	U400	dúzia
Tinta de nanquim, ou da China	tinta	escrever	preta	U800	arratel

⁵²⁶ Fonte: Pauta e Alvará ... da Casa das Índias - 1756

⁵²⁷ Ortografia original: massaneta.

Material de encadernação

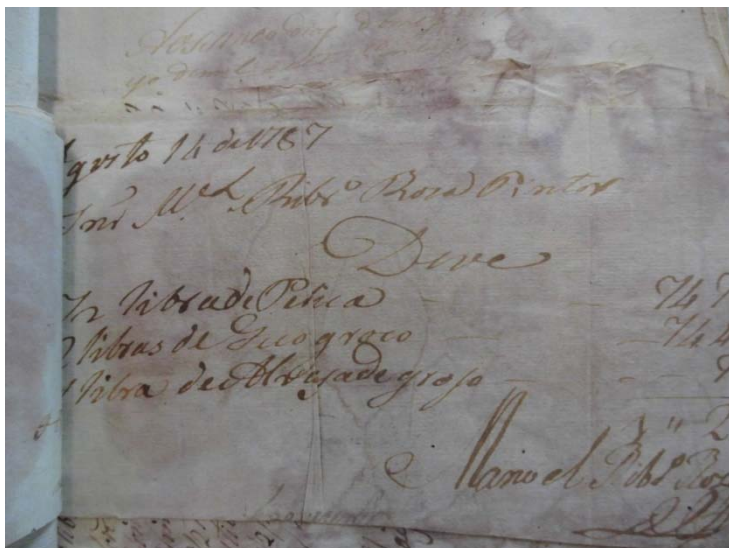
Nome encontrado nas fontes	Sinónimo	Uso	Cor/tipo	Preço/reis	Unidade de medida
Armezin	Tafetá (de Bengala)	diversos	s/r	3U200	covado
Armezin listados	Tafetá	diversos	s/r	2U400	peça
Brim cru (da França, ou barbante de Hamburgo)	barbante	amarrar	cru	U160	vara
Cetim de ouro					
Cetim liso	cetim	diversos	s/r	U600	covado
Cetim lavrado	cetim	diversos	lavrado	U900	covado
Cetim lavrado (a que chamam damasquilhos)	cetim	diversos	s/r	8U000	covado/peça
Cetim liso	cetim	diversos	liso	7U500	covado
Couros de atanado de Inglaterra	couro	diversos	s/r	U100	unidade
Couros de bezerros de Inglaterra, e França	couro	diversos	s/r	U160	arratel
Couros curtidos de Barbaria	couro	diversos	s/r	1U000	unidade
Couros de filele de Barbaria, ou da terra		diversos	s/r	4U000	dúzia
Couros de Índias, Colônia, e Rio Grande, de novilhos ou viteélas	couro	diversos	s/r	1U200	unidade
Couros de moscovia	couro	diversos	s/r	1U300	arratel
Couros de vitela, ou novilho do curral	couro	diversos	s/r	1U200	unidade
Couros do Maranhão	couro	diversos	s/r	1U400	unidade
Couros em cabelos, salgados, do Brazil	couro	diversos	s/r	1U000	unidade
Couros do Maranhão	couro	diversos	s/r	1U400	unidade
Espelhos de livro	s/r	s/r	s/r	U750	unidade
Espelhos que fossem de melhor ou pior qualidade, seriam avaliados	s/r	s/r	s/r	Seria avaliado	unidade
Fio de ouro e prata de Inglaterra	fio	diversos	prata ou ouro	1U200	onça
Fio de ouro falso	fio	diversos	prata ou ouro	1U600	arratel
Seda crua	s/r	diversos	crua	1U500	arratel
Seda fina em rama	s/r	diversos	s/r	2U000	arratel
Seda crua em rama	s/r	diversos	s/r	1U200	arratel
Seda em rama ordinária	s/r	diversos	s/r	1U400	arratel
Seda ardassa, e cabecinha	s/r	diversos	s/r	1U100	arratel
Seda froxa	s/r	diversos	s/r	U500	arratel
Seda em pêllo, e trama,	s/r	diversos	s/r	2U600	arratel
Tafetás	tafetá	diversos	s/r	U350	peça
Tafetás da China	tafetá	diversos	s/r	6U000	covado
Tafetás ditos grandes de 12 covados	tafetá	diversos	s/r	1U000	peça
Tafetás ditos ordinários e alguns listados	tafetá	diversos	s/r	2U400	peça
Tafetás (ou armezins largos)	tafetá	diversos	s/r	3U200	14 covados
Tafetá dobre ou lustrins	tafetá	diversos	s/r	U360	covado
Tafetá listados	tafetá	diversos	s/r	U300	covado
Tesouras de costureira pequenas	tesoura	diversos	s/r	1U000	dúzia
Tesouras ditas maiores	tesoura	diversos	s/r	1U400	dúzia
Tesouras pequeninas	tesoura	diversos	s/r	U300	dúzia

Nome encontrado nas fontes	Sinônimo	Uso	Cor/tipo	Preço/reis	Unidade de medida
Veludilhos de cores, e preto	veludilho	diversos	cores diversas e preta	1U400	covado
Veludo da Índia de todas as cores	s/r	s/r	s/r	16U000	peça
Veludo da Índia lavrados, de todas as cores	s/r	s/r	s/r	20U000	peça
Veludo lizo da Itália de todas as cores	veludo	diversos	variadas	1U600	covado
Veludo lavado de Itália de todas as cores, ou rissos aveludados	veludo	diversos	variadas	2U000	covado
Veludo carmesin com fundos de ouro	veludo	diversos	carmesin	4U800	covado
Veludos negros, e de cores, lizos, e lavrados	veludo	diversos	negro e demais cores	1U400	covado

ANEXO E

Alguns dos pedidos e vales de Manoel Ribeiro Rosa – pintor de Vila Rica

FIGURA E1 – Pedido de materiais assinado pelo pintor Manoel Ribeiro Rosa. Em 14.08.1787



(Foto: da autora)

Transcrição:

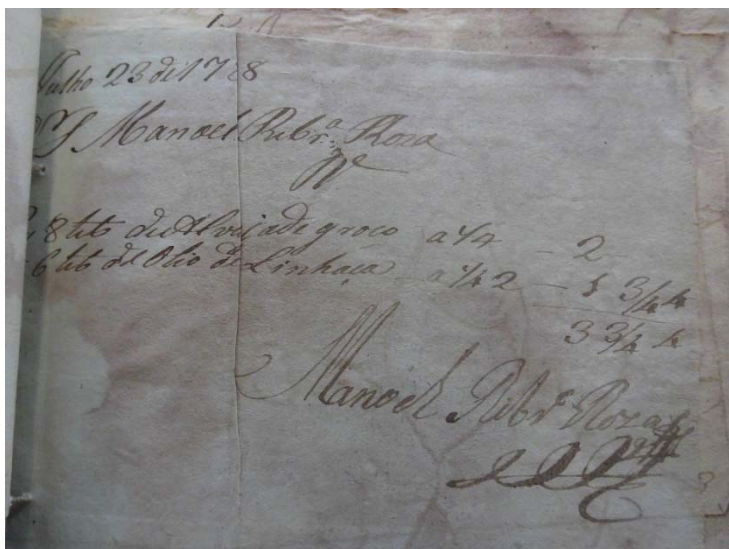
Agosto 14 de 1787

Sn^r. Mel. Rib^o Rosa Pintor

Deve

[ilegível]
2 libras de geço groço
[ilegível] de Alva yade groso

FIGURA E2 – Pedido de materiais assinado pelo pintor Manoel Ribeiro Rosa. Em 23.07.1788



(Foto: da autora)

Transcrição:

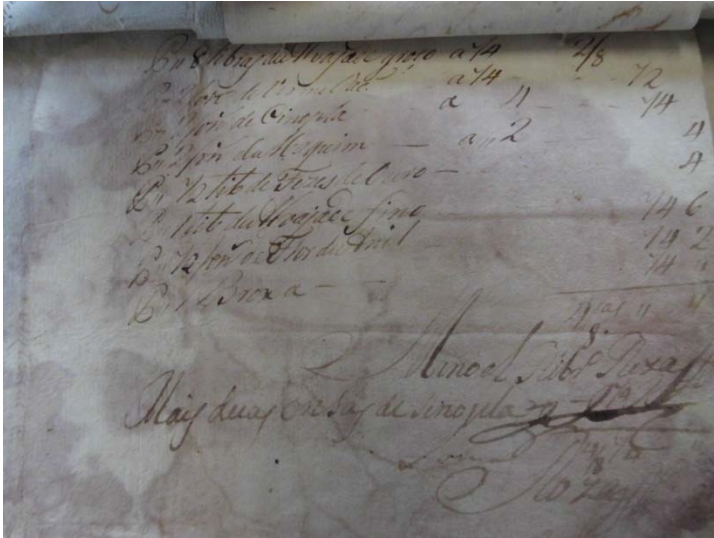
Julho 23 de 1788

Sn^r. Mel. Rib^o Rosa

Deve

8 lib. de Alva yade grosso
6 lib. de Olio de Linhaça

FIGURA E3 – Pedido de materiais assinado pelo pintor Manoel Ribeiro Rosa. s/d

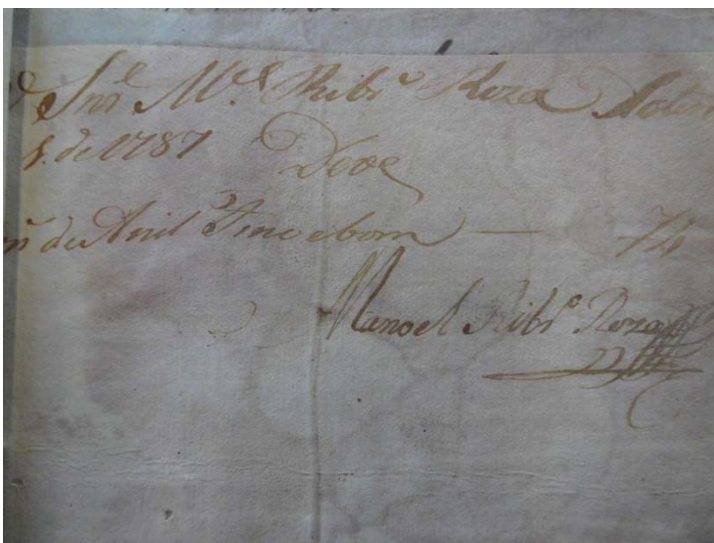


(Foto: da autora)

Transcrição:

8 lib. de Alvaide grosso
[ilegível] de vermelhão
[ilegível] de cinopla
[ilegível] de Maquim
72 lib. de fezes de ouro
1 lib. de Alvaide fino
72 [ilegível] de Flor de anil
1 broxa

FIGURA E4 – Pedido de materiais assinado pelo pintor Manoel Ribeiro Rosa - 1787



(Foto: da autora)

Transcrição:

Sn^r M^{el}. Rib^o. Rosa
[ilegível] 1787
Deve
[ilegível] de Anil fino e bom
Manoel Rib^o Rosa

ANEXO F

Artífices do livro e seus respectivos compromissos

1. Figueyra

FIGURA F1 – TCI do Santíssimo Sacramento, 1738, Ouro Preto



Fonte: TCI do Santíssimo Sacramento, capitania de Minas Gerais/Brasil, 1738. Coleção Particular, ms. Retirado de: Almada, 2011, p. 379.

FIGURA F2 – TCI de São Gonçalo Garcia, 1738-1768, Brumado/MG.



Fonte: TCI de São Gonçalo Garcia, capitania de Minas Gerais/Brasil, 1738-68. São João Del Rei/MG, AESJ, ms. Retirado de: Almada, 2011, p. 379.

2. Francisco de Sales

FIGURA F3 – Folha de rosto e Capítulo 1 do TCI de N.S. do Rosário dos Pretos, 1782



Fonte: TCI de N.S. do Rosário dos Pretos, capitania de Minas Gerais/Brasil, 1782. Sabará/MG, ADH/CBG-MO/IBRAM, ms.

FIGURA F4 – Falso rosto e Capítulo 2 do TCI de N.S. do Rosário dos Pretos, 1790



Fonte: TCI de N.S. do Rosário dos Pretos, capitania de Minas Gerais/Brasil, 1790. São Paulo/SP, BGJM, folha de rosto e cap. 2, ms. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/02441100>. Acesso em: 20.09.2016

3. Jeronimo de Mattos

FIGURA F5 – Falso rosto e Capítulo 2 do TCI de N.S. do Rosário dos Pretos, 1790



Fonte: TCI de N.S. do Amparo, capitania de Minas Gerais/Brasil, 1748. Rio de Janeiro/MG, ADH/CBG-MO/IBRAM, folha de rosto e cap. 1, ms.

4. Manoel Victor de Jesus

FIGURA F6 – Folha de rosto do TCI de N.S. das Mercês da comarca do Rio das Mortes, 1796



Fonte: TCI de N.S. das Mercês, capitania de Minas Gerais/Brasil, 1796. Brasil, Coleção Particular, folha de rosto, ms. Retirado de: ASSOCIAÇÃO BRASIL 500 ANOS ARTES VISUAIS. Mostra do Redescobrimento. *Negro de corpo e alma = Black in body and soul.* São Paulo: Associação Brasil 500 Anos, 2000.